

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 17/2022
30 de agosto a 12 de setembro



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação	- Paulo M. Buss e Pedro Burger
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
11	Diplomacia em ponto morto	– <i>Santiago Alcázar</i>
14	Filantropía y Cooperación Internacional en Salud: una relación bajo escrutinio	- <i>Paolo Balladelli e Sofia Farante</i>
29	Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde	- <i>Armando De Negri Filho</i>
40	Prevenção, Preparação e Resposta às Pandemias: como nos preparar para o que está por vir?	- <i>Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão</i>
45	O impacto desproporcional da crise climática no continente africano e populações vulneráveis	- <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>
53	Uma análise global dos protestos de trabalhadores em plataformas digitais	- <i>René Mendes</i>
60	O debate internacional dos sistemas de saúde “pós-covid”: reformas e iniciativas	- <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>
67	Migrações, refúgio e saúde global	- <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>
70	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde	- <i>Isis Pillar Cazumbá</i>
72	UNCTAD e AGNU, Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore	- <i>Claudia Chamas</i>
74	Igualdade de gênero, direitos e saúde sexual e reprodutiva: desafios globais	- <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>
82	O Relatório da Secretaria Geral das Nações Unidas sobre os desafios no alcance das metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030: Sustentabilidade para agenda global de sistemas alimentares baseadas na acumulação de capital ou para o desenvolvimento humano no Planeta?	- <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell</i>
86	Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos	– <i>Fabiane Gaspar, Vitor Rodrigues e Gisele Sanglard</i>
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
90	Avanço da crise climática com fome, mortes e sofrimentos evitáveis como resultado da falta de compromisso político	- <i>Anna Carole D’Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza</i>

- 101 Os movimentos do Sul Global e os potenciais de cooperação que nos levem a um novo multilateralismo: Conflitos sociais em saúde e a construção de alternativas transformadoras – *Armando De Negri Filho*
- 112 Como o capitalismo filantrópico devasta a saúde global - *Gabriel Brito*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 114 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 124 G7, G20 e OCDE: os grupos dos mais ricos seguem seus trabalhos no início de setembro - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 133 BRICS: Acordo de liquidação financeira não-vinculado ao dólar? - *Claudia Hoirisch*
- 137 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 146 O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 159 A 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS Europa e agenda de saúde para a Região - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 163 Paquistão: Diga qual o tamanho do ralo que posso construir para escoar esta água? - *Lúcia Marques*
- 173 As camélias no Coração de Pedro - *André Costa Lobato*
- 175 Estados Unidos na saúde global e diplomacia da saúde – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno – 177

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 180

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 181

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 17/2022 – 30 de agosto a 12 de setembro

Apresentação

Neste 12 de setembro encerraram-se os trabalhos da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), com a sessão final, as despedidas e balanços tradicionais, e a troca de bandeiras dos países de origem dos presidentes da Assembleia, subindo ao mastro a da 77ª AGNU, ao assumir a presidência o húngaro Csabo Körösi. O tema central é: *‘Um momento decisivo: soluções transformadoras para desafios interligados’*. No dia seguinte, 13 de setembro, começaram os preparativos para o magno evento político de 2022, com as apresentações de credenciais, eleições de mesas de comissões e comitês etc. etc., e toda a massa de formalidades que antecede o *debate geral*, momento ápice da Assembleia. Este inicia em 20 de setembro, com as intervenções do secretário-geral, do presidente da Assembleia e dos presidentes do Brasil e Estados Unidos, que desde a primeira Assembleia, em 1945, fazem os discursos inaugurais, seguidos dos demais chefes de Estado e do Governo dos Estados-membros até 26 de setembro.

A 76 foi indiscutivelmente marcada pela guerra da Ucrânia, sem solução à vista até aqui, de uma guerra que nenhum dos lados pode perder. A 77 vai cumprir vastíssima agenda (ver: <https://daccess-ods.un.org/tmp/5510430.33599854.html>), que inclui temas de saúde (inclusive reunião de alto nível sobre acesso equitativo à insumos para a Covid, em 2023), comentados no artigo sobre OMS e OPS, neste Caderno. A agenda de 2022 compreende 9 blocos de temas, com 178 subtemas. Todas as grandes estruturas da ONU, assim como suas agências, programas e fundos (que têm influência decisiva sobre saúde) reportam para a AGNU, razão pela qual é momento político a ser acompanhado com toda atenção pelos interessados por saúde global e diplomacia da saúde. Os eventos são transmitidos direto pela webtv.un.org

Para analisar a 77ª AGNU, o CRIS realizará seminário avançado sobre a agenda política global e a saúde no dia 21 de setembro, de 10 às 12:30h, com o tema *Agenda Política Global e Saúde*, sobre a 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Conselho de Direitos Humanos já tem seu novo Alto Comissário, o austríaco Volker Türk (biografia em <https://brasil.un.org/pt-br/198842-volker-turk-e-o-novo-alto-comissario-da-onu-para-os-direitos-humanos>), indicado pelo SG Antônio Guterres para o lugar de Michele Bachelet.

O PNUD lançou, na semana passada, seu Relatório sobre Desenvolvimento Humano (RDH) 2021-2022, que inclui o Índice de Desenvolvimento Humano. Ademais, o informe apresenta dados e análises relevantes à agenda global e traz questões e políticas públicas de enfrentamento dos desafios do desenvolvimento. Será abordado no fascículo 19 dos Cadernos CRIS, mas pode ter seu sumário executivo em português desde já acessado em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewptpdf.pdf>

Na América Latina, a nota destoante na quinzena foi a rejeição do texto da nova Constituição chilena no plebiscito de 4 de setembro – que substituiria a Carta fascista de Pinochet. Boric partiu imediatamente para o diálogo com outras forças políticas da sociedade chilena, visando estabelecer um processo que garanta a transição, que vamos acompanhar nas próximas semanas para reportar aos nossos leitores. Saúde universal era um dos pontos altos na agenda social da nova Carta. É preciso também registrar e lamentar aqui o atentado contra

Cristina Kirchner, em 1º. de setembro, protagonizado por um protofascista brasileiro, que vive já há alguns anos na Argentina.

Sobre a 77ª. Assembleia Geral das **Nações Unidas**, **Alcázar** refere-se como uma diplomacia em ponto morto, analisando a distância entre as prioridades das delegações e as imensas e complexas demandas da situação mundial. Com sabedoria, sinaliza que o alcance dos objetivos da agenda da AGNU depende do grau de solidariedade e de cooperação que se esteja disposto transformar em ação.

Balladelli e Farante se debruçam sobre o polêmico tema do filantropocapitalismo, concentrando-se na filantropia corporativa, que se refere às organizações assentadas sobre grandes patrimônios pessoais, como as atividades de bilionários que têm suas próprias fundações, ou seja, analisam as atividades filantrópicas de grandes multinacionais e corporações globais que, ademais, se inscrevem no conceito de Responsabilidade Social Corporativa —(RSC).

De Negri Filho continua seguindo os informes, debates e resoluções adotadas na 51. Sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas** e sugere, como parte de exercício de educação permanente sobre o CDH e a ONU, que o leitor explore o painel *OHCHR Dashboard* para ver o mosaico histórico e dinâmico das convenções e tratados até hoje aprovados naquele âmbito e as ratificações por país, o que compõe o campo de instrumentos legalmente vinculantes para a garantia dos direitos humanos no mundo. Examina dois informes recentes do Alto Comissariado de Direitos Humanos (*Promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais no contexto de enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia da doença coronavírus (COVID-19)*; e *Espaço da sociedade civil e Covid19: o caminho para a recuperação e o papel essencial da sociedade civil*), assim como o Informe do Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento, Saad Alfaragi (*Planos e políticas de resposta e recuperação sobre a pandemia da doença coronavírus (COVID-19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento em nível nacional*) - todos três em torno aos impactos negativos da pandemia nas já combalidas capacidades multilaterais e nacionais de garantia dos direitos humanos. Por fim, faz referência ao informe da OIT, lançado em 12/09/2022, que calcula o número de pessoas submetidas à “escravidão moderna” em 50 milhões de seres humanos, com um aumento importante durante a pandemia. Este é um mundo que já não podemos ignorar e aceitar de forma indiferente, conclui.

Na **Organização Mundial da Saúde**, retomaram-se na última quinzena as discussões sobre prevenção, preparação e resposta às pandemias, com a reunião sobre as necessidades de pesquisa para preparação para o Patógeno X; o lançamento formal do novo fundo intermediário financeiro (FIF) para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, administrado pelo Banco Mundial; os preparativos para a 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que tem como tema “Um momento divisor de águas: soluções transformadoras para desafios interligados”; e o anúncio da CEPI do início da fase I do ensaio clínico para uma vacina candidata contra a febre de Lassa. É o que reportam **Bermudez, Galvão e Reges** para os Cadernos desta quinzena. Ademais, sinalizam que merece atenção especial a grave crise sanitária em curso no Paquistão devido a enchentes sem precedentes causadas por monções, além do agravamento de surtos de doenças presentes no país, como cólera, dengue, malária, poliomielite e Covid-19. Por fim, ressaltam o relatório lançado pela OMS e UNICEF sobre os avanços em WASH em estabelecimentos de saúde

de 2000 a 2021, a mudança na Direção executiva da DNDi após 20 anos, e o nono investimento da Unitaaid no combate à tuberculose.

O **grupo de saúde e ambiente** chama a atenção em seu informe quinzenal que o continente Africano é o que menos contribui para as emissões de gases de efeito estufa e será o que mais vai sofrer com os impactos climáticos. **Magalhães e Galvão** alertam que alguns efeitos trágicos já são observados, como inundações e secas extremas aumentando a insegurança alimentar e comprometendo a saúde das pessoas. A semana do Clima da África chama a atenção para os desafios da região e da necessidade de se desenvolver suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês) para aumentar a capacidade de financiamento e para proteger a segunda maior floresta tropical do mundo. A sessão regional da OMS África reforça a necessidade da região se impor diante da crise climática através da atualização da sua resolução de determinantes sociais da saúde que pede o desenvolvimento dos Planos de Adaptação Climática em Saúde. Como população vulnerável, indígenas do Canadá denunciam a exclusão de sua participação nos planos de ação climática do país. O SAICM se reuniu para traçar novo plano de manejo para substâncias químicas para a próxima vigência, o plano ainda precisa de mais discussões antes de ser aprovado na Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos em 2023.

René Mendes, no artigo sobre **saúde do trabalhador**, chama a atenção dos nossos leitores para categoria muito pouco estudada, que são os trabalhadores em plataformas digitais, hoje muito presentes no cotidiano da maioria das pessoas. Faz uma análise global de seus protestos em decorrência das más condições de trabalho, que afetam de forma importante a saúde. Ressalta o impacto de tais protestos e paralisações tanto sobre as atividades comerciais, quanto sobre a vida cotidiana das pessoas cada vez mais dependentes de seus serviços.

No informe sobre o **PNUD**, **Martins e Paes-de-Sousa** abordam evidências dos debates internacionais acerca do replanejamento necessário para a preparação, resposta e resiliência de Emergências em Saúde no ano de 2022. A pandemia resultou em uma maior efervescência dos debates internacionais acerca dos sistemas de saúde, maior financiamento para a área e, principalmente, uma série de iniciativas de enfrentamento a emergências. Também foi construída uma maior concordância entre pares sobre a necessidade de fortalecimento da coordenação destes esforços internacionais e investimentos em suas resiliências. As lacunas da saúde global mais destacadas durante a Covid-19 estão nas áreas de epidemiologia e vigilância. A pandemia também trouxe atenção para uma necessidade de investimentos na gestão infodêmica, para fortalecer a confiança nas autoridades de saúde e construir resiliências conjuntamente em diálogo com a sociedade.

O grupo de trabalho sobre **refúgio e migração**, sob a liderança de **Deisy Ventura**, aborda as consequências das chuvas e inundações que afetaram 33 milhões de pessoas no Paquistão nas últimas semanas. O país abriga uma importante população refugiada do Afeganistão e tem sofrido com os efeitos da crise climática na forma de chuvas torrenciais das monções. Também sob efeito da mudança climática, a Somália atingiu um milhão de deslocados internos, que fogem das secas no país. O **ACNUR** reconhece que o volume de ajuda internacional dedicado à região é insuficiente para garantir uma resposta à altura da crise. Por fim, mencionam um acordo entre a Federação Internacional da Cruz Vermelha e a Comissão Social e Econômica das Nações Unidas para Ásia e Pacífico para incrementar a resiliência global à crise climática.

Massari, Gomes e Carvalho, analistas que reportam **saúde da mulher, criança e adolescente** no Caderno, informam que a **OMS** lançou a estratégia global para enfrentar e acabar

com as epidemias de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). **ONU Mulheres** lança relatório com o panorama de gênero em 2022 e o progresso nos objetivos de desenvolvimento sustentável. **UNICEF** apresenta seu Plano de Ação para Igualdade de Gênero na Infância. Associadas, **UNICEF e OMS** oferecem p Relatório da WASH, que aponta que metade das unidades de saúde em todo o mundo carece de serviços básicos de higiene.

A Secretaria Geral das Nações Unidas aborda os desafios no alcance das metas de ODS para 2030 com informe no qual questiona: 'Sustentabilidade para agenda global de sistemas alimentares baseadas na acumulação de capital ou para o desenvolvimento humano no Planeta?'. Nossos especialistas **Nilson, Oliveira-e-Silva e Ell** buscam se aproximar dos ideários da Agenda 2030 que influenciaram os sistemas alimentares contemporâneos, quando considerou que deveria unir os povos em torno de padrões comuns e homogêneos em modos de produção e consumo alimentar, mas nos distanciou como cidadãos planetários. De fato, os padrões adotados para o desenvolvimento dos sistemas alimentares contemporâneos atenderam interesses financeiros não necessariamente alinhados com o bem comum e com os direitos humanos. O Relatório da SG é utilizado como caminho de compreensão dos desafios a serem enfrentados, que relacionam o papel das agências do sistema ONU, na construção de agenda global. Três pontos são particularmente preocupantes: a ausência da OMS no relatório, a falta da governança entre as agências nas agendas de segurança alimentar e nutricional e sistemas alimentares e a limitação das responsabilidades da FAO e do PMA.

O informe de **Gaspar, Rodrigues e Sanglard** tem como objetivo apresentar o relatório de progresso da quarta fase (2020 – 2024) do **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**, que visa promover a implementação de programas de educação de direitos humanos em todos os setores da sociedade. Os resultados serão apresentados durante o 51º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos que ocorrem de 12 de setembro a 07 de outubro de 2022.

No seu informe quinzenal, **Chamas** reporta que nos dias 6 e 7 de setembro, a pedido do Grupo dos 77 (G77) e da China, a **UNCTAD** organizou *briefing* aos delegados da Assembleia Geral das Nações Unidas para apoio ao processo de redação e negociação de resoluções, bem como na coordenação entre as mesmas. Em 12 de setembro, a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** retoma as negociações intergovernamentais sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais.

Cazumbá, no seu informe sobre as **instituições financeiras internacionais** sinaliza para a Conferência do **BID** sobre o futuro do clima na América Latina e do Caribe; a formalização do novo Fundo Intermediário Financeiro de Prevenção Pandêmica, Preparação e Resposta pelo **Banco Mundial**; e sobre o evento do **FMI** para tratar de respostas políticas aos mais vulneráveis.

Os efeitos da crise climática, incluindo as recentes tragédias da enchente no Paquistão, a fome na Somália e da dificuldade de acesso à água em vários países, foram os temas que dominaram na última quinzena as manifestações das **Organizações da Sociedade Civil**, segundo os informes do grupo de trabalho liderado por **Luís Eugênio Sousa**. As iniquidades em saúde, seja na compra e distribuição de vacinas, agora para os casos de monkeypox, no acesso à água ou na exposição à violência, assédio e exploração de trabalhadoras também foram objetos de manifestação. Além disso, novas tecnologias aparecem com destaque como possibilidades para melhoria de cuidados em saúde, incluindo letramento em saúde ou segurança do paciente. Da parte das OSC de interesse privado, as iniciativas de financiamento são bastante citadas, assim como há menções à saúde mental, ao racismo e às desigualdades norte-sul. Por fim, ainda que de forma menos enfática, houve menções aos temas da força de trabalho em saúde, doenças

transmissíveis e não transmissíveis e saúde única. Pela exiguidade de menções, chamam atenção os temas da covid-19 e da guerra na Ucrânia.

O informe de **De Negri Filho** sobre os **movimentos sociais globais** destaca o debate proposto por artigo de Sidiropoulos e Mpungose, publicado pelo boletim do *South Center*, organismo de pensamento vinculado ao Movimento dos Não Alinhados, e que propõe reflexão sobre uma alternativa do Sul Global e da cooperação sul-sul na construção de um novo multilateralismo. Segue com o artigo do *Health Policy Watch* sobre a lista de entidades que podem intervir no debate no grupo de trabalho sobre o Tratado Pandêmico da OMS, onde se destaca a presença dos atores vinculados ao capital financeiro e ao filantropocapitalismo, além da *big pharma*, indústria de alimentos e uma diversidade de ONGs com vínculos conflitivos. Finalmente, salienta as notícias do boletim *People Dispatch* que ilustram a luta de resistências e alternativas em torno a conflitos que vão demarcando em todo o mundo a linha de tensão entre os interesses dos povos e os interesses do capital e dos seus agentes políticos no campo da saúde.

Debate na Fiocruz expõe as relações colonizadas presentes na **cooperação internacional em saúde** e aponta alternativa: as relações Sul-Sul, baseadas em troca de conhecimentos e no respeito à autonomia dos países envolvidos. Com esta chamada, **Gabriel Brito** resume para os leitores do blog **Outra Saúde** uma parte das conclusões do seminário avançado em saúde global e diplomacia da saúde do CRIS sobre cooperação internacional, realizado em 8 de setembro, que reproduzimos para nossos leitores aqui no Cadernos 17.

Ungerer traz no seu informe a nota que dia 12 de setembro, foi data de celebração dupla para o **UNOSSC**. Primeiro, porque neste dia se comemora, desde 1978, o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e, segundo, porque foi a abertura da 11ª EXPO Global de Cooperação Sul-Sul (GSSD EXPO 2022), na Tailândia, cujo tema central foi o Avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente. O **G-77** e a **China** participaram de três consultas para discutir o documento sobre a futura “Cúpula do Futuro” e seguem preocupados com o tempo dispensado para as consultas com as delegações e a linguagem geral do texto. Mas vale dizer, que essa Cúpula para o Futuro será de extrema importância para as Nações Unidas e o G-77 e a China têm acompanhado minuciosamente os rascunhos apresentados. Sem destaque do **MNA** no período, o destaque do **Centro Sul** foi para um artigo de pesquisa sobre o direito à concorrência e acesso à saúde no Brasil e outro sobre o direito à concorrência e propriedade intelectual e falso litígio no Brasil.

Nos clubes dos ricos, **Burger, Esteves e grupo especial de trabalho** informam que no **G7** foi lançado, em um encontro dos ministros das finanças, o plano para impor um teto dos preços do petróleo comercializado pela Rússia. Uma consultoria para o desenvolvimento divulgou que as empresas dos países do G7 não estão cumprindo os objetivos para redução de emissão de gás estufa do Acordo de Paris. No **G20**, críticas em relação à ineficácia do grupo continuam a ser feitas em decorrência da falta de consenso e proatividade identificadas nas reuniões desta quinzena. Em relação às discussões sobre mudanças climáticas e transição energética, pouco avançou. Em contrapartida, temáticas como a educação parecem gerar menos tensões, de modo que os resultados aparecem mais facilmente e não ficam apenas na esfera do discurso. Em meio à inflação global e nos países do bloco, a **OCDE** verifica a retração real do nível salarial nas suas economias. O Grupo promoveu ainda evento sobre sustentabilidade e políticas inovadoras para produção de alimentos.

A Rússia foi expulsa do sistema de transferência bancária internacional SWIFT e não pode usar dólares americanos para acertar suas contas, anuncia **Hoirisch** no seu informe sobre **BRICS** desta quinzena. As sanções decorrentes do conflito cortaram a Rússia do sistema financeiro global e de metade de suas reservas de ouro e câmbio, que no mês de abril se situavam em US\$ 600 bi. Em face disso, o MinFin da Rússia solicitou aos países do BRICS que evitem o uso do dólar americano, base do atual sistema monetário-financeiro internacional, e realizem parcerias comerciais em suas respectivas moedas, acelerando o uso de moedas nacionais para a realização de diversas operações. Até a invasão da Ucrânia, o comércio intra-BRICS (15% do global) não era de maior importância, mas à medida que a ordem energética global passou a ser dividida entre aqueles que apoiam e os que não apoiam as sanções ocidentais sobre a Rússia – o comércio intra-BRICS de repente ganhou um papel estratégico na geopolítica do petróleo. Porém China, Índia e Brasil não possuem apenas interesse nos combustíveis, almejam igualmente alimentos e fertilizantes a preços mais baixos, e a Rússia é um grande exportador global. Os BRICS também vêm conversando sobre uma nova moeda de reserva e a Rússia, principal interessada, vêm liderando as discussões. Presume-se que incluirá reais, rublos, rúpias, renminbi e rand e apresentará uma alternativa ao que não é uma moeda, mas uma cesta de créditos sobre as principais moedas de reserva, como o dólar, o euro, a libra, o iene e o renminbi. Uma segunda notícia relevante é que a Argentina recebeu apoio da Índia para ingressar no BRICS.

O informe sobre **América Latina e Caribe** desta quinzena, preparado por **Tobar e Minayo** traz assuntos importantes que permearam as relações políticas e diplomáticas da região: o anúncio do novo Secretário Executivo da Cepal; a reunião de ministros da saúde da ORAS-CONHU sobre medidas de controle da varíola; o *rechazo* à proposta da nova constituição chilena; o Diálogo Econômico de Alto Nível entre Estados Unidos e México; a retomada das relações diplomáticas entre Venezuela e Colômbia; a solicitação formal da Argentina para ingressar nos BRICS; e a anistia aos imigrantes venezuelanos irregulares no Equador.

No seu artigo sobre o **continente africano na saúde global e diplomacia da saúde**, os pesquisadores e analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** informam sobre diversas iniciativas relevantes para a região. O CDC África e parceiros uniram-se para vacinar 70% da população africana até final de ano. A Secretária Executiva da UNECA renunciou ao cargo. A Declaração de Túnis, saída da TICAD8, estabeleceu eixos de cooperação entre África e Japão. Angola será palco da 10ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da OEACP em dezembro, sob o lema: "3 Continentes, 3 Oceanos, 1 Destino Comum: construir uma OEACP resistente e sustentável". Mecanismo de Desenvolvimento de Projetos (PPDF) da SADC aprova financiamento para projetos regionais relevantes. O Secretariado da SADC e parceiros lançam estratégias de prevenção para meninas e mulheres. Novo Certificado de Origem eletrônico da SADC para o comércio inter-regional.

Esta edição do Caderno sobre **Europa** se dedica, especialmente, à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para a Região da Europa, cujo destaque para **Freire** é a ausência do tema da Guerra da Ucrânia na agenda.

Marques escreve sobre a injustiça climática que vive o Paquistão. O mundo em desenvolvimento ficou sem tempo para esperar que os países ricos ajam. O país é responsável por menos de 1% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas ocupa o oitavo lugar entre os países mais ameaçados por eventos climáticos extremos, segundo o Índice Global de Risco Climático 2020. Um terço do país está sob água. "Não há nenhuma estrutura feita pelo homem que possa evacuar esta água." A analista também fala sobre como os países da **Ásia Central**,

Ásia Sul e Sudeste e Oriente Médio avançam mais um passo na recuperação econômica e comércio, cooperando entre si, para tornarem-se fortes frente aos desafios globais. As nações vêm a cultura e o turismo, não só como uma oportunidade para alcançar a prosperidade, mas como uma forma de fortalecer laços de identidade, de união, parceria, podendo reduzir as tensões políticas regionais e internacionais. Para eles, nestes tempos de fobias e divisões geopolíticas, o setor cultural pode desempenhar um papel de liderança para promover uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua.

No dizer de **Lobato**, em seu informe sobre a **China**, o Bicentenário da Independência Brasileira e a vinda do coração de Dom Pedro servem de reflexão para a formação ultramarina do que hoje se chama Brasil e como se dão suas relações em termos de independência e soberania. Portugal inaugurou a “rota da seda marítima” quando estabeleceu suas fábricas em Macau, quase ao mesmo tempo da benfeitoria de São Vicente, hoje São Paulo. Assim, apesar de ter nascido e morrido no Palácio de Queluz, as batidas do coração do rei português circumnavegavam o mundo, e servem de metáfora para pensarmos o futuro das relações com a China.

Galvão, no seu informe sobre os **Estados Unidos**, sinaliza que as academias nacionais apresentaram uma revisão do plano estratégico sobre pesquisa em mudanças globais. A complexidade, relevância e urgência da questão do racismo sistêmico que causa, entre outros, as inequidades em saúde, continuam a ocupar um lugar central na discussão sobre saúde.

Os analistas do CRIS prepararam com todo o empenho mais este fascículo dos Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, compartilhando com os leitores sua visão dos mais relevantes fatos políticos da conjuntura da última quinzena, que marca o reinício do calendário político global em 2022. Muitos dos grandes momentos políticos examinados continuam em operação e produzirão resultados que se estendem até a próxima quinzena. Portanto, querido leitor, já temos encontro marcado dentro de quinze dias, quando terá ocorrido o encerramento da 77ª AGNU e se realizado a esperada Conferência Pan-americana da Saúde, com a eleição do novo(a) diretor(a) da OPS para o período 2023-2027. Até lá, portanto!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 15 setembro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(Com Erica Kastrup)

Diplomacia em ponto morto

Santiago Alcázar

Manhã de domingo em Brasília. O termômetro marca 32º. A humidade relativa de ar, 17%. As árvores perderam quase todas as folhas. A grama, ou o que resta dela, está toda queimada. A paisagem, sem contrastes pronunciados, puxa para o marrom. Do alto, o sol parece vigiar sinais de vida, como um livre atirador. O céu azul, de infinita pureza, é quase um acinte.

No *Twitter* enviado, Sebastian Payne, jornalista do Financial Times, compartilha vídeo de Boris Johnson, no qual presta homenagem à Rainha na Câmara dos Comuns. Payne ressalta a qualidade da intervenção.

As palavras do ex-Primeiro Ministro expressam uma tristeza pessoal pela morte da soberana. Toda perda, compreende-se, é irreparável, como um cristal que se quebra ou um ponto de referência que desaparece. Boris Johnson, contudo, não é um homem sentimental. Por essa razão, é provável que a tristeza projetada por suas palavras carregue significados clandestinos que expressariam muito mais do que se supõe.

A morte da Rainha que, como ele próprio diz, era a expressão da confiança e credibilidade do Estado britânico marca, nesse contexto, um fim, sem a expectativa promissora de um novo começo. Em última análise, a morte da Rainha, para Boris Johnson, exprime a consciência da perda de algo maior, uma vez que num mundo tão complexo e tumultuado como este que nos toca viver, a falta dessas virtudes é algo preocupante. Agenda 2030, mudança climática, direitos humanos, entre outros pontos críticos, não podem ser tratados sem o necessário depósito de confiança nos instrumentos acordados para tanto. Tampouco é possível fazê-lo se faltar credibilidade aos atores responsáveis para os tornar operacionais.

É provável que o sentimento de perda encerre a percepção de que talvez o Brexit tenha sido um equívoco, ou que as ações no meio da pandemia poderiam ter sido diferentes, ou que o ativismo quase juvenil de apoio à Ucrânia tenha sido produto de exageros atribuídos a outros povos, não do tradicional pragmatismo anglo-saxão. É provável que erros políticos tenham minado a confiança e a credibilidade necessária para enfrentar a economia enfraquecida, a inflação de dois dígitos, a crise de energia e de alimentos que afeta a sua população. Soa estranho o argumento de que sacrifícios têm que ser feitos em nome da liberdade e da democracia à luz da ameaça de extradição que pesa sobre Julian Assange que, ironicamente, mostrou a obscena nudez do rei, como tem que ser feito em qualquer sociedade livre e democrática, sob pena de dar curso livre a enganos e ilusões.

Na terça-feira, dia 13 de setembro, terá início a 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas. É o encontro marcado de maior importância no mundo multilateral. Deveria ser ocasião para celebração e compartilhamento de experiências de êxito na realização das muitas promessas realizadas ao longo de sua história. Na atual conjuntura é mais que provável que todos cheguem para esse encontro com perdas impeditivas para alcançar resultados esperados. É significativo que até, hoje domingo, dia 11 de setembro, a página das Nações Unidas revele que a última resolução adotada pela 76ª AGNU foi em 28 de julho. O título dessa resolução é “O direito humano a um ambiente sustentável limpo e saudável”. Seria inútil perguntar por que essa resolução, de indubitável importância, foi deixada para o final de julho, quando a expectativa de dias livres com sol, vinho e risadas sequestra a concentração e as atenções.

Em todo caso, como para deixar registro que algo se fez, a redação dos parágrafos preambulares reafirma, como de costume, a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a Declaração da Conferência sobre Desenvolvimento Humano, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como a resolução intitulada “*Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*”. Recorda o compromisso de que ninguém será deixado para trás e reconhece que a erradicação da pobreza é o maior desafio e que a mudança climática tem severos impactos em todas as áreas. Reafirma a importância da cooperação internacional e, finalmente reconhece o direito (não diz *humano*) a um ambiente sustentável, limpo e saudável e que esse direito está relacionado a outros direitos do Direito Internacional. Nada novo. Nada que não se tenha dito anteriormente nesse mesmo foro. O sentimento de perda de não haver alcançado qualquer um desses compromissos deve ser terrível, como perder a Rainha no jogo de xadrez ou a perda de humidade relativa do ar. Presença que se faz ausência.

Seria legítimo perguntar o que seria necessário para avançar na complexa agenda da 77ª AGNU. Que condições, que fatores, são indispensáveis para considerar os problemas e tentar avançar no encaminhamento de soluções? Talvez a resposta surpreenda. Cooperação, como recordado na resolução acima, mas também e sobretudo solidariedade. Não há outra maneira de superar as inequidades. É ilusório pensar que basta alcançar um nível de crescimento econômico para que isso aconteça. O crescimento econômico faz-se à custa de maior exploração do meio ambiente, que causa mais inequidades. A tecnologia poderá oferecer soluções para determinados problemas, mas que não serão acessíveis a todos justamente por conta das inequidades.

Toda a agenda da AGNU depende do grau de solidariedade e de cooperação que se esteja disposto transformar em ação. De nada adianta entusiasmar-se com a feitura de novos acordos. Nada, nenhuma lei, decreto, ato, substitui a solidariedade e a cooperação. Nesse contexto, ante o conjunto de crises que ameaçam a própria vida, qual será o grau de solidariedade e cooperação que os líderes estarão dispostos a oferecer? Essa é única pergunta que merece ser formulada.

Há, no entanto, outra pergunta que parece absurda: como é possível o multilateralismo num mundo unipolar? Os continuados fracassos não são, talvez, indicação de uma irremediável incompatibilidade, como peças de Lego que não se encaixam? Os EUA nunca se submeteram à lógica do multilateralismo, chegando a aplicar, quando necessário, a extraterritorialidade de sua jurisdição. *America first*, não é uma invenção de Donald Trump. Sempre foi assim. O problema é que isso não é democrático e contradiz o próprio espírito do multilateralismo.

A paisagem puxa para o marrom, sem contrastes. Do alto, o azul estrelado vigia sinais de vida, como um livre atirador.

Surpreende que o Secretário-Geral, António Guterres, eleito para defender e fortalecer as Nações Unidas e a diversidade de vozes permaneça como uma esfinge inescrutável, monocromática. A diplomacia em ponto morto, ele deveria saber, é a maior ameaça.

O tema escolhido para o debate geral da 77ª AGNU é ambicioso: “Momento histórico: soluções transformadoras para desafios interconectados”. Com a perda geral da confiança e da credibilidade, o momento histórico corre o risco de ficar registrado de maneira negativa, enquanto, por outro, pela falta de solidariedade e cooperação, nada deterá os desafios interconectados, que um dia ainda virão todos junto e pisarão na jugular.

Esta será uma AGNU marcada por divisões irreconciliáveis. Nem os EUA, nem a Rússia podem abdicar de suas posições, estratégica para um, existencial, para outro. É ilusório imaginar que pode haver solução diplomática, uma vez que esta foi colocada em ponto morto pela recusa de diálogo e por ações que hoje parecem irreversíveis, como o cristal que se quebra. Os europeus, que para sua infelicidade se encontram no meio, o preço deverá ser alto, excessivamente, talvez, uma vez que a opção nuclear deixou de ser uma possibilidade para ser uma necessidade, existencial para um, estratégica para outro.

Presença que se faz ausência. Presença que se esquece e deixa de ser. O sol, no alto, não mais terá que vigiar por sinais de vida.

Filantropía y Cooperación Internacional en Salud: una relación bajo escrutinio

Paolo Balladelli e Sofía Farante

1. Introducción: ¿Que es la filantropía privada para el desarrollo?

Para introducir el tema de la filantropía y cooperación internacional en salud, en primer lugar, se evidenciarán dos entre las muchas definiciones existentes y las principales tendencias mundiales en el ámbito de la financiación de la cooperación internacional, en particular del sector salud, especialmente por las denominadas “grandes filantropías”, Fundaciones y Corporaciones.

Si se considera la definición de la *Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos* OCDE, los actores filantrópicos son “entidades independientes, no estatales que asocian recursos privados y los despliegan a través de financiamiento o ejecutando programas propios para promover el progreso social, cultural, económico, ambiental, científico, de otro tipo de bienes públicos a nivel local, regional y/o internacional bajo un estatus legal definido.”¹

Por otro lado, la Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia, define la filantropía privada para el desarrollo como las transacciones del sector privado sin fines de lucro, como una herramienta para financiar y promover el desarrollo económico y el bienestar, con el objetivo de financiar proyectos y causas para lograr sociedades más sostenibles y equitativas.²

En nuestra discusión, nos concentraremos sobre la filantropía corporativa que se refiere a las organizaciones basadas sobre grandes patrimonios personales, como las actividades de billonarios filántropos que tienen sus propias fundaciones³, es decir analizaremos las actividades filantrópicas de grandes multinacionales y corporaciones globales que, además, se inscriben en el concepto de Responsabilidad Social Corporativa —(RSC).⁴

2. Las principales tendencias de la filantropía en la Cooperación Internacional en Salud

Tabla 1.1.: Filantropía Privada para el Desarrollo⁵ - OECD.stat

[Dataset: Private Philanthropy for Development \(CRS\)](#)

Recipient	Developing Countries, Total											
Sector	1000: Total All Sectors											
Unit	US Dollar, Millions, 2020											
Year	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Private Donors Total	2.977,113	2.347,014	3.095,172	2.983,165	3.293,086	3.348,062	3.770,835	4.912,017	8.818,568	9.277,695	9.623,490	10.428,017

¹ OCDE.2014. Guidelines for effective Philanthropic Engagement.

² Itzy Vanessa Valenzuela Castro. Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia. La Filantropía Es Una Herramienta Que Impulsa La Cooperación Internacional. <https://www.apccolombia.gov.co/sites/default/files/2022-06/Art.CoopyFilantrop%C3%ADa.pdf>

³ Juan José MEDIÁVILLA MERINO. Filantropía y Cooperación al Desarrollo: el caso de la lucha contra la poliomielitis. Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo / Iberoamerican Journal of Development Studies Volumen/volume 4, número/issue 2 (2015),

⁴ Ibidem

⁵ OECD. Private Philanthropy for Development (CRS). https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_PPF

Tabla 1.2.: Filantropía Privada para el Desarrollo ⁶ - OECD.stat

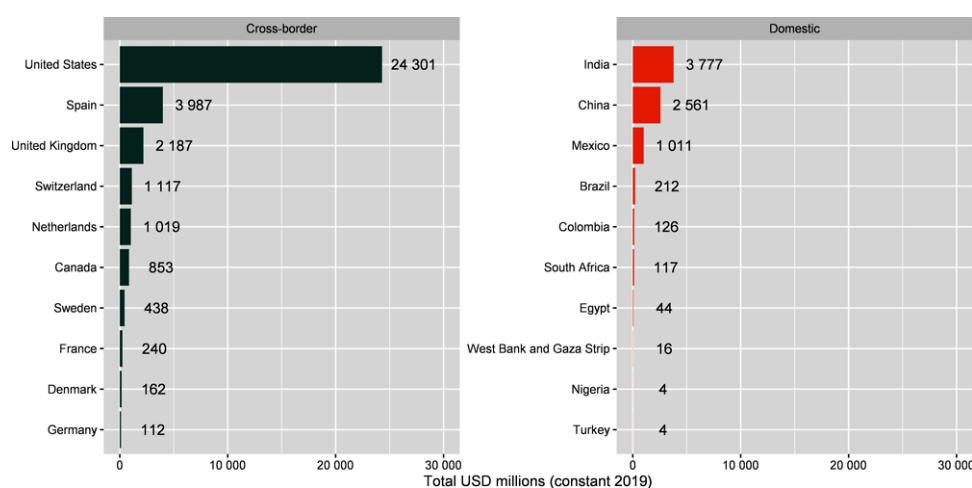
Recipient	Developing Countries, Total												
Sector	120: I.2. Health, Total												
Unit	US Dollar, Millions, 2020												
Year	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Private Donors Total	1.329,289	1.205,256	1.501,438	1.391,347	1.543,574	1.555,519	1.843,112	2.019,407	2.647,415	2.690,529	2.890,132	3.807,700	

Las Tabla 1.1. y 1.2. de la OCDE⁷ presentan las inversiones de la filantropía privada para el desarrollo de todos los sectores, la primera, y para el sector salud, la segunda. En estas tablas podemos notar algunas analogías, por ejemplo, los montos destinados a la cooperación técnica en los distintos sectores en su conjunto y en el sector salud, respectivamente en las dos tablas, aunque tomando en cuenta la inflación, han casi triplicado en los últimos 10 años. Es legítimo preguntarnos si este creciente interés en complementar esfuerzos públicos es un signo de aumentada solidaridad o de un objetivo no declarado de querer substituir a los estados en sus competencias.

En 2020, año en el cual hubo un aumento de esfuerzos para responder a la pandemia de Covid-19, como se destaca en las tablas 1.1 y 1.2, en el sector salud (Tabla 1.2⁸), se evidencia un importante aumento de USD 2.890,132 millones a USD 3.807,700 millones, casi el doble del incremento que hubo entre 2018 y 2019.

En diciembre de 2021, la OCDE, publicó la segunda edición del informe “*Private Philanthropy for Development: data for action*”⁹, que nos permite analizar tendencias, prioridades, datos actualizados, así como los desafíos de la filantropía en el marco de la cooperación internacional, hacia el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030.

Tabla 2: Fuente de financiación filantrópica privada para el desarrollo¹⁰



⁶ Ibidem

⁷ Ibidem

⁸ Ibidem

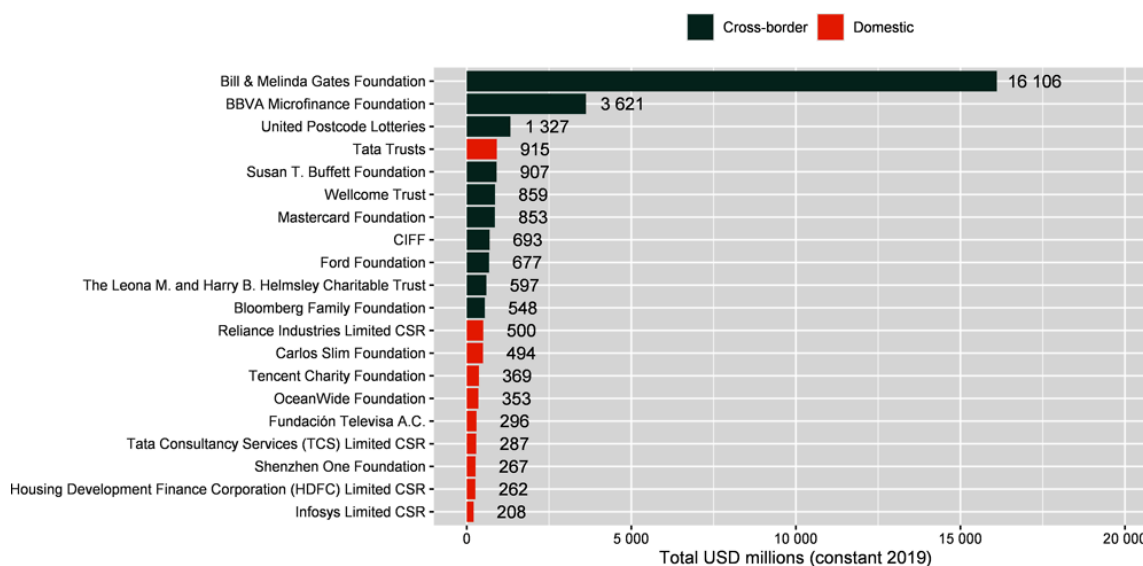
⁹ OECD. 2021. *Private Philanthropy for Development – Second Edition : Data for Action* https://www.oecd-ilibrary.org/sites/cdf37f1e-en/1/3/1/index.html?itemId=/content/publication/cdf37f1e-en&_csp_=64f1aacd1c85e6f34404d7f4cde810a9&itemIGO=oeed&itemContentType=book

¹⁰ Figure 2.3 “Source of private philanthropy for development, 2016-19” in OECD. 2021. Op. cit

Fuente: *OECD Private Philanthropy for Development survey and OECD Creditor Reporting System*.

Si se analizan las fuentes de financiación filantrópica privada para el desarrollo (Tabla 2), se observa que la ayuda de la filantropía privada de los países del bloque occidental provee alrededor de cinco veces más recursos financieros que los del “grande sur”. Es oportuno observar que el apoyo financiero de grandes billonarios de Estados Unidos por sí solo origina un 50% de la “generosidad del Norte”. También en este caso, podemos preguntarnos sobre los motivos de esta mayor generosidad del Oeste y Norte.

Tabla 3: Las 20 mayores organizaciones filantrópicas, 2016-2019¹¹



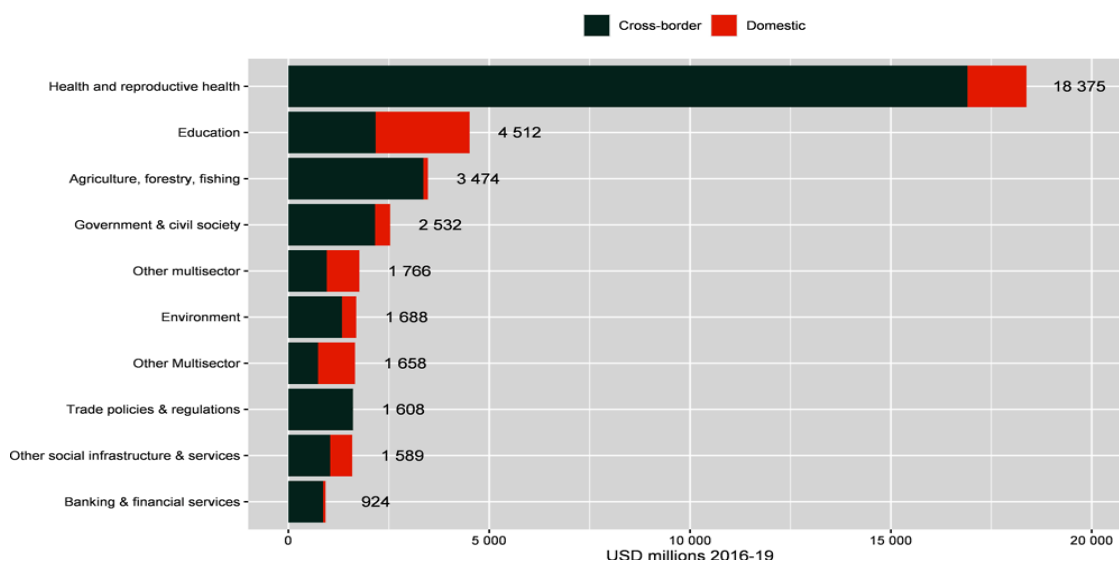
Fuente: *OECD Private Philanthropy for Development survey and OECD Creditor Reporting System*

Por otro lado, el informe 2021 de la OCDE anteriormente mencionado presenta las veinte mayores organizaciones filantrópicas entre 2016 y 2019. La *Bill & Melinda Gates Foundation* se posiciona como la organización filantrópica que puso a disposición más recursos financieros a nivel mundial, con un volumen de aportes financieros que es cuatro veces más alto de la entidad que se encuentra en el segundo lugar, la *BBVA Microfinance Foundation*. (Tabla 3) Además, se destaca que 10 sobre 11 de los mayores donantes filantrópicos invirtieron en ámbito internacional, mientras las entidades filantrópicas que dieron menor aporte se ocuparon exclusivamente de apoyos a nivel nacional. (Tabla 3).¹² Nos preguntamos cómo se puede interpretar esta tendencia para una “generosidad global” de los grandes filántropos.

¹¹ Figure 2.4. The 20 largest philanthropic organisations, 2016-19 in op. cit

¹² OECD. 2021 op. cit.

Tabla 4: Filantropía Privada para el Desarrollo, con desagregación por sectores, 2016-2019¹³



Fuente: *OECD Private Philanthropy for Development survey and OECD Creditor Reporting System.*

El Informe 2021 de la OCDE¹⁴ destaca el rol crucial que las fundaciones desempeñan en el financiamiento de los sectores sociales. Es importante destacar que, en el marco de la cooperación internacional, la salud ha sido y sigue siendo el sector al cual se destinan la mayor parte de los fondos filantrópicos. Así lo demuestra el mismo informe de la OCDE: si se miran las asignaciones de fondos filantrópicos privados para el desarrollo desagregándolos por sectores, durante el periodo entre 2016 y 2019, la mayor parte del financiamiento ha sido destinado al sector de la salud, recibiendo un total de USD 18.4 mil millones, cifra que corresponde al 43% del total.¹⁵(Tabla 4) El segundo sector en recibir mayor financiamiento a nivel internacional es la educación, que también es el principal sector a nivel nacional. Siguen el sector agrícola y luego, el sector gubernamental y de la sociedad civil (Tabla 4).

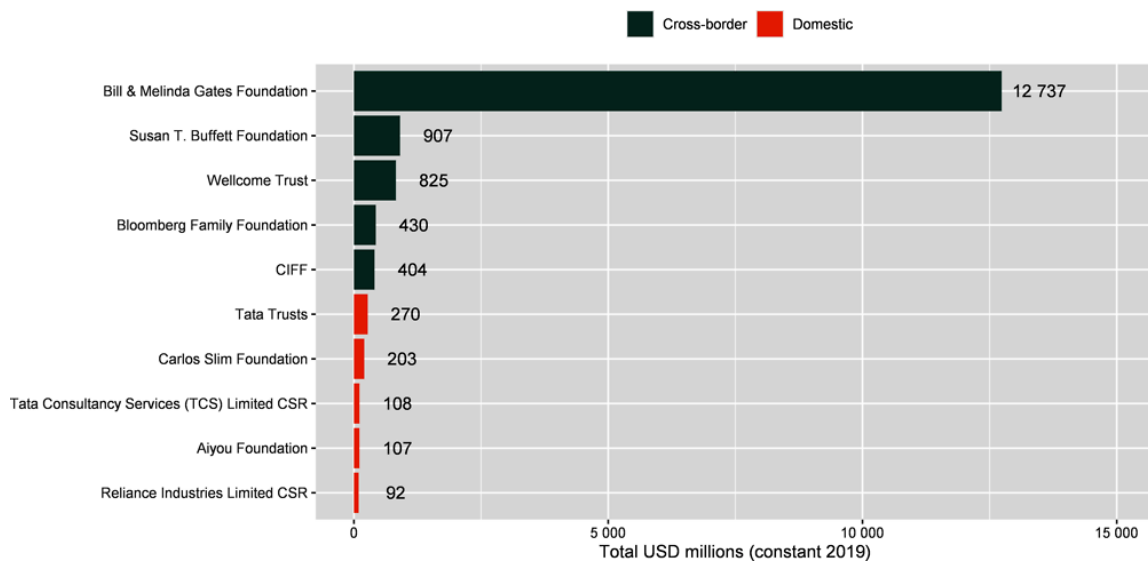
La fundación filantrópica que donó más recursos, la Fundación Bill y Melinda Gates, detiene el primer lugar también en la contribución a salud, con el 69% del total de las donaciones dedicadas a ese sector como ilustrado en la Tabla 5.

¹³ Figure 2.8. Private philanthropy for development by sector, 2016-19 in OECD. 2021. Op. cit

¹⁴ OECD. 2021. Op. cit.

¹⁵ Ibidem.

Tabla 5: Principales financiadores en salud y salud reproductiva, 2016-2019¹⁶



Fuente: *OECD Private Philanthropy for Development survey and OECD Creditor Reporting System.*

La Fundación Bill y Melinda Gates es el segundo financiador de contribuciones voluntarias específicas destinadas al financiamiento de la OMS.¹⁷ Las contribuciones voluntarias específicas están “estrictamente asignadas a áreas programáticas y/o zonas geográficas específicas y deben gastarse dentro de un marco de tiempo específico” y representan el 88% de todas las contribuciones voluntarias.¹⁸ Además, como lo destaca Björn Kümmel, Presidente del Grupo de Trabajo sobre Financiación Sostenible de la OMS, el presupuesto de la OMS depende en un 86 % de generosos donantes, cuando sólo el 14 % de las finanzas de la OMS son realmente predecibles.¹⁹ Esta dependencia financiera ha puesto en grave riesgo la independencia de la OMS, su integridad, su agilidad y “sin duda, también su papel obligatorio de ser la autoridad líder y coordinadora mundial en materia de salud mundial”.²⁰ El objetivo de una financiación más sostenible de la OMS ha sido objeto de discusión en la 75ª Asamblea Mundial de la Salud que se llevó a cabo este año. En este marco, se deliberaron una serie de recomendaciones con el objetivo de lograr que la financiación sea más previsible y flexible, y menos dependiente de las contribuciones voluntarias;²¹ y, además, que las contribuciones voluntarias no incluyan determinaciones de objetivos específicos para garantizar la independencia financiera de la Organización y aumentar así su eficiencia.^{22 23}

¹⁶ Figure 2.10. Top funders in health and reproductive health, 2016-2019 in OECD. 2021. Op. cit

¹⁷ WHO . Voluntary contributions - specified. <https://open.who.int/2020-21/contributors/overview/vcs?name=United%20States%20of%20America>

¹⁸ WHO <https://www.who.int/es/about/funding>

¹⁹ WHO. 2022. Report by Mr Björn Kümmel, Chair of the WHO Sustainable Financing Working Group, to the Seventy-five World Health Assembly. <https://www.who.int/news/item/26-05-2022-report-by-mr-bjrn-k-mmel--chair-of-the-who-sustainable-financing-working-group--to-the-seventy-five-world-health-assembly>

²⁰ Ibidem

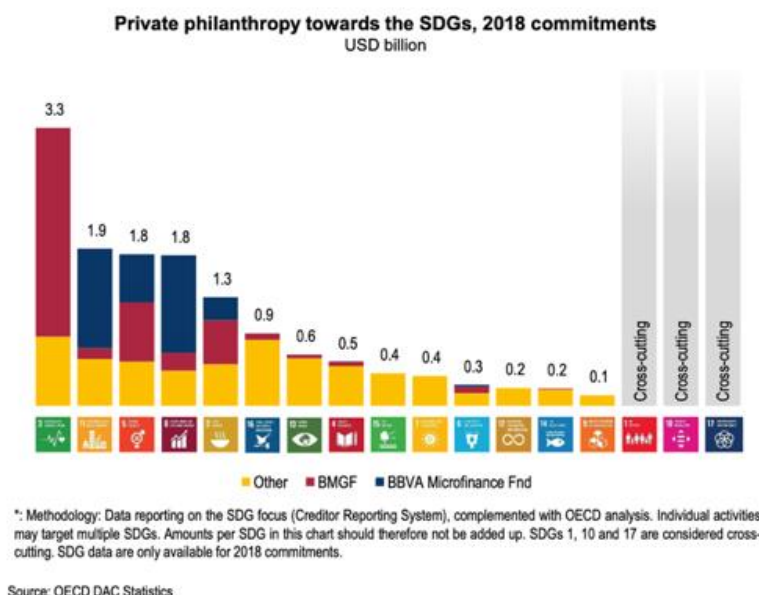
²¹ OMS. 2022. A75/9. Informe del Grupo de Trabajo sobre Financiación Sostenible. https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75_9-sp.pdf

²² Ibidem

²³ En este marco, se adoptó el informe del Grupo de Trabajo sobre Financiación Sostenible (Documento A75/9). Esta resolución está orientada al fortalecimiento de la gobernanza presupuestaria, programática y financiera de la OMS. A ese propósito, incluye una serie de recomendaciones con el objetivo de lograr que la financiación sea más previsible y flexible, y menos dependiente de las contribuciones voluntarias.

En cuanto al rol de las grandes fundaciones filantrópicas como actores fundamentales de desarrollo y como movilizadores de recursos financieros para la Agenda 2030 y el logro de las metas de los ODS, cabe notar que han dedicado en 2018, según la OECD (Tabla 6), la mayor cantidad de fondos para el ODS 3 “Salud y Bienestar”, seguido de los ODS 2 “hambre cero”, 11 “ciudades y comunidades sostenibles”, 5 “Igualdad de género”, 8 “trabajo decente y crecimiento económico”.

Tabla 6: Filantropía privada hacia los ODS²⁴
Foundations mostly focus on SDGs 2, 3, 5, 8 and 11*



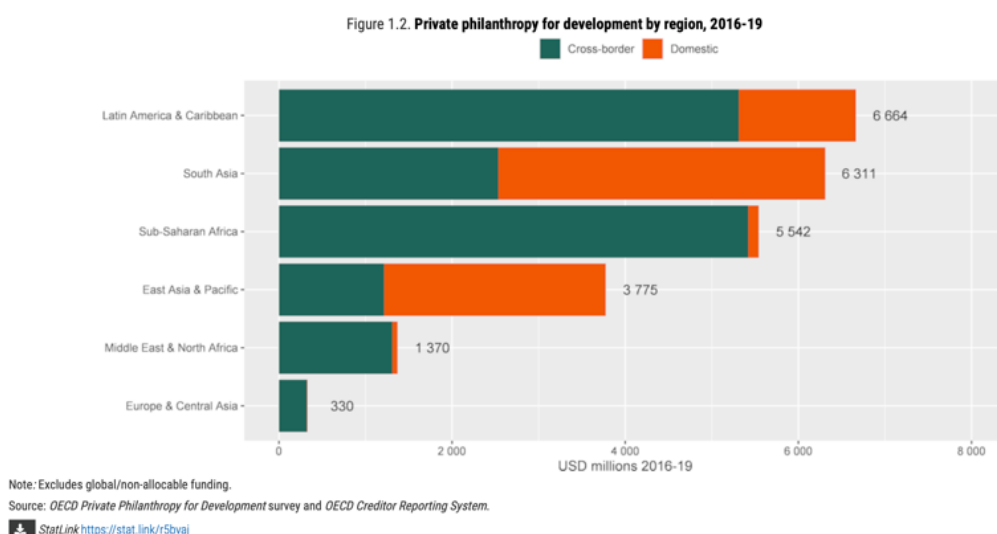
En la **Tabla 7**, que contiene los datos desagregando por región, se destaca que la **región de América Latina y el Caribe (ALC)** es aquella que recibió la mayor parte del financiamiento de fuentes internacionales y nacionales combinadas.²⁵ Proponemos acá reflexionar para explorar cuales podrían ser los determinantes de la mayor atención financiera a ALC: *¿Mayor interés político de los filántropos en la subregión? ¿Mayor capacidad de absorción? ¿Mayor garantía de transparencia en el uso de los fondos? ¿Mayor capacidad de abogacía de las entidades encargadas de la cooperación?*

(20) Entre las recomendaciones se incluye que la Asamblea de la Salud pida a los Estados Miembros y a los demás donantes que “se esfuercen en proporcionar a la OMS contribuciones voluntarias que no incluyan determinaciones de objetivos específicos, para financiar el segmento de los programas básicos de la OMS, de conformidad con el Marco para la Colaboración con Agentes No Estatales, según proceda, como requisito previo para garantizar la independencia financiera de la Organización y aumentar su eficiencia”. (20) Además, en la AMS75, se mencionó que hubo un amplio acuerdo entre los Estados Miembros sobre la insostenibilidad del sistema actual, inadecuado para su propósito. Por consiguiente, el Director General de la OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, instó a los Estados Miembros “a que consideraran una propuesta de aumentar las contribuciones señaladas para que cubrieran al menos el 50% del segmento básico del presupuesto por programas de la OMS.”(20) En otro documento de la OMS, es decir el Informe de la reunión del Grupo de Trabajo sobre la Financiación Sostenible, se menciona que “la Directora de la regional AFRO de la OMS hizo hincapié en el impacto que tendría la financiación sostenible en los países africanos, así como en el rendimiento de las inversiones, repercutiendo directamente en la capacidad de la Organización para orientar sus esfuerzos hacia los países donde más se necesitan” (OMS 2022 EB/WGSF/3/3)

²⁴ OECD. 2020. Private philanthropy for the SDGs

²⁵ OECD. 2021. Op. cit

Tabla 7: Filantropía Privada para el Desarrollo, desagregado por región, 2016-2019²⁶



En ilustrar estas tendencias que demuestran un rol más decidido en termino de recursos y compromisos de agenda de la filantropía en el sistema de la cooperación internacional, las acciones de los actores privados encontraron “un hito fundamental con el cambio de milenio”, como lo destaca Abbondanzieri.²⁷ En particular, con la Declaración del Milenio de Naciones Unidas y los Objetivos de Desarrollo del Milenio, los ODM, en el año 2000, se inauguró una etapa caracterizada por la progresiva integración de distintos actores internacionales en dinámicas de cooperación internacionales. En este marco, hubo una “irrupción de la filantropía” que acercó el sector privado a la “búsqueda de respuestas de salud global”, dando lugar a las *alianzas público-privada*.²⁸ De hecho, en ese periodo empezaron a institucionalizarse de manera exponencial las fundaciones privadas²⁹, con un aumento de recursos y presencia, aumentando su participación en la cooperación internacional.³⁰

En 2015, la ONU con la Resolución 70/1, adoptada por sus Estados Miembros, reconoce el papel de las organizaciones filantrópicas en la implementación de la Agenda 2030, junto con los demás actores.³¹ “Entre los diversos actores, con quienes Gobiernos e instituciones públicas son llamados a colaborar estrechamente, se destacan las entidades filantrópicas, sobre todo en un contexto de estancamiento de la asistencia oficial para el desarrollo y la financiación insuficiente de las organizaciones multilaterales”. Es a partir de ese contexto de escasez de recursos financieros que la ONU pone de relieve la necesidad urgente de un aumento de las donaciones filantrópicas para el desarrollo.³² Sin embargo, como lo hace notar Denticio, las

²⁶ Figure 1.2. Private philanthropy for development by region 2016-2019 in OECD. 2021. Op. cit.

²⁷ Camila Abbondanzieri. 2020. Actores privados y salud global en el sistema de cooperación internacional: un vínculo reforzado en el marco de la pandemia de COVID-19.

²⁸ Pedro L. Alonso and Rafael Vilasanjuan. 2013. El papel de la filantropía en la salud global

²⁹ OCDE. 2004. Fundaciones Filantrópicas y Cooperación al Desarrollo. Extracto del Diario del CAD (Comité de Ayuda al Desarrollo) de 2003, Volumen 4

³⁰ Camila Abbondanzieri. 2020. Op. Cit.

³¹ Resolución A/RES/70/1 de la Asamblea General de la ONU, 2015. “Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible” https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf

³² Martens, J. and K. Seitz (2015): Philanthropic Power and Development: Who shapes the agenda? Aquisgrán/Bonn/Berlín: Global Policy Forum/ MISEREOR/Pan para el mundo. www.globalpolicy.org/images/pdfs/GPFEurope/Philanthropic_Power_online.pdf

grandes fundaciones mundiales se han posicionado en las agendas internacionales en los últimos años, desempeñando un papel muy activo en la configuración de la agenda del desarrollo global, incluido en el “establecimiento de prioridades de financiación tanto de las instituciones internacionales como de los gobiernos nacionales”.³³ En este contexto, un aspecto de la relación entre la filantropía y la cooperación internacional que puede generar preocupación es que los recursos financieros derivados de los fondos filantrópicos incrementa las opciones del donante para alterar las agendas nacionales y globales. En parte, si bien este renovado esfuerzo puede corresponder a un real interés de contribuir al desarrollo humano, por otro podría estar orientado a beneficiarse a sí mismo más allá del bien mayor, o del “amor al género humano”³⁴, así como se define la “filantropía” en la Real Academia Española.

En estos últimos dos años de crisis pandémica, considerado su rol predominante para el logro de las metas de la Agenda 2030 y hacia la superación de la pandemia, la “filantropía privada está remodelando el panorama del desarrollo más que nunca”.³⁵ Ya en el primer mes de la crisis pandémica, las estimaciones de las promesas de fundaciones y corporaciones para la respuesta a COVID-19 habían superado los US \$ 1 mil millones a nivel internacional.³⁶ Un estudio de la OECD de 2020 destaca que más de dos terceras partes de las fundaciones analizadas en el estudio habían establecido nuevos fondos para abordar problemas relacionados con la pandemia de Covid-19, además muchas de ellas re-estableciendo prioridades.³⁷

3. Análisis crítico de los esfuerzos filantrópicos para la salud global

El próximo segmento de esta contribución verá de manera crítica y con consideraciones a propósito del papel cada vez mayor de los filántropos y de sus fundaciones en la cooperación técnica que, si bien resuelven vacíos en disponibilidad de fondos, por otro están determinando una serie de efectos en la salud pública de los países y de la agenda global, interviniendo sobre prioridades, métodos de trabajo y roles que podrían entrar en conflicto con la salud colectiva.

3.1. Gobernanza y “filantropía de riesgo”

Una materia que ha sido objeto de estudio y discusión por muchos autores tiene que ver con la intervención de los grandes filántropos en prioridades y métodos de trabajo de países en desarrollo y la influencia de las grandes fundaciones en la configuración de la agenda mundial de salud. Las incursiones del sector privado benéfico en el apoyo a países y agendas globales, como veremos en los capítulos posteriores, pueden no ser sin riesgos. Organizaciones intergubernamentales como es el caso del sistema multilateral y los mismos gobiernos podrían salir debilitados por el flujo incesante de recursos del sector filantrópico manejado por las grandes fundaciones, con aumentada dependencia en tema de agendas, metodologías, alianzas y de la misma disponibilidad de fondos

Esta hipótesis es descrita de forma clara por Dentico: “el capitalismo filantrópico se ha posicionado firmemente como una vía hacia el rediseño de la gobernanza en los ámbitos de salud, así como debilita a las Naciones Unidas y a sus agencias especializadas, en particular la

³³ Nicoletta Dentico y Karolin Seitz. ODS 3 Filantropocapitalismo en la salud y nutrición mundiales: análisis e implicaciones.

³⁴ RAE. <https://dle.rae.es/filantrop%C3%ADa>

³⁵ OECD. 2020. Op. cit.

³⁶ Grabois, A. (2020, March 11). Update on the philanthropic response to the Coronavirus Disease (COVID-19). *Candid Blog*.

³⁷ Emily Finchum-Mason, Kelly Husted, and David Suárez. 2020. Philanthropic Foundation Responses to COVID-19

Organización Mundial de la Salud (OMS) y la Organización para la Alimentación y la Agricultura (FAO), y, también han menoscabado la aplicación a nivel nacional de estrategias de desarrollo integradas”. La autora, en su análisis del ODS 3 relacionado con el filantropocapitalismo, se refiere a este tipo de filantropía como de riesgo y destaca que actores como organizaciones de la sociedad civil, científicos y medios de comunicación están dedicando cada vez más atención investigación a la creciente influencia de la filantropía en el desarrollo mundial, “en particular en lo que respecta actores influyentes del capitalismo filantrópico, conocido también como *filantropía de riesgo*”.

El poder financiero del filantropismo tiene capacidad de influir en la configuración de los elementos principales de la «agenda de desarrollo», entre los que se encuentran:

- la desatención en nombre de la modernización de prácticas de sentido común para la salud y la nutrición, y en ocasiones, la negativa a realizarlas;
- la insistencia en optar por un enfoque técnico como la mejor solución para las poblaciones pobres;
- la extensión del modelo de medicalización a la producción de alimentos;
- la reformulación de cuestiones como «acceso al conocimiento» en el campo de ciencias de la vida en términos que otorgan prioridad a las donaciones de grandes empresas o a concesiones condicionadas de tecnología patentada realizadas con fines humanitarios.”³⁸

Missoni, en un análisis sobre los pro y contra de las grandes fundaciones en la salud global, incluye en los elementos adversos: “demasiado influyentes: desvían la agenda pública global y distorsionan las prioridades de los países en desarrollo”.³⁹

Como lo destaca Youde, “la generosidad financiera de los principales donantes filantrópicos puede alterar el equilibrio y el ejercicio del poder dentro del sistema internacional.” Esto se debe a que “el poder sobre los demás actores lo detenga quien mantenga la riqueza, permitiendo que el donante obligue a un receptor a hacer algo que de otra manera no haría: el donante solo le dará dinero a un estado si ese gobierno acepta ciertas políticas.”⁴⁰

3.2. Filantropocapitalismo

Se trata ésta de una denominación que utilizan varios autores que se ocupan de las grandes filantropías. El filantropocapitalismo es una corriente de generosidad global en la cual ejecutivos de negocio billonarios utilizan la filantropía para financiar proyectos públicos.⁴¹ Aparentemente esta corriente resuelve la contradicción entre filantropía, tradicionalmente utilizada para dar, y capitalismo, basado en la búsqueda de ventajas económicas privadas. Mirando a las experiencias en ámbito de las filantropías multi billonarias parece que el redireccionar una fracción de las ganancias obtenidas a través del neoliberalismo en nombre de la generosidad, puede permitir crear un contrapeso de imagen a las inequidades creadas por un sistema social y económico que ahora se demuestra generoso en mitigarlas. Es así como las grandes acumulaciones de capitales podrían buscar formas de rescatar daños producidos a través de acciones que muestren generosidad. Es oportuno también referir que algunas de estas iniciativas filantrópicas no son desde el punto de vista legal verdaderas fundaciones caritativa

³⁸ Nicoletta Denticio y Karolin Seitz. Op. Cit.

³⁹ Eduardo Missoni. Los actores privados en la salud global: actores comerciales y organizaciones filantrópicas globales.

⁴⁰ Jeremy Youde. 2019. The role of philanthropy in international relations. Review of International Studies.

⁴¹ Charles Rhodes, Peter Bloom. The Guardian. 2018. The trouble with charitable billionaires.

sin fines de lucro, sino compañías de responsabilidad limitada. De hecho, en esos casos, una compañía de ese tipo puede dedicarse a mucho más que exclusivamente a actividades de tipo caritativo, como por ejemplo producir inversiones en otras compañías, o también realizar donaciones de matiz político.⁴²

Lo que sugiere este ejemplo es que uno de los principios de actuación de los directores ejecutivos de una empresa, CEO por su sigla en inglés, podría ser de generar iniciativas en las cuales no exista alguna incompatibilidad 'aparente' entre ser generosos, ejercer control sobre lo que se dona y la posibilidad de obtener resultados beneficiosos en retorno.

De hecho, existe una campaña filantrópica llamada "*The Giving Pledge*", que fue iniciada por Warren Buffet y Bill Gates en el 2010, y que se propone sugerir a los multimillonarios de donar la mayor parte de sus riquezas.⁴³ Entre las reglas de esta iniciativa no hay acciones bien definidas, más bien se propone de despertar un compromiso general para utilizar riquezas privadas a favor de bienes públicos, algo más como un compromiso moral. Según Forbes, hasta el 15 de junio 2022, Warren Buffet ya había donado 48 millardos de dólares en filantropía.⁴⁴

En un artículo del 2014 de Hay and Muller, desde su título, se cuestionaba la "generosidad de la era de oro de la filantropía"⁴⁵. Estos autores estimaron la cantidad de recursos voluntarios donados en solo los EE. UU. desde 1998 a 2052 en entre 109 y 159 billones de dólares por año. La filantropía, por las grandes dimensiones de las donaciones, fue considerada por estos autores "una nueva filantropía de los superricos" y considerada como una táctica para "desviar atención y recursos lejos de las fallas del capitalismo contemporáneo y también como una manera de sustituir los gastos públicos que han sido retirados por los estados". El mismo artículo sugiere la existencia de una clara relación geográfica en las donaciones y una finalidad de ahorrar el pago de impuestos para esta categoría de superricos.⁴⁶

También Reich argumenta que "la filantropía, más allá de las donaciones caritativas, encarna también el riesgo de un poder plutocrático en cuanto las fundaciones parecen más interesadas en proteger su poder y privilegios que contribuir al bien público".⁴⁷

"Lo que estamos observando, comenta el artículo de The Guardian, es una transferencia de responsabilidades - al sector privado personificado en este casi por las fundaciones - sobre los bienes públicos y los servicios que deberían ser ofrecidos por las instituciones democráticas de los estados".⁴⁸ Esta administración delegada, en la gestión de bienes públicos, a entidades filantrópicas, o por ellas financiados, no está sin riesgos.

⁴² Ibidem

⁴³ Mattathias Schwartz. Business Insider Mexico. 2021. Bill Gates y Warren Buffett comprometieron a millonarios a donar la mitad de su riqueza. Esto avanza lentamente, mientras algunos pagan menos impuestos.<https://businessinsider.mx/bill-gates-warren-buffett-comprometieron-millonarios-donar-mitad-riqueza-avanza-no-como-esperado/>

⁴⁴ Randall Lane. Forbes México. 2022. Exclusiva: Bill Gates y su exesposa revelan cómo se unieron para ser los donantes más grandes del mundo.<https://www.forbes.com.mx/exclusiva-bill-gates-y-su-ex-esposa-revelan-como-se-unieron-para-ser-los-donantes-mas-grandes-del-mundo/>

⁴⁵ Muller Samantha, Hay Iain. 2013. Questioning generosity in the golden age of philanthropy: Towards critical geographies of super-philanthropy. DOI: 10.1177/0309132513500893

⁴⁶ Ibidem

⁴⁷ Reich, R. (2018). *Just giving: Why philanthropy is failing democracy and how it can do better*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

⁴⁸ Charles Rhodes, Peter Bloom. The Guardian. 2018. Op. cit

En el momento en que la responsabilidad social empresarial – RSE – ya no es objeto de debate en cuanto aceptada de forma casi universal, el punto central ahora es sobre la filantropía y su uso para fortalecer un sistema político y económico que es funcional a un número muy limitado de personas que tienen como objetivo central el acumulo de enormes cantidades de riquezas.

3.3. El modelo de las fundaciones para manejo de bienes públicos

En estos años, los actores filantrópicos han estado haciendo reingeniería para llevar las mismas dinámicas de las corporaciones al mundo de la cooperación al desarrollo. Una idea a la base del filantropocapitalismo es la noción de que “mecanismos capitalistas son superiores a todos los demás sistemas, especialmente del estado, no solo en crear condiciones económicas sino también para el progreso humano”.⁴⁹ En esa lógica, el mercado y los actores del mercado deberían ser los primeros creadores de una buena sociedad, el capitalismo no es el problema sino la solución a todos los problemas más importantes del mundo; no hay conflicto entre ricos y pobres; y el rico es el mejor aliado del pobre.⁵⁰

Bajo estos conceptos, la filantropía, y las acciones, iniciativas, programas, donaciones, fondos mundiales que sean por ella alimentados, se transforman en modelos de implementación que utilizan soluciones basadas en el mercado, caracterizadas por eficiencia y capacidad de cuantificar los costos y los beneficios. En otras palabras, el filantropocapitalismo adapta las prácticas de cooperación para los bienes públicos tomando el método desde el sistema de negocio y mercado. Esto hace de manera que esta clase de filantropía tenga una gestión en la cooperación muy parecida a la de los CEO en manejar sus negocios. Es esta una de las líneas enunciadas por Missoni en su cuadro de los pros y contra de las fundaciones en salud global cuando sugiere que “imponen su modelo de negocios a otras instituciones”.⁵¹

Según Garry Jenkins, Decano de la Facultad de Leyes de la Universidad de Minnesota, “el estilo CEO ha permeado la reciente filantropía para que la misma se vuelva más directiva, más controladora, más enfocada en métricas, en mecanismos orientados al negocio, de manera que se pueda demostrar que el trabajo de la Fundación es estratégico y transparente”.⁵²

3.4. Filantropismo político

Las grandes corporaciones multinacionales, por su dimensión global, riqueza y poder, se ubican a través de la Responsabilidad Social Empresarial (RSE), como actor político de grande relevancia, pudiendo involucrarse en procesos políticos para resolver problemas sociales, frecuentemente a escala global. Esta relación entre RSE y mundo político ha sido denominada RSE política.⁵³ En los lazos que tales corporaciones construyen con gobiernos, entidades cívicas e instituciones internacionales, la separación entre el propósito del Estado y los intereses de las corporaciones va esfumándose, hasta confundirse.

Se ha observado que las corporaciones van dedicándose de manera incremental a la definición de estándares y políticas que tradicionalmente habían sido competencia de los

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ Mikkel Thorup. 2015. Pro bono? John Hunt Publishing.

⁵¹ Eduardo Missoni. Op. Cit.

⁵² Charles Rhodes, Peter Bloom. The Guardian. 2018. Op. cit.

⁵³ Andrea Scherer, Guido Palazzo. 2008. Globalization and Corporate Social Responsibility in Charles Rhodes, Peter Bloom. 2018. The trouble with charitable billionaires – Charles Rhodes, Peter Bloom – The Guardian.

gobiernos: uno de ellos la provisión de salud pública, la educación, la protección de los derechos humanos, en mitigar problemas como el SIDA, la malnutrición, preocupándose de la protección del ambiente, la promoción de la paz y la estabilidad social.

Podemos afirmar que actualmente grandes corporaciones pueden concentrar poderes económicos y políticos significativos y en escala global. Más allá de las implicaciones de encubrimiento de los efectos devastadores de una cultura neoliberal, de las grandes ganancias acumuladas con gestiones de dudosa ética en cuanto a mecanismos de protección de los trabajadores y de una competición sana de los mercados, sin monopolios, es oportuno también evidenciar el intento de promover la gestión autocrática de los CEOs y sustituir la democracia con estilos ejecutivos autoritarios.

Hace parte de este nuevo impulso de transformar la filantropía en un modelo político, “el considerar al mercado libre como un requerimiento fundamental para una democracia liberal”. Esta conexión entre mercado y política proyecta hacia los ciudadanos mensajes que se requiere de un gobierno y de un presidente fuerte para implementar cambios de mercado que frecuentemente son impopulares. La imagen de un autócrata poderoso, en esta lógica, es transformada en una figura potencialmente positiva, un líder político con ideas innovadoras. La filantropía se vuelve así un canal que permite a los CEOs de financiar estos autoritarismos señalados a los electores como “buenos” y dignos de ser elegidos para la jefatura de un gobierno.⁵⁴

3.5. Responsabilidad filantrópica vs efecto del mercado libre global

Según el mismo artículo de The Guardian antes citado, irónicamente el filantropocapitalismo ha permitido a las corporaciones consolidar un derecho moral, por lo menos en el sentimiento público, que “le permite la autoridad de ser socialmente irresponsables en su manejo del negocio”⁵⁵. Al promover la generosidad personal de los CEOs, se les otorga frente al público una imagen que mitiga formas impropias de las corporaciones en el manejo de sus negocios, con poca consideración para los efectos sociales más amplios causados por sus actividades.⁵⁶ Según los mismos autores, “el filantropocapitalismo es comúnmente presentado como un componente de justicia social de un sistema por otro lado amoral, de mercado global libre”.⁵⁷

De acuerdo con varios autores, existe un uso de la acción filantrópica de las grandes corporaciones para mitigar daños a la reputación, como la que ocurre en el caso de escándalos que se vuelven mediáticos. Según The Guardian, la RSE si bien fue introducida para reducir efectos negativos ocasionados por las corporaciones en sus actividades de negocio, con el tiempo se ha transformado en un medio para fortalecer tales intereses al tiempo de mostrar de una forma ostentada que estaban preocupándose y contribuyendo a los intereses de otros. De esta manera, cuando acontece un escándalo que tiene que ver con la falta de acceso a derechos humanos, tales corporaciones inmediatamente utilizan las actividades implementadas a través de fondos de RSE para mitigar los daños.⁵⁸

⁵⁴ Charles Rhodes, Peter Bloom. The Guardian. 2018. Op. cit.

⁵⁵ Ibidem

⁵⁶ Ibidem

⁵⁷ Ibidem

⁵⁸ Ibidem

3.6. Inequidades y filantropocapitalismo

En varios artículos, se sostiene que “la era de oro de la filantropía corresponde también a una era de creciente desigualdad”, destacando “una incoherencia con la aparente proliferación de donaciones prometidas por el filantropocapitalismo y la RSE, que resulta más bien como una justificación social de la desigualdad extrema de la riqueza, más que un concreto intento de luchar contra las inequidades”⁵⁹. Es exactamente por esa razón que la tendencia actual del filantropocapitalismo está centrada en el interés de las corporaciones en hacerse cargo de las provisiones de bienes públicos y servicios. De una forma más general, como explica el artículo del *The Guardian*, “las corporaciones utilizan medios para parecer buenos en vez de ser buenos” y que, a pesar de donaciones importantes para metas sociales, las grandes inequidades en las poblaciones han aumentado en la edad de oro del filantropocapitalismo en vez que disminuir” y que, “si bien la generosidad de los CEO puede declararse enorme porque ellos han hecho donaciones a causas caritativas de gran parte de sus riquezas, al mismo tiempo tales contribuciones les permiten justificar socialmente las inequidades extremas de riqueza en vez que mitigar tal fenómeno”.⁶⁰

El informe del 2017 de OXFAM llamado “Una economía para el 99%”⁶¹, subraya las injusticias y la insostenibilidad del mundo que sufre niveles de inequidad creciente. En sus estadísticas, este informe muestra que las 10 corporaciones más grandes del mundo tienen ingresos que superan los ingresos combinados de por los 180 países económicamente menos avanzados. Esto denota que los beneficios del crecimiento económico solamente son útiles a los ricos y no a “quienes más lo necesitan”. En este contexto, las corporaciones no respetan los derechos humanos y el medio ambiente y, además, evitan “el pago de impuestos que podrían beneficiar a todos, y a las personas más pobres” creando mecanismos de redistribución y de equidad institucionales más efectivas.⁶²

Al final, es el capitalismo que está en el corazón del filántropo-capitalismo y es la corporación quien está en el corazón de la RSE. Lo más preocupante de todo este juego es que, a través de las grandes donaciones y la injerencia de las corporaciones en los bienes públicos globales, definitivamente se esfuma la distinción entre público y privado, entre intereses de la colectividad e intereses del negocio permitiendo como resultado final un aumento de la concentración de riqueza en pocas manos. Es claro que una redistribución de la riqueza puesta en las manos de los más ricos no va a permitir una real redistribución. Si el mecanismo para redireccionar las inequidades es creado por los más ricos, lo más probable es que sean ellos mismos quienes probablemente se vayan a beneficiar. En este caso se podría pensar que las grandes filantropías, el nombre de la generosidad, pueden controlar los bienes públicos sin resolver las graves inequidades que van empeorando cada año.

4. Conclusiones

En el marco de la filantropía en la cooperación internacional en salud, se presentan sintéticamente, como última contribución, algunos principios, que pueden ser utilizados, desde nuestra perspectiva, como puntos de reflexión que habría que tomar en cuenta para mitigar el impacto negativo de la filantropía en la conducción del quehacer de salud pública de los estados. Creemos que un sano debate alrededor de estos elementos podría facilitar y optimizar un uso

⁵⁹ Ibidem

⁶⁰ Ibidem

⁶¹ OXFAM. Deborah Hardoon. 2017. <https://www.oxfam.org/en/research/economy-99>

⁶² Charles Rhodes, Peter Bloom. *The Guardian*. 2018. Op. cit.

de los recursos filantrópicos con beneficios reales de las poblaciones y de las instituciones por ella competentes:

- Los países y los socios multilaterales deben continuar el dialogo sobre la financiación en salud. Avanzar en la sostenibilidad financiera es indispensable para asegurar continuidad de la financiación, la independencia en las prioridades, y disminuir la dependencia de las contribuciones voluntarias.
- La entidad de los aportes externos debe ser proporcionada al tamaño de la inversión nacional, al presupuesto “core” de las entidades multilaterales, y a las capacidades de manejo estatal, para garantizar continuidad, evitando que, en el caso nada improbable de retiro de los fondos de parte de los filántropos, se quiebre la resiliencia adquirida, con efectos nocivos para las poblaciones locales y la eventual reaparición de problemas pre-existentes a la ayuda filantrópica.
- Es prioritario fortalecer y construir alianzas para permitir el uso de donaciones filantrópicas sin pre-condiciones rígidas o impuestas, dejando espacio a modelos de gobernanza basados sobre el dialogo y el consenso. La presencia de una buena planificación nacional o multi-país, con definición clara de prioridades, métodos de trabajo, resultados e indicadores puede ser útil para contrastar condiciones o ‘valores impuestos’.
- Ampliar los mecanismos de gobernanza en espacios regionales y subregionales, tomando en cuenta o privilegiando iniciativas de ayuda multi-país o en frontera entre dos o más países sobre temas comunes, puede ser una estrategia de mitigación de impacto.
- La disminución de la tasación derivada de los negocios emprendidos por las corporaciones no debe afectar a la recaudación de los impuestos que sostenga la entidad de presupuesto nacional necesario para implementar estrategias de redistribución de la renta, que son cruciales para mejorar la equidad interna del país.

Bibliografía

Abbondanzieri Camila. 2020. Actores privados y salud global en el sistema de cooperación internacional: un vínculo reforzado en el marco de la pandemia de COVID-19.

Alonso Pedro L. ; Vilasanjuan Rafael. 2013. El papel de la filantropía en la salud global

Dentico Nicoletta ; Seitz Karolin. ODS 3 Filantropismo en la salud y nutrición mundiales: análisis e implicaciones.

Finchum-Mason Emily; Husted Kelly; Suárez David. 2020. Philanthropic Foundation Responses to COVID-19

Grabois, A. (2020, March 11). Update on the philanthropic response to the Coronavirus Disease (COVID-19). Candid Blog.

Lane Randall. Forbes Mexico. 2022. Exclusiva: Bill Gates y su exesposa revelan cómo se unieron para ser los donantes más grandes del mundo.<https://www.forbes.com.mx/exclusiva-bill-gates-y-su-ex-esposa-revelan-como-se-unieron-para-ser-los-donantes-mas-grandes-del-mundo/>

Martens, J.; K. Seitz (2015): Philanthropic Power and Development: Who shapes the agenda? Aquisgrán/Bonn/Berlín: Global Policy Forum/ MISEREOR/Pan para el mundo. www.globalpolicy.org/images/pdfs/GPFEurope/Philanthropic_Power_online.pdf

Mediavilla Merino Juan José. Filantropismo y Cooperación al Desarrollo: el caso de la lucha contra la poliomielitis. Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo / Iberoamerican Journal of Development Studies

Volumen/volume 4, número/issue 2 (2015),

Missoni Eduardo. Los actores privados en la salud global: actores comerciales y organizaciones filantrópicas globales.

Muller Samantha, Hay Iain. 2013. Questioning generosity in the golden age of philanthropy: Towards critical geographies of super-philanthropy. DOI: 10.1177/0309132513500893

Organización Mundial de la Salud OMS. <https://www.who.int/es/about/funding>

Organización Mundial de la Salud OMS. 2022. A75/9. Informe del Grupo de Trabajo sobre Financiación Sostenible. https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75_9-sp.pdf

Organización Mundial de la Salud OMS. 2022. Report by Mr Björn Kümmel, Chair of the WHO Sustainable Financing Working Group, to the Seventy-five World Health Assembly. <https://www.who.int/news/item/26-05-2022-report-by-mr-bj-rn-k-mmel--chair-of-the-who-sustainable-financing-working-group--to-the-seventy-five-world-health-assembly>

Organización Mundial de la Salud OMS. Voluntary contributions - specified. <https://open.who.int/2020-21/contributors/overview/vcs?name=United%20States%20of%20America>

Organización Mundial de la Salud OMS. 2022 EB/WGSF/3/3

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos OCDE/OCDE. 2014. Guidelines for effective Philanthropic Engagement.

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos OCDE/OCDE. Private Philanthropy for Development (CRS). https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_PPF

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos OCDE/OCDE. 2021. *Private Philanthropy for Development – Second Edition : Data for Action* <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/cdf37f1e-en/1/3/1/index.html?itemId=/content/publication/cdf37f1e-en&csp=64f1aacd1c85e6f34404d7f4cde810a9&itemIGO=oecd&itemContentType=book>

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos OCDE/OCDE. 2020. Private philanthropy for the SDGs

Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos OCDE/OCDE. 2004. Fundaciones Filantrópicas y Cooperación al Desarrollo. Extracto del Diario del CAD (Comité de Ayuda al Desarrollo) de 2003, Volumen 4

OXFAM. Deborah Hardoon. 2017. <https://www.oxfam.org/en/research/economy-99>

Real Academia Española RAE. <https://dle.rae.es/filantrop%C3%ADa>

Reich, R. (2018). Just giving: Why philanthropy is failing democracy and how it can do better. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Resolución A/RES/70/1 de la Asamblea General de la ONU, 2015. “Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible” https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf

Rhodes Charles, Bloom Peter. The Guardian. 2018. The trouble with charitable billionaires.

Scherer Andrea, Palazzo Guido. 2008. Globalization and Corporate Social Responsibility in Charles Rhodes, Peter Bloom. 2018. The trouble with charitable billionaires – Charles Rhodes, Peter Bloom – The Guardian.

Schwartz Mattathias. Business Insider Mexico. 2021. Bill Gates y Warren Buffett comprometieron a millonarios a donar la mitad de su riqueza. Esto avanza lentamente, mientras algunos pagan menos impuestos. <https://businessinsider.mx/bill-gates-warren-buffett-comprometieron-millonarios-donar-mitad-riqueza-avanza-no-como-esperado/>

Thorup Mikkel. 2015. Pro bono? John Hunt Publishing.

Valenzuela Castro Itzy Vanessa. Agencia Presidencial de Cooperación Internacional de Colombia. La Filantropía Es Una Herramienta Que Impulsa La Cooperación Internacional. <https://www.apccolombia.gov.co/sites/default/files/2022-06/Art.CoopyFilantrop%C3%ADa.pdf>

Youde Jeremy. 2019. The role of philanthropy in international relations. Review of International Studies.

Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Com o início, em 12 de setembro de 2022, da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, seguiremos nas próximas semanas o conteúdo das apresentações dos informes previstos na agenda e os debates e resoluções que serão adotados.

Como parte de nosso exercício de educação permanente sobre o CDH e as Nações Unidas, sugiro que o leitor explore o painel - [OHCHR Dashboard](#) para ver o mosaico histórico e dinâmico das convenções e tratados até hoje aprovados pelas Nações Unidas e as ratificações por país, o que compõe o campo de instrumentos legalmente vinculantes para a garantia dos direitos humanos no mundo.

É preocupante que nos informes recentes do Alto Comissariado de Direitos Humanos (*Promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais no contexto de enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia da doença coronavírus (COVID-19); Espaço da sociedade civil e Covid19: o caminho para a recuperação e o papel essencial da sociedade civil*), e no Informe do Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento, Saad Alfarargi (*Planos e políticas de resposta e recuperação sobre a pandemia da doença coronavírus (COVID-19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento em nível nacional*) - todos três em torno aos impactos negativos da pandemia nas já combalidas capacidades multilaterais e nacionais de garantia dos direitos humanos - a resposta à esta urgente complexidade termine capturada por consignas que estão cooptadas pelas comunidades epistêmicas hegemônicas, como por exemplo na cobertura universal, nos determinantes sociais e na participação da sociedade civil, evitando entrar no debate estrutural do modo de produção capitalista como gerador de desigualdades e, portanto, no papel central da exploração dos recursos ambientais e humanos nesta corrida insensata em que estamos submersos.

A ideia asséptica de cobertura universal tem que ser analisada como parte de um ambiente dominado pela penetração do capital financeiro no asseguramento e na provisão de serviços - fortemente instalados depois da destruição das capacidades estatais públicas nos anos 90, e com a financeirização generalizada das políticas sociais em tempos de austeridade fiscal decorrente do sistema de dívidas internacional. Para aprofundar este debate sugiro os trabalhos de 2014 e 2015 sobre a cobertura universal em saúde – *UHC Universal Health Coverage: avanço ou retrocesso na luta pelo direito humano à saúde? Uma contribuição ao debate político-ideológico da guerra de posições entre comunidades epistêmicas no campo da saúde global*), acessível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40235> e <https://www.scielo.br/j/csp/a/JqD9gZtgpZbwBPLQpTLLNqR/?lang=pt>

Ou seja, abordamos o problema social das crescentes desigualdades decorrentes da concentração atávica da riqueza, de mãos dadas com a crise política profunda das democracias liberais em cumprir sua missão de proteger os direitos interdependentes das pessoas, através de um corolário de documentos de contestação ou alerta que terminam soando como gritos de impotência, pois não encontramos nas conclusões e recomendações dos informes a disposição direta de eliminação das matrizes econômicas e políticas que submetem permanentemente os seres humanos e a natureza a uma máxima exploração.

Adicionalmente, para marcar a urgência de um debate radical sobre as transformações necessárias, fazemos referência ao informe da OIT, lançado neste 12 de setembro, que calcula

o número de pessoas submetidas à “escravidão moderna” em 50 milhões de seres humanos, com um aumento importante durante a pandemia. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipecc/documents/publication/wcms_854733.pdf Este é o mundo que já não podemos ignorar e aceitar de forma indiferente.

Convidamos também à leitura crítica dos informes seguintes, que têm o mérito de analisar, de forma ampla e potente, os elementos sistêmicos dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento no marco da pandemia de Covid19, como também os instamos a traduzir conclusões e recomendações em ações concertadas nacional e regionalmente para incidir de forma profunda e permanente nas determinações que reproduzem cotidianamente os limites de nossas políticas e epistemes capturadas pela colonialidade, e reprodutoras da insuficiência planejada na aplicação dos direitos. Nesta 51ª Sessão do CDH, os debates sobre o Direito ao Desenvolvimento e seu Tratado, assim como o informe sobre os impactos do racismo, do colonialismo e da colonialidade nos direitos humanos podem abrir novas perspectivas para a radicalidade necessária, antes que seja demasiado tarde.

Extratos traduzidos ao português dos informes mencionados:

- 1. Promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais no contexto de enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia da doença coronavírus (COVID-19). Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.** <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/444/31/PDF/G2244431.pdf?OpenElement> em inglês; <https://documents-dds-y.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/444/34/PDF/G2244434.pdf?OpenElement> em espanhol.

Resumo: Elaborado de acordo com a resolução 49/19 do Conselho de Direitos Humanos, o presente relatório contém uma visão geral das atividades e projetos de pesquisa do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) na promoção e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais. no contexto do enfrentamento das desigualdades, e dos esforços e progressos que a OHCHR tem feito para melhorar sua capacidade, e as lacunas restantes, neste campo.”

A crise da COVID-19 tem destacado a ampla lacuna entre os compromissos de direitos humanos dos Estados e o efetivo cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais para todos: investimento inadequado em setores sociais, incluindo habitação, educação e sistemas de saúde; lacunas na proteção social; desigualdades estruturais; degradação ambiental; e uma crise climática mal tratada. A OHCHR intensificou seu engajamento no combate às desigualdades econômicas e outras, enquanto se esforça para fortalecer a promoção e a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais, usando uma abordagem de indivisibilidade para todos os direitos humanos. A OHCHR enfatiza que os direitos humanos fornecem um modelo abrangente para uma recuperação sustentável, como ecoou o Secretário-Geral em "A mais alta aspiração: um chamado à ação pelos direitos humanos" e em seu relatório intitulado "Nossa Agenda Comum".

A pandemia da COVID-19 e os impactos socioeconômicos resultantes revelaram uma crise de direitos humanos, agravada pelas desigualdades econômicas e sociais pré-existentes dentro e entre países, e acendeu uma luz sobre as consequências estruturais de décadas de serviços e políticas públicas subfinanciadas ou desmanteladas relacionadas aos direitos econômicos, sociais e culturais. A pandemia expôs sistemas de proteção social fracos,

interrompeu o direito à educação de crianças e jovens, aumentou a violência contra as mulheres, aumentou significativamente a pobreza e empurrou mais pessoas para a fome. 4 As profundas desigualdades nos países foram agravadas devido a décadas de ortodoxias econômicas e políticas que afastam as obrigações legais relativas aos direitos econômicos, sociais e culturais. Desigualdades crescentes, aumento da pobreza, falta de serviços e discriminação contínua ameaçam a coesão social, aumentam o risco de conflitos violentos e dificultam o desenvolvimento sustentável e a recuperação frente ao impacto da pandemia.

Necessidade crescente de trabalho ampliado nos direitos econômicos, sociais e culturais. Hoje, a realidade é que as pessoas estão cercadas por dificuldades socioeconômicas induzidas pela pandemia, crises de combustível e alimentos, e crescente pobreza e desigualdades. Esses desafios tornam os esforços dos Estados para promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais ainda mais urgentes e importantes.⁴¹ Ao mesmo tempo, a privação dos direitos econômicos, sociais e culturais ⁴² e as desigualdades entre diferentes grupos são considerados fatores contribuintes para a maioria dos conflitos modernos. Desigualdade econômica entre grupos étnicos, por exemplo, aumenta a probabilidade de conflitos internos.⁴³ O frágil estado da economia global na esteira da pandemia COVID-19 e dos impactos da guerra na Ucrânia, como o aumento dos preços dos alimentos, combustíveis e fertilizantes,⁴⁴ podem contribuir para a violência e a instabilidade.^{45,51} Embora seu trabalho na área de direitos econômicos, sociais e culturais tenha se expandido significativamente nos últimos anos, a OHCHR não é capaz de capitalizar as muitas oportunidades para o seu engajamento devido a seus recursos limitados.

38 OHCHR, Universal Human Rights Index database. Available at <https://uhri.ohchr.org/en>. 39 See A/HRC/51/13. 40 Ibid. 41 See E/2021/77. 42 E/2016/58, para. 47. See also Frances Stewart, Graham Brown and Luca Mancini, "Monitoring and measuring horizontal inequalities", Working Paper No. 4 (Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, 2010); Christopher Cramer, "Does inequality cause conflict?", *Journal of International Development*, vol. 15, No. 4 (May 2003), pp. 397–412; and Frances Stewart, Graham Brown and Luca Mancini, "Why horizontal inequalities matter: some implications for measurement", Working Paper No. 19 (Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, 2005). 12

Há uma demanda crescente em todo o sistema das Nações Unidas por apoio na integração de abordagens baseadas em direitos humanos para o desenvolvimento, por exemplo, mas a OHCHR tem dificuldade em acompanhar esses pedidos de parceria e apoio. 52 Da mesma forma, como observado, a riqueza de conselhos temáticos dos órgãos do tratado, dos procedimentos especiais e da revisão periódica universal sobre o combate à pobreza extrema, às desigualdades, à marginalização e à exclusão social e à proteção dos direitos nos países atingidos pela dívida é subutilizada, e a capacidade atual da OHCHR de fornecer cooperação técnica aos Estados-membros e outros portadores de direitos é limitada. 46,53. Além disso, a OHCHR vê espaço substancial para ampliar seu trabalho no enfrentamento das desigualdades e dos direitos econômicos, sociais e culturais em relação à prevenção, como apelou pelo Secretário-Geral em "*A mais alta aspiração: um chamado à ação pelos direitos humanos*" ⁴⁷ e na "*Nossa Agenda Comum*". ⁴⁸ A OHCHR vê potencial na ampliação de seu trabalho para abordar os direitos humanos dos 'deixados para trás' de forma concreta e participativa, especialmente em relação à salvação de vidas e aos meios de subsistência sustentáveis, pois é uma estratégia eficaz de prevenção de conflitos, bem como contribuir para a análise da economia, direitos sociais e culturais totalmente integrais aos esforços de alerta e prevenção precoces.⁴⁹

54. A relevância do trabalho da OHCHR se reflete nas crescentes demandas por seu engajamento em todo um espectro de direitos humanos. A OHCHR tem respondido a essas demandas da forma mais eficaz possível, esticando continuamente seus recursos limitados para lidar com suas tarefas crescentes. Os progressos feitos só podem ser sustentados se forem capazes de engajar os Estados e outras contrapartes de forma consistente. Para continuar a entregar o aumento do trabalho, é urgente aumentar as capacidades especializadas e dedicadas de direitos econômicos, sociais e culturais nas presenças de campo da OHCHR, escritórios regionais e sedes, com recursos humanos e financeiros adicionais. Tal capacidade especializada e dedicada ajudará a OHCHR a fornecer apoio específico e operacionalmente relevante para a operacionalização dos direitos econômicos, sociais e culturais, para permitir que os Estados-membros cumpram suas obrigações de realizar progressivamente os direitos econômicos, sociais e culturais em seus respectivos países.

55. A OHCHR tem visto resultados significativos através de seu trabalho que vincula direitos econômicos, sociais e culturais e direitos às questões de desenvolvimento com políticas macroeconômicas concretas e baseadas em evidências em nível nacional.

A iniciativa de surto ajudou a desempacotar os elementos conceituais de uma economia que melhora os direitos humanos. Ter dedicado a capacidade de direitos econômicos, sociais e culturais nos países e presenças regionais da OHCHR aumentaria substancialmente a capacidade da OHCHR de fornecer apoio operacional e orientação política aos Estados-membros e atender às crescentes expectativas em áreas, como o apoio à recuperação econômica baseada em direitos humanos e planejamento de desenvolvimento.

IV. Conclusões - 56. No contexto da crise socioeconômica gerada pela pandemia, a OHCHR intensificou, dentro dos recursos limitados disponíveis, seu engajamento no combate às desigualdades econômicas e outras, contribuindo com análises baseadas em direitos e soluções com destaque para aqueles em risco de serem deixados para trás. O trabalho relacionado ao desenvolvimento, aos direitos econômicos, sociais e culturais é frequentemente realizado em silos separados e, de fato, muitas vezes, faltam considerações sobre direitos humanos da prática de desenvolvimento e economia. As abordagens inovadoras da OHCHR, através da iniciativa surge em particular, estão tentando quebrar esses silos e estão demonstrando o valor da inclusão dos direitos humanos. 50 O trabalho relativo à integração dos direitos humanos no desenvolvimento e nas esferas econômicas também é um exemplo de uma área onde novos investimentos produzirão resultados cada vez mais profundos.

43 A/HRC/46/43, para. 23. 44 Global Crisis Response Group on Food, Energy and Finance, “Global impact of the war in Ukraine: billions of people face the greatest cost-of-living crisis in a generation”, Brief No. 2 (8 June 2022). 45 E/2016/58, para. 51. 46 OHCHR, Universal Human Rights Index database. Available at <https://uhri.ohchr.org/en/>. 47 António Guterres, “The highest aspiration: a call to action for human rights”, 2020. 48 United Nations, Our Common Agenda: Report of the Secretary-General (2021). 49 See E/2016/58. A/HRC/51/20 13

57. Recuperar melhor requer um compromisso renovado de manter e dar efeito prático à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais. A pandemia tem colocado severas tensões na economia e nas receitas governamentais, resultando, em muitos casos, em crescimento econômico negativo. O desafio de mobilizar recursos para os gastos sociais a curto e longo prazo é imenso, especialmente em países de baixa e média renda. No entanto, sob o direito internacional dos direitos humanos, os Estados têm o dever de garantir pelo menos níveis essenciais mínimos do gozo dos direitos à saúde, proteção social, nutrição e segurança alimentar, água e saneamento, moradia e educação para todas as pessoas sem discriminação,

mesmo em tempos de crise. Os princípios e normas de direitos humanos fornecem um modelo abrangente para uma recuperação sustentável, como também ecoou pelo Secretário-Geral nos dois documentos já mencionados.

58. A crise do COVID-19 evidenciou a ampla lacuna entre os compromissos de direitos humanos dos Estados e o efetivo cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais para todos. Também ressaltou a urgência de colocar os direitos econômicos, sociais e culturais no centro da resposta dos Estados à pandemia, enfatizando assim a indivisibilidade, interconexão e interdependência de todos os direitos humanos. Os direitos humanos foram projetados para acabar com o medo e o desejo, mas uma abordagem fragmentada e politizada criou um mundo onde o medo e o desejo ainda são muito prevalentes. Em meio à crescente desigualdade e à atual crise socioeconômica, o sistema de direitos humanos é a melhor ferramenta de prevenção disponível e uma base crítica para sustentar a paz e alcançar o desenvolvimento sustentável.

59. Os direitos humanos têm a chave para ajudar governos e sociedades a identificar formas inovadoras e inclusivas de se recuperarem melhor. Eles fornecem um modelo abrangente para uma recuperação sustentável, como também ecoou o Secretário-Geral nos documentos já mencionados. A OHCHR continuará a fornecer informações sobre direitos humanos para a análise precoce de alerta e risco, demonstrará como o respeito pelos direitos humanos contribui para a prevenção de conflitos e para construir uma cultura de prevenção informada pelos direitos humanos, particularmente através das recomendações de seus mecanismos primordiais. A OHCHR continua a desempenhar um papel indispensável na conscientização sobre a indivisibilidade dos direitos humanos e no apoio aos esforços dos Estados para a criação de uma economia que melhore os direitos humanos e uma recuperação baseada em direitos humanos e na integração dos direitos humanos nas Nações Unidas, tornando o sistema das Nações Unidas mais forte e eficaz.

60. As crescentes demandas pelo engajamento da OHCHR em todo o espectro dos direitos humanos e particularmente nos direitos econômicos, sociais e culturais atestam a relevância do trabalho da OHCHR. No entanto, as demandas vão além da capacidade da OHCHR de entregar e engajar, refletindo a necessidade de maior parceria, colaboração e multilateralismo. É crucial que o impulso seja mantido e que a OHCHR seja apoiada para responder adequadamente à crise global. 61.

Em particular, o apoio adicional permitiria à OHCHR expandir seu trabalho relacionado a: (a) Fazer uma mudança de paradigma para um sistema abrangente de proteção social baseado em direitos humanos ancorado na igualdade e não discriminação, participação efetiva dos detentores de direitos e fortalecimento da responsabilização e dos remédios; (b) Integrar uma abordagem baseada em direitos humanos à saúde, incluindo priorizar a cobertura universal de saúde, particularmente para os grupos mais marginalizados e abordar os determinantes subjacentes da saúde no contexto da recuperação pandêmica covid-19; (c) Promover uma abordagem baseada em direitos humanos para a segurança alimentar que apoie pequenos agricultores e pescadores, incluindo mulheres e meninas, garantindo que tenham acesso a crédito, terra, sementes, recursos naturais e tecnologia, para melhorar seus meios de subsistência, agricultura e pesca sustentáveis e seu gozo dos direitos humanos; (d) Mobilizar os recursos nacionais e utilizar os recursos máximos disponíveis como uma das principais obrigações para a plena realização dos direitos econômicos, sociais e culturais; (e) Ampliar o espaço fiscal para gerar recursos para o aumento do investimento nos direitos à saúde, educação, alimentação e nutrição e serviços sociais com o objetivo de enfrentar as

desigualdades econômicas e sociais alimentadas por modelos econômicos regressivos e uma geração de subfinanciamento dos serviços públicos.

2. Espaço da sociedade civil e Covid19: o caminho para a recuperação e o papel essencial da sociedade civil. Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/394/42/PDF/G2239442.pdf?OpenElement>

Resumo: Em sua resolução 47/3, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a elaboração de um relatório, examinando detalhadamente os principais desafios que a sociedade civil enfrentou no contexto da pandemia da doença coronavírus (COVID-19), tanto on-line quanto off-line, e também examinando as melhores práticas. O presente relatório baseia-se em insumos dos Estados e da sociedade civil e nas pesquisas sobre os desafios ao espaço da sociedade civil surgidos no contexto da pandemia COVID-19. No relatório, o Alto Comissariado pede um investimento muito mais sistemático em participação significativa, segura e inclusiva em todos os níveis, juntamente com medidas eficazes para proteger o acesso à informação, um ambiente propício ao debate e à liberdade de insegurança para aqueles que falam.

As recomendações contidas na presente seção fornecem uma receita de espaço cívico para fomentar a confiança. Dado os desafios e práticas descritos acima, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos identificou três áreas como chave para a preservação e a crescente confiança, que é uma peça central de toda sociedade saudável, mas ainda mais crítica durante emergências e crises de saúde. O progresso em cada uma das áreas deve ser medido e relatado de forma mais sistemática. 65. O Alto Comissariado insta os Estados e, conforme apropriado, outros atores, incluindo as empresas, sob os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, doadores e entidades do sistema das Nações Unidas, a investir em participação inclusiva e diversificada; fornecer o espaço e os meios para uma sociedade civil empoderada e um debate vibrante; e garantir um ambiente de proteção para a sociedade civil. Medidas concretas para alcançar esses objetivos estão estabelecidas abaixo.

A. Participação inclusiva e diversificada. 66. - Para investir em participação inclusiva e diversificada, Estados e outros atores devem:

(a) Promover a representação de uma variedade de círculos eleitorais e vozes e opiniões na tomada de decisões em todos os níveis, inclusive por meio de estruturas de participação formal, permanente e institucionalizada em diversos órgãos e ministérios governamentais (como comitês conjuntos, participação e pontos focais da sociedade civil), tornando os parlamentos e os órgãos eleitos nos níveis local e regional mais acessíveis e representativo, incluindo o uso de medidas especiais temporárias, como cotas para aumentar a participação significativa das mulheres, e basear-se em bons modelos de engajamento comunitário, investir em tecnologias e adotar soluções inovadoras, em especial aquelas desenvolvidas em contextos epidêmicos;

(b) Enfrentar barreiras à representação de diversas comunidades e preocupações,⁹¹ incluindo aquelas em risco de serem deixadas para trás, e garantir acessibilidade para uma variedade de comunidades, incluindo pessoas com deficiência. A sociedade civil em toda a sua diversidade deve ser consultada ao elaborar e rever os canais de engajamento. A análise adequada, incluindo a análise de gênero, é necessária para compreender contextos específicos,

desafios e necessidades de mulheres, jovens, crianças, pessoas com deficiência, idosos, povos indígenas, minorias, comunidades rurais e migrantes, entre outros;

(c) Construir confiança com a sociedade civil criando canais e plataformas de intercâmbio, inclusive no nível de base, para facilitar a escuta genuína e troca de ideias, e envolver pessoas e comunidades na resolução de problemas. Facilitar a organização da comunidade e investir em habilidades de liderança em nível local através de fóruns inclusivos de bairro e divulgação para aqueles a quem muitas vezes é negado acesso;

(d) Investir em disponibilizar o acesso à Internet de forma mais ampla para trazer novas vozes à mesa e, quando necessário, apoiar a sociedade civil na aquisição de hardware e habilidades necessárias; cobrir os custos de viagem ou organizar outras formas de permitir que indivíduos, inclusive de áreas rurais, participem; compensar a sociedade civil por custos adicionais decorrentes do uso de novas tecnologias (incluindo conectividade e eletricidade) e reconhecer e abordar as barreiras colocadas pela idade e gênero e divisões digitais;

(e) Aproveitar tecnologias para alcançar os círculos eleitorais, como por meio de discussões nas redes sociais para diferentes comunidades, incluindo jovens, incorporando lições aprendidas durante a pandemia. Paralelamente, possibilitar e institucionalizar uma participação on-line significativa em reuniões híbridas, abordando desafios particulares no acesso e participação efetiva em espaços online;

(f) Envolver a sociedade civil no desenvolvimento do instrumento internacional da OMS sobre pandemias. O Órgão de Negociação Intergovernamental estabelecido pela 91 A/HRC/49/42. A/HRC/51/13 17 A Assembleia Mundial da Saúde deve facilitar com urgência e ativamente a participação significativa de diversas entidades da sociedade civil, por meio de canais offline e online, no processo de desenvolvimento de uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta pandêmica.

B. Sociedade civil empoderada e debate vibrante. 67. - Para prover o espaço e os meios para uma sociedade civil empoderada e um debate vibrante, estados e outros atores devem:

(a) Permitir que a sociedade civil, incluindo a comunidade acadêmica e a mídia, operem livremente e sem discriminação. As únicas restrições admissíveis das operações da sociedade civil são aquelas estritamente necessárias, proporcionais, legais e não discriminatórias. Sua eficácia e duração devem ser revistas regularmente, com a participação ativa da sociedade civil, incluindo representantes da comunidade. O impacto das restrições deve ser avaliado caso a caso e através de um espaço cívico e lente de gênero. Deve haver uma presunção de que as restrições de cobertores às assembleias pacíficas são desproporcionais; 92

(b) Facilitar o debate vibrante offline e online, incluindo medidas e restrições controversas. Reconheça os protestos pacíficos 93 como uma forma legítima de participação. Permitir assembleias on-line, inclusive maximizando a conectividade e garantindo que o arcabouço legal permita o livre fluxo de informações, requer transparência para evitar qualquer interferência e protege a criptografia;

(c) Disponibilize fundos flexíveis de longo prazo para a sociedade civil, com base na igualdade e critérios claros, simplifique as regras de registro, permita ajustes em emergências e isenções fiscais e abstenha-se de limitar o recebimento de fundos, inclusive de fontes estrangeiras;

(d) Capacitar a sociedade civil a monitorar a implementação de medidas de saúde, educação e outras pandemias e acessar informações sobre alocação e uso orçamentário, incluindo orçamentos e fundos emergenciais, para medicamentos e vacinas, para garantir a responsabilização do governo; e fornecer à sociedade civil financiamento para a realização do monitoramento, permitindo proativamente o acesso a todos os dados e evidências necessários;

(e) Garantir transparência, pluralismo de mídia e acesso à informação para combater a desinformação. Os Estados devem cumprir seu dever de garantir o acesso pleno à informação em idiomas e formatos acessíveis, priorizando esforços para aumentar a alfabetização digital, maximizar a transparência e envolver a sociedade civil em seus esforços. A censura não só viola a liberdade de expressão, mas também exacerba a confusão e a desconfiança, dificultando o combate efetiva à desinformação. Regras opacas e políticas de remoção de conteúdo e restrições são contrárias ao interesse público. Governos e funcionários do governo não devem fazer, patrocinar, encorajar ou divulgar declarações não apoiadas por evidências sólidas e verificáveis.

C. Ambiente protetor para a sociedade civil. 68. - Para garantir um ambiente protetor para a sociedade civil, estados e outros atores devem:

(a) Reconhecer e celebrar o papel fundamental de uma sociedade civil pluralista em todos os níveis, do global ao local, incluindo jornalistas, denunciante, academia e defensores de direitos, levar suas contribuições a sério e se envolvam com a sociedade civil de boa fé;

(b) Tome medidas para proteger a privacidade e abster-se de usar e exportar tecnologias de vigilância. Envolver a sociedade civil na decisão de quais canais online são mais seguros e apropriados e realizar avaliações das configurações de privacidade;

(c) Abster-se, prevenir e responder a ameaças. Ameaças on-line e offline destinadas a silenciar a dissidência, perseguir vozes críticas, organizar campanhas de difamação contra e atacar a diversidade de atores da sociedade civil, especialmente aqueles perpetrados por, ou em nome de governos, devem ser investigados e processados;

(d) Estabelecer mecanismos e protocolos eficazes de proteção para responder a ataques contra aqueles que falam e equipar esses mecanismos para que sejam responsivos ao gênero e possam atender aos contextos e necessidades específicos de diferentes grupos e comunidades, incluindo denunciante, jornalistas e blogueiros. Proteger e apoiar esforços para eliminar litígios estratégicos contra a participação pública que busca silenciar vozes críticas e dissidentes; 94

(e) Garantir que as respostas de proteção levem em conta a dimensão on-line, por exemplo, monitorar e relatar sistematicamente ameaças e ataques on-line e documentar como eles encolhem o espaço da sociedade civil e se preparam para responder a incidentes específicos com medidas adequadas, focadas no bem-estar da vítima; (f) Integrar avaliações e salvaguardas de riscos, por meio de uma lente de direitos humanos e espaço cívico, em todas as concessões e programas que promovam ou afetem a participação da sociedade civil.

3. Planos e políticas de resposta e recuperação sobre a doença coronavírus (COVID-19) pandemia na perspectiva do direito ao desenvolvimento em nível nacional. Relatório do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Saad Alfarargi. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/401/03/PDF/G2240103.pdf?OpenElement> e

<https://documents-dds-y.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/401/06/PDF/G2240106.pdf?OpenElement> em espanhol

Resumo: No presente relatório, submetido ao Conselho de Direitos Humanos nos termos das resoluções do Conselho 33/14 e 42/23, o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Saad Alfarargi, examina a resposta e a recuperação da doença coronavírus (COVID19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento em nível nacional, destaca boas práticas e revisa desafios na garantia da participação significativa dos titulares de direitos. O Relator Especial conclui o relatório com recomendações sobre a integração do direito ao desenvolvimento desses planos.

“III. Conclusões. O relator especial estima que os planos de resposta e recuperação do COVID-19 são, em última análise, planos de desenvolvimento e que, como tal, devem estar alinhados com o direito ao desenvolvimento e os compromissos assumidos pelos governos ao elaborar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o mais importante é a promessa de não deixar ninguém para trás. Para alcançar esse objetivo, governos e tomadores de decisão não devem recorrer a medidas e políticas que possam reforçar ou exacerbar vulnerabilidades que já existem. Conforme elaborado nas diretrizes e recomendações sobre a implementação prática do direito ao desenvolvimento, 40 a implementação do direito ao desenvolvimento envolve a adesão às normas e princípios internacionais de direitos humanos, incluindo aqueles relacionados à não discriminação e às liberdades fundamentais.

Além disso, o cumprimento do direito ao desenvolvimento deve envolver capacitar as pessoas, tanto individual quanto coletivamente, a decidir seus próprios objetivos de desenvolvimento e seus métodos preferidos de alcançá-las. A visão de que o desenvolvimento é apenas um resultado econômico está incompleta, pois é possível que as prioridades de desenvolvimento de uma população permaneçam insatisfeitos, apesar do crescimento econômico. Como o Relator Especial observou em várias ocasiões,⁴¹ crescimento sem políticas redistributivas de atendentes tem sido ligado à desigualdade. Planos de resposta e recuperação que visam apenas restaurar a economia, ao mesmo tempo em que não conseguem lidar com padrões de desigualdade entrincheirados, não apenas serão incompatíveis com a Agenda 2030 e com as obrigações de direitos humanos dos Estados, mas também serão ineficazes e não garantirão que as sociedades e as comunidades atinjam o nível de resiliência que lhes permita superar futuras crises de saúde ou ambientais.

O desenvolvimento não deve ser concebido como meramente um processo sequencial em que se busca o crescimento econômico para financiar políticas sociais; em vez disso, o direito ao desenvolvimento conceitua o desenvolvimento como um processo holístico, exigindo a contribuição e o envolvimento de diversos stakeholders, incluindo Estados, organizações internacionais, sociedade civil, academia e setor privado, para alcançar resultados sustentáveis.

35 UN-Women, “Meeting basic needs of women and girls with disabilities during COVID-19”, 2020 (<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Policy-brief-Meeting-basic-needs-of-women-and-girls-with-disabilities-during-COVID-19-en.pdf>). 36 See <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/06/report/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en-1.pdf>. 37 Ibid. 38 World Health Organization, Coronavirus (COVID-19) Dashboard (<https://covid19.who.int/>). 39 See, for example, <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/covid-19.html>; <https://www.euractiv.com/section/coronavirus/opinion/the-roma-are-among-most-threatened->

bycovid-19-in-europe/; and <https://jech.bmj.com/content/75/10/970>. 40 A/HRC/42/38. 41 See, for example, A/HRC/39/51, para. 12, and A/HRC/42/38, para. 8. A/HRC/51/30 17

Boa governança, um Estado de Direito justo e transparente e instituições estáveis transparentes, responsivas e responsáveis são pré-condições necessárias. Para garantir que as políticas de resposta e recuperação da COVID-19 estejam em consonância com o direito ao desenvolvimento, o Relator Especial apresenta as recomendações abaixo.

IV. Recomendações

Governos e atores internacionais devem reunir dados adequados sobre o impacto da crise da COVID-19, desagregados por raça, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra, nacionalidade, origem social, propriedade, nascimento e deficiência ou outro status. Tais dados desagregados são necessários para avaliar com precisão as situações, tornar as desigualdades visíveis e identificar aqueles que foram deixados para trás.

Através da coleta desses dados podem ser desenvolvidas políticas baseadas em evidências que visam especificamente os mais necessitados. Os dados desagregados também são importantes para a implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas de resposta e recuperação. O acesso às informações relativas às medidas e políticas colocadas em prática para enfrentar a crise relacionada ao COVID-19 deve ser assegurado para toda a população, incluindo as línguas minoritárias ou indígenas falantes, pessoas com deficiência e pessoas residentes em áreas remotas ou rurais. Os Estados devem assegurar que as abordagens participativas, atingindo todos os segmentos interessados da sociedade, incluindo mulheres e meninas, sejam desenvolvidas e adequadamente financiadas, para garantir que todas as decisões sobre medidas de recuperação atinjam a meta certa e cumpram o compromisso de não deixar ninguém para trás. O custo de participação da sociedade civil deve ser devidamente orçado em processos de planejamento de desenvolvimento tanto em níveis políticos quanto programáticos.

Para reduzir as lacunas no financiamento dos planos de resposta e recuperação, as políticas fiscais devem ser revistas para aumentar o espaço fiscal para os países de baixa e média renda: eliminação de paraísos fiscais; acabar com a dependência excessiva de impostos indiretos, como imposto sobre vendas e imposto sobre o valor agregado; e taxas crescentes de impostos diretos sobre os rendimentos de grandes ganhadores e empresas. Os processos orçamentários estaduais devem ser conduzidos de forma participativa, incluindo orçamento participativo baseado em gênero. Os Estados devem fortalecer as redes de proteção social, inclusive por: fornecer cuidados básicos universais de saúde a todos; ampliação dos gastos públicos em saúde; e revisão das políticas de financiamento à saúde periodicamente para garantir que as necessidades específicas de mulheres e meninas, bem como diferentes grupos em situações de marginalização, como indígenas, grupos minoritários e pessoas com deficiência, sejam adequadamente tratadas, incluindo, mas não se limitando a, licença médica remunerada, aumento do apoio a cuidados infantis e idosos, auxílio-moradia e subsídios alimentares.⁴²

Tais revisões devem ocorrer com a participação efetiva das organizações que representam esses grupos. As mulheres devem ser reconhecidas como chefes de família em igualdade de condições com os homens para que possam usufruir dos mesmos benefícios financeiros e sociais, como transferências de dinheiro.⁴³ Em particular, o Relator Especial insta os Estados a elaborar orçamentos para garantir o envolvimento sistemático de todas as pessoas com deficiência por meio de suas organizações representativas em todas as decisões que afetam suas vidas, no contexto dos planos de recuperação Covid-19 e, de forma mais geral, ao elaborar

planos de preparação e resposta para crises futuras. Os Estados devem garantir que as respostas à crise incluam anúncios acessíveis de saúde pública e comunicação de emergência.

42 See also <https://www.ohchr.org/en/statements/2020/04/statement-un-working-group-discriminationagainst-women-and-girlsresponses-covid>. 43 Ibid. A/HRC/51/30 18

Recursos específicos devem ser alocados para tornar os serviços tradicionais inclusivos e acessíveis, incluindo testes gratuitos para todos, comunicações de emergência, programas de vacinação, medidas para apoiar o emprego ou compensar a perda de renda e medidas de prevenção à violência baseadas em gênero. Medidas para reacender a economia não devem levar a uma despriorização do investimento em acessibilidade da informação, tecnologias de comunicação, transporte e outros serviços. Para garantir que os planos nas políticas sejam de fato baseados nas prioridades de desenvolvimento das comunidades, os Estados precisam garantir que as pessoas tenham acesso a informações baseadas em fatos.

Os governos devem definir esquemas de informação confiáveis e atualizados quando os planos de resposta e recuperação estiverem sendo projetados. As instituições governamentais devem dedicar recursos adequados ao compartilhamento de informações e devem ser obrigadas a produzir e divulgar informações em tempo hábil. Os recursos legais devem ser fornecidos para garantir que o acesso à informação não seja negado. Os Estados devem incorporar os direitos humanos e, em particular, as avaliações de impacto da igualdade em suas medidas de saúde pública, econômicas e políticas sociais. Os Estados devem estabelecer órgãos decisórios e de fiscalização que incluam: especialistas em saúde pública; representantes parlamentares multipartidárias; representantes de diferentes níveis de governo e administração pública, incluindo governos locais; comissões independentes de direitos humanos, onde existem; sindicatos; organizações da sociedade civil, em particular organizações que representam mulheres e meninas; pessoas com deficiência; comunidades indígenas e minoritárias; e outros segmentos vulneráveis da sociedade.

No contexto das medidas de resposta da COVID-19, as restrições de emergência devem ser claramente comunicadas, decretadas de forma transparente, bem fundamentadas em lei e evidências, necessárias para servir a um propósito legítimo e proporcional à ameaça. As restrições emergenciais que afetam os direitos básicos, incluindo liberdades de reunião, associação ou movimento interno, devem ser limitadas em duração, sujeitas à supervisão independente e impostas e estendidas com base apenas em critérios transparentes. Os indivíduos devem ter a oportunidade de buscar recursos e compensação por quaisquer violações de direitos desnecessárias ou desproporcionais cometidas durante as restrições de emergência.

No contexto dos planos de recuperação, o Relator Especial reitera que só é possível dar efeito ao direito ao desenvolvimento se houver mecanismos e recursos adequados de prestação de contas em casos de violações de direitos humanos.⁴⁴ Além dos recursos judiciais e administrativos, os Estados devem estabelecer e fortalecer mecanismos institucionais de reclamação através dos quais comunidades e indivíduos possam expressar suas preocupações sobre medidas e processos relacionados à recuperação. Os mecanismos de responsabilização devem ser visíveis e acessíveis, inclusive para pessoas que falam línguas minoritárias e pessoas com deficiência.”

Prevenção, preparação e resposta às pandemias: como nos preparar para o que está por vir?

Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão

Estratégias científicas para preparação para o Patógeno X

Durante os dias 29 e 30 de agosto, a comunidade científica [se reuniu](#) para discutir as lições aprendidas para identificar as necessidades de pesquisa de agentes desconhecidos capazes de futuras pandemias, ou como é chamado, o patógeno X.

Espera-se que este seja o início de uma série de diálogos sobre a questão do patógeno X e a preparação para futuras emergências. Um consenso entre os participantes é que o patógeno X surgirá novamente, e para isso é importante ter confiança na ciência e nos governos, incluindo as suas capacidades de promover o acesso oportuno a tecnologias. Para a construção de confiança, destacou-se a importância do engajamento social e fortalecimento das comunidades de pesquisa dos países de baixa e média renda.

As discussões do primeiro dia incluíram a necessidade de acesso equitativo a tecnologias e medidas de saúde pública; de parcerias e colaboração no compartilhamento de dados; de harmonização regulatória; de redes de vigilância e resposta rápida; da democratização da vigilância e descoberta microbiana; e de capacitação técnica para vigilância em saúde.

Já no segundo dia, foram discutidas as necessidades críticas de pesquisa no início de um surto, destacando-se que é imprescindível um investimento sustentado em pesquisa básica; o estabelecimento de um portfólio de medicamentos candidatos prontos para entrarem em ensaio clínico; a harmonização e compartilhamento de protocolos; um programa de longo prazo para fortalecer a capacidade global de pesquisa e promover a ciência aberta; uma abordagem de saúde única; o desenvolvimento de múltiplas plataformas de vacinas e movê-las de desenvolvimento para uso rapidamente.

A atual pandemia foi capaz de criar uma comunidade internacional de cientistas que estão trabalhando juntos desde o início de 2020. Agora fica evidente a necessidade de harmonizar os esforços e iniciativas existentes, identificar prioridades claras, contar com um financiamento significativo para avançar o trabalho, sempre com o princípio de alcançar equidade na prevenção e controle de doenças. Para isso, cabe ressaltar a importância da OMS como agência convocadora e normativa e acompanhar as discussões no papel da organização na preparação e resposta a pandemias.

Financiamento para prevenção, preparação e resposta a pandemias

Depois de meses de discussões, o novo [fundo intermediário financeiro \(FIF\)](#) para a prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPR) foi lançado formalmente. O fundo será administrado pelo Banco Mundial, contará com um Conselho de Administração e com um Painel Técnico Consultivo, presidido pela OMS. O Conselho de Administração definirá o programa de trabalho e tomará as decisões de financiamento, contando com uma representação de doadores e implementadores, além de fundações filantrópicas e organizações da sociedade civil.

Já o Painel Técnico Consultivo será composto por especialistas de renome e servirá para fazer recomendações para o Conselho em relação à parte técnica das propostas de financiamento, além de garantir o vínculo com o Regulamento Sanitário Internacional e o possível futuro acordo de pandemias.

Até o momento, o FIF conta com mais de 1,4 bilhão de dólares (USD) em compromissos financeiros de: Austrália, Canadá, China, Comissão Europeia, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, Nova Zelândia, Noruega, Singapura, África do Sul, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Estados Unidos, Fundação Bill & Melinda Gates, Fundação Rockefeller e Wellcome Trust.

Os primeiros editais para financiamento pelo FIF serão lançados em novembro de 2022 e espera-se que o fundo contribua para o fortalecimento e sustentabilidade de PPR em diversas áreas relevantes, porém é crucial a vinculação deste novo instrumento com a arquitetura global de PPR.

77ª Assembleia Geral das Nações Unidas

No dia 13 de setembro de setembro será realizada a abertura da 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 77), pela primeira vez presencial desde o início da pandemia, sob o tema “Um momento divisor de águas: soluções transformadoras para desafios interligados”.

Com chefes de estado e líderes de todo o mundo reunidos na AGNU 77, a GAVI publicou uma mensagem de alto nível para chamar a atenção sobre a importância do acesso equitativo às vacinas. Na mensagem, a GAVI faz alguns apelos à comunidade internacional destacando a relevância de restaurar e reforçar a vacinação infantil de rotina; o desafio da equidade em vacinas contra Covid-19; e a importância de uma abordagem mundial de preparação e resposta a pandemias centrada no reforço dos sistemas de vacinação e atenção primária em saúde.

Já em relação à OMS, o Diretor-Geral, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, assim como outros funcionários da OMS, participarão em diversos eventos com vistas a defender a importância de uma forte preparação e resposta às pandemias, além do acesso equitativo a vacinas e outras tecnologias essenciais contra a Covid-19 para acabar com a atual pandemia e colocar o mundo de volta no caminho para alcançar a cobertura e acesso universal a saúde e a Agenda 2030.

Ressalte-se a resolução A/76/257, aprovada pela 76a AGNU, em 29/03/2022, proposta pelo Grupo de Oslo original (Brazil, France, Indonesia, Norway, Senegal, South Africa and Thailand), que propõe “levar a prevenção, a preparação e a resposta frente às pandemias ao nível mais alto da liderança política”, (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/304/25/PDF/N2230425.pdf?OpenElement>), e que redundou numa proposta de reunião de alto nível, em 23 de setembro (ver abaixo).

Além disso, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu realizar uma “Reunião de alto nível sobre prevenção, preparação e resposta de pandemias”, a ser convocada pelo presidente da Assembleia Geral em colaboração com a Organização Mundial da Saúde.

Uma [resolução](#) que teve o apoio de 193 nações e uma votação de consenso aprovou a realização de uma cúpula de chefes de Estado e de outros líderes mundiais no próximo ano sobre a adoção de soluções justas e duradouras que resolvam as iniquidades globais e as respostas inadequadas que dolorosamente foram observadas durante a pandemia COVID-19:

1. Decide realizar uma reunião de alto nível de um dia, a ser convocada pelo presidente da Assembleia Geral em colaboração com a Organização Mundial da Saúde, e ao nível dos Chefes de Estado e de Governo, até o último dia do oitavo período de debates da Assembleia Geral em sua 78ª sessão, para adotar uma declaração política sucinta para mobilizar a vontade política

nos níveis nacional, regional e internacional para prevenção, preparação e resposta da pandemia;

2. Recomenda que o Presidente da Assembleia Geral nomeie dois cofacilitadores para apresentar opções e modalidades para a reunião de alto nível, bem como a declaração política.

O cumprimento da resolução deve resultar em uma reunião de um dia de chefes de Estado durante a segunda quinzena de setembro de 2023, quando a assembleia realiza sua reunião anual de maior destaque na sede da ONU em Nova York. O último dia de debate geral da 78ª sessão marcada para 12 a 30 de setembro de 2023.

Abaixo a lista de eventos organizados ou co-patrocinados pela OMS que serão realizados às margens da AGNU 77:

20 de setembro de 2022

- [Progresso e ação multissetorial para atingir as metas globais para acabar com a TB](#) - Co-patrocinado pela Indonésia e OMS
- Promoção e prevenção da saúde mental em escolas e ambientes de aprendizagem: um apelo urgente à ação para líderes e doadores mundiais - Co-patrocinado pela UNICEF, OMS e UNESCO
- Promovendo a saúde de refugiados e migrantes: estamos no caminho certo para a formulação de políticas informadas por evidências? - Patrocinado pela OMS

21 de setembro de 2022

- Primeiro encontro anual do grupo global de Chefes de Estado e de Governo para a prevenção e controle das DNTs - Co-patrocinado pela OMS e Bloomberg
- A hora é agora: desbloquear ambições para soluções abrangentes para prevenção, preparação e resposta à pandemia - Co-patrocinado pela Costa Rica, África do Sul, Suécia, OMS e UNF
- [Mobilização de recursos e apoio técnico com e para os Estados Membros para cumprir as metas de DNT e ODS relacionadas à saúde mental](#) - Co-patrocinado pelo Uruguai e pela Força-Tarefa Interinstitucional da ONU para a Prevenção e Controle de DNTs
- Terceira Reunião Ministerial Anual sobre Cobertura Universal de Saúde: fortalecimento dos sistemas de saúde por meio de uma abordagem orientada para a atenção primária à saúde - Grupo de amigos da UHC (Geórgia, Japão, Tailândia), Cazaquistão (a confirmar), OMS, UHC2030, IFRC e UNF

22 de setembro de 2022

- Liderança política e ação sobre resistência antimicrobiana: o caminho para a reunião de alto nível da AGNU de 2024 sobre RAM - Grupo de Líderes Globais sobre RAM, Barbados, Bangladesh, Malta e OMS
- A década da ONU do envelhecimento saudável - fazendo negócios de forma diferente - Grupo de Líderes Globais sobre RAM, Barbados, Bangladesh, Malta e OMS

23 de setembro de 2022

- Evento de alto nível sobre o fim da pandemia de Covid-19 por meio de acesso equitativo a vacinas, testes e tratamentos - UNSG, OMS e UNICEF com o apoio de parceiros do ACT-A

Crise humanitária no Paquistão

Em meio a duas emergências de saúde pública de importância internacional, o Paquistão vive também surtos de doenças em curso no Paquistão, incluindo diarreia aquosa aguda, dengue, malária, poliomielite e Covid-19, estão sendo ainda mais agravados, principalmente em campos e onde as instalações de água e saneamento foram danificadas.

[Até o momento](#), cerca de 1300 pessoas vieram a óbito, 634 mil foram deslocadas internamente para campos e mais de 33 milhões foram afetadas pelas inundações. Além disso cerca de 1500 estabelecimentos de saúde foram afetados, com 432 completamente danificados.

Em resposta à situação crítica no país, a OMS e seus parceiros estão trabalhando para garantir que medicamentos e equipamentos essenciais estejam disponíveis, além de realizar uma avaliação dos serviços de saúde afetados e identificar as principais áreas que exigem uma resposta prioritária. No dia [9 de setembro](#), a OMS transportou suprimentos médicos de emergência, contendo 15,6 toneladas de kits de cólera, água e tendas multiuso que podem ser usadas como tendas médicas.

Cabe ressaltar que a OMS está desempenhando um papel de liderança na resposta à crise e no apoio aos esforços do Governo do Paquistão, fornecendo orientações e intervenções de saúde em todas as frentes, concentrando-se não só no atual impacto atua, como também na preparação para os riscos adicionais à saúde que podem surgir.

Água, Saneamento e Higiene no controle e prevenção de infecções

Durante a Semana Mundial da Água, a OMS lançou, em conjunto com a UNICEF, um [relatório](#) sobre os avanços em Água, Saneamento e Higiene (WASH, pelas siglas em inglês) em instalações de saúde de 2000 a 2021. Este relatório traz um foco especial em prevenção e controle de infecções, e pela primeira vez estabelece uma linha de base global sobre serviços de higiene.

A nova estimativa traz dados de 40 países e revela um quadro alarmante do estado de higiene nas unidades de saúde, com 1 em cada 11 estabelecimentos de saúde no mundo não preenchendo os critérios básicos para serviços de higiene. Cabe destacar ainda, a inequidade observada entre regiões: nos países menos desenvolvidos (LDCs), por exemplo, somente 53% dos estabelecimentos de saúde tem uma fonte de água segura no local, distante da estimativa global de 78% e da estimativa do sudeste asiático de 90%.

O relatório destaca também o impacto de mãos e ambientes contaminados na transmissão de patógenos e disseminação de resistência antimicrobiana, sendo crucial que os governos incluam o acesso a água limpa, sabão e limpeza ambiental como base dos programas de prevenção e controle de infecções, além de base para o fornecimento de assistência de saúde de qualidade.

Nova Direção na DNDi

Após quase 20 anos, Dr. Bernard Pécoul deixou a [Direção Executiva da DNDi](#) e será sucedido pelo Dr. Luis Pizarro, médico e especialista em saúde global. Sob a liderança do Dr. Pécoul, a DNDi passou de uma ideia para uma entidade com realizações concretas que vieram para mudar o panorama de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos, focado nas necessidades dos pacientes e não no lucro. Destacam-se os 12 novos tratamentos para doenças

negligenciadas, incluindo doença do sono, leishmaniose e HIV pediátrico, entregues pela organização.

Nos próximos anos, a DNDi pretende entregar mais 13 tratamentos, o que será o maior desafio para a liderança do Dr. Pizarro, mas se alcançado concretizará a possibilidade de construção de um sistema de P&D mais justo e garantindo que seus benefícios cheguem à quem mais precisa.

Unitaid lança novo investimento no combate à tuberculose

Com base na recomendação da OMS do uso de plataformas de diagnóstico molecular mais novas e mais sensíveis e tipos alternativos de amostras para melhorar a detecção de casos de tuberculose, e no compromisso da Unitaid em investir 250 milhões de dólares em seu plano de trabalho para avançar nos esforços contra a tuberculose, a organização anunciou novos [programas](#) para a aceleração da introdução de novas tecnologias de diagnóstico, e a avaliação de abordagens alternativas de amostragem e combinadas para o diagnóstico.

Os maiores desafios são os altos custos, a complexidade e a infraestrutura necessária para o diagnóstico molecular, o que o mantiveram fora do alcance dos estabelecimentos de primeiro atendimento. Neste sentido, os novos programas terão base em nove países que juntos representaram aproximadamente 40% da carga global de TB e populações não diagnosticadas no ano de 2020 – Camarões, Bangladesh, Brasil, Índia, Quênia, Malawi, Nigéria, África do Sul e Vietnã.

Além disso, espera-se que os esforços sejam focados na comunidade e na atenção primária, reconhecendo que as pessoas com TB frequentemente experimentam múltiplas oportunidades perdidas de diagnóstico.

Avanço no desenvolvimento de vacinas para doenças com potencial epidêmico

A CEPI também teve um importante avanço em seu portfólio, com o [anúncio](#) do início da fase I do ensaio clínico para uma vacina candidata contra a febre de Lassa, uma infecção por arenavírus endêmica principalmente na África Ocidental. A vacina candidata foi desenvolvida pela International AIDS Vaccine Initiative (IAVI) com o apoio da CEPI, e o ensaio avaliará a segurança, tolerância e capacidade da vacina candidata para induzir uma resposta imune contra a febre de Lassa entre aproximadamente 100 adultos saudáveis nos Estados Unidos e na Libéria. Depois disso, espera-se iniciar um ensaio de fase II, que também será feito em parceria com a CEPI e com financiamento já anunciado.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE

A OPAS realiza sua 30ª. Conferência Pan-americana de Saúde e 74ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, nos dias 26 a 30 de setembro de 2022. A Conferência ocorre a cada 5 anos e tem o objetivo de eleger o(a) novo(a) diretor(a) da Organização para o quinquênio 2023-2027, além da abordagem de uma agenda disponível em: <https://www.paho.org/pt/orgaos-diretores/conferencia-sanitaria-pan-americana/30a-conferencia-sanitaria-pan-americana>

No Caderno 18 faremos um ampla análise sobre a agenda a ser cumprida na Conferência.

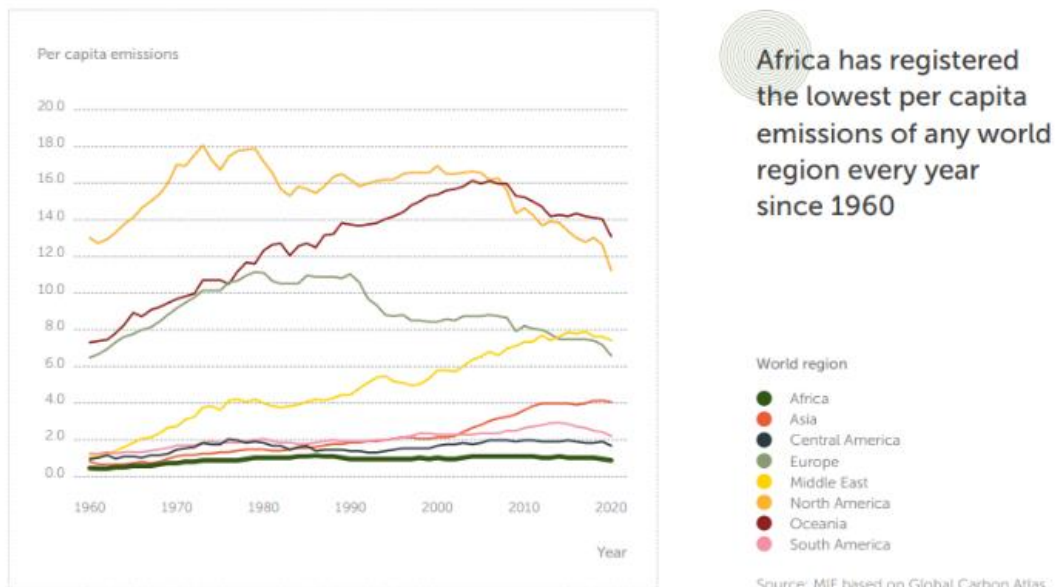
O impacto desproporcional da crise climática no continente africano e populações vulneráveis

Danielly de Paiva Magalhães e Guto Galvão

O continente Africano contribuiu apenas com cerca de 4% para as emissões globais de gases de efeito estufa. No entanto sofre desproporcionalmente os efeitos das mudanças climáticas. Estima-se que em 2030 cerca de 118 milhões dos africanos mais pobres ficarão susceptíveis aos danos de secas, inundações e calor extremo até 2030.

De acordo com o Relatório do Fórum de 2022 da Fundação Mo Ibrahim, [O caminho para a COP 27](#), publicado em Julho de 2022, as 10 nações mais vulneráveis às mudanças climáticas estão na África. O relatório alerta para impactos específicos da crise climática na África e como eles se cruzam com os problemas sociais pré-existentes e questões de desenvolvimento, como pobreza, alimentação insegurança, instabilidade. Incluindo o desafio de equilibrar o acesso à energia e proteção do clima, no continente com maior lacuna de energia.

World regions: territorial carbon emissions (1960-2020)



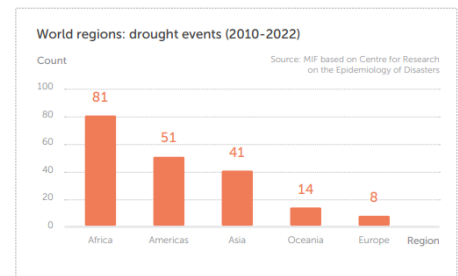
10 worst performers globally in ND-GAIN Vulnerability to climate change score (2019)

Niger	0.677
Somalia	0.676
Guinea-Bissau	0.629
Chad	0.622
Sudan	0.615
Liberia	0.605
Mali	0.598
DR Congo	0.592
Eritrea	0.587
Uganda	0.581

Source: Notre Dame Global Adaptation Initiative

A região já sofre com secas severas, inundações violentas e condições meteorológicas extremas. A região da Etiópia, Somália e partes do Quênia já sofrem consequências mortais das secas, o número de pessoas sem acesso confiável à água potável nessas regiões aumentou de 9,5 milhões em fevereiro para 16,2 milhões em julho. A Somália corre o risco de outra fome após uma década atrás que matou centenas de milhares de pessoas. Cerca de 250 mil pessoas morreram de fome no país, metade delas crianças, entre 2010 e 2012. Estima-se que mais de 80 milhões de pessoas em Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda estejam atualmente em situação de insegurança alimentar. Em toda a região do Sahel, a disponibilidade de água caiu mais de 40% nos últimos 20 anos devido às mudanças climáticas e outros fatores.

Droughts: Africa the most affected region in the world



29 African countries have experienced at least one drought event over 2010-2022.

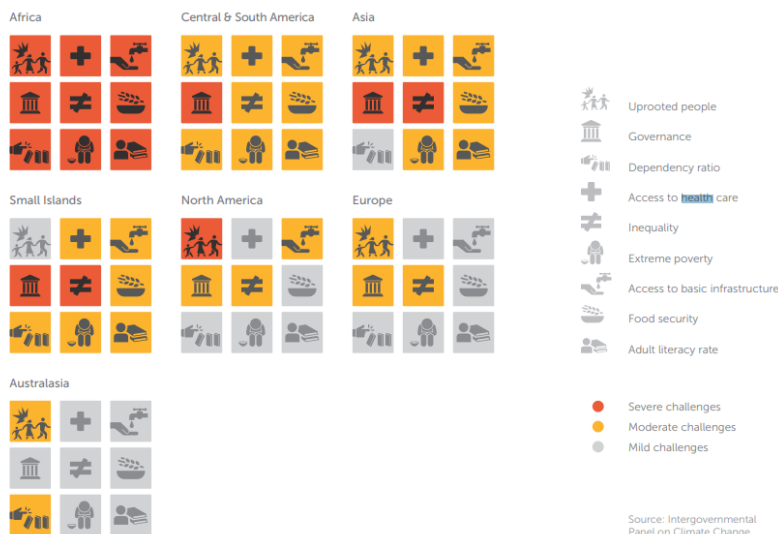
Em outras áreas, a maior ameaça são inundações e deslizamentos de terra. Em abril, a província de KwaZulu-Natal, na África do Sul, sofreu suas piores inundações e deslizamentos de terra que mataram 450 pessoas, desalojaram dezenas de milhares e destruíram 12.000 casas.

As mudanças climáticas intensificam os processos de migração interna. Estima-se que cerca de 86 milhões de pessoas na África subsaariana e 19 milhões no norte da África podem se tornar migrantes internos até 2050 devido a choques climáticos devastadores, como fortes tempestades, ondas de calor e secas e grandes inundações, segundo o Banco Mundial. Angola experimentou sua pior seca nos últimos 40 anos, forçando milhares de pessoas para a vizinha Namíbia após colheitas fracassadas e aumento dos preços dos alimentos agravaram a escassez de alimentos no sul do país.

A África Subsaariana foi identificada como a região mais vulnerável devido à desertificação, às linhas costeiras frágeis e à dependência da população da agricultura. Na África Ocidental, o número de dias de calor potencialmente letais chegará a 100 a 250 por ano com um aumento de 2,5°C nas temperaturas - a projeção atual até 2100.

Factors that exacerbate climate impact and lower resilience are more prominent in Africa than anywhere else

The IPCC sees severe challenges for Africa in all vulnerability facets with no other region facing the same level of challenges.



O Relatório do Fórum termina com 15 recomendações para governança divididas em 4 blocos de ação, destinado a garantir que a agenda de África seja colocada no centro dos acordos continentais e globais e ações políticas no caminho - e além - da COP27:

LEVAR EM CONSIDERAÇÃO AS VULNERABILIDADES CLIMÁTICAS ESPECÍFICAS DA ÁFRICA

RECOMENDAÇÃO 1. Não trabalhar por áreas: resolver a interação entre clima, desenvolvimento e desafios de segurança

RECOMENDAÇÃO 2. A mitigação por si só não pode abordar o escopo do problema: aumentar o foco na adaptação e compensação por 'perdas e danos'

RECOMENDAÇÃO 3. Investir em resiliência para evitar perdas e danos a vidas, meios de subsistência e infraestrutura crítica

ABORDAR O DIREITO DO POVO DA ÁFRICA AO ACESSO À ENERGIA

RECOMENDAÇÃO 4. Equilíbrio líquido zero, acesso à energia e segurança energética

RECOMENDAÇÃO 5. Considerar o gás como combustível de transição chave, a ser desenvolvido em paralelo com as energias renováveis

RECOMENDAÇÃO 6. Seja para gás ou energias renováveis, olhe além da produção única

RECOMENDAÇÃO 7. Soluções de cozimento limpas são fundamentais para ambas metas de clima e saúde

DESTACAR O POTENCIAL DA ÁFRICA EM UM GLOBAL ECONOMIA VERDE

RECOMENDAÇÃO 8. Aumentar a conscientização sobre os ativos da África e a capacidade de ser uma das principais partes interessadas de uma economia verde global - não apenas uma vítima da crise climática

RECOMENDAÇÃO 9. Avaliar - e monetizar - o potencial de sequestro de carbono da África

RECOMENDAÇÃO 10. Evite a 'maldição dos recursos': adicione valor econômico local e governança de frontload

“VOCÊ NÃO TEM O QUE PRECISA OU O QUE VOCÊ MERECE, VOCÊ CONSEGUE O QUE NEGOCIA”

RECOMENDAÇÃO 11. Definir, apresentar e negociar um Acordo Comum da Posição Africana

RECOMENDAÇÃO 12. Reconstruir a confiança perdida nas cúpulas anteriores

RECOMENDAÇÃO 13. Enfatize as responsabilidades

RECOMENDAÇÃO 14. Adotar uma ampla gama de soluções financeiras inovadoras

RECOMENDAÇÃO 15. Dar uma face humana ao debate climático

Diante desses impactos extremos e injustos, a região Africana precisa levar uma proposta forte e integrada da região para a COP27. Mesmo contribuído pouco para as alterações climáticas, precisam submeter suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês), de caráter voluntário, e precisam avançar nos seus planos de adaptação climática em saúde para demonstrar sua capacidade de lidar com os desafios, sua responsabilidade e poder de governança, aumentando a possibilidade de financiamento externo e responsabilizando as nações ricas para se comprometerem com os mecanismos de “Perdas e Danos”, diversas vezes

negados nas COPs de clima. Para isso, nessa quinzena ocorreram a semana do Clima da África e também a Sessão do Comitê Regional da OMS para a África que abordaram as questões prioritárias para a região na questão climática, discutidos a seguir.

Semana do Clima da África

A Semana do Clima da África (SCA) 2022 foi realizada em Libreville, Gabão, de 29 de agosto a 2 de setembro no Gabão. A SCA 2022 reuniu mais de 2.300 partes interessadas em cinco dias de discussão, com muitos mais participando virtualmente. O relatório da reunião está em desenvolvimento e será compartilhado em breve aqui.

A reunião focou em 3 pontos a saber resiliência contra os riscos climáticos, transição para uma economia de baixas emissões, e parcerias para resolver desafios urgentes.

Um ponto determinante para que os países africanos atraiam financiamento para mitigação e adaptação climática é demonstrarem seu engajamento com as questões climáticas, por exemplo desenvolvendo suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês) e seus planos de adaptação. A sessão de abertura contou com um diálogo ministerial sobre os desafios de mobilizar e acessar o financiamento climático em escala para estimular a implementação das NDCs dos países e planos e estratégias climáticas nacionais prioritárias. O relatório Perspectivas Econômicas da África para 2022 do Banco Africano de Desenvolvimento projeta que a África precisará de até US\$ 1,6 trilhão entre 2020-2030 para implementar seus compromissos de ação climática e NDCs. O Banco Africano de Desenvolvimento comprometeu-se a mobilizar 25 mil milhões de dólares para financiamento climático até 2025; mais de 50% desse financiamento será destinado a projetos de adaptação.

Assim, na ocasião, foi organizada uma sessão intitulada “Habilitando suporte NDC mais rápido e eficiente por meio de advocacia e parcerias”. Representantes de todo o continente se reuniram para compartilhar suas experiências de implementação de NDCs. Observaram que as parcerias e a eficácia na medição, comunicação e verificação das emissões de gases com efeito de estufa seriam fundamentais para os países africanos atingirem as suas várias metas.

A África tem um Hub para NDC que funciona para apoiar os países africanos a entregarem as suas NDCs de forma mais rápida e eficiente. Essa iniciativa conta com a advocacia e parceria de várias instituições, como o Banco Africano de Desenvolvimento, a UNECA, a Comissão da União Africana, o PNUD e o Global Green Growth Institute. Os parceiros do Africa NDC Hub lançarão uma publicação emblemática na COP27, descrevendo o progresso na implementação da NDC em nove áreas temáticas. Espera-se que o relatório destaque as principais prioridades antes do [Global Stocktake](#) do Acordo de Paris, programado para 2023.

Outro ponto destacado como prioritário são as ações na África Central, principalmente no que diz respeito a conservação da Floresta Tropical da Bacia do Congo – a segunda maior floresta tropical do mundo e o único sumidouro líquido de carbono remanescente na Terra que vem sofrendo com o desmatamento. Junto com a Amazônia, são consideradas o pulmão do mundo. Banco Africano de Desenvolvimento e várias agências das Nações Unidas - o Escritório Regional das Nações Unidas para a África Central, a Organização Educacional, Científica e Cultural (UNESCO) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) - estão unindo forças para avançar na ação climática na África Central.

O Gabão que acolheu a Semana do Clima de África marca um momento histórico na sua NDCs de se posicionou como um país modelo para a conservação do ambiente. O país atuou

fortemente na proibição da exportação de madeiras da floresta do Congo, implementou leis de proteção florestal e marinha, adotando um Plano Climático abrangente que possibilitou que o Gabão alcançasse marcos impressionantes de biodiversidade e governança ambiental. O país conseguiu preservar com sucesso suas florestas tropicais, que fazem parte da Bacia do Congo, e cobrem quase 90% da superfície do país, tornando-o o segundo país mais florestado do planeta. Além disso, no ano passado, o país se tornou o primeiro país africano a receber pagamento pela redução de emissões protegendo suas florestas. O Gabão também aprovou legislação para iniciar o comércio de créditos de carbono.

A transição energética também foi abordada durante uma sessão para avaliar as necessidades, desafios e oportunidades de implementar uma transição energética justa na África na Semana do Clima da África. O Banco Africano de Desenvolvimento lançou uma [Iniciativa de Transição Justa](#), apoiada pelos Fundos de Investimento Climático, que realizará consultas com as partes interessadas africanas para construir um consenso em torno de uma definição funcional de uma transição justa que possa ser efetivamente implementada.

A questão climática na África é crítica. Os 10 países mais vulneráveis às mudanças climáticas estão na África. Enquanto três quartos dos países africanos já atingiram as metas de ação climática estabelecidas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 da ONU (ODS13), sendo que nenhum país da América do Norte ou da União Europeia fez o mesmo. Os países africanos têm enfrentado vários eventos climáticos extremos, como secas e inundações destrutivas, aumentando assim a ameaça de insegurança alimentar. Porém é interessante observar os esforços e o engajamento dos países, bem como a sincronia de interesses e prioridade apresentados também na 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para a África.

72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para a África

De 22 a 26 de agosto de 2022 ocorreu em formato híbrido em Lomé, Togo, a 72ª sessão do Comitê Regional para a África da Organização Mundial da Saúde (OMS). A agenda da reunião foi estruturada em 5 pilares: 1) Estratégia Regional para o controle de doenças graves não transmissíveis em unidades de atenção primária à saúde, 2) o quadro para fortalecer a implementação do plano de ação global para a saúde mental, 3) proteção contra riscos financeiros para cobertura universal de saúde na OMS Região Africana, 4) um quadro para o controle integrado, eliminação e erradicação de doenças tropicais e transmitidas por vetores na Região Africana 2022-2030, e 5) o reforço da agência das Nações Unidas, para um apoio mais eficaz e eficiente aos países africanos.

O objetivo principal foi estabelecer estratégias para reduzir a carga de doenças e conter os agentes desencadeadores de doenças, além de estratégias para promover o acesso aos serviços de saúde e aumentar o bem-estar humano.

Na ocasião foi adotada uma atualização da [Estratégia regional para a gestão dos determinantes ambientais da saúde humana na Região Africana 2022–2032](#). A África tem experimentado altas cargas de doenças transmissíveis e não transmissíveis, incluindo doenças transmitidas por vetores, diarreia e doenças cardiovasculares. Os países africanos também têm uma alta prevalência de infecções respiratórias inferiores que são principalmente atribuídas a determinantes ambientais. A poluição do ar ambiente e doméstico, bem como instalações inadequadas de água, saneamento e higiene são os fatores ambientais dessas doenças.

Os ministros reconheceram no documento que cerca de 25% de todas as mortes na África são derivadas de causas ambientais, incluindo os impactos das mudanças climáticas. A nova estratégia para 2022-2032 fornece orientação aos Estados membros sobre como abordar os vínculos de saúde e meio ambiente para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável.

A resolução foi projetada para promover sinergias e coordenação entre os setores de saúde e meio ambiente reconhecidos pela Declaração de Libreville, 2008. Também integrou recomendações do manifesto da OMS para uma recuperação saudável da pandemia de COVID-19. A estratégia adotada se compromete com metas importantes a serem alcançadas até 2027. Destacamos:

- Pelo menos 30 estados membros devem ter desenvolvido sua estrutura nacional para planos de segurança hídrica até 2027.
- Pelo menos 30 estados membros devem ter desenvolvido seus planos nacionais de saúde de adaptação climática. Além disso, a dimensão da saúde seria incluída nas Contribuições Nacionalmente Determinadas de todos os Estados membros até 2027.
- Avaliações integradas devem ser realizadas periodicamente para abordar a degradação do ecossistema e a perda de biodiversidade

A estratégia ainda recomenda o estabelecimento de plataformas ‘One Health’ para promover a compreensão e gestão das interligações entre a saúde humana, animal e ambiental. Esta é uma intervenção significativa tendo em vista o aumento das doenças zoonóticas na África. O documento aponta a precariedade de dados de qualidade do ar e a necessidade em melhor o monitoramento para melhor estabelecer as relações causais das doenças respiratórias.

No passado, o continente fez esforços para abordar questões de saúde e meio ambiente por meio da Declaração de Libreville adotada em 2008 e da estratégia regional para a gestão dos determinantes ambientais da saúde humana (2017–2021). Mas a implementação da estratégia anterior foi lenta devido aos investimentos limitados e à pandemia do COVID-19.

Ação Indígena pelo Clima no Canadá

E por falar em desproporção e impactos a povos mais vulneráveis causados pelas mudanças climáticas, a [Ação Climática Indígena](#) do Canadá lançou uma [análise crítica aprofundada da recente política climática e planos do Canadá](#) como a primeira fase de um projeto de descolonização da política climática no Canadá. O objetivo é conhecer se os planos vigentes no Canadá sobre mudanças climáticas incluem respeito dos direitos, conhecimentos e abordagens dos povos indígenas para a ação climática.

Como resultado foi constatado que os povos indígenas foram estruturalmente excluídos do processo de desenvolvimento do [“Marco Pan-Canadense sobre Crescimento Limpo e Mudanças Climáticas \(PCF\)”](#) e da iniciativa [“Um Ambiente Saudável, Uma Economia Saudável” \(HEHE\)”](#), violando assim os direitos dos povos indígenas e entrando em conflito com os compromissos federais. Algumas das soluções propostas ignoram as realidades enfrentadas pelos povos indígenas no país e ignoram as desigualdades estruturais continuamente reproduzidas através das relações coloniais e das estruturas opressivas no Canadá. Além disso, algumas das ações e iniciativas propostas no PCF e no HEHE podem levar a impactos negativos desproporcionais sobre os povos indígenas e violações dos direitos indígenas.

Aqueles que produziram o PCF e o HEHE, não apenas o governo federal, mas também outros formuladores de políticas e organizações, falharam em respeitar os direitos e soberania

indígenas e, em vez disso, apresentaram políticas climáticas que podem servir para perpetuar os fatores e causas básicas das mudanças climáticas (ou seja, colonialismo, capitalismo, patriarcado).

A questão da descolonização do tema das mudanças climáticas também está presente nas discussões sobre pesquisas como salienta Simpson e colaboradores no artigo [“Decolonizing climate change–heritage research”](#), aonde afirma que “Apesar do recente interesse em descolonizar a pesquisa da herança cultural, abordagens descolonizadas ainda não estão amplamente estabelecidas na prática em pesquisas sobre mudanças climáticas. É importante reconhecer que a colonização levou à uma centralidade euro-americana, à desapropriação, ao racismo e aos contínuos desequilíbrios de poder na pesquisa sobre mudanças climáticas, sendo necessário comprometer-se a desfazer ativamente esses sistemas e formas de pensar através de transformações na definição de agendas, financiamento, treinamento, acesso a dados e governança.”

SAICM - Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Produtos Químicos

A abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM, sigla em inglês) é uma estrutura política para promover a segurança química em todo o mundo. Surgiu em 2006 em Dubai, na primeira Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM, sigla em inglês) como uma estrutura política multissetorial e multissetorial voluntária para promover a segurança química e apoiar as nações no alcance da meta de 2020 acordada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. A meta original da SAICM era que até o ano de 2020 os produtos químicos seriam usados e produzidos de forma a minimizar os efeitos adversos significativos na saúde humana e no meio ambiente.

A quarta reunião do processo interseccional ocorreu em Bucareste, Romênia, de 29 de agosto a 2 de setembro de 2022. Esta e as reuniões anteriores apoiam as partes interessadas em seus esforços para elaborar os arranjos futuros da Abordagem Estratégica e a boa gestão de produtos químicos e resíduos além de 2020 para consideração e adoção na próxima sessão da Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM5 - International Conference on Chemicals Management) a ser realizada em Bonn, de 25-29 de setembro de 2023.

Com as vendas globais de produtos químicos projetadas para dobrar até 2030, autoridades e especialistas estão buscando um mecanismo eficaz de ação conjunta para a maioria dos produtos químicos que ainda não foram cobertos por acordos ambientais multilaterais existentes, como as Convenções de Basileia, Roterdã, Estocolmo ou Minamata, ou aqueles visados pelas negociações globais recém-lançadas para uma convenção sobre plásticos.

É neste contexto que os delegados da quarta sessão do Processo Interseccional se reuniram para Considerar a Abordagem Estratégica da Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM) e a Gestão de Produtos Químicos e Resíduos Após 2020 (IP4) e avançar o trabalho no esboço de um quadro futuro sobre produtos químicos e resíduos para orientar os esforços globais nos próximos anos.

Na ocasião foi apresentado para discussão um texto consolidado ([SAICM/IP.4/2/Rev.1](#)) dos documentos desenvolvidos pelos grupos de trabalho virtuais que abrange a visão, escopo, princípios, objetivos estratégicos, metas, arranjos institucionais, medidas de implementação, considerações financeiras e procedimentos para designar “questões de interesse” para atenção especial e ação combinada. Os documentos individuais de cada grupo de trabalho também foi apresentado e discutido: sobre Metas, Indicadores e Marcos ([SAICM/IP.4/2/Rev.1/Add.1](#)),

Governança e mecanismo de suporte e implementação, ([SAICM/IP.4/2/Rev.1/Add.2](#)), assuntos de preocupação ([SAICM/IP.4/2/Rev.1/Add.3](#)), e considerações financeiras ([SAICM/IP.4/2/Rev.1/Add.4](#)).

Os delegados comemoraram esse “Texto único consolidado” como uma conquista, mas concordaram que o texto precisa de mudanças antes de ser apresentado para adoção na ICMM-5. Uma nova reunião deve ocorrer em data e local a serem definidos, provavelmente no início de 2023.

Entre as críticas ao documento, ainda com muitos colchetes, está a falta de alinhamento com outros acordos, como os ODSs, e roteiros, por exemplo a GRULAC sugeriu alinhamento com as metas e indicadores no [Roadmap de poluentes químicos da OMS](#), além de várias outras discordâncias.

Esse novo plano tem o objetivo de complementar o anterior que foi definido no Plano de Implementação de Joanesburgo de 2002, que delineou uma meta para minimizar os efeitos adversos de produtos químicos na saúde humana e no meio ambiente até 2020. Agora os governos e outras partes interessadas estão tentando fortalecer os esforços e torná-los mais eficazes em um novo “instrumento pós-2020”. No entanto, diferente dos tratados multilaterais que possuem a eficácia da autoridade governamental – ou seja, seus objetivos podem ser implementados por meio de regulamentação dentro dos estados – o SAICM, como plataforma multissetorial, não tem o poder de um tratado multilateral vinculante. Pelo contrário, é uma ferramenta na qual governos, organizações da sociedade civil, organizações internacionais, academia, setor privado e outras partes interessadas têm voz igual no trabalho da plataforma. E é aí que reside o seu valor e os desafios na negociação de uma Abordagem Estratégica atualizada.

Muitos dos debates levantaram questões pelo menos indiretas sobre quem são os mandatos do instrumento: governos, partes interessadas da sociedade civil, setor privado ou todos os itens acima? Isso cria um dilema: um processo intergovernamental não pode dar ordens diretamente ao setor privado; mas, inversamente, uma plataforma voluntária e multissetorial não pode dizer aos governos o que fazer.

O que se destaca no SAICM é que, devido à sua natureza multissetorial, inclui uma ampla variedade de atores com diversos níveis de formação e compreensão, que, como resultado, podem identificar problemas com mais agilidade e propor soluções para enfrentar muitos dos desafios que os produtos químicos e os resíduos representam para a saúde humana e o meio ambiente quando comparadas as ações de órgãos intergovernamentais tradicionais. Isso parece dar ao processo SAICM um impulso real para produzir um resultado satisfatório, mas encontrar um caminho que leve a mentalidade orientada para a ação de seus participantes através da política de processos e instituições internacionais para fornecer soluções eficazes é o desafio que o SAICM tem que superar. É por isso que uma plataforma multissetorial, onde a indústria, a sociedade civil e os governos participam no mesmo nível, é uma maneira eficaz de estruturar o “instrumento pós-2020”. O desafio é como dotar esse instrumento de poder para alcançar os resultados necessários.

Uma análise global dos protestos de trabalhadores em plataformas digitais

René Mendes

Apresentação do tema

O tema escolhido para a presente edição dos Cadernos tem “tudo a ver” com o que vem ocorrendo no Brasil, na América Latina e globalmente.

Assim, ao apresentá-lo, evoco algumas das reflexões que fizemos em julho de 2020, a propósito do dia 1º daquele mês, que se tornou conhecido no Brasil, como o dia do grande “breque dos apps”, isto é, a primeira grande greve dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço de entregas por plataformas digitais (aplicativos). Salientamos, na época, que além do significativo prejuízo financeiro dos que correram o risco de se recusar a trabalhar, e, por conseguinte, o risco de não serem remunerados, era evidente o risco de inúmeras outras retaliações e punições, como, de fato ocorreram, e ainda vêm ocorrendo.

Os acontecimentos daquele memorável dia poderiam ser rotulados como “**atos portadores de futuro**”, os quais, na concepção de Michel Godet, seriam eventos que se constituem em sinal ínfimo por sua dimensão presente, mas imensos por suas consequências e potencialidades. Nada melhor do que identificar algo *portador de futuro*, num *presente tão ausente*, isto é, ausente de sentido, e até marcado por tentativas insanas de tentar negar o passado. No extremo, os negacionismos tentam-nos roubar até o direito ao futuro!

Pois, voltemos ao dia 1º de julho de 2020, aqui no Brasil, para o saudar. Como bem observou a Professora Luci Praun, em seu texto que publicou no *Facebook*, o movimento tinha tudo para não acontecer, pois, em princípio, profissionais de serviço de entrega por plataformas digitais (*iFood, Rappi, Uber Eats e Loggi*, entre outros) são ‘autônomos’ e constituem, segundo o discurso neoliberal, expressões pujantes do *empreendedorismo*. Nada mais enganoso e falso do que esta versão, consagrada, aliás, no desmanche trabalhista de 2017 (Lei no.13.467/2017). Aliás, na pandemia da Covid-19, estes profissionais foram guindados à categoria de ‘essenciais’, para que não parassem de servir àqueles e àquelas que se quedaram em casa, em isolamento social, única medida então recomendada para os que não gostariam de se enfermar e morrer antes da hora... Contudo, estes trabalhadores e trabalhadoras não o puderam fazer, e estavam a rodar em suas bicicletas, em média, 10km ao dia, e alguns, até 50km por dia, trabalhando em jornadas cada vez mais longas e exaustivas, e ganhando cada vez menos.

Mas, apesar de todas as adversidades, estes trabalhadores e trabalhadoras foram capazes de se mobilizar, de se organizar, de se articular, de se comunicar, nos trazendo algum alento e nos enchendo de esperança, com ingredientes de futuro.

Sinto-me particularmente feliz por também haver participado daquele movimento em julho de 2020, ao organizar um grande evento virtual através do Instituto de Estudos Avançados da USP, com a participação não apenas de alguns especialistas conhecidos e respeitados (Ludmila Costhek Abílio, Renan Bernardi Kalil, Juliana Camilo, Gilmar Ortiz de Souza, entre outros), mas, também, pela participação de lideranças sindicais desta categoria, em especial, os companheiros Gilberto Almeida dos Santos (Gil), presidente, e Rodrigo Ferreira, diretor do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas Intermunicipais do Estado de São Paulo (Sindimoto-SP).

No Brasil, a pauta mais específica desta grande categoria profissional incluiu questões como: aumento das taxas mínimas de entrega e por quilômetros rodados; o fim dos bloqueios

e banimentos indevidos e o direito de respostas aos aplicativos; um auxílio para pagamento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e para licença remunerada em caso de contágio; um seguro de vida, acidente e roubos, e a criação de legislações específicas para garantir e proteger seus direitos.

Ressalte-se, contudo, que essa numerosa categoria profissional, altamente precarizada e especialmente vulnerabilizada pela pandemia, se constituiu em uma amostra de um universo extremamente numeroso e crescente – e muitos de nós fazemos parte dele –, como bem se pronunciou o Prof. Ricardo Festi, do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da UnB, ao redigir a “**Carta aberta de apoio à greve das entregadoras e dos entregadores de App**”, da qual também fui um dos signatários.

Aliás, mais do que nunca se fez e se faz necessário “*semear consciência e sentimento de classe*”, ensinamento atribuído ao jornalista, sociólogo e ativista político peruano José Carlos Mariátegui La Chira (1894-1930).

Como bem salientou a Profa. Luci Praun, a greve dos entregadores de aplicativos se constituiu, nesse contexto, “em sopro de esperança em meio a tantas incertezas. É também expressão da certeza de que é na força do coletivo que se encontra a possibilidade (e a obrigação) de escrevermos ‘a poesia de nosso próprio futuro contra o pano de fundo das contradições em rápida evolução do capital hoje’ (citando HARVEY, 2020, p. 122). Que venham outras manifestações e greves! Que com elas também reinventemos o sentido de coletividade”, completa a Professora, em sua publicação no *Facebook*.

Concluíamos nossas reflexões, à época, propondo mais uma variação do clássico desafio e chamamento de Marx e Engels em seu *Manifesto Comunista* (1848): “*trabalhadores do mundo, uni-vos!*”, ou “*proletários de todos os países, uni-vos!*”, para “***precarizados do mundo, uni-vos!***”

Pois bem, passemos a 2022, e agora à escala global.

O que diz a publicação da OIT sobre os protestos dos trabalhadores que utilizam plataformas digitais, numa perspectiva global?

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, ao final de junho deste ano, o número 70 de sua série “Working Papers”, que foi integralmente dedicado ao tema “A global analysis of worker protest in digital labour platforms”⁶³

Este texto apresenta as conclusões do Leeds Index of Platform Labor Protest⁶⁴, um banco de dados de eventos de protestos de trabalhadores de plataforma em todo o mundo, que reúne dados de reportagens da mídia on-line e outras fontes on-line, focando quatro importantes setores que utilizam aplicativos de plataformas digitais: transporte de passageiros (‘mototaxi’), entrega de alimentos, serviços de correio e entrega de supermercados, sempre referentes ao período de janeiro de 2017 a julho de 2020. A Plataforma reuniu dados de 1.271 expressões públicas de protesto, incluindo greves, paralisações, “brakes”, manifestações públicas. Os

⁶³ Bessa, I., Joyce, S., Neumann, D., Stuart, M., Trappmann, V., Umney, C. 2022. *A global analysis of worker protest in digital labour platforms*, ILO Working Paper 70 (Geneva, ILO). https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_849215.pdf

⁶⁴ <https://business.leeds.ac.uk/research-ceric/dir-record/research-projects/1721/leeds-index-of-platform-labour-protest>

resultados mostraram que a causa mais importante do protesto dos trabalhadores de plataforma é o **pagamento (remuneração)**, seguido pelo **status de emprego** e **saúde e segurança**.

Além disso, os protestos dos trabalhadores de plataforma mostraram uma forte tendência de serem impulsionados de baixo para cima, pela auto-organização dos trabalhadores, embora os sindicatos também tenham uma presença importante em algumas partes do mundo. Dos quatro setores de plataforma examinados, transportes de passageiros ('mototaxi') e entrega de comida representaram a maioria dos eventos de protesto. Embora o crescimento da organização de trabalhadores de plataforma seja notável, a negociação coletiva formal é incomum, assim como o emprego formal, com grupos auto-organizados *ad hoc* de trabalhadores dominando os protestos trabalhistas em diferentes setores, particularmente no Sul global, conclui o estudo da OIT.

Como bem destaca o estudo da OIT, "as coisas são complicadas no trabalho de plataforma, porque os trabalhadores são comumente classificados (ou erroneamente classificados) como 'autônomos' ou 'contratados independentes', e muitos países restringem os direitos dos trabalhadores autônomos de negociar coletivamente, muitas vezes sob força de leis e normativas."

Principais questões motivadoras dos protestos

O estudo da OIT identificou a importância de várias questões como impulsionadoras das queixas e protestos dos trabalhadores que utilizam plataformas digitais. Claramente, a **situação precária do vínculo de emprego** tem sido um problema significativo para os trabalhadores de plataforma, com classificação errônea – muitas vezes chamada de "autoemprego falso" – um ponto central de consideração em vários estudos realizados no mundo. Segundo os autores, pode-se esperar que os protestos por erros de classificação sejam mais prevalentes no Norte global, onde direitos e proteções significativos se acumulam para trabalhadores legalmente definidos. Isso não significa que o status de emprego não seja contestado em outros lugares. Por exemplo, o status de emprego tem sido um problema vivo para trabalhadores de plataformas na África do Sul e na China. Embora menos pesquisados, os trabalhadores de plataforma também protestaram contra outras questões legais, especialmente em torno de **questões regulatórias**, como campanhas de motoristas de aplicativos de táxi por limites oficiais no número de motoristas, e questões relacionadas ao 'salário mínimo'. No geral, a pesquisa sugere que as **questões legais e regulatórias** figuram fortemente nas queixas e na mobilização dos trabalhadores da plataforma, como é o caso no Brasil e em outros países da América Latina.

Com efeito, no Brasil, recente documento elaborado pela Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores⁶⁵ denuncia que a desregulação do trabalho em plataformas digitais é uma questão grave e urgente, e que requer avanços! Apesar de os proprietários das plataformas defenderem que não estabelecem uma relação laboral com os trabalhadores, todas as pesquisas demonstram que se trata de uma relação de trabalho marcada pela superexploração e subordinação. Além disso, o fato delas já terem se espalhado para diversos setores (serviço doméstico, cuidado, entrega, saúde, educação, jurídico, dentre outros), atingindo 4,5 milhões de trabalhadores, demonstra o equívoco da criação de leis específicas – fora dos princípios da legislação trabalhista e das normativas internacionais do trabalho – as quais gerariam

⁶⁵<https://www.frenteamplast.com/post/contribui%C3%A7%C3%B5es-da-frente-ampla-st-para-o-processo-eleitoral-brasileiro-2022>

trabalhadores e trabalhadoras de “segunda classe”, o que não pode ser aceito (Cardoso & Garcia, 2022⁶⁶). Deve-se considerar, ainda, que as plataformas levam os ganhos financeiros aos países de origem e não se responsabilizam pela qualidade do serviço prestado, também colocando em risco a vida dos usuários (por exemplo numa plataforma no setor de saúde).

Um segundo grande tema detectado nos estudos e pesquisas reunidos pelos autores está centrado nos **aspectos tecnológicos das plataformas**, com destaque para o **controle do trabalho** por meio de práticas de “**gestão algorítmica**”. As questões problemáticas incluem assimetrias de informação, tomada de decisão não transparente, desativação arbitrária e a pressão duradoura dos sistemas de classificação. Para os autores, “pode-se esperar, portanto, que **questões algorítmicas** estariam à frente da agitação trabalhista no trabalho de plataforma”, como, de fato tem sido pautado nos protestos aqui no Brasil, também.

De fato, o mesmo documento recentemente produzido pela Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores, no Brasil, destacou este grave problema, nos seguintes termos: “Outro problema que chama a atenção e que requer políticas públicas urgentes e diferenciadas é o da **falta de transparência em relação aos algoritmos**. Trata-se de uma questão sensível, compreendendo aspectos legais e éticos, tendo em consideração a configuração de um capitalismo de vigilância que é um fenômeno característico da nova ordem neoliberal (Meireles, 2021⁶⁷). No momento atual, já estamos vivendo e trabalhando numa ‘Sociedade de Economia Digital’ ou ‘Era Digital’, em que processos de produção e trabalho acontecem a partir de equipamentos de **automação** e **robotização** baseados na **programação de algoritmos** e de **inteligência artificial** que caracterizam a ‘**revolução 4.0**’ do mundo do trabalho, onde se encontram diversas tecnologias operando de modo reticular, interconectado e convergente, tais como: **inteligência artificial, internet das coisas, nanotecnologias, tecnologias digitais, veículos autônomos, robótica, impressão 3D, biotecnologia, ciências dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica**. Além disso, processos digitalizados e cibernéticos trazem novas formas de acumulação e mobilidade do capital financeiro, facilitam deslocamentos na instalação de processos produtivos de cadeias de produção, desde planejamento e desenvolvimento, diferentes etapas de produção, até estruturas de distribuição logística, com aumento de poder econômico para corporações transnacionais e **aumento das desproteções legais para o trabalho digno**, incluindo diversas **transformações nas configurações do trabalho e das relações de trabalho**, como mediatizadas por **plataformas cibernéticas de trabalho**.”⁶⁸

Retornando à publicação da OIT, os autores observaram que outras queixas potenciais dos trabalhadores também aparecem na revisão realizada, embora com abordagens menos sistemáticas. Um deles é a **questão do pagamento** (remuneração). Desde as primeiras pesquisas sobre o trabalho em plataforma, foi reconhecido que as taxas de remuneração para trabalhadores de plataforma são muitas vezes significativamente menores do que para tipos semelhantes de trabalho em ambientes sem plataforma e, às vezes, bem abaixo dos mínimos legais, onde estão presentes. Além disso, mesmo em estudos que se concentram em **algoritmos**, a principal preocupação dos trabalhadores é, muitas vezes, o impacto das decisões algorítmicas sobre o pagamento ou o acesso ao trabalho, o que equivale à mesma preocupação: ser pago. As queixas dos trabalhadores em relação ao pagamento incluem taxas de pagamento baixas e reduzidas, falta de pagamentos, pagamento de comissões aumentadas para a proprietária da

⁶⁶ <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/viagem-ao-inferno-do-trabalho-em-plataformas/>

⁶⁷ <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8665620>

⁶⁸ <https://www.frenteplast.com/post/contribui%C3%A7%C3%B5es-da-frente-ampla-st-para-o-processo-eleitoral-brasileiro-2022>

plataforma e a dedução de gorjetas dos pagamentos. Outra pesquisa enfatiza o impacto dos sistemas de pagamento por produtividade, na intensificação do trabalho e na insegurança do trabalho.

Além das questões específicas do trabalho em plataforma, também pode-se supor que as queixas dos trabalhadores podem surgir em relação a questões mais gerais compartilhadas com configurações fora da plataforma, como saúde e segurança (incluindo segurança pessoal), condições gerais de trabalho e benefícios não remunerados (como apólices de seguro), agregam os autores do estudo publicado pela OIT.

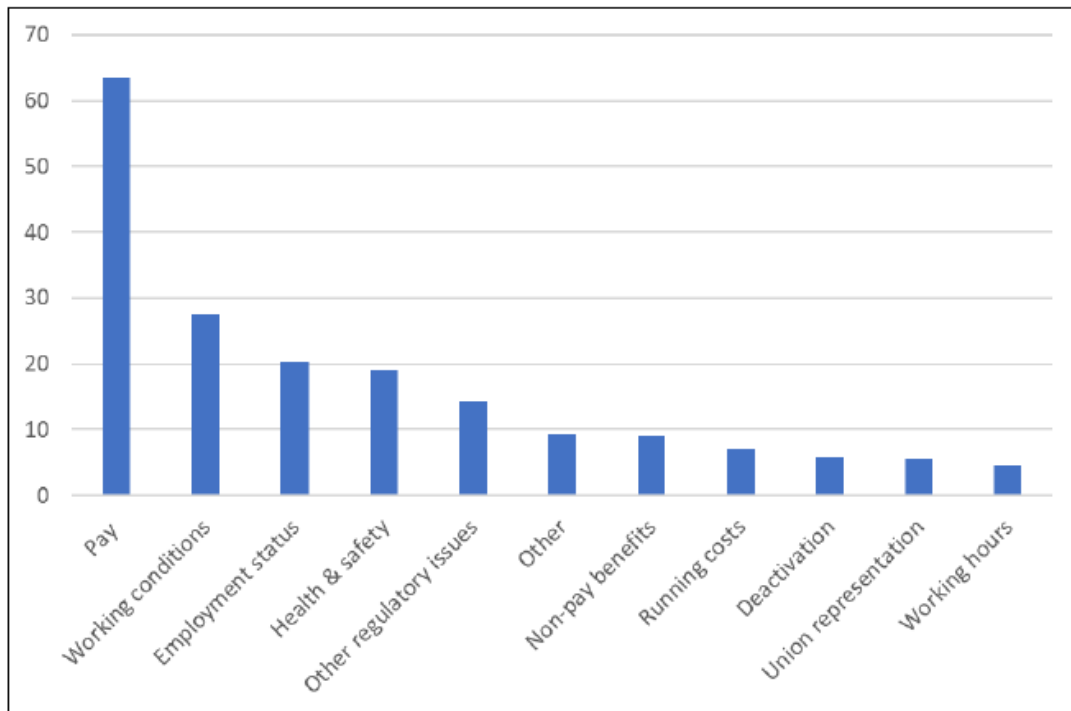
Contudo, parece não ter ocorrido uma correlação exata entre os temas identificados na revisão bibliográfica realizada pelos autores, e os achados próprios, obtidos pela utilização do Leeds Index of Platform Labor Protest, em escala global, no período antes assinalado.

Assim, por exemplo, a Figura 3, extraída da publicação aqui analisada⁶⁹, referente às **motivações dos protestos**, mostra que eles foram motivados por uma ampla variedade de questões. No entanto, de longe, a causa mais prevalente, identificada como um fator em 63,8% dos protestos, foram as **queixas salariais**. A elevada prevalência da questão do **pagamento (remuneração)** como um problema que gera descontentamento dos trabalhadores da plataforma é uma das descobertas mais marcantes – dizem os autores - em nítido contraste com a ênfase na literatura anterior sobre questões relacionadas ao **gerenciamento algorítmico**. Para os autores do estudo, é muito mais provável que os protestos dos trabalhadores da plataforma sejam motivados por decisões da empresa de plataforma sobre os níveis de remuneração do que por problemas do dia-a-dia com a operação de algoritmos. As **condições de trabalho** e o **status de emprego** foram os próximos problemas mais prevalentes, embora com uma distribuição altamente desigual nas diferentes regiões. **Questões de saúde e segurança no trabalho** estiveram envolvidas em 19,1% dos protestos em geral. Não foram encontradas diferenças distintivas nas questões motivadoras quando os protestos visavam várias empresas: o **pagamento** ainda era o principal problema (68,3%), seguido por **condições de trabalho** (47,8%) e **saúde e segurança** (35,7%).

A Figura 3 do documento aqui analisado mostra a distribuição relativa das motivações dos protestos de trabalhadores regidos por aplicativos por plataformas digitais.

⁶⁹ Bessa, I., Joyce, S., Neumann, D., Stuart, M., Trappmann, V., Umney, C. 2022. *A global analysis of worker protest in digital labour platforms*, ILO Working Paper 70 (Geneva, ILO). https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_849215.pdf

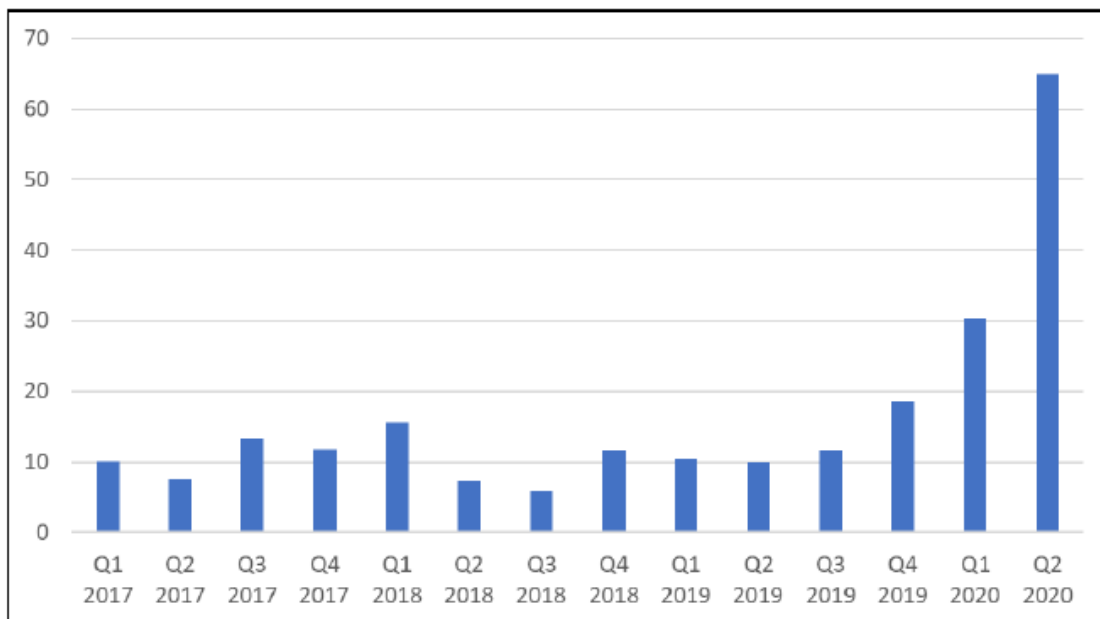
► Figure 3. Issues motivating protests (%)



Note: Total greater than 100 per cent because some protests involved more than one issue.

Já a Figura 4 mostra um grande aumento nos protestos por **questões de saúde e segurança no trabalho**, no primeiro semestre de 2020, aparentemente refletindo preocupações em torno da prevenção do COVID-19 entre os trabalhadores de plataforma. **Antes de 2020, saúde e segurança questões representaram 11,1% dos protestos, subindo para 30,3% no primeiro trimestre de 2020 e mais aumentando para 65% no segundo trimestre, à medida que o COVID-19 se espalhou pelo mundo.**

► Figure 4. Frequency of health and safety issues as a cause of protests over time (%)



Note: Figures for July 2020 were excluded as the quarter was incomplete.

O estudo global foi desdobrado em aprofundadas análises temáticas e regionais, de onde destacamos para fins desta breve síntese analítica a observação dos autores de que na América Latina, Caribe e África, **as preocupações com a saúde e segurança no trabalho mostraram-se mais elevadas do que em outras regiões do planeta, apresentando-se como o segundo mais comum causa de motivo de protesto**. Para os autores, é provável que isso reflita a natureza mais perigosa dos empregos de transporte e entrega nesses países, com riscos comparativamente mais altos de trabalhadores serem vítimas de crimes – muitas vezes violentos.

Os autores observaram e destacaram em suas análises que as **questões de saúde e segurança do trabalho**, embora não tivessem sido um dos problemas mais comuns que motivaram protesto de trabalhadores de plataformas, elas têm sempre presença importante, que parece ter aumentado com a eclosão da pandemia da Covid-19. Com efeito, em maio de 2020, por exemplo, greves coordenadas ocorreram em empresas na América Latina (especificamente no Chile, Costa Rica, Argentina, México, Peru e Equador). Na esteira da crise da COVID-19 e do discurso de que os entregadores de alimentos seriam “trabalhadores essenciais”, expostos, portanto, a evidente risco aumentado de exposição e infecção, trabalhadores de plataformas digitais passaram a exigir maiores salários e provisões para cuidados de saúde, ao mesmo tempo em que criticavam a insuficiência de equipamentos de proteção fornecidos por empresas de plataforma (principalmente PedidosYa, Glovo, SinDelantal e Uber Eats). Isto ocorreu, também, de forma escandalosa aqui no Brasil.

Muitas outras análises são cabíveis ou já foram feitas pelos autores e autoras, mas o mais importante é que haja a sensibilidade da sociedade para a voz destes milhões de **trabalhadores e trabalhadoras precarizados** e, geralmente, excluídos da proteção social, a respeito dos quais o discurso neoliberal os eleva à falaciosa categoria de ‘empreendedores’. Esta é uma questão que nos envolve a todos (muitos de nós usuários destes serviços mediados por plataformas digitais), sobretudo nós que trabalhamos em prol de políticas públicas justas e promotoras do bem-estar social, da vida e da saúde!

O debate internacional dos sistemas de saúde “pós-covid”: reformas e iniciativas

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O advento da pandemia atingiu fortemente o cenário internacional e colocou em evidência uma série de deficiências dos sistemas de saúde internacionalmente, para além de trazer consequências socioeconômicas que afetam diretamente os determinantes sociais e ambientais de saúde, aumentando a vulnerabilidade dos povos. Não obstante, os últimos anos em que lidamos com a pandemia também forneceu a oportunidade de repensar antigos paradigmas, reformular políticas públicas, e de difundir novos planejamentos estratégicos e parcerias entre atores internacionais e locais.

O presente documento reúne uma lista não exaustiva das evidências encontradas sobre a concretização dos debates internacionais acerca do replanejamento necessário para a preparação, resposta e resiliência de Emergências em Saúde no ano de 2022. Em especial, o enfoque se encontra em novas iniciativas propostas por organizações internacionais de grande relevância na saúde global e na cooperação internacional.

Devido à rapidez do avanço nos debates sobre a pandemia e grande volume de informações disponibilizadas neste período, definiu-se que o recorte temporal dos documentos utilizados para esta revisão fosse recente. Foram utilizados preferencialmente documentos e relatórios produzidos no ano de 2022, porém ainda acrescentados de documentos passados que tenham impactado o debate proposto. Para além de uma revisão bibliográfica, as organizações internacionais incluídas foram aquelas que se destacaram durante o período através de seus papéis de autoridades internacionais, e que acrescentaram ao debate de forma propositiva. A partir deste recorte inicial, as organizações selecionadas que se enquadram nesse papel foram: a OMS, a OCDE, o Banco Mundial, a União Europeia, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), e a CEPAL.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) observa, através de um trabalho constante de revisões e consultas com atores internacionais estatais e não-estatais, que o debate realizado nos dois últimos anos sobre a arquitetura pandêmica global é composto por três principais componentes: governança, sistemas e financiamento (WHO, 2022). Ainda que reconheçamos a importância da governança e outras questões para o debate, este presente documento procura focar principalmente nos aspectos dos sistemas de saúde e do financiamento internacional. Em especial, este informe possui como objetivo focar nos aspectos que podem trazer um diálogo fortuito para instituições de pesquisa nacionais como a Fundação Oswaldo Cruz, e o replanejamento de sua participação no debate emergente sobre o cenário internacional “pós-covid”, assim como na sua possível descoberta de novas parcerias.

Discussões sobre a reorganização da arquitetura de saúde global

Quando se considera a proposta de inventariar os debates mais recentes no cenário internacional, a revisão da literatura acadêmica provou-se pouco frutífera devido ao inevitável atraso do processo de revisão dos pares. Descobriu-se que, por via de regra, os artigos recém-publicados em 2022 ainda traziam discussões baseadas em dados das primeiras fases da pandemia, com apenas ensaios de propostas duradouras para o cenário internacional.

Por outro lado, a revisão da literatura publicada pelas organizações internacionais e agências do sistema ONU apresentaram diferentes capacidades de consolidação das discussões que estavam ocorrendo entre atores internacionais, com maior agilidade relativa que a

academia. Esta é uma diferença provida pelas características das diferentes institucionalidades entre as organizações, se alimentando dos materiais providos e produzidos em pauta em fóruns, comitês, assembleias e outras práticas deliberativas das quais estas organizações participaram. Em outras palavras, a necessidade de agilidade nas intervenções, diálogo e replanejamentos previstos para lidar com a pandemia entre os atores internacionais impulsionou uma quantidade relativamente grande de conteúdo entre estas organizações internacionais.

Em relação ao continente latino-americano, estudos da CEPAL (2022), em colaboração com o Ministério de Saúde do Chile, FONASA e a OPAS, afirmam que os impactos da pandemia acentuaram a vulnerabilidade econômica e social prévia América Latina, o que reforça a importância da implantação de um sistema de saúde universal resiliente, focado na atenção primária, que possa oferecer atendimento integral, digno e sustentável (CEPAL, 2022). O documento afirma que aproximadamente 30% dos serviços de saúde da América Latina e Caribe foram interrompidos, dos quais 55% se referem à atenção primária. Ainda, mesmo com os auxílios, a falta de recursos financeiros foi um importante obstáculo para o acesso de milhões de pessoas aos cuidados com a saúde (CEPAL, 2022). Esta demanda reprimida impacta na subnotificação, dificultando a gestão no momento de crise, bem como o desenvolvimento social sustentável.

Em uma avaliação da resposta à pandemia, a OCDE afirmou que, no geral, os governos atuaram de forma rápida e maciça para mitigar os efeitos da COVID-19 (OECD, 2022). Entretanto, há poucas publicações destes países que apresentam e discutem publicamente os planos de ação e replanejamentos para reduzir os impactos causados pela crise. Dados da OCDE (2022) apontam que todos os países continuam despreparados para enfrentar futuras ameaças epidêmicas, sendo necessário investir em recursos para perdurar a resiliência, monitorando cuidadosamente os custos orçamentários e impactos longo prazo dessas medidas (OECD, 2022).

As questões relacionadas à proporcionalidade e coerência das políticas em diferentes países ainda são pouco discutidas, principalmente quando os recursos são escassos e a coordenação entre governos é crucial (OECD, 2022). Estudos regionais da OPAS e do OCDE apontam que os países com menos recursos apresentam o maior risco e as maiores lacunas de preparo para responder em situação de crise (PAHO, 2022; OECD, 2022).

Em um recente seminário internacional, a CEPAL apresentou um estudo sobre a interação entre COVID-19, doenças não transmissíveis e determinantes sociais de saúde, e que afirma que a desigualdade da região latino-americana atua como causa e efeito de sua maior vulnerabilidade à pandemia. Devido a esta via de mão dupla de influência, os impactos da pandemia também reproduzem e aprofundam as desigualdades. Este movimento pode ser observado quando se considera que as desigualdades estruturais, refletidas na distribuição desigual dos determinantes sociais da saúde nos países da região, aumentam a probabilidade de infecção e morte por COVID 19. Por outro lado, o impacto social e econômico da pandemia também reproduziu e exacerbou antigas desigualdades (CEPAL, 2022).

Assim, devido a estes campos de influência mútua, a CEPAL destaca a necessidade de reformar e fortalecer os sistemas de saúde e proteção social, com o intuito de reduzir as desigualdades em saúde e os diversos impactos da pandemia. As principais recomendações da CEPAL para os países superarem as crises advindas da pandemia defendem que o debate sobre as reformas dos sistemas de saúde deve ser transversal, e conter uma dimensão técnica, política, financeira, institucional e comunicacional (CEPAL, 2022).

Entre as principais observações sobre aspectos fundamentais das futuras reformas dos sistemas de saúde, destacam-se a necessidade de consideração da articulação da saúde com outros setores, e a importância da sustentabilidade financeira e a solidariedade no financiamento das reformas do sistema de saúde (CEPAL, 2022). Há um aparente alinhamento entre as ideias promovidas pela CEPAL e a OMS na sua compreensão da necessidade de maior atenção e investimentos nas questões comunicacionais e financeiras dentro dos sistemas de saúde.

Quando analisamos os conteúdos apresentados por estas organizações, não há dúvidas que a OMS é a organização internacional com os materiais mais referenciados sobre o assunto. Seu papel enquanto a principal autoridade sanitária internacional foi postulado por grande parte das outras organizações, assim como seus dados. Em especial, os relatórios publicados pela União Europeia e pela OPAS possuíam uma vinculação forte com os materiais e deliberações providas pelas estruturas organizacionais da OMS (Sagan et al. 2021; PAHO, 2022).

Entre os relatórios mais citados e utilizados como suporte para os debates contemporâneos da revisão dos sistemas de saúde, destacam-se dois relatórios produzidos pelo *European Observatory on Health Systems and Policies* da OMS. Um destes relatórios é denominado *“Health systems resilience during. COVID-19: Lessons for building back better”* (Sagan et al., 2021), enquanto o segundo relatório é uma releitura dos debates do primeiro com maior avanço nas discussões, sendo o relatório denominado *“Eurohealth: Health system resilience post-COVID: Moving towards more European cooperation”*, publicado no início de 2022 (WHO-Europe, 2022).

Durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2022, estes materiais também colaboraram para os debates entre os países membros da OMS e demais partes interessadas na pauta do fortalecimento da arquitetura de preparação, resposta e resiliência para emergências de saúde (*Health Emergency Preparedness, Response, and Resilience - HEPR*) (WHO, 2022).

Após as deliberações debatidas na Assembleia Mundial da Saúde, o documento mais recente que está sendo mais referenciado pelas outras organizações é o recente *white paper* que junta o esforço de estruturação destes debates em um documento técnico oficial da OMS. Em junho de 2022, o Diretor-Geral da OMS apresentou para o público internacional a consolidação de dez propostas para o fortalecimento da arquitetura do HEPR. Este relatório técnico foi denominado de *“10 proposals to build a safer world together – Strengthening the Global Architecture for Health Emergency Preparedness, Response and Resilience (white paper for consultation, June 2022)”* (WHO, 2022).

Estas propostas foram desenvolvidas em consulta com os Estados membros e outras partes interessadas, e se baseiam em mais de 300 recomendações de várias revisões independentes da resposta global ao COVID-19 e futuras emergências sanitárias. Este documento é autodeclarado como respaldo técnico para um novo Acordo Pandêmico que está em negociação contemporaneamente (WHO, 2022). Considerando o foco desta revisão nas propostas relacionadas aos sistemas de saúde, serão apresentadas as novas estruturas das capacidades dos sistemas interconectados e principais soluções defendidas pela OMS. Primeiramente, é importante compreender a reestruturação dos sistemas da saúde em cinco subsistemas centrais (WHO, 2022).

Vigilância colaborativa

O primeiro subsistema é o da vigilância colaborativa. As capacidades que devem ser desenvolvidas neste subsistema são: o fortalecimento nacional à vigilância integrada de doenças, ameaças e vulnerabilidades; maior capacidade laboratorial para vigilância genômica e de patógenos; e abordagens colaborativas para avaliação de riscos, detecção de eventos e monitoramento de resposta (WHO, 2022).

Existem várias iniciativas internacionais já existentes que participam do subsistema da vigilância colaborativa, e que estão em processo de reformas como o *Global Influenza Surveillance and Response System Plus*⁷⁰ (GISRS+) e o *Global Early Warning System Plus*⁷¹ (GLEWS+). Tanto os Estados membros, durante a 150ª reunião do Conselho Executivo da OMS, quanto o Comitê de Emergência do Regulamento Internacional de Saúde aprovaram a proposta para aprimorar o desenvolvimento do GISRS para novos vírus respiratórios com potenciais pandêmicos. Este é descrito enquanto um componente essencial da capacitação de vigilância que precisa ser realizada (WHO, 2022).

O Sistema *BioHub*⁷² da OMS, lançado em 2021, tem como objetivo oferecer um mecanismo confiável, seguro e transparente para compartilhamento voluntário de novos materiais biológicos, sem substituir ou competir com os sistemas existentes, contribuindo para a investigação e rápida inovação antes e durante epidemias e potenciais pandemias (WHO, 2022). Adicionalmente, o Hub da OMS para Inteligência Pandêmica e Epidêmica⁷³ (*WHO Hub for Pandemic and Epidemic Intelligence*) visa construir uma comunidade colaborativa, baseada na confiança, envolvendo um grupo multidisciplinar. Por exemplo, a iniciativa *Epidemic Intelligence from Open Sources*⁷⁴ (EIOS) reúne iniciativas, redes e sistemas para criar uma abordagem de detecção precoce, verificação, avaliação e comunicação de ameaças à saúde usando informações publicamente disponíveis (WHO, 2022).

Proteção Comunitária

O segundo subsistema de saúde que necessita de atenção é o de proteção comunitária, que de acordo com a OMS deve ser implementado através de uma abordagem multissetorial para proteção da subsistência e do bem-estar social das comunidades durante emergências em saúde. Este subsistema deve ser sustentado por meio de uma “via de mão dupla” de compartilhamento de informações entre órgãos públicos e a população. As principais capacidades que devem ser desenvolvidas nele são: comunicação de risco proativo e gerenciamento infodêmico para informar as comunidades e construir confiança; engajamento da comunidade para co-criar intervenções populacionais e ambientais com base em contextos e costumes locais; e, ação multissetorial, incluindo bem-estar social e proteção de meios de subsistência, para atender às preocupações da comunidade (WHO, 2022).

Uma das principais iniciativas existentes de proteção comunitária é a Rede de Informação para Epidemias⁷⁵ (*Information Network for Epidemics - EPI-WIN*), que fornece informações científicas oportunas sobre emergências de saúde e busca co-criar soluções por

⁷⁰ [Global Influenza Surveillance and Response System \(GISRS\) \(who.int\)](#)

⁷¹ [GLEWS — The Global Early Warning System](#)

⁷² [WHO BioHub](#)

⁷³ [Pandemic Hub \(who.int\)](#)

⁷⁴ [Early detection, verification, assessment and communication \(who.int\)](#)

⁷⁵ [EPI-WIN \(who.int\)](#)

meio do diálogo com as comunidades afetadas. Ela permite trabalhar com parceiros internacionais e locais para estabelecer ações prioritárias com líderes para promover a confiança e a compreensão sobre como as emergências de saúde estão afetando vidas, e o que pode ser feito para apoiar cada comunidade em seus próprios contextos únicos para responder de forma eficaz (WHO, 2022). Outra iniciativa destacada neste âmbito é o Serviço Coletivo de Comunicação de Risco e Engajamento da Comunidade⁷⁶ (*Risk Communication and Community Engagement - RCCE Collective Service*), que sustenta mecanismos que promovam a coordenação de abordagens centradas na comunidade, baseadas em evidências e participativas para a comunicação de risco e o engajamento da comunidade (WHO, 2022).

Acesso a contramedidas

O quarto subsistema se refere ao desenvolvimento de capacidades que provêm respostas rápidas e coordenação em grande escala para intervenções que dependam de Pesquisa & Desenvolvimento, ou de novas tecnologias. As capacidades chave que precisam ser investidas são: *Fast-track* de Pesquisa & Desenvolvimento com acordos de compartilhamento de benefícios pré-negociados; Plataformas de fabricação escaláveis e acordos para transferência de tecnologia; Compras coordenadas e cadeias de suprimentos emergenciais para garantir acesso equitativo (WHO, 2022).

Este subsistema cresceu significativamente nos últimos anos devido à pandemia. Entre as iniciativas implementadas, destaca-se o Grupo de Coordenação Internacional sobre Fornecimento de Vacinas⁷⁷ (*The International Coordinating Group (ICG) on Vaccine Provision*), que gerencia e coordena o fornecimento de suprimentos de vacinas e antibióticos de emergência aos países durante grandes surtos (WHO, 2022). Outra iniciativa importante foi o Quadro de Preparação para Influenza Pandêmica⁷⁸ (*Pandemic Influenza Preparedness (PIP) Framework*), que permitiu países em desenvolvimento a terem acesso à vacinas e outros suprimentos necessários para o enfrentamento sanitário à pandemia, garantindo este acesso em tempo real. Já o projeto de um *blueprint* de Pesquisa & Desenvolvimento permite a ativação rápida das atividades de Pesquisa & Desenvolvimento durante epidemias através de roteiros e perfis previamente traçados de produtos-alvo para doenças prioritárias. Além disso, em 2020 foi criado o *ACT-Accelerator*⁷⁹ para acelerar o desenvolvimento de testes, tratamentos e vacinas COVID-19, e também garantir sua distribuição equitativa (WHO, 2022).

Coordenação de emergências

O quinto e último subsistema de saúde é o de coordenação de emergência. As capacidades a serem desenvolvidas neste subsistema são: investimento em mão-de-obra de emergência de saúde treinada interoperável, escalável e pronta para implantação rápida; planos de ação nacional coerentes com a segurança em saúde para impulsionar a preparação e a prevenção; prontidão operacional por meio da avaliação de riscos e redução e priorização de funções críticas; e detecção rápida e resposta escalável a ameaças através da aplicação de uma estrutura padronizada de resposta a emergências (WHO, 2022).

⁷⁶ [About the RCCE Collective Service | GOARN \(who.int\)](https://www.who.int/about/our-work/communicable-diseases/risk-communication-and-community-engagement)

⁷⁷ [International Coordinating Group \(ICG\) on Vaccine Provision \(who.int\)](https://www.who.int/about/our-work/communicable-diseases/vaccine-provision)

⁷⁸ [Pandemic Influenza Preparedness \(PIP\) Framework \(who.int\)](https://www.who.int/about/our-work/communicable-diseases/pandemic-influenza-preparedness)

⁷⁹ [The Access to COVID-19 Tools \(ACT\) Accelerator \(who.int\)](https://www.who.int/about/our-work/communicable-diseases/act-accelerator)

A principal iniciativa destacada no subsistema é o fortalecimento do Quadro de Resposta a Emergências da OMS⁸⁰ (*WHO's Emergency Response Framework - ERF*), que fornece diretrizes, critérios operacionais e padrões de detecção precoce, verificação, avaliação de risco, análise situacional, classificação e coordenação de resposta. A aplicação de uma estrutura similarmente padronizada e comumente aplicada globalmente poderia melhorar o alinhamento e fortalecer a preparação e a resposta (WHO, 2022).

Financiamento

A questão do financiamento também é uma das três bases interdependentes da arquitetura de preparação, resposta e resiliência para emergências de saúde. O financiamento de uma preparação e resposta a emergências de saúde exigirá aproximadamente US \$10 bilhões adicionais por ano, de acordo com análises da OMS com o Banco Mundial. Entretanto, além do financiamento, é necessário garantir que os fundos sejam acessados e entregues de maneira segura e eficaz (WHO, 2022).

Existem três propostas atuais da OMS para o futuro da área de financiamento desta arquitetura: estabelecer uma plataforma de coordenação de financiamento para promover o investimento interno e direcionar o financiamento internacional existente para onde for mais necessário; estabelecer um fundo intermediário financeiro para preparação e resposta pandêmica para fornecer financiamento catalítico e de preenchimento de lacunas; Ampliar o Fundo de Contingência para Emergências⁸¹ da OMS (*WHO Contingency Fund for Emergencies*) para rapidamente garantir um financiamento escalável para a implementação de respostas (WHO, 2022).

A plataforma de coordenação de finanças e saúde está sendo planejada e negociada com os investimentos financeiros do Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais. Ela monitora o desempenho dos fluxos de financiamento do HEPR, melhoraria a alocação efetiva para prioridades críticas e ajudaria a mobilizar e direcionar o apoio financeiro escasso. A OMS aponta ainda que este novo mecanismo deve buscar pela representação mundial, baseando-se no trabalho da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20⁸² (*G20's Joint Finance and Health Task Force*). A OMS e o Banco Mundial recomendaram à esta mesma Força-Tarefa a criação de um Fundo Intermediário Financeiro (*Financial Intermediary Fund - FIF*), que será hospedado pelo Banco Mundial (WHO, 2022). Há ainda uma iniciativa criada pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (*Multilateral Investment Guarantee Agency - MIGA*), que pertence ao Banco Mundial, que investiu em um mecanismo acelerado de US\$ 6,5 bilhões para ajudar investidores e credores a enfrentar a pandemia de COVID-19 e apoiar uma recuperação verde, resiliente e inclusiva nos países em desenvolvimento (World Bank, 2022). É preciso garantir financiamento escalável rápido para execução de uma ação emergencial necessária, sendo capaz de desembolsar rapidamente quantias modestas para uma resposta imediata, para financiar elementos da resposta nacional, e os esforços de parceiros-chave (WHO, 2022).

Em conclusão, a revisão apresentou evidências que o período da pandemia também resultou em uma maior efervescência dos debates internacionais acerca dos sistemas de saúde, maior financiamento para a área e principalmente uma série de iniciativas de enfrentamento à

⁸⁰ [WHO Emergency Response Framework - Second Edition - World | ReliefWeb](#)

⁸¹ [Contingency Fund for Emergencies \(who.int\)](#)

⁸² [The 4th G20 Joint Finance and Health Task Force \(JFHTF\) Meeting: Establish New Financial Mechanism to Address Significant Gaps of Global Health Financing – G20 Presidency of Indonesia](#)

emergência. Também foi construída uma maior concordância entre pares sobre a necessidade de fortalecimento da coordenação destes esforços internacionais e investimentos em suas resiliências.

As lacunas da saúde global mais destacadas pelas dificuldades enfrentadas durante o COVID-19 estão nas áreas de epidemiologia e vigilância. Além disso, sentiu-se a falta de uma força de trabalho do sistema de saúde necessária para escalar rapidamente o atendimento clínico de emergência seguro, e para manter os serviços essenciais durante uma emergência. Também foram realçados os aspectos não clínicos da proteção, como condições de trabalho e remuneração justa, assim como a importância do engajamento comunitário. A pandemia também revelou que é necessário investir recursos na gestão infodêmica para fortalecer a confiança nas autoridades de saúde e construir tais resiliências conjuntamente com o diálogo com a sociedade (WHO, 2022).

Migrações, Refúgio e Saúde Global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura

Inundações deixam milhares de pessoas desabrigadas no Paquistão

Desde o ano passado o Paquistão é acometido por inundações frequentes, que deixaram cerca de 2.000 mortos. Somente em 2022, as inundações das monções chegaram a causar mais de 1.100 óbitos. Aproximadamente 33 milhões de pessoas foram afetadas, das quais 6,4 milhões tiveram que deixar suas residências, necessitando de abrigo, alimentação e demais itens de necessidades essenciais.⁸³

Desde o início de junho, as chuvas torrenciais de monções estão presentes no Paquistão. As águas do Rio Cabul romperam um aterro próximo às residências, deixando pouco tempo para as famílias evacuarem a região.⁸⁴ 1,3 milhão de refugiados afegãos estão presentes no Paquistão, e 421 mil deles vivem nos distritos mais afetados pelas chuvas. Grande parte dos refugiados vieram ao Paquistão procurando cuidados de saúde, oportunidades de estudo e trabalho, ou simplesmente para encontrar segurança de maneira temporária ou realizar a transição para outro país. As agências internacionais realizam esforços para fornecer abrigos aos cidadãos deslocados, mas ainda há falta de colchões para dormir nos abrigos, água potável, instalações médicas, alimentos para as pessoas e para o gado.⁸⁵

As mudanças climáticas afetam todos os cidadãos, mas algumas populações sentem esses impactos de forma mais intensa e direta. O governo do Paquistão solicitou apoio internacional, já que as inundações continuam prejudicando diversas regiões do país. Conforme dados do governo, mais de 287.000 casas foram arruinadas e outras 662.000 sofreram danos em suas estruturas, enquanto 735.000 animais foram a óbito e 2 milhões de acres de plantações foram inundados. Também houve danos à infraestrutura de comunicação.

O ACNUR chegou a disponibilizar 10.000 barracas e alguns itens de primeira necessidade, além de sacos de areia para auxiliar as famílias a construir defesas em torno de suas casas. Essa assistência está sendo prestada às comunidades anfitriãs, assim como às aldeias de refugiados.⁸⁶ Como parte de uma resposta coordenada a partir da liderança do Comitê Nacional de Gestão de Desastres do Paquistão (NDMA) e demais apoiadores, o ACNUR conseguiu fazer a entrega de itens de socorro nas áreas mais devastadas, localizadas nas províncias de Baluchistão e Khyber Paktunkhwa.⁸⁷

⁸³<https://www.acnur.org/portugues/2022/09/02/inundacoes-deixam-milhares-de-pessoas-desabrigadas-no-paquistao/>

⁸⁴<https://www.acnur.org/portugues/2022/09/02/inundacoes-deixam-milhares-de-pessoas-desabrigadas-no-paquistao/>

⁸⁵<https://www.acnur.org/portugues/2022/09/02/inundacoes-deixam-milhares-de-pessoas-desabrigadas-no-paquistao/>

⁸⁶<https://www.acnur.org/portugues/2022/09/02/inundacoes-deixam-milhares-de-pessoas-desabrigadas-no-paquistao/>

⁸⁷<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/30/acnur-pede-apoio-imediato-a-milhoes-de-vitimas-das-enchentes-no-paquistao/>

De acordo com Gayrat Ahmadshoev, chefe do sub-escritório do ACNUR em Peshawar, em Khyber Pakhtunkhwa, atualmente a maior urgência seria receber um financiamento humanitário de maneira rápida, já que as comunidades paquistanesas e pessoas refugiadas abrigadas no Paquistão afirmam estarem passando pelas piores inundações da história. Foi realizado um apelo de financiamento da ONU expresso em apoio à resposta liderada pelo governo. Essa proposta vem buscando US\$ 160 milhões para dar suporte a mais de 5 milhões de pessoas nas áreas mais afetadas.⁸⁸

1 milhão de pessoas deslocadas na Somália

A seca alcançou níveis devastadores na Somália, elevando a 1 milhão o número de pessoas deslocadas dentro do país. Somente em 2022, foram deslocadas 755 mil pessoas internamente. De acordo com os números divulgados pelo ACNUR e o Conselho Norueguês para Refugiados no último 11 de agosto, isso teve um grande impacto no valor total de deslocamento de pessoas que se iniciou em janeiro de 2021, quando a seca começou⁸⁹.

A história mostra que a seca de 2 anos na Somália é um fenômeno catastrófico não visto há mais de 40 anos. Uma quinta estação chuvosa ausente mais uma vez deve levar ao deslocamento de muito mais famílias, devido à falta de comida e água em suas aldeias⁹⁰.

Estima-se que o número de pessoas que enfrentam a fome na Somália aumente de cerca de 5 milhões para mais de 7 milhões nos próximos meses, agravado pelos efeitos das mudanças climáticas e pelo aumento dos preços dos alimentos devido ao conflito na Ucrânia⁹¹.

Magatte Guisse, representante do ACNUR no país, requer ajuda internacional urgente, fazendo alerta: “A situação da Somália já era uma das mais sub-financiadas antes desta última crise. Enquanto nós e os parceiros humanitários estamos fazendo o que podemos para responder, nossos recursos são simplesmente insuficientes.”⁹²

Federação Internacional da Cruz Vermelha e divisão da ONU firmam parceria para aumentar a resiliência global à emergência climática.⁹³

A parceria entre a Federação Internacional da Cruz Vermelha e a Comissão Social e Econômica das Nações Unidas para Ásia e Pacífico foi formalizada através de um memorando de entendimento em busca da construção de resiliência global à emergência climática.

As mudanças climáticas estão afetando a vida de toda humanidade. A intensidade e frequência dos desastres naturais vem aumentando. Como mostrado pelo exemplo recente no território paquistanês, quando estes vierem, faz-se necessário uma grande preparação

⁸⁸<https://www.acnur.org/portugues/2022/09/02/inundacoes-deixam-milhares-de-pessoas-desabrigadas-no-paquistao/>

⁸⁹<https://www.unhcr.org/news/press/2022/8/62f4c3894/million-people-displaced-drought-somalia.html>

⁹⁰<https://www.unhcr.org/news/press/2022/8/62f4c3894/million-people-displaced-drought-somalia.html>

⁹¹<https://www.unhcr.org/news/press/2022/8/62f4c3894/million-people-displaced-drought-somalia.html>

⁹²<https://www.unhcr.org/news/press/2022/8/62f4c3894/million-people-displaced-drought-somalia.html>

⁹³<https://www.ifrc.org/press-release/ifrc-and-united-nations-escap-partner-strengthen-resilience-world-climate-change>

institucional e estrutural para uma resposta humanitária que enfrente os impactos colossais e incertos decorrentes das mudanças climáticas.

O memorando entre a agência intergovernamental mais inclusiva da região e a maior rede de resposta humanitária do mundo chega num momento onde é extremamente necessário. A cooperação vem em uma grande quantidade de áreas, incluindo ação climática, gerenciamento de risco de desastre e a construção de comunidades resilientes. Ademais, importantes líderes das organizações pontuaram o enorme potencial de cooperação regional e subregional.

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Banco Mundial (BM)

O novo Fundo Intermediário Financeiro de Prevenção Pandêmica, Preparação e Resposta (PPR) foi formalmente estabelecido pelo Banco Mundial (BM). O Fundo foi concebido para refletir governança inclusiva e eficaz e arranjos operacionais com altos padrões de transparência e prestação de contas. O Fundo contará ainda com a liderança técnica da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Fundo fornecerá um fluxo dedicado de financiamento adicional de longo prazo para fortalecer as capacidades de **PPR** em países de baixa e média renda e resolver lacunas críticas por meio de investimentos e suporte técnico nos níveis nacional, regional e global. O Fundo se baseará nos pontos fortes e vantagens comparativas das principais instituições engajadas na **PPR**, fornecerá apoio complementar, melhorará a coordenação entre os parceiros, incentivará o aumento dos investimentos no país, servirá como plataforma de advocacia e ajudará a concentrar e manter a tão necessária atenção de alto nível no fortalecimento dos sistemas de saúde.

O Fundo foi desenvolvido com amplo apoio de membros do Grupo dos Vinte (G20) e além. Mais de US\$ 1,4 bilhão em compromissos financeiros já foram anunciados e mais são esperados para os próximos meses. Até agora, foram assumidos compromissos da Austrália, Canadá, China, Comissão Europeia, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia, Nova Zelândia, Noruega, Cingapura, África do Sul, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Estados Unidos, Fundação Bill & Melinda Gates, Fundação Rockefeller e Wellcome Trust.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/09/09/new-fund-for-pandemic-prevention-preparedness-and-response-formally-established>

<https://www.worldbank.org/en/programs/financial-intermediary-fund-for-pandemic-prevention-preparedness-and-response-ppr-fif/operations>

No ano fiscal de 2022, o BM anunciou mais um novo recorde de recursos liberados: US\$31,7 bilhões para ajudar países a enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Trata-se de um aumento de 19% em relação à alta de US\$26,6 bilhões de dólares em financiamentos alcançado no ano fiscal anterior. Com isso, o BM continua a ser o maior financiador multilateral da ação climática nos países em desenvolvimento.

O financiamento para a ação climática no ano fiscal de 2022 — que abrange 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 — atingiu 36% do total de financiamento do BM. Isso excede a meta estabelecida no Plano de Ação de Mudanças Climáticas do Grupo para 2021-2025 para implantar uma média de 35% do financiamento da instituição em apoio à ação climática.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/09/07/world-bank-group-delivers-record-31-7-billion-in-climate-finance-in-fiscal-year-2022>

<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2022/09/07/world-bank-group-exceeds-new-climate-finance-target-31-7-billion-in-funding-for-climate-action>

A pandemia COVID-19 causou uma aguda crise de saúde e economia, agravando a desigualdade de renda em todo o mundo. O choque dos preços dos alimentos e combustíveis

após a guerra da Ucrânia está aumentando as dificuldades. Esses choques e desenvolvimentos são particularmente preocupantes para a África subsaariana, uma das regiões mais desiguais e menos capaz de amortecer os efeitos da crise sobre os mais vulneráveis.

A fim de desenvolver maiores diálogos a respeito destes temas, desenvolvendo as respostas políticas potenciais, suas implementações em um ambiente político muito complexo e apertado, o evento **Diálogo de política de alto nível sobre desigualdade: desenvolvimentos e desafios políticos no ambiente pós-COVID** será promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos dias 20 e 21 de setembro.

Fonte: <https://www.imf.org/en/News/Seminars/Conferences/2022/09/20/high-level-policy-dialogue-on-inequality>

<https://www.cvent.com/surveys/Questions/IDConfirm.aspx?r=00000000-0000-0000-0000-000000000000&s=95bc4c3c-9ff3-4255-bdee-2171850db88f>

UNCTAD e AGNU, Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore

Claudia Chamas

UNCTAD: UNCTAD e G77 & China briefing sobre questões-chave de relevância para a 77ª Segunda sessão do Comitê da AGNU

A [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) é o ponto focal no sistema das Nações Unidas para a coordenação de comércio e desenvolvimento e as questões inter-relacionadas de finanças, investimento, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Esses temas são abordados pelo Segundo Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), órgão com mandato para fornecer orientação política sobre desenvolvimento financeiro, econômico e sustentável, incluindo o Financiamento para o Desenvolvimento e a Agenda 2030.

A pedido do Grupo dos 77 (G77) e da China, nos dias 6 e 7 de setembro, a UNCTAD NYO organizou briefing aos delegados de Nova York para apoio ao processo de redação e negociação de resoluções, bem como na coordenação entre as resoluções. As análises permitem que os delegados tenham compreensão mais profunda dos temas no âmbito do mandato da UNCTAD, fortalecer os resultados intergovernamentais do Segundo Comitê da AGNU e o alinhamento com demais posicionamentos. Além disso, as atividades fortalecem os vínculos entre o Segundo Comitê em Nova York e o Conselho de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD em Genebra (UNCTAD, 2022).

O evento contou com uma [nota conceitual](#), com os seguintes pontos em destaque:

1. O Escritório do Secretário-Geral da UNCTAD em Nova York (UNCTAD NYO) conecta o trabalho da UNCTAD, liderado em sua sede em Genebra, com os processos e resultados relevantes da ONU em Nova York e vice-versa, apoiando consultas intergovernamentais para avançar no consenso sobre os itens da agenda confiados à UNCTAD.

2. Para a 77ª sessão do Segundo Comitê da AGNU, a UNCTAD redigirá os relatórios do Secretário-Geral sobre a implementação das seguintes resoluções: Informação, Comunicação e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável; Comércio e desenvolvimento internacional; Sustentabilidade e desenvolvimento da dívida externa; Promoção da cooperação internacional para combater os fluxos financeiros ilícitos e fortalecer as boas práticas de retorno de ativos para fomentar o desenvolvimento sustentável; Promover investimentos para o desenvolvimento sustentável; e Empreendedorismo para o desenvolvimento sustentável.

3. A UNCTAD contribui para os relatórios do Secretário-Geral para os seguintes itens da agenda pelos quais outras entidades da ONU têm responsabilidade primária: Sistema financeiro internacional e desenvolvimento; Acompanhamento das Conferências Internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento; Acompanhamento da V Conferência Internacional sobre Países Menos Desenvolvidos; Acompanhamento da Conferência Internacional sobre países em desenvolvimento sem litoral; Acompanhamento da Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; e Cooperação Sul-Sul.

OMPI: Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore

No dia 12 de setembro, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) retoma as negociações intergovernamentais sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais. Até 16 de setembro, haverá reuniões da 44ª Sessão do Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore - IGC). O evento será híbrido, com participação presencial e online. Os projetos de textos e outros documentos estão disponíveis aqui: <https://lnkd.in/eZUbEnn8>

Este encontro é especialmente importante, pois é o primeiro após as Assembleias dos Estados Membros da OMPI, que ocorreram de 14 a 22 de julho de 2022, em Genebra. Os temas ganharam destaque com a aprovação da convocação de conferência diplomática para proposta de acordo internacional referente a pacto relacionado à propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. Este espaço negociador está previsto para ser concluído em 2024⁹⁴. Ainda há lacunas a serem resolvidas nestas negociações que foram iniciadas em 2010. O principal documento em pauta é o “Projeto de Instrumento Jurídico Internacional Relativo à Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados a Recursos Genéticos” (no original, em inglês, “Draft International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources”). O instrumento jurídico visa abordar “certas questões de propriedade intelectual relacionadas ao acesso, uso e repartição de benefícios desses recursos e sistemas de conhecimento” tais como, novo “patent disclosure requirement” e uso de banco de dados sobre recursos genéticos como subsídios para examinadores de pedidos de patente. Além disso, esse acordo objetiva harmonizar sistemas nacionais, favorecendo “o desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas e locais, proporcionando segurança jurídica e previsibilidade para as empresas e melhorando a qualidade, eficácia e transparência do sistema de patentes” (OMPI, 2022).

Referências

OMPI. [WIPO Member States Approve Diplomatic Conferences for Two Proposed Accords](https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0009.html). Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0009.html Acesso em: 12 de setembro de 2022.

UNCTAD. UNCTAD and G77 & China briefing on key issues of relevance for UNGA 77th Second Committee session. Disponível em: <https://unctad.org/meeting/unctad-and-g77-china-briefing-key-issues-relevance-unga-77th-second-committee-session> Acesso em: 12 de setembro de 2022.

⁹⁴ “O que é uma Conferência Diplomática? O método tradicional para concluir ou revisar tratados tem sido a realização de uma conferência diplomática de plenipotenciários convocada especificamente para esse fim. As conferências diplomáticas são realizadas para negociar e adotar ou revisar tratados multilaterais” (OMPI, 2022).

Igualdade de gênero, direitos e saúde sexual e reprodutiva: desafios globais

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Karinne Marieta Carvalho

Organização Mundial da Saúde - estratégia global para enfrentar e acabar com as epidemias de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)

As infecções sexualmente transmissíveis continuam causando altas taxas de infecções em todo o mundo. De acordo com estimativas globais, mais de 1 milhão de ISTs curáveis são adquiridas todos os dias em todo o mundo, causadas principalmente por infecções como gonorreia, clamídia, sífilis e tricomonas. Além disso, surtos emergentes de novas infecções que podem ser adquiridas por contato sexual, como Monkeypox, Shigella sonnei, Neisseria meningitidis, Ebola e Zika, bem como o ressurgimento de ISTs negligenciadas, como linfogranuloma venéreo, anunciam desafios crescentes no fornecimento de cuidados adequados e de serviços de prevenção e controle de ISTs.

Quando não tratadas, certas ISTs podem levar a consequências irreversíveis a longo prazo, como dor pélvica crônica, câncer, infertilidade, complicações na gestação e complicações congênitas, algumas das quais podem ser potencialmente fatais.

A 75ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2022, concordou com a implementação das [Novas Estratégias Globais do Setor de Saúde sobre HIV, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis](#), para o período 2022-2030. As metas incluem:

- reduzir novos casos de sífilis, gonorreia, clamídia e tricomoníase;
- reduzir novos casos de sífilis congênita;
- aumentar a porcentagem de meninas totalmente vacinadas com a vacina contra o vírus do papiloma humano (HPV) até os 15 anos de idade;
- aumentar o percentual de rastreamento de sífilis entre populações prioritárias e gestantes;
- aumentar o percentual de rastreamento de gonorreia entre populações prioritárias;
- aumentar a porcentagem de mulheres rastreadas para câncer do colo do útero; e
- aumentar o número de países que relatam resistência antimicrobiana em Neisseria gonorrhoeae ao Programa de Vigilância Antimicrobiana Gonocócica da OMS.

Diante disso, a resposta global às ISTs deve passar por uma série de mudanças estratégicas e operacionais: Criar um ambiente que encoraje os indivíduos a discutir infecções sexualmente transmissíveis, adotar práticas sexuais mais seguras e buscar tratamento; intensificar a prevenção primária; intensificar a integração dos serviços de infecções sexualmente transmissíveis; aumentar a acessibilidade dos serviços centrados nas pessoas; fechamento de lacunas de financiamento; facilitar a adoção de diagnósticos no local de atendimento e novas tecnologias; e investir em pesquisas.

A estratégia é pautada em cinco pilares:

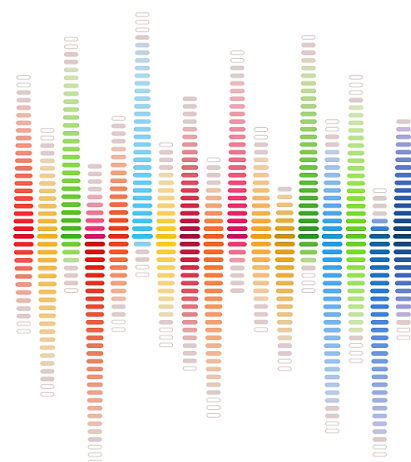
1. Fornecer serviços centrados nas pessoas baseados em evidências de alta qualidade
2. Otimizar sistemas, setores e parcerias para impacto
3. Gerar e usar dados para impulsionar decisões para ação
4. Envolver comunidades capacitadas e sociedade civil
5. Promover inovações para impacto

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Para acessar o programa e outras referências, [clique aqui](#).

ONU Mulheres lança o relatório Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O panorama de gênero 2022

O relatório é publicado anualmente e acompanha os indicadores relacionados ao gênero em cada ODS. Os últimos dados disponíveis do ODS 5 (igualdade de gênero) mostram que o mundo não está no caminho certo para alcançar a igualdade de gênero até 2030. Quase na metade do prazo de 2030 para os ODS, a hora de agir e investir em mulheres e meninas é agora.

PROGRESS ON THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS
THE GENDER SNAPSHOT 2022



UN WOMEN | WOMEN COUNT | United Nations Department of Economic and Social Affairs








A COVID-19 e a reação contra a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres estão diminuindo ainda mais as perspectivas de igualdade de gênero. A violência contra as mulheres continua alta; crises globais de saúde, clima e humanitárias aumentaram ainda mais os riscos de violência, especialmente para as mulheres e meninas mais vulneráveis, e as mulheres se sentem mais inseguras do que antes da pandemia. A representação das mulheres em cargos de poder e tomada de decisão permanece abaixo da paridade. Apenas 48% dos dados necessários para acompanhar o progresso do ODS 5 estão atualmente disponíveis, tornando mulheres e meninas efetivamente invisíveis.

“Progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O retrato de gênero 2022” apresenta as evidências mais recentes sobre igualdade de gênero em todos os 17 Objetivos, apontando o longo caminho a seguir para alcançar a igualdade de gênero. Ele enfatiza as interligações entre os objetivos, a força fundamental que a igualdade de gênero desempenha na condução do progresso nos ODS e o papel central das mulheres e meninas na liderança do caminho a seguir.



Globalmente, mais 380 milhões mulheres e meninas estão em extrema pobreza, vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

Se a atual tendência continuar, na África Subsaariana, mais mulheres e meninas vão viver na extrema pobreza até 2030 do que hoje.

	<p>Globalmente, quase 1 em cada 3 mulheres passou insegurança alimentar moderada ou grave em 2021.</p> <p>A alta dos preços dos alimentos está exacerbando a fome em todo o mundo.</p>
	<p>O aborto inseguro é a maior causa da mortalidade e morbidade materna, embora seja evitável.</p> <p>Hoje, 1,2 bilhão de mulheres e meninas em idade reprodutiva vivem em países com alguma restrição de acesso ao aborto seguro e 102 milhões vivem em lugares onde aborto é proibido.</p>
	<p>Conflitos, guerras e outras ações têm mantido meninas fora da escola, perpetuando diferenças de gênero no acesso ao aprendizado.</p> <p>54% das meninas que não estão na educação formal vivem em países afetados por essas questões.</p>
	<p>Na taxa atual de progresso, será necessário 286 anos para remover leis e lacunas discriminatórias e garantir proteção legal para mulheres e meninas.</p> <p>Globalmente, mais de 1 em cada 10 meninas e mulheres de 15 a 49 anos foram submetidos a sexo e/ou ou violência física por um parceiro íntimo em 2021.</p> <p>4.475 comunidades declararam compromisso público comprometendo-se a eliminar mutilação genital feminina em 2021.</p> <p>As mulheres representam um terço dos cargos em órgãos decisórios (localmente).</p>
	<p>A falta de água limpa provoca a morte de mais de 800.000 mulheres e meninas todo ano.</p>
	<p>Energia limpa e acessível é a chave para promover cuidados que salvam vidas e a produtividade, permanece fora de alcance para milhões de mulheres e meninas na Ásia e na África Subsaariana.</p> <p>Além disso, o aumento nos preços da energia estão agravando a situação.</p>
	<p>A previsão da participação da força de trabalho feminina em 2022 deverá permanecer abaixo dos níveis pré-pandêmicos em 169 países.</p>

	<p>As mulheres representam somente 2 em cada 10 empregos nas áreas de ciência e tecnologia, engenharia, comunicação e informação em todo o mundo.</p> <p>As mulheres representam apenas 16,5% dos inventores associados com patentes.</p>
	<p>Até o final de 2021, 44 milhões de mulheres e meninas foram forçadas a sair de suas casas devido a mudanças climáticas, guerra, conflitos e violações de direitos humanos.</p>
	<p>A maioria das mulheres do mundo vivem em cidades.</p> <p>49% das mulheres das áreas urbanas relatam sentir-se menos seguras andando sozinhas à noite desde o início da pandemia de COVID-19.</p>
 	<p>Entre 1970-2019, todos os dias, registou-se um desastre, resultando em 202 milhões de perdas.</p> <p>Mulheres, especialmente as de camadas mais pobres e de comunidades marginalizadas, são afetadas desproporcionalmente.</p>
	<p>Não é possível construir instituições fortes com sociedades pacíficas sem as mulheres.</p> <p>Ainda assim, as mulheres representam apenas 42% dos cargos judiciais globalmente e 16% das forças policiais.</p>
	<p>Financiamento para a igualdade de gênero não está acompanhando o ritmo da crescente gravidade dos desafios globais.</p> <p>Apenas 4,6% da alocação dos recursos vão para programas onde a igualdade de gênero é o principal objetivo.</p>

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

UNICEF - Plano de Ação para Igualdade de Gênero

Igualdade de gênero significa que mulheres e homens e meninas e meninos gozam dos mesmos direitos, recursos, oportunidades e proteções.

Igualdade de Gênero na Infância - Os dados disponíveis sugerem que na primeira década de vida (0-9 anos de idade), as disparidades de gênero são relativamente pequenas, principalmente na primeira infância. Em geral, as crianças têm a mesma probabilidade de serem

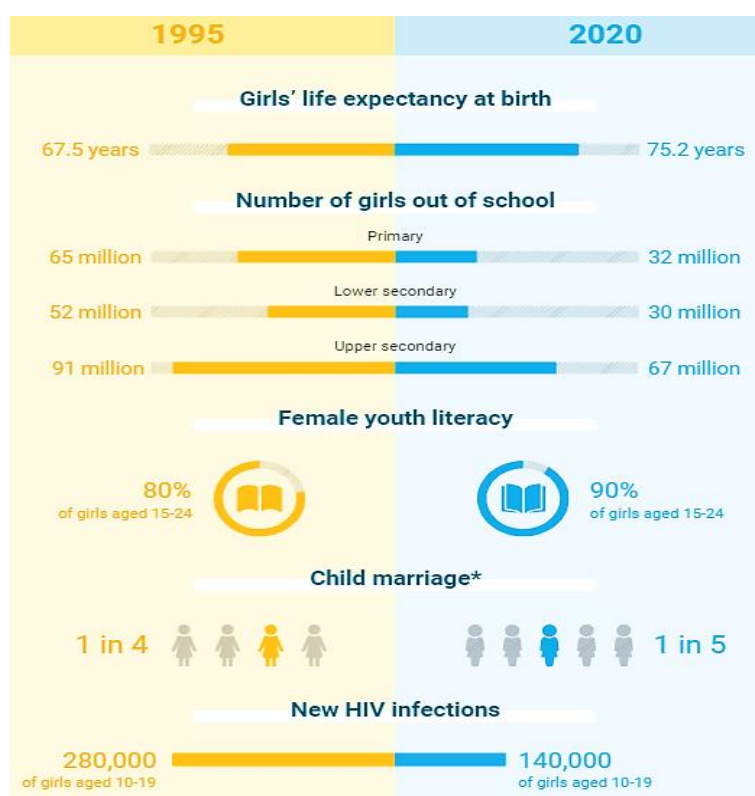
registradas no nascimento e imunizadas, independentemente do sexo. Em cerca de metade dos países com dados disponíveis, meninas e meninos têm a mesma probabilidade de estar no caminho certo em termos de desenvolvimento aos 3 e 4 anos de idade, enquanto nos demais países a diferença de gênero no status de desenvolvimento é relativamente pequena e vantajosa para as meninas. E na maioria dos países, meninas e meninos correm o mesmo risco de sofrer punições violentas por cuidadores em casa.

No entanto, diferenças significativas de gênero persistem em algumas regiões e países. Por exemplo, enquanto a paridade de gênero na mortalidade de menores de 5 anos é observada na maioria das regiões do mundo, lacunas notáveis persistem em 7 países — localizado principalmente no sul da Ásia e na Ásia Ocidental — onde o risco de meninas morrerem antes dos 5 anos é significativamente maior do que o esperado para o nível de mortalidade, sugerindo práticas discriminatórias baseadas no gênero.

Embora meninas e meninos enfrentem desafios semelhantes na primeira infância, as disparidades de gênero tornam-se mais pronunciadas na adolescência (10-19 anos de idade), um período crucial em que as atitudes de meninos e meninas sobre gênero se desenvolvem e as normas de gênero se consolidam. Em muitos lugares, o início da puberdade é um sinal para restringir o movimento, a escolaridade, as amizades, a sexualidade e a exposição da vida das meninas. As adolescentes, devido aos papéis de gênero esperados, também podem enfrentar uma carga desproporcional de trabalho doméstico, expectativas de se casar, riscos de gravidez precoce, bem como violência sexual e de gênero. Em todo o mundo, meninas de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos gastam 30% e 50% a mais de seu tempo, respectivamente, em tarefas domésticas do que meninos da mesma idade. Globalmente, 22% das meninas adolescentes de 15 a 19 anos não estão estudando, trabalhando ou treinando, em comparação com 12% dos meninos da mesma idade.

- Em 2020, 77% das novas infecções por HIV entre adolescentes de 10 a 19 anos ocorreram entre meninas de todo o mundo.
- Uma em cada 20 adolescentes de 15 a 19 anos, cerca de treze milhões, já experimentou sexo forçado, uma das formas mais violentas de abuso sexual que mulheres e meninas podem sofrer durante a vida.
- Uma em cada três meninas com idades entre 15 e 19 anos foram submetidas à mutilação genital feminina nos 30 países onde ela está concentrada.
- Em 2019, as condições de saúde materna – como hemorragia e sepse – foram a segunda principal causa de morte entre meninas de 15 a 19 anos.
- A automutilação é a terceira principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos, em todo o mundo.

Figura 1 - Progressos para meninas e jovens entre 1995 e 2020



À medida que os meninos transitam para a adolescência, eles também enfrentam fatores de risco distintos devido à socialização de gênero. Construções de masculinidade que incentivam a agressão física, o estoicismo emocional e a promiscuidade sexual aumentam as ameaças à vida dos meninos, colocando em risco sua saúde física e bem-estar.

Globalmente, a taxa de homicídios é 4 vezes maior entre meninos adolescentes de 10 a 19 anos do que entre meninas da mesma idade. E os meninos adolescentes são três vezes mais propensos do que as meninas adolescentes a se envolverem no consumo nocivo de álcool, aumentando o risco de lesões no trânsito, doenças não transmissíveis e violência interpessoal.

Igualdade de Gênero na Vida Adulta - Para sobreviver e prosperar, todas as crianças, independentemente do sexo ou idade, precisam de cuidados e apoio de qualidade tanto das mulheres como dos homens, especialmente dos pais. Esses cuidados e apoio podem ser substancialmente melhorados promovendo a igualdade de gênero na idade adulta – um objetivo importante por si só – e reduzindo as barreiras relacionadas ao gênero que contribuem negativamente para o bem-estar e os direitos das crianças.

Essas barreiras vão desde o acesso desigual de mulheres e meninas a recursos, informações e tecnologia até a falta de segurança, mobilidade e tomada de decisão, bem como normas de gênero que circunscrevem os papéis e oportunidades de mulheres e homens. Na maioria dos países com dados disponíveis, as mulheres realizam mais trabalho não remunerado, incluindo trabalho doméstico e de cuidados, do que os homens, limitando a capacidade das mulheres de entrar e progredir no mercado de trabalho.

O [Plano de Ação de Gênero da UNICEF \(GAP\), 2022–2025](#), operacionaliza a [Política de Gênero](#), especificando de que forma pode ocorrer a promoção da igualdade de gênero em seus programas e locais de trabalho. Promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas é responsabilidade de todos, independentemente do papel organizacional.

O Plano de Ação de Gênero da UNICEF está pautado em cinco metas principais:

- Meta 1: Todas as crianças e adolescentes devem sobreviver e prosperar, com acesso a alimentação nutritiva, cuidados de saúde primários de qualidade, práticas de nutrição e suprimentos essenciais
 - Saúde e nutrição maternas, incluindo testes de HIV, aconselhamento e cuidados
 - Saúde e nutrição de meninas adolescentes, incluindo a prevenção do HIV
- Meta 2: Todas as crianças, incluindo adolescentes, aprendem e adquirem habilidades para o futuro
 - Sistemas educacionais sensíveis ao gênero e acesso equitativo à educação para todos
 - Liderança, aprendizado e habilidades de meninas adolescentes, incluindo habilidades digitais
- Meta 3: Toda criança e adolescente deve ser protegida de violência, exploração, abuso, negligência e práticas nocivas
 - Enfrentar a violência contra meninas, meninos e mulheres e acabar com a mutilação genital feminina
 - Eliminar o casamento infantil
- Meta 4: Todas as crianças e adolescentes devem ter acesso à água potável, saneamento básico e higiene, viver de forma segura com clima e meio ambiente sustentáveis
 - Sistemas equitativos de água, saneamento e higiene
 - Saúde e higiene menstrual acessíveis e dignas
- Meta 5: Todas as crianças e adolescentes devem ter acesso a proteção social inclusiva e vidas livres da pobreza
 - Sistemas de proteção social sensíveis ao gênero

O Plano de Ação reconhece que a discriminação de gênero tem impactos ao longo da vida e são intergeracionais. Ao mesmo tempo, busca promover ações direcionadas para a liderança e o bem-estar de meninas e adolescentes, já que estas são desproporcionalmente afetadas pela desigualdade de gênero e têm um tremendo potencial para serem líderes de mudança.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

UNICEF e OMS - Relatório da WASH aponta que metade das unidades de saúde em todo o mundo carece de serviços básicos de higiene

O relatório mais recente publicado pela WASH - Water supply, Sanitation and Hygiene ([“Progress on WASH in health care facilities 2000–2021”](#)) estabeleceu pela primeira vez esta linha de base global sobre serviços de higiene – que avaliou o acesso nos pontos de atendimento, bem como toaletes – já que mais países do que nunca relatam problemas críticos dos serviços de abastecimento de água, saneamento e higiene em seus hospitais e outros centros de saúde. Os dados estão agora disponíveis para 40 países, representando 35% da população mundial, comparado a 21 países em 2020 e 14 em 2019.

Metade das unidades de saúde em todo o mundo carece de serviços básicos de higiene com água e sabão ou álcool gel. Cerca de 3,85 bilhões de pessoas usam essas instalações, colocando-as em maior risco de infecção, incluindo 688 milhões de pessoas que recebem atendimento em instalações sem nenhum serviço de higiene.

A estimativa global apresentada no relatório revela um quadro mais claro e alarmante do estado de higiene nas unidades de saúde. Embora 68% dos estabelecimentos de saúde tivessem instalações de higiene nos pontos de atendimento e 65% tivessem instalações para lavagem das mãos com água e sabão nos banheiros, apenas 51% tinham ambos e, portanto, preenchiam os critérios para serviços básicos de higiene. Além disso, 1 em cada 11 (9%) estabelecimentos de saúde em todo o mundo não têm nenhum.

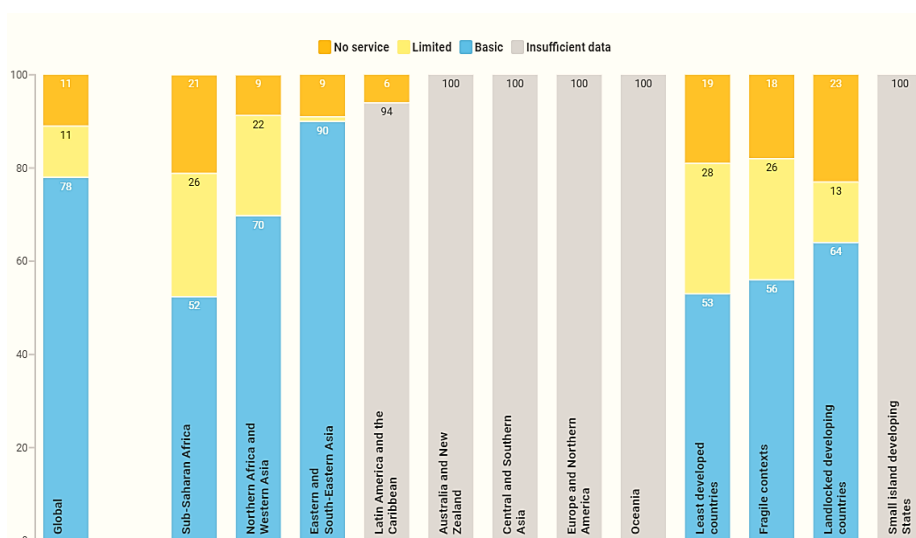
O relatório observa que as mãos e ambientes contaminados desempenham um papel significativo na transmissão de patógenos nas unidades de saúde e na disseminação da resistência antimicrobiana. Intervenções para aumentar o acesso à lavagem das mãos com água e sabão e limpeza ambiental são a base dos programas de prevenção e controle de infecções e são cruciais para fornecer assistência de qualidade, especialmente para partos seguros.

A cobertura das instalações WASH ainda é desigual entre as diferentes regiões e grupos de renda. Nos países menos desenvolvidos, apenas 53% dos estabelecimentos de saúde têm acesso local a uma fonte de água potável. Em comparação, o número global é 78%, com hospitais (88%) se saindo melhor do que instalações de saúde menores (77%), e o número para o leste e sudeste da Ásia é de 90%. Cerca de 3% dos estabelecimentos de saúde nas áreas urbanas e 11% nas áreas rurais não tinham serviço de água potável e saneamento.

Dos países com dados disponíveis, 1 em cada 10 unidades de saúde não tinha serviço de saneamento. A proporção variou de 3% na ALC e no leste e sudeste da Ásia a 22% na África Subsaariana. Nos países menos desenvolvidos, apenas 21% tinha serviços de saneamento básico em unidades de saúde. Os dados revelam ainda que muitas unidades de saúde carecem de limpeza ambiental básica e separação segura e descarte de resíduos de saúde.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Figura 2 - Cobertura global e regional da disponibilidade de água em serviços de saúde, 2021 (%)



Note: Percentages may not total 100 due to rounding.
 Source: WHO/UNICEF JMP, Progress on WASH in health care facilities 2000–2021: special focus on WASH and infection prevention and control (IPC), 2022.

O Relatório da Secretaria Geral das Nações Unidas sobre os desafios no alcance das metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030: Sustentabilidade para agenda global de sistemas alimentares baseadas na acumulação de capital ou para o desenvolvimento humano no Planeta?

Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell

O Relatório da Secretaria Geral das Nações Unidas sobre os desafios no alcance das metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030, particularmente no papel da produção e consumo sustentáveis. Apesar de trazer um diagnóstico claro da situação global, particularmente em relação à crise ambiental e suas causas, o relatório é tímido nas proposições para a relação entre os sistemas alimentares e a produção e consumo, bem como suas consequências para a saúde humana e planetária.

O papel das agências das Nações Unidas é fundamental nas transformações para apoiar sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos, distintos dos hegemônicos, e é necessário fortalecer o compromisso e coordenação para isso.

Ao final de julho, a Secretaria Geral das Nações Unidas lançou um relatório em que analisa os desafios no alcance das metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030, particularmente no papel da produção e consumo sustentáveis, em que estão incluídas responsabilidades da FAO e do PMA, mas que, ao mesmo tempo, busca destacar o papel que todas as agências têm para seu alcance⁹⁵.

Segundo o relatório, o surgimento da Agenda 2030, após a avaliação dos compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, as inter-relações entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento tornaram-se muito claras, demonstrando que devem seguir em conjunto para alcançar um progresso sustentável e duradouro. Além disso, reforça que o mundo atualmente enfrenta múltiplas crises, incluindo a pandemia de Covid-19, a guerra na Ucrânia e as mudanças climáticas, e que os países são cada vez mais interdependentes na sociedade global e que, no campo das questões ambientais, as crises globais se traduzem na forma das mudanças climáticas, na perda da biodiversidade e da poluição.

No âmbito dos sistemas alimentares, o relatório reforça seu impacto sobre a saúde humana e planetária, além da ligação com vários dos ODS e da necessidade de ações e políticas intersetoriais nesses compromissos. Nesse sentido, também destaca que a Agenda 2030 depende muito da garantia da segurança alimentar e nutricional no mundo e o quanto está diretamente ligada à urgência da erradicação da extrema pobreza, o enfrentamento dos desafios climáticos, a construção de resiliência comunitária, o gerenciamento e conservação responsáveis de recursos naturais e a o manejo sustentável da biodiversidade.

Apesar disso, o relatório dá pouca visibilidade e prioridade à redução das desigualdades em nível global, ignorando o lema “Não deixar ninguém para trás” que acompanha os ODS e as agendas de segurança alimentar e nutricional. A sustentabilidade da produção e consumo depende diretamente do acesso justo a recursos, da participação dos titulares de direito nas políticas e, acima, de tudo na eliminação das maiores violações aos direitos humanos manifestadas na forma da fome e da exclusão, particularmente gerados por sistemas financeiros e alimentares globais que dominam e determinam os modos de produção e de consumo.

⁹⁵<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/434/64/PDF/N2243464.pdf?OpenElement>

Outro ponto importante do diagnóstico global trazido no relatório, é que, além da importância dos chamados sistemas agroalimentares em termos da produção de alimentos e quantas pessoas empregam direta e indiretamente, são a terceira fonte de gases de efeito estufa e que ocupam cerca de 37% da área terrestre do planeta. É reforçado, então, o pedido da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, por estratégias e soluções inovadoras para transformar os sistemas alimentares para trazerem progresso em todos os ODS.

É preciso, no entanto, reconhecer que as causas do aumento da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional em nível global são múltiplas e agregam fatores globais, regionais e nacionais, desde antes da pandemia e agravados por ela, juntamente com a Guerra na Ucrânia, como mostram os Relatórios de Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI – *State of Food Security and Nutrition in the World*)^{96,97,98}. É preciso, assim, reconhecer que essas causas são motivadas por fatores que estão na estrutura dos sistemas financeiros e alimentares e não são circunstanciais ou momentâneos e que as crises atuais só poderão ser enfrentadas efetivamente com a transformação desses sistemas.

Os sistemas alimentares hegemônicos são diretamente responsáveis pela atual sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas⁹⁹, que colocam em grande risco o alcance de vários ODS relacionados à saúde, à eliminação da fome e a preservação do meio ambiente. Como enfatizado em informes anteriores, uma parte crescente da produção desses sistemas alimentares não se destina ao consumo humano e, se nada for feito para reverter as atuais tendências, em 2030, mais de 670 milhões de pessoas ainda passarão fome, ou seja, a mesmo número de 2015, quando a Agenda 2030 foi estabelecida.

Esses sistemas alimentares (ou agroalimentares, como tratados pela FAO) são baseados na monocultura de commodities agrícolas, no ultraprocessamento de alimentos e na concentração de poder, tecnologia e recursos, tornando-os perpetuadores de desigualdades, ao mesmo tempo em que enfraquecem as estruturas de resiliência das populações e seus modos de produção, ameaçam a saúde das populações e deterioram o meio ambiente, por meio do desmatamento, gerenciamento inadequado de recursos naturais (como terras e água), da redução da biodiversidade e da poluição (como a causada por combustíveis fósseis, plásticos e contaminação ambiental).

No contexto da produção e consumo globalizados, enquanto um pequeno número de países domina a produção dos principais commodities agrícolas, priorizando variedades mais lucrativas, que definem a dieta da maioria do globo, é minada a produção local baseada na diversidade das fontes alimentares, incluindo frutas e verduras. Em outras palavras, os sistemas alimentares hegemônicos determinam os modos de produção e consumo e não o contrário. Como consequência, as cadeias de produção, distribuição e consumo globais estão cada vez concentradas e interdependentes e mais tornam-se mais sujeitas a risco de choques que extrapolam fronteiras, além de aumentar desigualdades e exclusão, na medida em que enfraquecem a soberania alimentar dos povos e criam e reforçam mecanismos de dependência externa de alimentos por muitos países.

Considerando-se os impactos dos sistemas alimentares hegemônicos sobre a produção e consumo sustentáveis, é preciso transformar desde a produção agrícola até os sistemas de

⁹⁶<https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>

⁹⁷<https://www.fao.org/publications/sofi/2020>

⁹⁸<https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/#>

⁹⁹<https://www.thelancet.com/commissions/global-syndemic>

processamento, distribuição e comercialização de alimentos. Como reforçado em outros informes, as soluções advindas desses sistemas são em sua maioria de caráter mitigatório, pois os sistemas estão entre as causas das crises atuais, e não promovem sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes.

Voltando ao papel das agências na agenda de consumo e produção sustentáveis, três pontos são particularmente preocupantes: a ausência da OMS no relatório, a falta da governança entre as agências nas agendas de segurança alimentar e nutricional e sistemas alimentares e a limitação das responsabilidades da FAO e do PMA.

A ausência da OMS na agenda ignora a importante relação da saúde com o desenvolvimento e sustentabilidade, particularmente em relação à sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas e das pandemias. Populações sem saúde produzem e consomem menos e sistemas de produção e consumo que geram doença em vez de saúde minam suas próprias bases. Ademais, perde a oportunidade de inserir discussões importantes em torno dos determinantes comerciais da saúde, que estão intrinsecamente ligados aos sistemas alimentares e seus impactos na saúde humana e planetária.

A falta de governança nas agendas mostra uma fragilidade do *UN Nutrition*, criado a partir da união do Comitê Permanente de Nutrição da ONU (UNSCN – *UN System Standing Committee on Nutrition*), em se estabelecer como a instância articuladora das agendas de segurança alimentar e nutricional e sistemas alimentares e da atuação das agências (FAO, IFAD, UNICEF, PMA, OMS). Além disso, apesar do *UN Nutrition* colocar-se como a rede das Nações Unidas para o movimento *Scaling Up Nutrition* (SUN), o movimento atua de forma autônoma e pouco coordenada com as agências.

Mesmo no contexto da atuação individual das agências, o relatório também limita-se a destacar ações da FAO no escopo de fontes de biomassa e de redução de perdas e desperdícios, enquanto para o PMA também se limita a comentar ações para a redução de perda de grãos de pequenos produtores. O papel da FAO é central na transformação dos sistemas alimentares e tem um grande desafio de desvincular-se da priorização da agenda dos sistemas hegemônicos sobre os sistemas tradicionais, que passa também pela proteção contra a captura corporativa de suas agendas. Enquanto isso, um grande desafio do PMA é fortalecer a atuação em estratégias estruturantes junto com as ações emergenciais para reverter as situações de vulnerabilidade e emergência e garantir um desenvolvimento sustentável das comunidades, a exemplo do apoio e cooperação para a alimentação escolar e outras políticas¹⁰⁰.

Atualmente, não é possível desvincular a produção e o consumo dos alimentos, na medida em que os padrões alimentares são, em grande parte, determinados pelos sistemas alimentares hegemônicos. O crescimento global do consumo de alimentos ultraprocessados é retrato disso, particularmente nos países de renda média e baixa, que se tornaram potenciais mercados para as corporações, em que alimentos ultraprocessados vêm gradualmente substituindo a alimentação tradicional. As consequências desse modelo de produção e consumo sobre a saúde, sobre a produção local de alimentos e sobre o ambiente são, dessa maneira, globalizadas.

O mundo enfrenta um grande desafio de transformar os modos de produção e consumo, que, no caso dos sistemas alimentares impactam a insegurança alimentar em suas diferentes

¹⁰⁰<https://centrodeexcelencia.org.br/>

dimensões (inclusive de desnutrição, obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis associadas à alimentação inadequada) e as mudanças climáticas.

Assim, o relatório do Secretário Geral é um passo importante, ao buscar a integração da agenda, mas é fundamental às Nações Unidas e suas agências reconhecer os impactos negativos dos sistemas alimentares hegemônicos e priorizar as mudanças necessárias para garantir que a produção e o consumo, particularmente de alimentos, sejam vinculados a sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, inclusivos e resilientes para assim contribuir efetivamente para o alcance das metas globais de eliminação da fome, de melhoria das condições de saúde e de preservação do meio ambiente de todos no mundo, sem deixar ninguém para trás, por meio da reflexão se os ideários modernos de globalização. Em que a experiência vivida pela humanidade dos sistemas alimentares contemporâneos, apontam que a busca de unir os povos em torno de padrões comuns e homogêneos de produção e consumo de alimentos, promoveu a acumulação desigual de capital entre povos e nações, e nos distanciou de nosso papel como cidadãos planetários, visto que esses padrões são determinados por interesses financeiros que não estão necessariamente alinhados com o bem comum e com os direitos humanos.

Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos

Fabiane Gaspar, Vitor Rodrigues e Gisele Sanglard

Em 2004, encerrou-se a Década das Nações Unidas para a educação em matéria de direitos humanos, iniciada a partir da resolução ocorrida na Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena) de 1993, que endossou a importância e essencialidade da educação em direitos humanos.

Durante a 59ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com o compromisso de revisar os resultados da década dedicada à educação em direitos humanos, a plenária ocorrida em 10 de dezembro de 2004¹⁰¹, no mesmo dia em que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, aprovou o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos¹⁰², que visa promover a implementação de programas de educação de direitos humanos em todos os setores da sociedade.

Este informe tem como objetivo apresentar o relatório de progresso da quarta fase (2020 – 2024) do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos, elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Esse programa visa promover a implementação de programas de educação de direitos humanos em todos os setores da sociedade. Os resultados parciais dessa quarta fase serão apresentados durante o 51º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos que ocorrem de 12 de setembro a 07 de outubro de 2022.

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos é dividido em fases sucessivas, cada uma dedicada a determinados setores. A primeira fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, desenvolvida de 2005 a 2009, reuniu recomendações, referências e metas específicas para o ensino básico e secundário. Por sua vez, a segunda fase do Programa Mundial (2010-2014) priorizou o ensino superior e a formação em direitos humanos para professores, funcionários públicos, forças de segurança, policiais e militares. A terceira fase (2015-2019) tinha por objetivo fortalecer a implementação das duas primeiras fases e promover a formação em direitos humanos para profissionais de mídia e jornalistas. A atual quarta fase (2020-2024), parcialmente implementada, inclui estratégia abrangente para a educação para os direitos humanos focada dos jovens.

O relatório, estruturado em torno dos quatro componentes para a eficácia, resume as medidas adotadas por 17 Estados¹⁰³, em nível nacional para a educação em direitos humanos centrada nos jovens, sem avaliá-las quanto à implementação, apenas informando a respeito das estratégias, planos ou leis nacionais dos Estados que apresentaram relatório sobre seu progresso.

Na primeira parte a respeito das políticas e medidas de aplicação conexas, podemos destacar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2021-2034) da Colômbia. O plano prioriza grupos em situação de vulnerabilidade e que historicamente foram alvo de discriminação, como mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, minorias étnicas, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais. Na Lituânia, o atual programa de governo

¹⁰¹ [A/59/PV.70](#)

¹⁰² [A/RES/59/113](#)

¹⁰³ Angola, Argentina, Burundi, Chile, Colômbia, El Salvador, Eslováquia, Eslovênia, Equador, Ilhas Maurício, Itália, Letônia, Lituânia, México, Romênia, Rússia e Turquia

prioriza o fortalecimento da educação em direitos humanos e o combate à corrupção. Na Letônia, as Diretrizes para o Desenvolvimento da Educação (2021-2027) indicam que todas as formas de educação e treinamento devem incluir conteúdo que promova compreensão dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentável, igualdade de gênero, cultura de paz e não violência, cidadania global e diversidade cultural.

Em Angola, Colômbia, Equador, Eslovênia, Ilhas Maurício, México e Rússia incluíram cursos ou disciplinas de direitos humanos no ensino superior, seja por meio de programas específicos de direitos humanos que culminam com a obtenção de título em direitos humanos ou que se incorporam em outros programas de ensino.

Para além das atividades no setor de educação formal, alguns Estados apresentaram iniciativas de educação informal. Nas Ilhas Maurício, no quadro da implementação da Política Nacional de Juventude, o Ministério da Capacitação da Juventude, Desporto e Lazer, em colaboração com a Comissão Nacional de Direitos Humanos, organizou uma série de programas para capacitar jovens, entre outras coisas, por meio da educação em direitos humanos. Cerca de 500 jovens por ano frequentam o programa de educação em direitos humanos.

No México, sob a Dia Nacional do Voluntariado 2021, em reconhecimento ao papel dos jovens como agentes estratégicos para a geração de bem-estar e o fortalecimento do tecido social, o Governo desenvolveu vários programas de voluntariado para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um dos componentes foi um curso de capacitação voltado para o fortalecimento de habilidades de direitos humanos dos jovens no trabalho comunitário, a fim de apoiar suas atividades voluntárias.

Na Rússia, o Consórcio de Universidades Russas, um grupo de universidades que oferece um programa de mestrado em direitos humanos, organiza um curso anual de verão sobre direitos humanos. Em 2021 o programa, com duração de uma semana, estruturado em três grupos temáticos (direitos humanos e mudanças climáticas, direitos humanos e migração, e direitos humanos e participação dos jovens), foi realizado na Universidade Federal de Kazan e incluiu conferências, seminários, mesas redondas e exposições de filmes.

Na Turquia, nos 161 tribunais em todo o país, o Departamento de Apoio Judicial e Atendimento às Vítimas ministra sessões para vítimas de crimes, incluindo crianças e jovens, sobre seus direitos, serviços disponíveis e o funcionamento do processo judicial, a fim de facilitar o seu acesso à justiça. Na Eslovênia, desde 2005, as autoridades promovem a educação em direitos humanos entre crianças e jovens em nível internacional por meio do projeto "Nossos Direitos". Até o momento, mais de 250.000 crianças de 26 países da África, Ásia, Europa, América Latina e Oriente Médio participaram do projeto.

Alguns Estados apresentaram informações sobre financiamento de programas de educação não formal em direitos humanos promovidos pela sociedade civil. Em 2020, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos chileno estabeleceu o Fundo para Projetos Culturais e Locais de Memória, que financia iniciativas da sociedade civil que visam fortalecer a memória histórica e a reparação de violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar, mantendo viva a memória de vítimas e contribuindo para a promoção dos direitos humanos.

Outros Estados destacaram a importância de envolver os jovens como parceiros-chave no planejamento e formulação de políticas de direitos humanos e educação em direitos humanos (Chile, Itália e Eslovênia). Colômbia, Romênia e Eslováquia informaram sobre medidas específicas ou desenvolveram projetos para monitorar o progresso nacional no campo da

educação e formação em direitos humanos, com vistas a melhorar e fortalecer sua implementação. México, Romênia e Argentina relataram acerca da aprovação de políticas e iniciativas setoriais que criam sinergias com suas atividades de educação em direitos humanos. Na Romênia, por exemplo, iniciou a implantar sua Estratégia Nacional para Prevenir e Combater o Antissemitismo, a Xenofobia, a Radicalização e o Discurso de Ódio (2021 – 2023).

Em relação aos processos e instrumentos de ensino e aprendizagem, Letônia, Eslovênia, Angola e Ilhas Maurício forneceram dados sobre o conteúdo de seus programas de educação em direitos humanos. Angola integrou as questões de direitos humanos em disciplinas em todos os níveis educacionais, da pré-escola ao ensino superior, trazendo assuntos como gravidez precoce, casamento precoce, violência doméstica, trabalho infantil, acesso à educação, bullying e extremismo violento.

El Salvador, Ilhas Maurício, Argentina, Burundi, Romênia e Lituânia destacaram as diferentes metodologias utilizadas para garantir uma educação e formação eficazes em direitos humanos para os jovens. Por meio do Ministério de Direitos Humanos e Gênero, Burundi realiza ações de formação e sensibilização sobre direitos humanos para jovens através de centros juvenis, salas de leitura e centros de atividades culturais em diferentes municípios.

A Federação Russa, Lituânia, Romênia relataram o uso da tecnologia em suas atividades de educação e formação em direitos humanos para jovens. O relatório destacou os exemplos da Turquia, Federação Russa e Argentina na elaboração de material educativo específico sobre direitos humanos.

Alguns Estados informaram sobre políticas de formação dos educadores, Angola informou que a formação de professores foi abordada como parte da integração de conteúdos de direitos humanos na educação primária e secundária. Desde 2011, o Ministério da Educação, em colaboração com o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, contribuiu com o ACNUDH para incluir conteúdo de direitos humanos em materiais didáticos. Na primeira etapa, a equipe do Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Educacional recebeu treinamento sobre os principais instrumentos internacionais de direitos humanos, valores culturais e educação, técnicas de revisão e avaliação de planos de estudos, a elaboração de textos e estratégias pedagógicas e básicas para a integração dos direitos humanos nos planos de estudo. Posteriormente, foram elaborados livros didáticos sobre direitos humanos para os níveis primário e secundário de ensino, e foram ensinados a nível nacional programas de treinamento de professores sobre o uso de livros didáticos, a fim de proporcionar aos alunos e professores uma série de orientações metodológicas que facilitarão o ensino dos direitos humanos em vários assuntos.

Em El Salvador, o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia organiza cursos de formação de professores em coordenação com o Instituto de Formação Nacional de Professores com o objetivo de fortalecer as competências dos professores para a análise dos fundamentos teóricos e abordagens dos direitos humanos, a convivência pacífica e a proteção dos direitos humanos na escola; a implementação de práticas de saúde mental em situações de crise e violações dos direitos humanos; e a aplicação de estratégias para promover a saúde e o bem-estar dos alunos e todos os membros da comunidade educativa. De acordo com o relatório, 19.837 professores foram formados por meio desses cursos.

Além dos Estados acima mencionados, México, Eslováquia, Ilhas Maurício, Romênia e Equador relataram sobre medidas para a formação docente e elaboração de materiais de formação em direitos humanos.

O último tópico do relatório trata de medidas específicas para criação de ambientes de aprendizagem seguros nos centros educativos informados por El Salvador, Romênia, Itália, Equador, Eslovênia, Eslováquia, México e Colômbia. No Equador, foi criada a Rede de Educação Superior e Gênero como espaço coordenador e de cooperação em direitos humanos e questões de gênero entre instituições de educação superior e os órgãos governamentais de políticas públicas de educação superior.

Foram apresentadas vias que estudantes exerçam governança e defendam seus direitos, além de medidas para aumentar a proteção e exercício dos direitos humanos dos jovens em geral. Na Colômbia, o Conselho Presidencial para a Juventude lançou o "Pacto pela Colômbia com os jovens", uma iniciativa nacional destinada a ouvir e acolher as preocupações dos jovens. No âmbito do programa, o Governo fez propostas e compromissos para oferecer educação gratuita aos jovens, estimular o emprego dos jovens (criando 600.000 novos empregos) e facilitar o acesso dos jovens à casa própria.

O final do relatório, o ACNUDH traz conclusões e recomendações. No que tange às conclusões, foram identificados avanços significativos na formulação ou revisão de políticas relacionadas à inclusão da educação em direitos humanos e o desenvolvimento de projetos e mecanismos para monitorar o progresso nacional e avaliar o impacto das estratégias e programas de educação em direitos humanos. Foi observado que não foram apresentados dados desagregados por gênero, um ponto fundamental, segundo o ACHUDH, para a análise ampla de necessidades e adequação de medidas e políticas aplicadas a cada gênero.

Foi observado, por um lado, o papel importante da educação não formal, especialmente para os jovens em situação de exclusão e de vulnerabilidade, que segundo o relatório, é um meio de testar novas metodologias que podem ser reaplicados em todos os contextos, em caso de sucesso. Por outro lado, foi recomendado o aumento do apoio ao trabalho desenvolvido pela sociedade civil, especialmente de grupos e movimentos juvenis e organizações, lideradas por jovens, que oferecem educação em direitos humanos para jovens. Outro ponto de atenção foi dado à formação para educadores em ambientes não formais, em particular, formar jovens multiplicadores para formar jovens.

Uma recomendação de grande relevância está no papel do jovem na definição das prioridades e na formulação das abordagens para a educação em direitos humanos. Dessa forma, a facilitação à participação inclusiva deve ser incentivada de forma contínua para que a educação em direitos humanos seja feita para os jovens assim como com e pelos jovens.

Vale reproduzir a recomendação constante no último parágrafo do relatório, para finalizar esse informe:

En un mundo cada vez más incierto y complejo, caracterizado por múltiples desafíos, como la violencia y los conflictos, el cambio climático, las crisis sanitarias, la pobreza y el aumento de las desigualdades sociales y económicas, los jóvenes pueden desempeñar un papel importante al proponer y promover soluciones a estos desafíos, que se basen en la comprensión de que todos merecen igual respeto y dignidad. La educación en derechos humanos es una estrategia importante para empoderar a los jóvenes como agentes de cambio y ciudadanos activos que defienden sus derechos humanos y los de los demás. La intensificación de los esfuerzos para poner en práctica la educación en derechos humanos para, con y por los jóvenes, utilizando el Plan de Acción para la cuarta etapa del Programa Mundial como punto de referencia para apoyar la evaluación y la acción ulterior, es una inversión vital para un futuro pacífico, justo y sostenible

Avanço da crise climática com fome, mortes e sofrimentos evitáveis como resultado da falta de compromisso político

Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza

Introdução

Nesta quinzena, tiveram destaque, nas manifestações da sociedade civil em geral, os efeitos da crise climática que ocuparam os noticiários por conta, principalmente, das enchentes devastadoras no Paquistão. As tecnologias médicas também foram bastante mencionadas, inclusive no que diz respeito à segurança dos pacientes. As doenças crônicas não transmissíveis e a força de trabalho em saúde também foram objetos de manifestações, notadamente das organizações da sociedade civil de interesse público. No caso das OSC de interesse privado, as iniciativas de financiamento de atividades foram destacadas. Pela escassez ou mesmo ausência de menções, chamam a atenção o tema da Covid-19 e a guerra na Ucrânia, temas dominantes até pouco tempo atrás.

Organizações da sociedade civil de interesse público

Crise climática

Enchentes no Paquistão

A organização Progressive International, por meio de seu membro paquistanês, Ammar Ali Jan, [apelou à solidariedade](#) para com as vítimas das inundações do Paquistão. O país foi varrido por uma catástrofe climática que deslocou 35 milhões de pessoas e destruiu milhões de acres de terras agrícolas.

Representantes da CARE *Internacional*¹⁰⁴ destacaram o trabalho de assistência às comunidades afetadas pelas [enchentes no Paquistão](#). O diretor Adil Sheraz ressaltou o impacto na vida de mais de 30 milhões de pessoas, com cerca de 900 mortes nas últimas semanas, e uma situação que continua a se deteriorar. Os programas de ação humanitária atuam em algumas das áreas mais remotas do país para abordar as causas subjacentes da pobreza, com foco especial em mulheres, crianças e pessoas marginalizadas.

A CARE também alerta sobre o [risco do Lago Manchar](#) estourar suas margens, na província de Sindh, ameaçando vidas e meios de subsistência de comunidades vulneráveis no Paquistão. A província é uma das com maior insegurança alimentar no país. A organização planeja ampliar as atividades de ajuda humanitária com foco em abrigo, segurança alimentar, água, saneamento e higiene, educação, nutrição e saúde.

Os Médicos Sem Fronteiras (MSF)¹⁰⁵ tem respondido às [inundações generalizadas](#) que afetam grande parte do Paquistão. Foram criadas clínicas móveis em Dera Murad Jamali, oferecendo cuidados primários e ações de promoção da saúde. A maioria dos pacientes atendidos apresentou infecções respiratórias, febre, doenças de pele e diarreia. A organização

¹⁰⁴ <https://www.care.org/>

¹⁰⁵ <https://www.msf.es/>

está preparando planos emergenciais para o possível aparecimento de surtos de doenças transmitidas por água contaminada ou por vetores que se multiplicam com o aparecimento de bolsões de água estagnada.

A Actionaid¹⁰⁶ também se [manifestou](#) sobre as fortes enchentes que impactaram milhões de paquistaneses que perderam suas casas, plantações e meios de sustento. Segundo a organização, o evento demonstra claramente porque as discussões sobre o clima na ONU e as negociações da próxima reunião da COP27 precisam urgentemente chegar a um acordo em relação a um mecanismo de financiamento para tratar de perdas e danos devido a eventos climáticos. A declaração destaca, ainda, que o aumento da temperatura global está desencadeando outros eventos climáticos extremos, como a seca severa no leste da África.

A Actionaid se [pronunciou](#) em relação ao Africa Adaptation Summit que se reuniu em Rotterdam, na Holanda, na primeira semana de setembro, em cúpula sobre o clima focada nas alterações climáticas da África. De acordo com a organização, a sucessão de eventos extremos como secas, ondas de calor e enchentes ao redor do mundo este ano contribuíram para a insegurança alimentar em nível global e reforçam a necessidade urgente de mais fundos para a adaptação climática. Mais uma vez, destacam a COP-27 precisa colocar as necessidades das comunidades vulneráveis no centro das conversas sobre o clima. Destaca também que os recursos prometidos são uma gota no oceano, em comparação com o que é necessário.

Fome na Somália

A CARE chama a atenção para o grave cenário de [fome na Somália](#), à medida que a situação da seca piora. Especialistas em segurança alimentar fizeram uma projeção sobre a fome no país que já passou por quatro temporadas de chuva sucessivas, duas infestações de gafanhotos do deserto e pelos efeitos econômicos dos bloqueios decorrentes da COVID-19. [Acesso a pesquisa aqui](#)

O agravamento da [situação no Chifre da África](#) requer atenção e ação imediatas, segundo a CARE. São cerca de 36,1 milhões de pessoas passando fome, enquanto a Etiópia, o Quênia e a Somália sofrem a pior seca em 40 anos. Nos três países, o aumento do custo de vida, choques climáticos, o conflito na Ucrânia que provocou a escassez de trigo e fertilizantes, agravaram a situação.

Diante desse cenário, a Actionaid fez [duras críticas ao pronunciamento do chefe para assuntos humanitários da ONU, Martin Griffiths](#), que declarou que a fome está batendo à porta na Somália. Segundo a organização, a situação no país já é catastrófica e as previsões são trágicas caso não haja ação urgente por parte dos líderes mundiais. Destacou que a espera para declarar a situação de fome extrema pode fazer com que seja tarde demais.

Acesso à água e equidade de gênero

O Center for Strategic and International Studies (CSIS)¹⁰⁷ publicou matéria sobre a [desigualdade de gênero no acesso à água](#), fazendo recomendações para desenvolver um ambiente regulatório mais inclusivo que apoie o acesso das mulheres a recursos e tomada de decisão.

¹⁰⁶ <https://actionaid.org/>

¹⁰⁷ <https://www.csis.org/>

Poluição do ar

A [poluição do ar](#) foi tema do Comitê Regional da OMS para África destacado pela World Heart Federation. “Poluição do ar é um dos fatores de risco mais importantes para ataques cardíacos, derrames, diabetes e doenças respiratórias, e a exposição à poluição do ar também tem sido associada ao aumento da vulnerabilidade às consequências graves do COVID-19”.

Baixas coberturas e iniquidades vacinais

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) está desenvolvendo atividades voltadas para o aumento da cobertura vacinal que tem se reduzido em muitas partes do mundo, inclusive entre as crianças. Por meio de sua Força-Tarefa de Política Internacional de Imunização, a WFPHA está liderando um [projeto global](#) para aumentar a conscientização sobre doenças pediátricas passíveis de prevenção por vacinas. Na Europa, especificamente, a WFPHA atua para construir confiança na vacinação com o objetivo final de apoiar a erradicação das doenças imunopreveníveis.

A [análise](#) do Public Citizen revela a chocante iniquidade global da vacina contra a varíola do macaco, em que os EUA detêm quase 80% do fornecimento global de vacinas, mas apenas 35% dos casos globais de varíola do macaco.

Paciente em foco

Medicina personalizada

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)¹⁰⁸ divulgou mais uma atividade do projeto “[Roteiro de medicina personalizada: abrindo o caminho para realizar todo o seu potencial](#)”, que tem financiamento do programa de pesquisa e inovação Horizonte 2020 da União Europeia. O projeto identificou facilitadores e barreiras para a cooperação entre a Europa e a China, criando um terreno comum para uma implementação mais ampla da Medicina Personalizada. Para divulgar os resultados alcançados até aqui, será realizado um webinar em que serão discutidas as melhores abordagens para facilitar a colaboração internacional e o compartilhamento das melhores práticas na temática.

Segurança do paciente

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)¹⁰⁹ registrou a passagem do [Dia Mundial da Segurança do Paciente](#), em 17 de setembro, lembrando que esse Dia foi estabelecido em 2019 pela 72ª Assembleia Mundial da Saúde, tendo como objetivos: aumentar a conscientização e o envolvimento do público, aumentar a compreensão global e trabalhar em prol da solidariedade global e da ação dos Estados Membros para aumentar a segurança e reduzir os danos ao paciente. Neste ano, o Dia Mundial tem como tema “medicação sem danos”.

Letramento em saúde

A International Alliance of Patients’ Organizations (IAPO)¹¹⁰ lançou no último dia 7 o site “[Patient Academy](#)” (Academia de Pacientes) que visa “criar comunidades de pacientes

¹⁰⁸ <https://www.wfpha.org/>

¹⁰⁹ <https://www.globalfamilydoctor.com/>

¹¹⁰ <https://www.iapo.org.uk/>

capacitados que se apropriem da gestão de sua condição médica através de informações de saúde personalizadas.” A proposta dialoga com o conceito Health Literacy (Letramento em saúde), reconhecida pela OMS como um componente-chave central na promoção de uma abordagem centrada no paciente.

Redução de riscos no uso de medicamentos

A IAPO também lançou a campanha "[Humor me into medication safety](#)" com o objetivo de engajar e capacitar os pacientes a se envolverem em seus próprios cuidados através da colaboração com profissionais de saúde. A campanha utiliza charges que foram especialmente projetadas para incentivar o diálogo nas mídias sociais, orienta sobre como é possível reduzir o risco de danos associados ao uso de medicamentos. Para estimular o engajamento nas redes sociais, a postagem com a melhor legenda receberá um prêmio de US\$500.



Doenças Crônicas Não Transmissíveis

A expansão da [assistência médica auxiliada por ferramentas digitais](#) foi um tema trabalhado pela World Heart Federation¹¹¹ neste período. A tecnologia é vista como uma oportunidade para combater as doenças cardiovasculares. “Para os mais de 500 milhões de pessoas que vivem com doenças cardíacas, as Intervenções Digitais em Saúde (DHIs - sigla em Inglês) representam um caminho para o atendimento, especialmente em locais onde a capacidade da força de trabalho é pequena e algumas tarefas podem ser realizadas virtualmente.” O [World Heart Federation Roadmap for Digital Health in Cardiology](#) avalia as oportunidades dos DHIs e identifica soluções para possíveis obstáculos no processo.

A NCD Alliance realizou a Semana Global de Ação sobre DCNT que teve início em 5 de setembro, reunindo organizações da sociedade civil de todo o mundo e convocando os governos a aumentarem significativamente o financiamento para as DCNT e, assim, salvarem 39 milhões de vidas até 2030 em países de baixa e média renda.

Um [artigo recente](#) publicado na Lancet Countdown 2030 como parte da iniciativa [NCD Countdown 2030](#), demonstrou que, ao introduzir um pacote econômico de 21 intervenções de prevenção e tratamento de DCNT, os governos podem gerar um benefício econômico de US\$ 2 a 7 trilhões, ou US\$390 per capita em DCNT, entre 2023 e 2030. Um investimento adicional coletivo de US \$18 bilhões anuais durante o período de sete anos seria possível se os ministérios da saúde contribuíssem com 20% de seus orçamentos. Os benefícios econômicos da implementação deste pacote compensam o investimento. O que é necessário é vontade política ao mais alto nível para investir em e priorizar as DANTS. É isso que a Semana Global de Ação sobre DCNT está pedindo em 2022, diz Katie Dain, CEO da organização.

¹¹¹ <https://world-heart-federation.org/>

A World Heart Federation divulgou [nota de apoio](#) ao Projeto de Resolução [PEN-PLUS](#) - Uma Estratégia Regional para combater as Doenças Não Transmissíveis Graves nas unidades de saúde de encaminhamento de primeiro nível - aprovado no 72º Comitê Regional para a África, da OMS, em reunião realizada de 22 a 26 de Agosto de 2022, em Lomé, Togo. O fortalecimento do acesso aos serviços integrados permitindo a redução da carga de morte e sofrimento evitáveis em crianças e adultos jovens, a contribuição ao fortalecimento dos sistemas de atenção primária, a assistência crítica a uma das populações mais negligenciadas são os temas ressaltados pela WHF sobre o projeto.

A World Heart Federation com apoio da South East Regional NCD Alliance, Health Índia Alliance e NCDA Alliance assinam [declaração](#) feita na 75ª reunião do Comitê da OMS SEARO, realizada em Paro, Bhutan, de 5 a 9 de setembro de 2022. O grupo reitera a dupla carga para pessoas que tem DCNT e Covid-19, pedindo que Estados Membros o Sudeste Asiático: 1) aumentem o envolvimento da comunidade; 2) priorizem pessoas com DCNT nas políticas de vacinação; 3) aumentem o financiamento para Doenças Cardiovasculares I, e 4) integrem o monitoramento das DCNT e fatores de risco em medidas de respostas à pandemia.

Força de trabalho em saúde

Na Reunião de Altos Funcionários do Plano de Ação Global de Madri, o presidente da Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI), Duncan Selbie, discutiu o [Roteiro](#) da OMS para a Força de Trabalho em Saúde Pública, apoiado pela IANPHI, que define as habilidades necessárias para enfrentar o risco de pandemia no futuro. O documento produzido leva o nome “Capacidade da força de trabalho nacional para implementar as funções essenciais de saúde pública, incluindo foco na preparação e resposta às emergências: Roteiro para alinhar as contribuições da OMS e dos parceiros”.

A IANPHI foi o parceiro oficial do evento pelo [Dia Mundial da Epidemiologia de Campo](#), no dia 7 de setembro. O tema deste ano foi “Empoderando epidemiologistas de campo para sistemas de saúde mais fortes”, que ajuda os sistemas de saúde pública a se beneficiarem de sua experiência. A data reconhece o papel que os epidemiologistas de campo desempenham na proteção da saúde das populações em todo o mundo. É um dia dedicado a conscientizar e defender mais investimentos no treinamento de epidemiologistas de campo para que possam responder rapidamente a surtos de doenças e outras emergências de saúde pública.

Desigualdades na saúde

A [declaração conjunta](#) do InterAcademy Partnership fornece uma estrutura para comparações e colaborações internacionais, compartilhamento de experiências e evidências para abordar conjuntamente as desigualdades globais na saúde.

Saúde Única

O [relatório](#) da conferência sobre como podemos integrar uma Abordagem de Saúde Única organizada pela InterAcademy Partnership e pela Federation of European Academies of Medicine está agora disponível.

Violência sexual, abuso e assédio às trabalhadoras de saúde

A Women in Global Health¹¹² [lançou a plataforma #HealthToo](#) em que trabalhadoras da saúde podem relatar, de forma anônima, situações de violência sexual, abuso e assédio ao qual foram expostas. O objetivo é registrar e gerar dados sobre a situação no mundo. Casos de abuso sexual cometidos por [profissionais da OMS](#) que trabalham na epidemia de Ebola no Congo ou as mais de 330.000 trabalhadoras expostas à violência e assédio, conforme descrito pelo Journal for Occupational and Environmental Medicine, reforçam a importância da ação.

Cobertura universal de saúde

O mesmo grupo fez também uma [declaração sobre o progresso da cobertura universal de saúde e os ODS no Sudeste Asiático](#). “Elogiamos seu reconhecimento de sistemas de saúde fortes e equitativos como a base para alcançar a cobertura universal de saúde (CUS) e o progresso feito pelos Estados Membros da região para alcançá-la”. Concluíram a declaração com sugestões de que os Estados Membros do Sudeste Asiático: 1) priorizem abordagens multissetoriais, 2) fortaleçam as políticas e ampliem os recursos e 3) envolvam as pessoas que vivem com DNT e a sociedade civil.

Organizações da sociedade civil de interesse privado

Crise climática

A Fundação Wellcome Trust¹¹³ afirmou que 44% dos desastres em todo o mundo estão associados a [inundações](#), sendo que os tipos de riscos à saúde e a gravidade deles variam a depender de vários fatores. Uma das consequências mais frequentes das inundações é o maior [risco](#) de doenças transmitidas pela água, como cólera e febre tifoide. Nesse sentido, a Fundação Wellcome Trust, destacou que [mais de 200 doenças infecciosas](#) foram exacerbadas pela crise climática, sem falar das doenças não transmissíveis como asma e picadas de cobras venenosas ou insetos. A Fundação Wellcome Trust destacou que o acontecido no [Paquistão](#) é um lembrete de que os efeitos da crise climática não estão sendo sentidos de maneira uniforme. Acrescentou que muitas cidades estão na linha de frente, liderando o caminho com [iniciativas](#) para reduzir as emissões e aumentar sua resiliência às mudanças climáticas.

A Fundação Rockefeller¹¹⁴ destacou a [parceria](#) com a Energy Alliance e o Bezos Earth Fund, em torno do compromisso de melhorar a vida de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo por meio de uma transição energética equitativa. Informou que essa parceria está aprimorando as [estratégias](#) para enfrentar as crises globais, inclusive as mudanças climáticas.

A Fundação Rockefeller também destacou que a integração do desenvolvimento com a [descarbonização](#) é fundamental para acelerar a transição energética e proteger os meios de subsistência e o acesso à educação, saúde e infraestrutura no Sul Global.

Crise alimentar

A Fundação Wellcome Trust destacou que a população global come apenas algumas espécies de plantas e animais, incorrendo em uma [homogeneidade alimentar](#), que tem impacto negativo nas alterações climáticas, na segurança alimentar e na saúde humana. Acrescentou que, globalmente, cerca de US\$ 540 bilhões são gastos em apoio à agricultura, dos quais 87%

¹¹² <https://womeningh.org/>

¹¹³ <https://wellcome.org>

¹¹⁴ <https://www.rockefellerfoundation.org>

são gastos em processos de produção de alimentos que prejudicam a saúde das pessoas e o meio ambiente.

A Fundação Rockefeller destacou a importância de participar do [África Green Revolution Forum \(AGRF\) 2022](#), a maior cimeira de agricultura e sistemas alimentares de África. A AGRF2022 reconhece jovens “*agripreneurs*” com Generation África para ganhar US\$ 50.000 para expandir seu agronegócio. Também destacou a importância de construir um futuro alimentar nutritivo, regenerativo e equitativo, assim na Nigéria, a [Food Nerve](#) está usando o sol para alimentar a agricultura urbana.

A Fundação Rockefeller destacou também a importância de discutir a necessidade do [Good Food for All](#) no White House Conference on Hunger, Nutrition, and Health, pois para cada \$ 1 bilhão em valor, o sistema alimentar dos EUA cria mais de \$ 2 bilhões em custos de saúde, meio ambiente e capital próprio, o que significa que o custo real dos alimentos é pelo menos três vezes o que está no preço. A Fundação Rockefeller destacou que é preciso um sistema alimentar que seja verdadeiramente nutritivo, equitativo e sustentável nos EUA, e isso começa com a compreensão do verdadeiro custo da comida. Destacou também que os esforços de adaptação climática receberam apenas 6% de todos os fluxos de financiamento climático, e que o trabalho do grupo [Lightsmith](#) tenta melhorar este financiamento, de igual forma o Zero Gap Foundation foi o primeiro investidor em seu Mecanismo de Financiamento e Transferência de Tecnologia para Resiliência e Adaptação Climática.

Destacou ainda a importância de dados fiéis para entender os efeitos atuais e futuros das mudanças climáticas na saúde, lembrando da necessidade de [Sistemas de Alimentação](#), pelo que está trabalhando com organizações em toda a África Oriental, ao construir redes de fornecimento eficientes, restauradoras e resilientes que entregam boa comida a todos através de parcerias com pequenas e médias empresas, dimensionando soluções de alimentos com eficiência energética.

Iniciativas de apoio financeiro de fundações privadas

A Fundação Rockefeller afirmou que, para atingir os Sustainable Development Goals, devemos não apenas mobilizar capital, mas também focar em investir no desenvolvimento da capacidade institucional. Isso contribuirá muito para capacitar a absorção do Catalytic Finance e garantir um futuro resiliente. Anunciou uma nova [colaboração](#) de US\$ 5,5 milhões com o e-GUIDE e Atlas Ai para aproveitar os dados de satélite para ajudar os formuladores de políticas a priorizar projetos em agricultura, transporte e energia.

O Global Fund fez um pedido para mobilizar [US\\$ 18 milhões](#) para salvar 20 milhões de vidas, destacando a importância do [sétimo reabastecimento](#), a ser realizado nos dias 18 e 19 de setembro, nos Estados Unidos (ver [conferencia](#)).

O Global Fund e a Fundação Bill e Melinda Gates destacaram o compromisso do Japão com mais de um milhão de dólares como [apoio extraordinário](#) para combater doenças infecciosas, e da Alemanha com € 1,3 milhões.

A Fundação Wellcome Trust noticiou que está [financiando](#) equipes para gerar evidências para apoiar os formuladores de políticas nos países do G7 e criar mudanças nos setores de alimentação, transporte, energia e habitação que mitiguem as mudanças climáticas e melhorem a saúde. Como a maioria dos estudos científicos se concentra em populações ocidentais, educadas, industrializadas, ricas e democráticas, para melhorar a saúde globalmente, a

Welcome Trust [está financiando](#) iniciativas de produção e análise de dados populacionais da África.

A Fundação Wellcome Trust está [financiando](#) pesquisas em uma ampla gama de disciplinas acadêmicas com um total de £ 23 milhões para oito projetos. Os esquemas de pesquisa estão abertos a aplicativos de neurociência para avançar nossa compreensão da estrutura e função do sistema nervoso (incluindo saúde mental) O financiamento da pesquisa de descoberta está disponível em prêmios em início de carreira, prêmios de desenvolvimento de carreira, prêmios de descoberta.

A Fundação Rockefeller destacou o [lançamento](#) do African Healthcare Funders Forum, uma plataforma inédita que conecta financiadores e empreendedores sociais para impulsionar a mudança na saúde africana. Está apoiando também [The Allapattah Collaborative CDC](#) para ajudar pessoas com pequenos negócios e aumentar a equidade econômica e as oportunidades. Considera a [colaboração](#) entre os setores público, privado e filantrópico como fundamental para enfrentar os desafios globais ao acelerar o fluxo de financiamento para o desenvolvimento e garantir a reconstrução de um modelo econômico inclusivo.

O Global Fund¹¹⁵ destacou que o novo [relatório](#) da Multilateral Organization Performance Assessment Network reconhece a agilidade do Global Fund em estabelecer parcerias inclusivas, levando a resultados robustos. Destacou a importância de alavancar dados para fornecer sistemas de saúde mais eficientes e equitativos que garantam melhores resultados de saúde e a importância de lutar para que todos, em todos os lugares, tenham a mesma chance de boa saúde e acesso igual a serviços de saúde de qualidade.

Doenças transmissíveis

A Fundação Bill e Melinda Gates avalia que a pandemia motivou uma [resposta](#) da Fundação Gates, num momento em que a COVID-19 derrubou o mundo, impediu o progresso do desenvolvimento global e exigiu uma ação rápida.

O Global Fund, por sua vez, destacou a importância de combater a tuberculose como uma das doenças infecciosas mais mortais do mundo, assim como a importância de lutar para derrotar o HIV e a malária, acabar com a desigualdade na saúde e proteger a humanidade das pandemias.

O Global Fund destacou que a sua [atuação esta focada](#) em colocar as pessoas e comunidades no centro, liderar a luta contra o HIV, TB, malária, construir sistemas para a saúde e fortalecer a preparação para próximas pandemias e maximizar o impacto capacitando às comunidades na luta para terminar com a Tuberculose.

O Global Fund, destacou também que foram distribuídos 9 milhões de mosquiteiros em Malawi para fazer frente à malária e a parceria com alguns estados da África assim como a reunião com Ministros da Saúde em OMS Escritório Regional para África para reafirmar o compromisso de terminar a luta contra as doenças infecciosas.

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou que o [relatório](#) do UNAIDS de 2022 mostra que as infecções por HIV estão diminuindo em velocidade muito mais lenta. Esses números são preocupantes, mas novas ferramentas de prevenção estão em andamento.

¹¹⁵ <https://www.theglobalfund.org/en/>

Saúde mental

A Fundação Wellcome Trust, destacou a publicação de um novo [relatório de saúde mental](#), que descreve os cenários de pesquisa atual relacionando o sono e ritmos circadianos à saúde mental, lacunas e oportunidades para estudos adicionais e experiência vivida pelos consultores, a Fundação Wellcome Trust, também destacou a importância de encontrar novas maneiras de intervir precocemente na saúde mental, pois ansiedade, depressão e psicose afetam milhões de pessoas, e pouco sabemos sobre por que essas condições se desenvolvem e qual a melhor forma de resolvê-las.

Racismo e populações negras

A Fundação Rockefeller destacou o apoio para reconstruir Nova Orleans após o furacão Katrina, e o apoio a Sheri Fink para participar do Rockefeller Foundation Bellagio, onde escreveu [Five Days at Memorial](#), um olhar sobre os impactos do furacão e os desafios do sistema de saúde. Destacou também que, durante o mês da filantropia negra, está apoiando organizações lideradas por negros, fechando a lacuna de financiamento para a comunidade negra por meio do [Giving Gap](#), que facilita o aprendizado e a doação para organizações sem fins lucrativos e filantrópicas fundadas por negros. Também destacou o [trabalho](#) da ZeroGapFund, Apis & Heritage Capital Partners, na transformação da força de trabalho com maioria de negros.

Desigualdades entre o Norte e o Sul Globais

A Fundação Rockefeller destacou que a Comunidade Global de Impacto do Sul pede o apoio dos líderes do G20 para a criação de um [modelo econômico inclusivo](#) e identificou quatro áreas de oportunidades necessárias para construir um futuro equitativo para todos. Também destacou que desde a Covid19, foi evidente que os [sistemas de saúde](#) do Sul Global estão muito atrasados. Um maior investimento em infraestrutura de saúde pode colmatar as desigualdades globais de saúde, permitir a prevenção e preparação para pandemias e fortalecer os sistemas de saúde locais.

Eventos

- A International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA)¹¹⁶ anunciou sua [participação na 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para o Sudeste Asiático](#) (SEARO RC75).
- [A votação](#) para a eleição do Conselho do HSG 2022 foi aberta na quinta-feira, 1º de setembro de 2022, e será encerrada em 15 de setembro de 2022.
- As [inscrições](#) para a Conferência Trienal da Parceria Inter Acadêmica (IAP) e o Encontro Mundial das Jovens Academias estão abertas! Tema: «Excelência Inclusiva: Aproveitar o conhecimento para sociedades sustentáveis».
- [Convite](#) à nomeação de peritos para participarem na avaliação empresarial e da biodiversidade do IPBES.
- Foi realizado o evento online Tecnologia de alimentos para reduzir a perda e o desperdício de alimentos, em 8 de setembro de 2022. Acesso: <https://www.csis.org/events/food-tech-reducing-food-loss-and-waste>
- [Webinar](#): Qual é o custo? Explorando a carga e o impacto da corrupção no setor de saúde em Uganda, e as opções políticas para abordá-la, 22 de setembro de 2022, 14: 00 BST.

¹¹⁶ <https://ifmsa.org/>

- [Webinar](#): Descolonizando o Programa de Saúde Global: Junte-se à discussão sobre três dimensões que se cruzam: colonialismo dentro da saúde global; colonização da saúde global; e colonialismo através da saúde global. 13 de setembro, 16h-17h30 MYT.
- A DNDi divulgou o [webinar](#) do Dia de Conscientização da Mordedura de Cobra, a ser realizado pela Organização Mundial da Saúde, dia 19 de setembro, para compartilhar uma atualização sobre a implementação de estratégias para a prevenção e controle de acidentes ofídicos. [Inscreva-se aqui](#).
- A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) anunciou a realização do seu Congresso 2023 em Sydney, Austrália, entre 26 e 29 de outubro, tendo como tema geral “Recuperação, reconexão e renascimento. Uma celebração da atenção primária”.
- O Congresso do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) 2023 está com [inscrições](#) abertas, juntamente com a [submissão de resumos](#). O evento será realizado presencialmente, de 1 a 5 de julho de 2023, no Palais de Congrès, Montreal, Canadá, com o tema “Enfermeiras juntas: uma força para a saúde global”.

Podcasts

- Vida sem petróleo e gás russos

Ben Cahill, do Centre for Strategic and International Studies(CSIS), se junta ao podcast para falar sobre os preços da energia nos EUA e no mundo, além de como a Europa está se preparando para o inverno e para a vida sem petróleo e gás russos. Acesse em: <https://www.csis.org/node/66773>

- HIV/AIDS e as políticas de saúde e direitos humanos

Neste episódio, gravado durante a Conferência Internacional de AIDS em Montreal, Canadá, em 31 de julho, Jeff Sturchio conversa com o Dr. Michel Kazatchkine, Professor de Medicina da Université René Descartes em Paris, Assessor Especial do UNAIDS para Europa Oriental e Ásia Central, e membro sênior do Centro de Saúde Global do Instituto de Pós-Graduação de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento em Genebra. Acesos em: <https://www.csis.org/node/66696>

- A atualização da crise do coronavírus

Coronavirus Crisis Update é a série de podcasts do CSIS Global Health Policy Center (GHPC) focada na pandemia de Covid-19. No Coronavirus Crisis Update , J. Stephen Morrison , diretor do GHPC, e H. Andrew Schwartz , diretor de comunicações do CSIS, falam com aqueles que lideram a resposta global e combatem a pandemia nos Estados Unidos. Essas conversas mergulham profundamente em como a pandemia está impactando a América na economia, segurança nacional, política externa e saúde, e para onde vamos a partir daqui. Acesso em <https://www.csis.org/podcasts/coronavirus-crisis-update>

A [Assembléia Geral](#) anual da Associação Médica Mundial será realizada no Ritz-Carlton Hotel, Berlim, de 5 a 8 de outubro, quando a WMA e a Associação Médica Alemã celebrarão seus 75 anos.

Sob nova direção

O Dr. Luis Pizarro, médico chileno-francês e especialista em saúde global, tornou-se o [novo Diretor Executivo da Drugs for Neglected Diseases Initiative \(DNDi\)](#)¹¹⁷. Ele sucede ao Dr. Bernard Pécoul, que fundou a organização há 19 anos. O DNDi foi lançado em 2003 quando o Conselho Indiano de Pesquisa Médica (ICMR), a Fundação Oswaldo Cruz no Brasil, o Instituto de Pesquisa Médica do Quênia (KEMRI), o Ministério da Saúde da Malásia e o Institut Pasteur da França, com a participação de o Programa Especial da Organização Mundial da Saúde em Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (OMS/TDR), juntou-se a Médicos Sem Fronteiras (MSF), para o desenvolvimento de medicamentos para populações negligenciadas.

Considerações finais

Aprendemos pouco com a pandemia de Covid-19! Embora uma grande parcela do mundo ainda não esteja vacinada, estamos repetindo as iniquidades com a compra e distribuição das vacinas, agora com a monkeypox. Os EUA detêm quase 80% do fornecimento global de vacinas, mas apenas 35% dos casos globais.

Os governos e as lideranças mundiais continuam dando menos importância do que deveriam à crise climática e seus efeitos, o que tem afetado a população de vários pontos do planeta mas em especial as que estão em países ou em condições mais vulneráveis econômica, política e socialmente, como é possível observar com as enchentes no Paquistão e a fome de mais de 36 milhões de pessoas na Somália.

Assim, tem destaque nesse período a atuação das OSC de interesse público, denunciando e reivindicando maior investimento financeiro para mitigar a crise climática e para o controle das DCNT no mundo. Neste último caso, são apresentadas soluções baseadas em estudos científicos-econômicos que mostram um benefício econômico de US\$ 2 a 7 trilhões, ou US\$390 per capita em DCNT, entre 2023 e 2030, com a introdução de um pacote econômico de 21 intervenções de prevenção e tratamento de DCNT a serem implementados pelos governos.

As OSC de interesse privado destacam, como sói acontecer, suas iniciativas de financiamento.

Problemas evitáveis, mas não enfrentados a nível nacional, regional e global tem resultado em milhões de mortes ou situações de sofrimento no mundo. A solução? “É necessário vontade política no mais alto nível” para mudar a situação.

¹¹⁷ <https://dndi.org/>

Os movimentos do Sul Global e os potenciais de cooperação que nos levem a um novo multilateralismo: Conflitos sociais em saúde e a construção de alternativas transformadoras

Armando De Negri Filho

Este informe destaca o debate proposto por artigo de Elizabeth Sidiropoulos e Luanda Mpungose da África do Sul, publicado pelo boletim do **South Center**, organismo de pensamento vinculado ao Movimento dos Não Alinhados, e que nos convida para uma reflexão sobre uma alternativa do Sul Global e da cooperação sul-sul na construção de um novo multilateralismo. O artigo promove a perspectiva de protagonismo requerido aos países e povos do Sul na construção de uma nova correlação de forças políticas e sociais que sustentem esta perspectiva transformadora, destacando o papel e a responsabilidade do Sul em favor de uma nova fase do multilateralismo. Em momento de muita fragilidade das Nações Unidas, cresce a necessidade de cooperação política e material entre os atores do Sul Global para conceber e sustentar uma nova perspectiva mundial ambiciosa em seus ideais de solidariedade e desenvolvimento compartilhado.

Na mesma esteira de preocupações e busca de alternativas, trazemos o artigo do **Health Policy Watch** sobre a lista de entidades que podem intervir no debate no grupo de trabalho sobre o Tratado Pandêmico da OMS, onde se destaca a presença dos atores vinculados ao capital financeiro e ao filantropocapitalismo, além da Big Pharma, indústria de alimentos e uma diversidade de ONGs com vínculos conflitivos. Esse artigo ilustra a batalha política e ideológica que está permanentemente em curso. O manifesto pela criação de uma indústria pública europeia de medicamentos representa esta disputa concreta no terreno do desenvolvimento científico e tecnológico em favor das bases materiais do direito a saúde e retoma a aspiração de inovações tecnológicas em favor das populações.

Finalmente as notícias do Boletim “People Dispatch” ilustram em flashes esta luta de resistências e alternativas em torno a conflitos que vão demarcando em todo o mundo a linha de tensão entre os interesses dos povos e os interesses do capital e dos seus agentes políticos no campo da saúde.

O Papel e as Responsabilidades do Sul na próxima fase do multilateralismo. Elizabeth Sidiropoulos e Luanda Mpungose. Southviews 241. 12 de setembro de 2022. <https://mailchi.mp/southcentre/southviews-the-souths-role-and-responsibilities-in-the-next-phase-of-multilateralism?e=17e0b60518>

“A erosão global da confiança nas instituições globais é o resultado direto da não resposta aos desafios mais cruciais que enfrentam a humanidade, como desigualdade, pobreza e mudanças climáticas. A Cooperação sul-sul pode desempenhar um papel vital na revigoração do multilateralismo. Além de seus compromissos horizontais, já começou a apoiar e enriquecer processos, instituições e normas em nível global. No entanto, mudar as superestruturas que discriminaram muitos países em desenvolvimento exigirá uma estratégia que envolva priorizar, construir coalizão e coordenar.

Introdução. Três quartos de século depois de sua criação, a Organização das Nações Unidas (ONU) superou significativamente um experimento multilateral do século XX. Seu antecessor, a Liga das Nações, falhou em seus primeiros obstáculos (a invasão japonesa da Manchúria e a invasão italiana da Abissínia). Com 193 Estados-membros, as Nações Unidas são o órgão mais representativo e legítimo do sistema de governança global, embora a composição

do Conselho de Segurança e o veto dos Cinco Permanentes estejam lamentavelmente desatualizados. A ONU está no ápice do sistema multilateral. A maioria de seus membros são do Sul Global. Quando a ONU foi criada em 1944, muitas ainda eram colônias. O poder relativo de muitos deles cresceu desde então. Essa mudança acelerou os apelos pela reforma da ONU e de outras instituições de governança globais e as regras que as governam. Novos sistemas normativos para essas instituições são imperativos.

Além disso, o ritmo lento da reforma tem provocado movimentos dos países do Sul para criar estruturas paralelas que complementem, mas também podem servir como substitutos às instituições existentes. O relatório do secretário-geral da ONU sobre "Nossa Agenda Comum", publicado no início de setembro de 2021, não minimizou os desafios que o mundo está enfrentando, dizendo que o mundo estava experimentando seu maior teste compartilhado desde a Segunda Guerra Mundial, e pedindo um multilateralismo mais forte, mais em rede e inclusivo. É claro que a ONU é uma organização intergovernamental que se move tão rapidamente quanto seus membros permitem, e em questões que sua adesão permite. Se a paralisia for permitida a dominar o sistema das Nações Unidas, a trajetória do multilateralismo e da governança global provavelmente acelerará a fragmentação em sistemas regionais, o que tornará impossível a coordenação dos grandes desafios transnacionais.

Os países em desenvolvimento que compõem o maior grupo tanto na ONU quanto em outras instituições de governança global têm uma responsabilidade e um papel significativos na transformação dessas instituições e nas regras que as governam. Mas exigirá um engajamento multitudinário – nos níveis global, regional e transversal.

Este artigo explora o papel que a Cooperação Global Sul e Sul-Sul (SSC) pode desempenhar na reforma e revitalização do sistema multilateral para que sua legitimidade possa ser garantida. Essa legitimidade só pode fluir a partir da medida em que o multilateralismo é capaz de enfrentar os principais desafios globais, especialmente aqueles que têm o maior impacto no mundo em desenvolvimento e são em grande parte de natureza desenvolvimento. Ao abordar essa questão, o artigo explorará brevemente as questões de legitimidade e confiança. Em seguida, discutirá três áreas onde a SSC mostrou o caminho ou onde pode desempenhar um papel maior para fortalecer o sistema multilateral (governança, mudanças climáticas e saúde global), e finalmente fará algumas observações e recomendações sobre a agência sulista como um catalisador para a ação.

Apesar da relevância contínua das responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR), o Sul Global tem uma responsabilidade cada vez maior tanto para desafiar normas e práticas existentes quanto para propor novas normas, práticas e instituições e impulsioná-las através de seu exemplo. Isso inclui a forma como o SSC se desenvolve.

Isso é crucial para o conceito de legitimidade e para garantir um resultado mais equitativo e justo. Desafios globais, legitimidade e confiança A legitimidade flui desde que as "ideias, regras e contextos centrais da ordem global são criados e compartilhados pelo segmento mais amplo da humanidade". [1] Nossas instituições e regras globais atuais não foram capazes de responder aos piores excessos da globalização de forma a mitigar o impacto sobre aqueles que perderam com a globalização. A desigualdade, que tem sido a desvantagem mais significativa da globalização, por sua vez, levou a mais polarização dentro das sociedades e entre os países, estimulando o nativismo e o chauvinismo. Esses desenvolvimentos contrastam com a Agenda aspiracional 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são a base para um novo contrato social global.

A pandemia também tornou a lacuna entre as aspirações e a realidade mais evidente com os países em desenvolvimento na parte de trás da fila de vacinas. Em julho de 2021, o relatório do Secretário-Geral sobre os progressos em direção aos ODS observou que em "áreas verdadeiramente transformadoras, como a redução da desigualdade, a redução das emissões de carbono e o combate à fome, o progresso havia parado ou revertido" antes da pandemia. Já então, o mundo não estava no caminho certo para atender os ODS até 2030. Ele continuou que a pandemia "já teve um impacto muito significativo em várias áreas, minando décadas de esforços de desenvolvimento". [2]

Em um mundo onde estamos cada vez mais interconectados, e as soluções estão interconectadas, pois a governança multilateral sul deve se concentrar no desenvolvimento. Os países do Sul são defensores comprometidos de uma ordem baseada em regras, onde as regras se aplicam a todos, mas para compensar os desequilíbrios e desigualdades do passado, o campo de jogo precisa ser inclinado não nivelado. [3] Isso é fundamental para o reconhecimento de injustiças históricas e seu significado em termos de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. O princípio do multilateralismo carrega claramente com ela considerável legitimidade, pois pretende ser inclusivo em seus processos de desenvolvimento de normas. Também pode, se for eficaz, prover o compartilhamento de cargas no contexto em que normas e ações são aceitas por todos, mas onde as responsabilidades diferem dependendo das capacidades e desafios de cada um.

Princípios da Cooperação Sul-Sul adequados para fins SSC surgiram na década de 1950 e em diante como uma manifestação de solidariedade entre os países que tinham sido colônias do Norte. Seus princípios de soberania nacional, propriedade, igualdade, não condicionalidade, não interferência e benefício mútuo eram imperativos para os países que, sob o colonialismo, não tinham tudo isso. Esses princípios de cooperação foram considerados essenciais para reduzir a dependência do Norte e aumentar a autossuficiência entre o Sul. Juntamente com o impulso para uma Nova Ordem Econômica Internacional dentro da ONU na década de 1970, a SSC tem sido parte do esforço para uma ordem econômica global mais justa, fortalecendo a cooperação econômica entre os Estados do Sul.

O SSC cresceu em tamanho e escopo à medida que os países do Sul subiram a escada de desenvolvimento. Além disso, o sistema das Nações Unidas tem sido um defensor do SSC e de seus princípios através de seu sistema de desenvolvimento e especificamente através do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Com o tempo, a SSC, que começou como cooperação técnica entre os governos do Sul, ampliou tanto no foco temático quanto na variedade de atores que se engajaram nela. Não é mais apenas governo para governo, mas inclui atores da sociedade civil também. Também é mais institucionalizado e possui instrumentos mais diversificados e sofisticados.

Como um processo focado na cooperação e desenvolvimento entre os países em desenvolvimento, onde as soluções para esses desafios de desenvolvimento são cada vez mais não apenas locais, mas também transnacionais e globais, a SSC pode ser um poderoso mecanismo para reformar as instituições globais existentes, impulsionar o empreendedorismo normativo e explorar alternativas regionais. Este artigo examinará agora três estudos de caso da SSC para ilustrar maneiras pelas quais a SSC pode apoiar e revigorar o sistema multilateral global. Governança na Cooperação Sul-Sul A não interferência tem sido um princípio central da SSC, como resposta à intervenção ocidental nos assuntos internos dos países em desenvolvimento, especialmente durante a Guerra Fria.

Isso significa que a governança foi tradicionalmente evitada como uma área de cooperação entre os países em desenvolvimento. O primeiro estudo de caso é do African Peer Review Mechanism (APRM), uma iniciativa africana, que se concentra no aprendizado por pares sobre governança entre estados africanos que se inscreveram. A APRM nasceu do reconhecimento no início dos anos 2000 de que uma melhor governança foi essencial para melhorar os resultados do desenvolvimento. As deficiências de governança de um país são diagnosticadas em um Relatório de Revisão de Países da APRM que implica um processo rigoroso que inclui consultas entre o secretariado continental e um Estado-membro, a conclusão de um questionário de autoavaliação pelo Estado-membro, o desenvolvimento de um plano com o impulso para uma Nova Ordem Econômica Internacional dentro da ONU na década de 1970, a SSC tem sido parte do impulso por uma ordem econômica global mais justa, fortalecendo a cooperação econômica entre a Sul do Sul Estados. O SSC cresceu em tamanho e escopo à medida que os países do Sul subiram o desenvolvimento ladeira acima.

Além disso, o sistema das Nações Unidas tem sido um defensor do SSC e de seus princípios através de seu sistema de desenvolvimento e especificamente através do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Com o tempo, a SSC, que começou como cooperação técnica entre os governos do Sul, ampliou tanto no foco temático quanto na variedade de atores que se engajaram nela. Não é mais apenas governo para governo, mas inclui atores da sociedade civil também. Também é mais institucionalizado e possui instrumentos mais diversificados e sofisticados. Como um processo focado na cooperação e desenvolvimento entre os países em desenvolvimento, onde as soluções para esses desafios de desenvolvimento são cada vez mais não apenas locais, mas também transnacionais e globais, a SSC pode ser um poderoso mecanismo para reformar as instituições globais existentes, impulsionar o empreendedorismo normativo e explorar alternativas regionais. Este artigo examinará agora três estudos de caso do SSC para ilustrar maneiras pelas quais o SSC pode apoiar e revigorar o sistema multilateral global.

Governança na Cooperação Sul-Sul A não interferência tem sido um princípio central da SSC, como resposta à intervenção ocidental nos assuntos internos dos países em desenvolvimento, especialmente durante a Guerra Fria. Isso significa que a governança foi tradicionalmente evitada como uma área de cooperação entre os países em desenvolvimento. O primeiro estudo de caso é do African Peer Review Mechanism (APRM), uma iniciativa africana, que se concentra no aprendizado por pares sobre governança entre estados africanos que se inscreveram. A APRM nasceu do reconhecimento no início dos anos 2000 de que uma melhor governança foi essencial para melhorar os resultados do desenvolvimento. As deficiências de governança de um país são diagnosticadas em um Relatório de Revisão de Países da APRM que envolve um processo rigoroso que inclui consultas entre a secretaria continental e um Estado-membro, a conclusão de um questionário de autoavaliação pelo Estado-membro, o desenvolvimento de um plano nacional de ação pelo governo, uma missão de revisão por uma equipe de especialistas e o relatório final com recomendações, que é apresentado em uma reunião fechada durante a Cúpula da União Africana (UA). [4] Esse processo envolve governo, setor privado, academia, mídia e sociedade civil.

No seu mais efetivo, pode ajudar a construir confiança nas instituições nacionais onde as ações corretivas são tomadas com base nas recomendações do relatório de revisão do país. Embora não tenha sido tão eficaz quanto a aspiração original em estabelecê-la, ajudou a abrir o espaço cívico de diálogo entre os países sobre seus desafios de governança. No seu melhor, criou um espaço no nível do governo peer-to-peer para conversas francas em torno de alguns dos

desafios de governança que os países enfrentam, mas não é prescritivo, nem é punitivo. Essa iniciativa deve ser explorada ainda mais em termos de construção da prestação de contas global, regional e nacional. Mudanças climáticas O segundo estudo de caso é sobre mudanças climáticas.

As economias sulistas em desenvolvimento e vulneráveis, em particular, são as mais impactadas por seus efeitos. O Sul reconheceu a ameaça que as mudanças climáticas descontroladas representam, mas sempre insistiu que a maior responsabilidade recai sobre o Norte desenvolvido, que vem poluindo o planeta desde a Revolução Industrial. No entanto, os países do Sul iniciaram uma série de iniciativas em seus esforços de cooperação SSC e triangulares para ajudar a mitigar os impactos das mudanças climáticas. A China destinou muitos recursos para as mudanças climáticas, que se tornaram um importante pilar de seu SSC.

Por exemplo, em 2015, a China anunciou o estabelecimento de um Fundo Climático SSC de 20 bilhões de yuans (cerca de US\$ 3 bilhões). Também estabeleceu fundos através de canais multilaterais, como sobre a agricultura resiliente ao clima, entre outros. [5] A Índia lançou a Aliança Solar Internacional com a França em 2015, destinada como uma plataforma comum de cooperação entre países ricos em recursos solares para criar oportunidades para maior cooperação em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e capacitação. [6] A Índia estenderá até US\$ 2 bilhões em linhas de crédito para projetos solares na África, além de criar um fundo de desenvolvimento solar de US\$ 350 milhões. [7].

Tanto as iniciativas chinesas quanto as indianas/francesas foram lançadas no mesmo ano de dois acordos globais seminal: agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. O Banco de Desenvolvimento Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul (BRICS) também está comprometido em seus documentos fundadores, com infraestrutura sustentável e energia renovável, tendo originalmente destinado 60% de seus empréstimos para energia renovável. Até o momento, o banco aprovou um total de 15 projetos de energia renovável no valor de US\$ 3,5 bilhões ou 14% de sua carteira. [8]

Em ambos os casos, os principais países do Sul criaram instrumentos e instituições para contribuir para a maior ameaça que a humanidade enfrenta. No entanto, embora o princípio da CDB continue a ser o princípio na alocação da responsabilidade sobre as mudanças climáticas, há muito mais do que certos países do Sul podem fazer. Uma fonte de preocupação é se a significativa construção de infraestrutura energética da China na África irá se afastar da construção de novas usinas a carvão. [9] Outra é a importância das empresas sulistas, especialmente no setor de mineração, respeitando o meio ambiente, cumprindo avaliações de impacto ambiental e consultoria com as comunidades. Em muitos países em desenvolvimento, esses princípios têm sido muitas vezes ignorados no interesse dos lucros. [10]

A liderança do Sul no desenvolvimento de normas, a adesão a regras que protegem as pessoas e o meio ambiente e no apoio à tecnologia podem ser um exemplo para uma cooperação mais equitativa e ética no combate às mudanças climáticas. Não se trata do volume de apoio financeiro, pois é sobre a forma como a causa das mudanças climáticas é apoiada e avançada em todo o mundo em desenvolvimento e além. Saúde global e SSC O terceiro estudo de caso é sobre saúde global extraído da experiência da pandemia COVID-19. O secretário-geral António Guterres argumentou durante uma reunião ao Conselho de Segurança da ONU em setembro de 2020 que: "A pandemia é um teste claro da cooperação internacional, um teste que essencialmente falhamos". [11]. Duas dimensões valem a pena discutir aqui. O primeiro destaca a importância do regionalismo; o desenvolvimento da segunda norma. À medida que a

pandemia estourou no início de 2020, os países africanos rapidamente se uniram para coordenar suas respostas à pandemia.

Eles pediram à comunidade internacional assistência em áreas como serviço de dívida e acesso a equipamentos médicos. A existência dos Centros de Controle de Doenças da África (CDC) foi crucial para garantir uma resposta efetiva à saúde pública. A UA e seus Estados-membros reuniram recursos e coordenaram ações externas. Demonstrou dois aspectos relevantes para o debate sobre o futuro do multilateralismo; em primeiro lugar, que as instituições regionais se tornarão mais importantes como complementos aos globais; e segundo que nem todos os problemas podem ser resolvidos a nível regional efetivamente (por exemplo, vacinas). Em outras palavras, as instituições globais são indispensáveis. O desenvolvimento de normas é a segunda dimensão no caso da saúde global que ilustra o papel que a SSC pode desempenhar na reforma do multilateralismo.

Em outubro de 2020, a África do Sul e a Índia propuseram que todas as patentes, segredos comerciais, design industrial e direitos autorais sobre drogas, vacinas, diagnósticos e outras tecnologias médicas relacionadas ao COVID-19 fossem temporariamente dispensadas durante a pandemia. Esta proposta na Organização Mundial do Comércio (OMC) tem sido apoiada tanto pela UA quanto pelos países membros e pelo grupo de países de baixa renda na OMC. No entanto, a pandemia também mostrou os limites do SSC em tempos de crise. Embora as nações do BRICS tenham saído em apoio ao multilateralismo, defendendo a reforma da governança global desde o início, várias oportunidades foram perdidas para incorporar algumas das normas e mudanças que defendem. Isso tem sido visto em grande parte através da lenta aceitação no apoio à proposta da OMC pelo Brasil, China e Rússia.

Os ministros das Relações Exteriores do BRICS não apoiaram coletivamente essa proposta até junho de 2021, oito meses após sua primeira apresentação. A Declaração de Cúpula dos BRICS de 2021 ainda não refletiu um forte apoio à renúncia, indicando uma divergência de posição em nível de chefes de Estado. Como os países em desenvolvimento se alinham nas negociações sobre a renúncia da OMC pode ter consequências para as percepções de solidariedade entre o Sul em uma era pós-LCOVID: reduzirá o interesse próprio do imperativo de criar um novo conjunto de regras e normas para lidar com pandemias globais? Aumentando a agência e tornando-se um catalisador para a ação Os países do sul estão cada vez mais passando de protestos contra as regras existentes para modeladores ativos nos debates de governança global.

Esses três estudos de caso mostram tanto as oportunidades que a SSC apresenta para reviver e reformar o multilateralismo, mas também áreas onde o espírito de cooperação está falhando, e que, por sua vez, podem corroer o papel da SSC na construção da confiança e legitimidade nas instituições globais. A SSC está agora mais do que em ajudar os países em desenvolvimento bilateralmente nas áreas técnica e econômica; trata-se de ajudar a moldar as normas de um novo mundo que é mais equitativo e focado no desenvolvimento.

Isso significa fazer esforços conjuntos para enfrentar as iniquidades estruturais globais que são prevalentes nas regras de comércio global (como os direitos de propriedade intelectual), o sistema financeiro global e as respostas às pandemias e mudanças climáticas. Claramente todos esses são grandes desafios e não dependem apenas do que o sistema da ONU faz, mas do que todos os Estados-membros fazem, e particularmente como os agrupamentos sul e sul se intensificam até a placa para superar o impasse. Com exceção de certos estados poderosos do

Sul, os países em desenvolvimento nem sempre têm o peso para serem ouvidos, mas a agência eficaz vem da coordenação e da ação conjunta, onde a fraqueza pode ser usada como força.

No entanto, revigorando tanto o espírito quanto a prática do multilateralismo, também pode ser necessário de tempos em tempos trabalhar fora das estruturas formais. O Sul também precisará priorizar as áreas de atuação, o tempo todo focando em uma agenda que vai além da regional e foca no global. A COVID apresentou uma possibilidade única de transformação. Mas, embora as crises sejam bastante comuns, transformações fundamentais não são. Eles precisam de planejamento e precisam de energia. Esses são pontos que o Sul tem que considerar como seus gráficos uma estratégia para revigorar o multilateralismo e a ONU e fazer com que o multilateralismo cumpra as principais prioridades do mundo em desenvolvimento. Autores: Elizabeth Sidiropoulos e Luanda Mpungose são a diretora executiva e gerente de divulgação e parceria, respectivamente, no Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais.”

[1] Amitav Acharya, *Constructing Global Order: Agency and Change in World Politics* (Cambridge University Press, 2018). Kindle edition, location 347. [2] United Nations Economic and Social Council, *Progress towards the Sustainable Development Goals, Report of the Secretary-General*, 30 April 2021, E/2021/58. [3] R. Kaplinsky, *Globalization, Poverty and Inequality: Between a Rock and a Hard Place* (Cambridge and Malden, Polity Press, 2005), p. 246 [4] New Partnership for Africa’s Development (NEPAD), ‘The African Peer Review Mechanism Overview’, 10 June 2002. Available from <https://www.aprmtoolkit.saiia.org.za/documents/country-reports-and-exper/56-atktaprm-overview-2002-en/file> [5] M. Weigel and A. Demissie, ‘Achieving the SDGs in Africa through South-South Cooperation in Climate Change with China’, in *The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda*, S. Chaturvedi, H. Janus, S. Klingebiel, X. Li, A. de Mello e Souza, E. Sidiropoulos and D. Wehrmann, eds. (Palgrave Macmillan, 2021). [6] M. Chakrabarti and S. Chaturvedi, ‘An Evolving Shared Concept of Development Cooperation: Perspectives on the 2030 Agenda’, in *The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda*, S. Chaturvedi, H. Janus, S. Klingebiel, X. Li, A. de Mello e Souza, E. Sidiropoulos and D. Wehrmann, eds. (Palgrave Macmillan, 2021). [7] Ibid. [8] New Development Bank, *Annual Report 2020: Meeting Ever-Evolving Development Challenges*. Available from https://www.ndb.int/wpcontent/uploads/2021/07/NDB-AR-2020_complete_v3.pdf. [9] Gu Bin, ‘China’s Belt and Road Initiative should stop financing new coal power’, *Financial Times*, 5 July 2021. Available from <https://www.ft.com/content/22f97b67-a1ff-477b-981c-ee54d5c895d5>. [Editor’s note: In September 2021, President Xi Jinping announced in his address at the UN General Assembly that ‘China will step up support for other developing countries in developing green and low-carbon energy, and will not build new coal-fired power projects abroad’, <https://www.bbc.com/news/worldasia-china-58647481>]. [10] See for example, Mureithi Carlos, ‘China will punish its own companies if they break laws in the Democratic Republic of Congo’, *Quartz Africa*, 15 September 2021. Available from <https://qz.com/africa/2059378/china-willpunish-its-own-companies-if-they-break-laws-in-the-drc/>. [11] United Nations, ‘Secretary General Highlights Essential Failure of International Cooperation, in Address to Security Council Meeting on PostCoronavirus Global Governance’, Press Release, 24 September 2020. Available from <https://www.un.org/press/en/2020/sc14312.doc.htm>.

OMS lista entidades que podem se envolver com órgão negociador de tratados pandemias
<https://healthpolicy-watch.news/who-lists-entities-that-can-engage-with-pandemic-treaty-negotiating-body/>

Uma ampla gama de grupos, incluindo a sociedade civil, grupos acadêmicos e de saúde foram identificados como atores capazes de interagir com o Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) da Organização Mundial da Saúde (OMS) em um instrumento de preparação pandêmica. A OMS publicou a lista na semana passada, mas ressaltou que se tratava de um

"documento vivo com mais possibilidades de atualizações conforme considerado apropriado pela INB". Mais cedo, um artigo publicado pela Health Policy Watch alertou contra a "influência generalizada" de grupos farmacêuticos e empresas na preparação pandêmica. "As modalidades propostas de engajamento para as partes interessadas relevantes não propõem de fato quaisquer salvaguardas contra a interferência política corporativa no tratado pandêmico e sua criação. Na verdade, eles abrem caminho para uma gama cada vez maior de cada vez maior de entidades ganharem um status com a organização – além dos interesses farmacêuticos e do agronegócio, como a CropLife, já em relações reconhecidas da OMS", observaram Nicoletta Dentico e Ashka Naik. A International Chamber of Commerce, a AdvaMed, a maior associação de tecnologia médica do mundo e a Organização de Inovação em Biotecnologia, a maior associação comercial de biotecnologia do mundo, estão entre as entidades recém-listadas.

Atores ambientais. Em um desenvolvimento positivo, a escassez de grupos ambientais e de One Health foi parcialmente corrigida na lista atual com a inclusão da Sociedade de Conservação da Vida Selvagem e do Painel de Especialistas de Alto Nível de Saúde [One Health High Level Expert Panel](#). Christine Franklin, da Wildlife Conservation Society, confirmou que sua organização havia sido reconhecida depois de inicialmente lutar para se envolver com a INB. "Nos preparativos para a negociação de um possível instrumento global sobre prevenção e preparação de pandemia, houve notavelmente pouca atenção dada à verdadeira prevenção da pandemia" [Preventing Pandemics at the Source](#), disse o Dr. Nigel Sizer, diretor executivo de Prevenção da Pandemia na Fonte, em entrevista anterior [in an earlier interview](#).

"Sabemos de onde vêm a maioria das pandemias e sabemos como reduzir o risco de derramamento zoonótico dos vírus que os causam", acrescentou. "Os governos em geral e os órgãos de saúde, em particular, devem adotar essas abordagens, incluindo os esforços da One Health. Eles também devem trabalhar muito mais estreitamente com os órgãos ambientais para lidar com o risco de derramamento de desmatamento tropical, exploração e comércio de animais selvagens e agricultura animal intensiva. O retorno da saúde pública sobre o investimento nessas atividades seria enorme." À luz do surto de varíola símia e Covid-19, Sizer disse que a OMS e outros atores-chave devem fazer mais para enfrentar os riscos do ecossistema que aumentam os "riscos de derramamento" do salto de patógenos de populações animais para humanas:

"Tais ações incluem o fechamento ou a regulamentação estritamente do comércio e dos mercados da vida selvagem, a interrupção do desmatamento e da degradação florestal, e a melhor saúde às comunidades em focos de doenças infecciosas emergentes, bem como o fortalecimento dos cuidados veterinários e da biossegurança na pecuária", segundo Sizer, um conservacionista internacionalmente conhecido.

Lista reativa não proativa. No entanto, a lista de entidades parece baseada em grande parte nas que se inscreveram para fazer apresentações em reuniões da INB, em vez de um grupo representativo de todos os atores não estatais e afiliados à ONU que deveriam estar na sala para negociar um futuro tratado pandêmico. As entidades que já estão em relações oficiais com a OMS [Entities already in official relations with WHO](#) também são consideradas "partes interessadas relevantes". O status de relações oficiais não só permite aos grupos da sociedade civil o privilégio de expor suas posições na Assembleia Mundial de Saúde anual, como lhes dá acesso a longas e detalhadas consultas informais e sessões de negociação intergovernamentais que são fechadas ao público em geral e à mídia.

Cerca de 220 atores da sociedade civil [220 civil society actors](#) possuem esse status cobiçado, principalmente sociedades médicas e de saúde, bem como grupos farmacêuticos, mas também fundações agro-empresariais, como a CropLife International, bem como os outliers como o World Plumbing Council. Reportagem adicional de Elaine Fletcher.

Pesquisa em saúde como bem comum: uma infraestrutura pública europeia para vacinas, medicamentos e inovação biomédica

<https://www.europarl.europa.eu/stoa/en/events/details/creation-of-a-public-eu-pharma-r-d-infra/20220610WKS04282>

Apesar dos generosos subsídios governamentais, as prioridades e estratégias de pesquisa biomédica são de fato controladas pela indústria farmacêutica. O governo dos EUA, por exemplo, através da Operação Warp Speed transferiu para algumas empresas US\$ 18 bilhões para desenvolver vacinas, medicamentos e testes diagnósticos para a Covid 19: destes, 12 bilhões eram exclusivamente para vacinas, particularmente para o desenvolvimento clínico em estágio final e fabricação precoce. [1]

No entanto, os subsídios não são uma solução. Doenças menos rentáveis e campos de pesquisa permanecem sub-pesquisados: isso vale para doenças infecciosas e resistência a antibióticos, doenças raras (afetando cumulativamente milhões de pacientes), algumas condições correlacionadas com fatores de baixa renda, envelhecimento e risco em economias menos desenvolvidas (menos de 0,5% dos produtos ativos visam uma doença na lista da OMS de doenças tropicais negligenciadas, e apenas 0,4% dizem respeito aos patógenos incluídos na lista dos considerados pela OMS como prioridade[2]). Além disso, existem várias questões estruturais não resolvidas em relação aos preços, estudos clínicos para análise de dados populacionais, análises comparativas independentes sobre a eficácia de medicamentos e vacinas existentes, patentes e marcas.

Essa situação destaca as limitações dos subsídios na condução da agenda de pesquisa, bem como as limitações dos mecanismos financeiros orientados ao lucro em mercados menos competitivos. Daí a necessidade de orientar efetivamente a pesquisa farmacêutica no interesse público. Um estudo recente para o Parlamento Europeu [3] propõe a criação de uma infraestrutura pública europeia permanente com foco em ameaças e áreas de pesquisa e desenvolvimento que são subinvestidas dado o modelo de negócios atual. Essa infraestrutura, orientada pela ciência, terá a missão de desenvolver novas drogas, estando envolvida em todas as fases do processo de desenvolvimento, desde a pesquisa independente até a comercialização.

Esse novo player deve focar nas prioridades de saúde pública e deve criar conhecimento e inovação biomédica como um bem comum. Apoiada pelos governos da UE, aberta a terceiros e em diálogo com a sociedade civil, a infraestrutura deve renunciar aos privilégios econômicos decorrentes de patentes. Por meio da adoção de contratos transparentes e sem a concessão de direitos exclusivos de patentes, a infraestrutura comum para pesquisas biomédicas, orientada pelas necessidades de saúde, permitiria melhorar as excelentes capacidades disponíveis na Europa, como universidades, institutos sem fins lucrativos e empresas inovadoras. Com um orçamento anual comparável ao da Agência Espacial Europeia (cerca de 7 bilhões de euros em 2022)[4], também inspirado na experiência do CERN, do Laboratório Europeu de Biologia Molecular e outros excelentes organismos científicos, em vinte anos, a nova infraestrutura pode

se tornar a primeira do mundo em pesquisa biomédica intramuros, graças a um grande portfólio de projetos inovadores em campos subfinanciados pela indústria.

Pedimos às instituições europeias e aos governos nacionais que considerem a proposta de tal infraestrutura pública (um evento organizado pelo Parlamento Europeu, Painel de Ciência e Tecnologia) [5] e que a endossem, bem como a desenvolvam como uma questão de urgência. 13 de julho de 2022. Esta Carta Aberta às instituições e governos da UE é promovida pelo Fórum sobre Desigualdade e Diversidade (Itália) e por várias associações e indivíduos (ver lista). Para assinar o recurso, escreva um e-mail para: perbiomedeuropa@gmail.com com nome, sobrenome, função e filiação, especificando no texto do e-mail o consentimento para publicar seu nome no site do Fórum de Desigualdades e Diversidade.

[1] Kim, J. H., Hotez, P., Batista, C., Ergonul, O., Figueroa, J. P., Gilbert, S., ... & Bottazzi, M. E. (2021). Operation Warp Speed: implications for global vaccine security. *The Lancet Global Health*, 9(7), e1017-e1021; [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(21\)00140-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(21)00140-6/fulltext). <https://www.bloomberg.com/news/features/2020-10-29/inside-operation-warp-speed-s-18-billion-sprint-for-a-vaccine> [2] Taghreed A., Ralaidovy, A. H., & Swaminathan, S. (2019). Biomedical research; what gets funded where?. *Bulletin of the World Health Organization*, 97(8), 516–516A; <https://apps.who.int/iris/handle/10665/326270> [3] “European pharmaceutical research and development: Could a public infrastructure overcome market failures?,” [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/it/document/EPRS_STU\(2021\)697197](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/it/document/EPRS_STU(2021)697197). The study develops an initial idea of the Forum Disuguaglianze e Diversità, <https://www.forumdisuguaglianzediversita.org/wp-content/uploads/2019/03/propostan-2.pdf> [4] By comparison: the Intramural Research Program, National Institutes of Health, with 1,200 principal investigators, has a yearly budget of about USD 4,5 billion. <https://irp.nih.gov/about-us> [5] <https://www.europarl.europa.eu/stoa/en/events/details/creation-of-a-public-eu-pharma-r-d-infra/20220610WKS04282>

4. People’s Health Dispatch - Bulletin #32: Novos horizontes para o acesso aos cuidados de saúde. Veja no browser: <https://tinyurl.com/peopleshealthdisp32>

Um mês depois, as pessoas com HIV+ na Índia continuam se reunindo exigindo o fornecimento regular de medicamentos que salvam vidas* _In coração da capital indiana Nova Deli, dezenas de pacientes hiv positivos têm participado de um protesto por um mês fora dos escritórios da Organização Nacional de Controle da Aids ou NACO <https://tinyurl.com/phd32video>

Gaza sob ataque: Como Israel está sabotando os cuidados de saúde* _The último ataque das forças de ocupação israelenses em Gaza esgotaram as reservas de combustível que as instituições de saúde dependem para fornecer care_ <https://tinyurl.com/phd32gaza>

Cuidados de saúde decentes exigem atenção digna a cada paciente* _Yogesh Jain, um médico comunista que pratica no centro rural da Índia, visitou recentemente a África do Sul. Ele falou com Richard Pithouse sobre suas impressões depois de sua visit_ <https://tinyurl.com/phd32southafrica>

A vacina cubana a ser produzida na Itália na tentativa de resolver o obstáculo de pré-qualificação da OMS* _Cuba-Itália colaboração no COVID-19 avança à medida que memorando para produção de vacinas é assinado entre o Instituto finlay de vacinas e a biotecnologia italiana company_ <https://tinyurl.com/phd32cubaitaly>

Cuba avança na pesquisa do novo tratamento de Alzheimer. Cientistas cubanos anunciaram a próxima etapa de pesquisa sobre neuralCIM, um medicamento neuroprotetor para a doença de Alzheimer e outras formas de demência_ <https://tinyurl.com/phd32cubalalz>

O acesso à cúpula de medicamentos pede uma ação mais decisiva contra a dominação da Big Pharma. Ativistas e acadêmicos discutiram o futuro do movimento de acesso aos medicamentos na Cúpula Global sobre Propriedade Intelectual e Acesso a Medicamentos em Istambul, ao final de Julho_ <https://tinyurl.com/phd32accesstomeds>

Os profissionais de saúde do Brasil prometem salvar a saúde pública no país. Ativistas de todo o Brasil reafirmam a necessidade de garantir recursos para um SUS 100% público. <https://tinyurl.com/phd32b>

A vacinação de crianças no contexto de Covid-19* _Campanhas de vacinação tem enfrentado uma grande queda de intensidade durante a pandemia Covid-19. Em combinação com as taxas crescentes de desnutrição aguda grave, isso está colocando a saúde e a vida de milhões de crianças em risco <https://tinyurl.com/phd32dataspeaks>

People's Health Dispatch - Bulletin #33: Novas licitações para produção farmacêutica pública

Veja no browser: <https://tinyurl.com/peopleshealthdisp33>

O movimento de saúde na Coreia do Sul luta pelo acesso universal aos medicamentos. Sociedade Civil na Coreia do Sul renovou seu compromisso de garantir o acesso universal a medicamentos e à produção farmacêutica pública, baseando-se em décadas de mobilizações. <https://tinyurl.com/phd33skorea>

Cientistas pedem à União Europeia que construa capacidades públicas de produção farmacêutica. Dezenas de cientistas, ativistas da saúde e agentes de saúde na UE estão reunindo apoio para a construção de capacidades públicas para a produção farmacêutica e rompendo laços com a indústria <https://tinyurl.com/phd33eupharma>

O que diz a morte de um jornalista do COVID-19 sobre o sistema de saúde da Croácia? A morte do jornalista Vladimir Matijanić, da Covid-19, levantou questões sobre a adequação do sistema de saúde na Croácia, e também levou a uma nova onda de críticas ao ministro da Saúde Vili Beroš. <https://tinyurl.com/phd33croatia>

"Água é dignidade": Residentes de Jackson, Mississippi sem água potável. A cidade de Jackson, Mississippi precisa de bilhões para consertar seu sistema de água cronicamente quebrado. À medida que os moradores entram no quarto dia da crise hídrica, se negam a soluções temporárias <https://tinyurl.com/phd33jacksonwater>

Enfermeiros no Brasil se mobilizam por piso salarial, organizaram protestos em massa em 9 de setembro, continuando uma mobilização nacional. <https://tinyurl.com/peopleshealthdisp33>

Pílula anticoncepcional como medicamento sem prescrição médica. A Administração de Alimentos e Medicamentos dos EUA recentemente recebeu um pedido para vender uma pílula anticoncepcional como remédio sem prescrição. Trazemos uma visão geral de onde essa opção já foi introduzida <https://tinyurl.com/phd33dataspeaks>

Como o capitalismo filantrópico devasta a saúde global¹¹⁸

Gabriel Brito

Debate na Fiocruz expõe as relações colonizadas presentes na “cooperação internacional” sanitária e aponta alternativa: as relações Sul-Sul, baseadas em troca de conhecimentos e no respeito à autonomia dos países envolvidos. Com esta chamada, Gabriel Brito resume para os leitores do blog **Outra Saúde** o seminário avançado em saúde global e diplomacia da saúde do CRIS sobre cooperação internacional, que reproduzimos para nossos leitores no Cadernos 17.

The poster is for a seminar titled "SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2022". The main theme is "Cooperação Internacional em Saúde na perspectiva do Sul Global". It features six speakers with their names and titles in multiple languages. The event is on Thursday, September 8th, from 10h-12h30 (Rio Time) to 3pm-5:30pm (WAT and CET Time). It includes logos for FIOCRUZ, OPS, and other organizations. The text is presented in Portuguese, Spanish, and English.

SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2022

Cooperação Internacional em Saúde na perspectiva do Sul Global
Cooperación Internacional en Salud desde la perspectiva del Sur Global | International Cooperation in Health from the perspective of the Global South

REGINA UNGERER
CRIS FIOCRUZ
MODERADORA / MODERATOR

XIAOJUN GRACE WANG
DEPUTY DIRECTOR, UNITED NATIONS OFFICE FOR SOUTH-SOUTH COOPERATION (UNOSSC)

MANUEL LAPÃO
DIRETOR DE COOPERAÇÃO DA CPLP

PAOLO BALLADELLI
PROGRAMA SUBREGIONAL PARA AMÉRICA DEL SUR (OPAS)

GODFREY C. XUEREB
DIRETOR, COOPERAÇÃO NACIONAL E SUB-REGIONAL DA OPAS

RUI PEREIRA
EMBAIXADOR
DIRETOR DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)

QUINTA-FEIRA | JUEVES | THURSDAY
8 DE SETEMBRO
8 DE SEPTIEMBRE | SEPTEMBER 8TH

10h-12h30 (RIO TIME)
9am-11:30am (EST TIME)
3pm-5:30pm (WAT and CET TIME)

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS
SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH
TRADUCCIÓN SIMULTÁNEA PORTUGUÉS / ESPAÑOL / INGLÉS

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS

COPATROCINIOS:
OPS
OPAS
HEALTHEQUITY

Na última quinta-feira (8/9), o Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fiocruz promoveu o debate Cooperação Internacional em Saúde na Perspectiva do Sul Global, que juntou pesquisadores da instituição e membros de órgãos internacionais envolvidos na cooperação entre países.

Mediado por Regina Ungerer, médica e pesquisadora do CRIS, o evento online abordou as distintas formas de interação entre os países e pontuou limites da filantropia no setor, algo talvez um pouco distante da realidade brasileira, mas poderosa ferramenta política em países centrais do capitalismo.

Membro da Organização Mundial da Saúde (OMS) e diretor sub-regional para a América do Sul da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Paolo Balladelli fez um enfático alerta a respeito dos perigos do que chamou de “capitalismo filantrópico”. Em sua visão, o fato de os magnatas do planeta contribuírem para a promoção da saúde não significa que devam orientar suas políticas.

“Capitalismo filantrópico’ é uma definição já usada por diversos autores e pode ser uma via para redesenhar a governança na saúde, além de debilitar agências especializadas. Desvia uma agenda pública global e distorce prioridades dos países em desenvolvimento. A

¹¹⁸ Publicado originalmente no blog **Outra Saúde**, em 12/09/2022

generosidade financeira dos doadores pode alterar o equilíbrio do exercício do poder dentro do sistema internacional”, explicou.

Tal compreensão ajuda a elucidar a importância da chamada colaboração sul-sul, eixo da discussão dos especialistas. Enquanto as cooperações norte-sul tradicionalmente significam aportes econômicos sob condicionantes pautadas pelos interesses do mercado, no caso da sul-sul trata-se de intercâmbios mais igualitários entre países que precisam cobrir suas deficiências históricas.

“A cooperação sul-sul não é transferir recursos, mas conhecimentos”, explicou Ruy Pereira, embaixador e diretor da Associação Brasileira de Cooperação. Em sua análise, tal modalidade de interação entre países não deve exportar práticas próprias, mas colaborar de acordo com a especificidade de cada local.

“Estamos na Era de Ouro da filantropia. Calcula-se uma média de US\$ 135 milhões anuais em doações entre 1998 e 2052, só nos EUA. Mas essa é uma tática elegante dos super-ricos para driblar a desregulação estatal e suas ineficiências ou para limpar a imagem das grandes corporações e seus executivos em relação a ações empresariais”, alertou Balladelli.

A ideia da cooperação sul-sul, em linhas gerais, colide com a tradição da dita “cooperação triangular”, na qual uma instituição financia um país ou governo local, mas exige a execução de uma determinada agenda política e econômica. Inevitável não pensar nos financiamentos de FMI ou Banco Mundial, que explicitamente os condicionam à privatização de um determinado ativo público, como uma companhia de água e saneamento.

Diante de tal histórico é que os pesquisadores fazem ressalvas ao capitalismo filantrópico. “A última assembleia da OMS estabeleceu que doações tentem atender objetivos básicos da organização, que se insiram na agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, explicou Balladelli.

“Mas grandes doadores impõem modelo baseado no mercado ao gerirem recursos doados à saúde”, contextualizou o pesquisador, com experiência em trabalhos de cooperação em países da África e América do Sul.

Um dos responsáveis pela eliminação do contágio vertical de HIV (quando a gestante transmite a infecção para a criança) em países do Caribe, Godfrey C. Xuereb, doutor em Saúde Pública, especialista em diplomacia da saúde e responsável pela cooperação sul regional da OPAS, fala da necessidade em dar um passo além: “Queremos influenciar determinantes em saúde, para garanti-la como parte fundamental dos projetos de desenvolvimento social”.

“Informe da Oxfam mostra que as dez maiores corporações do mundo têm mais receitas do que 180 países. Mas a desigualdade só aumenta, de maneira que o crescimento econômico não gera renda para os mais pobres. Devemos fortalecer financiamentos externos a países que precisam de melhorias no sistema de saúde sem impor pré-condições e devemos rever isenções fiscais que comprometam a capacidade de se garantir orçamentos adequados para a saúde”, resumiu Paolo Balladelli.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC



Para destacar a importância da cooperação Sul-Sul e para marcar o dia em 1978, quando a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento adotou o Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA) para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, a AGNU proclamou o dia 12 de setembro como o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

A comemoração desse dia em 2022 foi organizada durante a 11ª EXPO Global de Cooperação Sul-Sul (GSSD EXPO 2022) que começou exatamente no dia 12.

O tema dessa EXPO foi: “Principais Prioridades e Diretrizes Futuras no Avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável da Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente” e o evento foi coorganizado pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), Governo da Tailândia e Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP).

Entre 12 e 14 de setembro, as partes interessadas tiveram a oportunidade de refletir sobre o papel vital da cooperação Sul-Sul e triangular no apoio aos Estados Membros para alcançar a Agenda 2030 e cumprir a Década de Ação, enquanto se recupera efetivamente da

crise global do Covid-19 e e construir sociedades resilientes, sustentáveis, inteligentes e inclusivas.

De acordo com o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, a cooperação Sul-Sul e Triangular é fundamental para que os países em desenvolvimento mitiguem e se adaptem às alterações climáticas, enfrentem a crise global de saúde, incluindo a recuperação da Covid-19, e alcancem todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A cooperação Sul-Sul deve desempenhar um papel cada vez maior na resolução dos nossos desafios comuns.

Os principais subtemas discutidos foram:

- Digitalização e futuro Inteligente
- Abordagens, práticas Sul-Sul, comércio e investimento alinhadas aos ODS
- Papel dos jovens e mulheres, voluntariado e empreendedorismo e parcerias Público-Privadas
- Economia criativa e turismo sustentável
- Recuperação verde, sustentabilidade ambiental e ação climática
- Segurança alimentar e cadeia de suprimentos
- Redução do risco de desastres e mudanças climáticas
- Preparação e resposta a emergências para a Saúde Pública

Mais informações na próxima edição dos Cadernos.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹¹⁹, Nairóbi (UNEP)¹²⁰, Paris (UNESCO)¹²¹, Roma (FAO/IFAD)¹²², Viena (UNIDO)¹²³ e Washington ((G-24)¹²⁴.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

¹¹⁹ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹²⁰ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹²¹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹²² FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹²³ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹²⁴ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Entre os dias 26 de agosto a 12 de setembro, o G-77 e a China participaram de quatro reuniões da AGNU, sendo que três foram referentes à Cúpula do Futuro.

New York, 26 de agosto de 2022

Declaração de encerramento feita pelo Sr Qasim Aziz da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a 5ª sessão da Conferência intergovernamental sobre um instrumento jurídico internacional vinculante na Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas fora da jurisdição nacional

O G-77 e a China agradeceram aos facilitadores na orientação dos trabalhos, que destacaram não ter sido uma tarefa fácil. Agradeceram também ao Fundo Fiduciário Voluntário que permitiu a presença de todos, na convenção.

Mas foram bastante críticos neste pronunciamento em que afirmaram que o Grupo participou da 5ª sessão da IGC com cuidado, determinação e empenho. Destacaram que os preparativos coletivos do Grupo começaram no dia em que encerrou o IGC-4¹²⁵. A maioria e talvez todas as delegações consideraram essas negociações, um verdadeiro desafio. Mas para as delegações do G-77 e a China, o maior grupo de Estados em desenvolvimento nas Nações Unidas, estas negociações exigem transparência, clareza de planejamento, arranjos logísticos adequados às demandas de Estados pequenos ou em desenvolvimento e adaptação de tais negociações à realidade desses países.

Neste sentido, pode-se dizer que a organização do IGC-5 foi um fator retardatário para o progresso do Grupo e que é possível e se deve implementar melhorias através de lições aprendidas, para a retomada da sessão. Como o procedimento legal é forma correta a ser seguida, a criação deste instrumento jurídico internacional crítico foi prejudicada por falhas que esperamos possam ser corrigidas.

Se essas questões não forem devidamente compreendidas, digeridas e resolvidas, as falhas processuais colocarão em risco este instrumento e, por sua vez, comprometerão a possibilidade de ver os objetivos estabelecidos e implementados.

Ressaltamos que o futuro instrumento deve abranger os temas identificados no pacote acordado em 2011 que, desta forma, será devidamente apoiado por nossas delegações. Para tanto, acreditamos firmemente que o princípio do patrimônio comum da humanidade deve orientar e sustentar o novo regime jurídico para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional, incluindo o acesso e compartilhamento dos benefícios dos recursos genéticos marinhos. (MGR).

Este princípio permite uma base legal para um regime justo e equitativo que permitiria a todos os países se beneficiarem do potencial que a biodiversidade marinha representa em termos de segurança alimentar global e prosperidade econômica, e enfrentar os desafios de conservação e uso sustentável de MGRs de áreas além das jurisdições nacionais.

Gostaríamos de nos desculpar por nossa negatividade que imputamos ao cansaço das sessões, mas consideramos o avanço das últimas duas semanas surpreendente. Nossos

¹²⁵ Quarta Sessão da Conferência Intergovernamental (CIG) sobre um instrumento internacional juridicamente vinculativo na Convenção das Nações Unidas instrumento jurídico internacional vinculante na Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas fora da jurisdição nacional

parceiros, finalmente, demonstraram a flexibilidade necessária para seguir a diante. Se essa flexibilidade e abertura para apreciar as necessidades críticas de nossos delegados, em todos os aspectos deste pacote, tivessem ocorrido antes, poderíamos ter visto um acordo finalizado hoje.

Mas o nosso avanço é real. O senso de humanidade compartilhada e a necessidade de que os benefícios fluam de forma justa e equitativa para aqueles que mais necessitam, a fim de garantir seus direitos e garantir suas obrigações, estão mais claros do que nunca e, finalmente, impactando nossos parceiros.

New York, 01 de setembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a consulta informal sobre o projeto revisado de resolução para a Cúpula do Futuro

O G-77 e a China e agradecem os co-facilitadores por acomodarem, até certo ponto, as preocupações e comentários do Grupo.

No entanto, seguem preocupados com o tempo dispensado para as consultas às delegações, pois eles acreditam que não foi concedido tempo suficiente para consultar e negociar dentro do Grupo, bem como para obter instruções dos respectivos Governos.

As consultas informais do dia 01 de setembro foram convocadas praticamente 24 horas depois da divulgação da minuta revisada, o que não permitiu tempo suficiente para consultar e buscar instruções dos governos.

Em segundo lugar, uma vez que, desde o início do processo não foi apresentado o caminho a seguir, o G-77 e a China solicitaram a indulgência dos facilitadores para esclarecer os próximos passos após as consultas desse dia. Ressaltaram que tal clareza é importante para possam se organizar melhor e se engajarem nos temas de forma construtiva.

Desnecessário mencionar que, neste ritmo, existem vários outros processos em andamento e se torna difícil para as delegações menores do G-77 e da China acompanharem todos eles.

Neste informe, o G-77 e a China passaram a identificar as modificações de linguagem e alterações sugeridas por eles.

Não vou citá-las aqui, pois nas declarações seguintes, também sobre o projeto revisado de resolução para a Cúpula do Futuro, o tema está mais detalhado.

Mas vale dizer, que esta Cúpula para o Futuro será de extrema importância para as Nações Unidas e o G-77 e a China têm acompanhado minuciosamente os rascunhos apresentados.

Cúpula para o Futuro será de extrema importância para as Nações Unidas e o G-77 e a China têm acompanhado minuciosamente os rascunhos apresentados.

New York, 07 de setembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a consulta informal sobre o projeto revisado de resolução para a “Cúpula do Futuro”

Em primeiro lugar, o G-77 e a China seguem preocupados com o calendário das consultas. Somos de opinião que deveria ter sido concedido tempo apropriado para as delegações buscarem instruções de seus governos e considerarem cuidadosamente o projeto do documento.

Além disso, como é provável que a Cúpula do Futuro somente ocorrerá em 2024, não vemos a necessidade de apressar o processo da Declaração sobre as Gerações Futuras durante esta próxima sessão da AGNU.

Em segundo lugar, o G-77 e a China haviam feito suas contribuições por escrito para o documento preliminar e ficamos extremamente decepcionados ao ver que a maioria deles não foi incluída neste documento. Somos obrigados a perguntar aos co-facilitadores de que parte foram as contribuições incluídas no documento?

O pilar de desenvolvimento das Nações Unidas está claramente ausente de todo o documento. Não há menção à erradicação da pobreza e ao fim da fome e ao atendimento das necessidades das pessoas e países em situação de vulnerabilidade, promoção do emprego para os jovens e trabalho decente e oportunidades de investimento, apoio aos planos nacionais de desenvolvimento e apoio aos países em desenvolvimento na resposta aos desafios globais.

Também não está claro a remoção, de acordo com o direito internacional, dos obstáculos à plena realização do direito à autodeterminação dos povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira, que continuam a afetar negativamente seu desenvolvimento econômico e social, bem como seu meio ambiente.

Reafirmamos também, de acordo com a Carta das Nações Unidas, a necessidade de respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados.

Terceiro, uma vez que este documento não está sendo negociado com os governos, queremos deixar registrado que ele não pode ser considerado como base para futuras negociações sobre a Declaração sobre as Gerações Futuras. O processo de elaboração da Declaração deve ser negociado com os governos e acordado por consenso antes da Cúpula do Futuro.

Quarto, há falta de clareza e transparência sobre quais contribuições foram levadas em consideração e os critérios e justificativas para isso. Assim, solicitamos aos co-facilitadores que circulem e submetam os vários contributos recebidos por eles para avaliar as diversas perspectivas de todos os parceiros. Isso também permitirá que o G-77 e a China entendam a posição dos vários grupos consultados no processo.

Destacamos que o relatório “Nossa Agenda Comum” não pode ser colocado no mesmo patamar que a Carta das Nações Unidas e a Agenda 2030, que são documentos negociados com os governos. Referir a “Nossa Agenda Comum” como uma estrutura acordada não é apropriado, pois contém um conjunto de recomendações para serem levadas em consideração pelos Estados Membros.

Além disso, prevê-se que a Declaração sobre as Gerações Futuras seja adotada pelos Chefes de Estado ou de Governo como parte do resultado da Cúpula do Futuro proposta. O documento final e o caminho para a Cúpula serão decididos por meio de um processo preparatório intergovernamental que ainda não começou. Assim, esta referência também não é adequada, pois pré-julga o processo preparatório.

O Grupo destaca que é impreciso colocar os Estados-Membros e as partes interessadas em pé de igualdade, uma vez que os Estados-Membros são responsáveis perante os seus cidadãos. O documento carece de referências apropriadas à responsabilidade que os governos têm para garantir que os interesses de seus cidadãos, incluindo as gerações futuras, sejam refletidos em suas tomadas de decisão. Esse elemento deve ser ressaltado, pois os governos continuam sendo responsáveis perante os órgãos decisórios perante seu povo, uma vez que a apropriação nacional continua sendo fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Há também uma referência aos Estados-Membros e partes interessadas 'concordando' com algumas sugestões e propostas. Isso também é impreciso, pois este documento ainda não foi negociado Inter governamentalmente, portanto, nada pode ser dito como 'acordado' neste documento.

Além disso, o grupo recomenda que, além do princípio de equidade e solidariedade intergeracional, também se faça referência aos princípios de multilateralismo, equidade e responsabilidades comuns, mas diferenciadas. O conceito de equidade intrageracional também deve ser aplicado aos nossos problemas de hoje.

O Grupo acredita que a lista das ameaças enfrentadas pelos Estados Membros, não é exaustiva e que as três ameaças globais existentes e descritas não refletem adequadamente as contribuições do Grupo nem representam os únicos desafios que nosso mundo enfrenta.

Também estamos preocupados com a proliferação de novas terminologias, como bem-estar planetário, sustentabilidade planetária e sistemas alimentares globais, para os quais não existe acordo entre os governos. Recomendamos que tais terminologias sejam evitadas.

O Grupo também não vê necessidade de uma referência específica à prevenção de conflitos no espaço exterior. Seria mais adequado manter uma referência geral.

Ressaltamos também que não há referência à defesa do multilateralismo e dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas como pré-requisito para um mundo seguro e pacífico.

Além disso, reiteramos as contribuições do Grupo para que se abstenha de promulgar e aplicar quaisquer medidas unilaterais econômicas, financeiras ou comerciais que não estejam de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas que impeçam a plena realização do desenvolvimento econômico e social, particularmente em países em desenvolvimento.

O Grupo volta a destacar suas preocupações com a seleção de alguns elementos e exclusão de outros, para este documento.

Não há referência em todo o texto ao objetivo primordial da erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, que é uma condição indispensável para o Desenvolvimento Sustentável, como afirma o preâmbulo da própria Agenda 2030. Como destacado anteriormente pelo Grupo, não devemos tentar renegociar documentos de consenso já existentes, mas devemos nos concentrar na implementação dos compromissos existentes. A Agenda 2030 deixa claro que o desenvolvimento sustentável não pode ser realizado sem paz e segurança, e a paz e a segurança estarão em risco sem o desenvolvimento sustentável. A Agenda também reconhece a necessidade de construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas que proporcionem igualdade de acesso à justiça e que

se baseiem no respeito aos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, no estado de direito efetivo e na boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis.

Também é preocupante notar que não há menção ao fim da fome e das doenças ao longo do texto ou ao reconhecimento de que a dignidade da pessoa humana é fundamental, conforme a Agenda 2030.

Também não há clareza na referência aos mecanismos de responsabilização que precisam ser implementados para responsabilizar uns aos outros pelo esforço compartilhado para enfrentar os desafios globais. Acreditamos que eles devam se concentrar em compromissos existentes de longa data, como no campo do financiamento climático e da Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Outros elementos que faltam no documento incluem o fortalecimento da participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais, no estabelecimento de normas e na governança econômica global.

Assim como a consistência do comércio internacional com o princípio de tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, juntamente com maior acesso ao mercado para os países em desenvolvimento para que estes países possam aproveitar do benefício do comércio internacional para o desenvolvimento.

As várias propostas e ideias delineadas neste documento, como a nomeação de um Enviado Especial da ONU para as Gerações Futuras, um Guardião Regional para as Gerações Futuras, *Ombudspersons* para as Gerações Futuras, o redirecionamento do Conselho Tutelar da ONU e a criação de um "Conselho de Administração", as entidades fiscalizadoras superiores, o desenvolvimento de um Índice de Sustentabilidade Intergeracional, um mecanismo de revisão periódica universal, etc., todos requerem um mandato intergovernamental.

Como este documento não está sendo negociado entre os governos, não acreditamos que seja apropriado delinear essas propostas no momento, especialmente porque os detalhes sobre essas propostas, ou quem as apresentou, não foram compartilhados.

O G-77 e a China já alertaram anteriormente que não considera adequado que haja alteração da Carta das Nações Unidas. Solicitamos a eliminação desta parte do documento, como um todo, pois prejudica as negociações para a Cúpula do Futuro.

Reiteramos que este documento não pode servir de base para nossas futuras negociações sobre a Declaração sobre as Gerações Futuras. A Declaração sobre a Geração Futura deve estar pautada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional e pelo pleno respeito a eles como única forma de garantir o bem-estar das gerações futuras.

New York, 08 de setembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Rashid Subhani, Terceiro Secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China em explicação da posição adotada no projeto de resolução intitulado "Modalidades para a Cúpula do Futuro"

O G-77 e a China decidiram aderir ao consenso, neste processo, como uma demonstração de seu compromisso com o multilateralismo e a solidariedade global, no momento em que o mundo enfrenta múltiplas crises e em cascata.

Não obstante, o Grupo manifesta a sua preocupação relativamente ao processo de encaminhamento do projeto.

Não ficou por que as consultas sobre o projeto de resolução foram conduzidas com tanta pressa e sem motivo aparente. Ao longo do processo, o Grupo não teve tempo suficiente para consultar internamente e responder aos prazos apertados impostos.

Até mesmo o procedimento sobre o texto final foi concluído em menos de 24 horas, o que é inédito.

Seria importante ter clareza no processo, com um calendário detalhado para a circulação de minutas e para a realização de reuniões, como é prática padrão. Isso teria permitido que as consultas se desenvolvessem e fossem concluídas de uma maneira melhor.

Deve-se entender que em qualquer negociação, deve ser dado tempo suficiente para que os Estados Membros reflitam sobre o texto, engajem em diálogos, troquem propostas e encontrem compromissos, com a assistência dos co-facilitadores.

Assim, o Grupo também está surpreso com o novo método de negociação pelo qual os co-facilitadores consultaram os Estados Membros e nem mesmo uma única sessão foi organizada pelos co-facilitadores para negociações entre as delegações envolvidas.

Com relação ao texto do projeto de resolução, o Grupo reafirma que o texto destaca que os preparativos para a Cúpula e as negociações sobre seu resultado se darão por meio de um processo intergovernamental, em consonância com a Carta e o Regimento da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Grupo também expressa suas reservas ao se referir ao documento final como “Pacto para o Futuro”, pois este ainda está em fase de consultas.

Finalmente, o Grupo gostaria de deixar registrado que esse tipo de consulta não deve abrir precedente para futuras negociações. Esperamos que haja um caminho claro a seguir em relação à Cúpula, a fim de permitir um envolvimento mais construtivo.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Sem destaque do MNA

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do South Centre

Neste volume 17 dos Cadernos CRIS de 2022, apresento dois trabalhos. Um é um artigo de pesquisa sobre o direito à concorrência e acesso à saúde no Brasil com ênfase no setor farmacêutico que foi publicado em janeiro de 2022, mas em destaque agora no Centro Sul e o outro trabalho publicado na e-newsletter SOUTHVIEWS¹²⁶ também sobre o direito à concorrência e propriedade intelectual e falso litígio no Brasil. Como ambos tratam do mesmo assunto, resolvi coloca-los juntos aqui.

Direito da Concorrência Brasileira e Acesso à Saúde no Brasil: Preços exploratórios no setor farmacêutico

Bruno Braz de Castro

Este estudo tem por objeto analisar as interfaces entre o Direito da Concorrência brasileira e o tema do acesso a medicamentos, com especial atenção aos abusos de direitos de propriedade industrial em seus efeitos excludentes e exploratórios. O trabalho analisa a jurisprudência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) no setor de medicamentos e discute os abusos visando à imposição ilegítima de direitos de propriedade intelectual inexistentes ou inválidos com finalidade anticompetitiva.

Em seguida, aborda os abusos no exercício de direitos de propriedade industrial que sejam, por si, válidos: práticas excludentes, voltadas à elevação artificial de barreiras à entrada, e práticas exploratórias, traduzidas diretamente no exercício de poder de mercado em detrimento do consumidor manifestadas na forma de preços excessivos exploratórios, degradações contratuais, de qualidade ou de privacidade, bem como restrições na oferta como o açambarcamento/impedimento de exploração de direitos de propriedade industrial.

O artigo conclui pela validade e eficácia jurídica da proibição a preços exploratórios pela Lei de Defesa da Concorrência vigente, com certas preocupações metodológicas a fim de minorar o risco de condenações errôneas (como a construção de testes “screening” de mercados-candidatos a intervenção). Em atenção a tais diretrizes, o setor de medicamentos comparece como candidato importante à atenção antitruste, haja visto a magnitude dos prejuízos potencialmente derivados da não-intervenção sobre a prática. Remédios nessa seara, de modo importante, devem focar na identificação e solução dos problemas competitivos estruturais do setor.

Em caso de medicamentos sujeitos à regulação de preços pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), a expertise técnica da autoridade concorrencial poderá ser

¹²⁶ SOUTHVIEWS é um serviço do Centro Sul que oferece opiniões e análises de temas atuais sob a perspectiva do Sul. As opiniões contidas nos artigos são atribuíveis ao(s) autor(es) e não representam as opiniões institucionais do Centro Sul ou de seus Estados Membros

de grande valia em sede de advocacia da concorrência, o que é demonstrado à luz das discussões recentes acerca do reajuste extraordinário de preços em virtude de problemas concorrenciais de determinado mercado.

Para ler esta pesquisa completa, [clique aqui](#)

Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual: Um estudo sobre o caso Eli Lilly sobre “Falso litígio” no Brasil

Pablo Leurquin

As agências de concorrência podem ser as instituições mais bem posicionadas para sancionar certas práticas ilícitas relacionadas a direitos de propriedade intelectual. Este artigo analisa a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Brasil no caso Eli Lilly, em que a empresa foi condenada por uso abusivo do direito de petição (falso litígio) e efeitos anticompetitivos.

O documento examina aspectos gerais da dependência tecnológica no setor farmacêutico brasileiro, apresenta as premissas jurídicas necessárias para compreender a decisão adotada pelo regulador da concorrência e analisa os fundamentos jurídicos da sanção imposta à Eli Lilly.

Este artigo de 10 páginas foi publicado na e-newsletter SOUTHVIEWS nº 240. SOUTHVIEWS é um serviço do Centro Sul que oferece opiniões e análises de temas atuais em uma perspectiva Sul. As opiniões contidas neste artigo são atribuíveis ao(s) autor(es) e não representam as opiniões institucionais do Centro Sul ou de seus Estados Membros.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

G7, G20 e OCDE: os grupos dos mais ricos seguem seus trabalhos no início de setembro

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

A notícia da quinzena não pode ser outra senão o acordo entre os países do G7 e a União Europeia para impor um teto aos preços do petróleo russo. O “oil price cap”, que já vinha sendo discutido pelo grupo das sete economias, é lançado como uma tentativa para finalmente impactar negativamente as receitas da Rússia. Isso, pois de acordo com um documento do Ministério da Economia russo, divulgado pela Reuters, a perspectiva de exportação energética do país para esse ano previa aumento de 38%¹²⁷. Não só o aumento do volume da exportação de petróleo, como também o aumento do preço do gás natural, contribuíram para esse lucro durante a guerra, indo na contramão das sanções.

Objetivando prejudicar a principal fonte de renda da economia russa, e o que financia a guerra, o plano de teto dos preços não vai mudar o cenário para os países do G7 que já estavam avançando nas políticas de redução da importação do petróleo e gás russos. Desde o início da guerra, o fluxo de petróleo bruto e outros produtos relacionados caiu em quase 2,2 milhões de barris por dia para os países do G7, União Europeia e Coreia do Sul, segundo a Agência Internacional de Energia¹²⁸ - o que não obteve grande impacto na economia russa dado o crescimento da exportação para países como China e Índia.

No entanto, o ponto chave desse plano são os serviços logísticos, como transporte e seguro controlados pelos países do G7 (cerca de 90%). Assim, o cenário se altera mais para os países de baixa e média renda de fora do bloco, que vêem a possibilidade de comprar os barris de petróleo russo mais baratos¹²⁹, com um maior poder de barganha. Ou seja, o petróleo russo vai continuar no mercado, no entanto a preços reduzidos. Com duas vertentes, o plano impõe o limite de preço do petróleo bruto, que será implementado a partir de 5 de dezembro, e dos produtos refinados, implementado a partir de 5 de fevereiro de 2023. No entanto, detalhes ainda serão revelados.

Índia e China ainda não manifestaram interesse em participar de uma coalizão de teto dos preços, que é o objetivo do G7. A China foi a maior importadora de petróleo russo nos primeiros 100 dias da invasão da Ucrânia, conforme gráfico abaixo, e a Índia vem se tornando um destaque também. O risco é que grandes importadores continuem comprando, ou aumentem ainda mais o volume de aquisição de petróleo, diante dos preços baixos. A resposta do Kremlin foi de que tal decisão seria “absurda” e que o país não venderia aos países que farão parte dessa coalizão. Para Scholz, em um discurso ainda antes do lançamento do plano, não há

¹²⁷ What is the G7 oil price cap and how will it work?. DW 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/what-is-the-g7-oil-price-cap-and-how-will-it-work/a-63020325>>. Acesso em: 09/09/2022.

¹²⁸ G7 countries agree to cap the price of Russian oil. CNN, 2022. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2022/09/02/business/russia-oil-price-cap-g7-intl-hnk/index.html>>. Acesso em: 09/09/2022.

¹²⁹ Non-G7 nations to benefit without applying Russian oil price cap: US Treasury. S&P Global Commodities Insight, 2022. Disponível em: <<https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/market-insights/latest-news/oil/090922-non-g7-nations-to-benefit-without-applying-russian-oil-price-cap-us-treasury>>. Acesso em: 09/09/2022.

como tomar medidas unilaterais, mas apenas “em estreita cooperação com muitos outros. Caso contrário, não dará em nada” (tradução livre)¹³⁰.

Imagem 1: Maiores importadores de petróleo da Rússia:



Para concluir o informe desta quinzena, no âmbito das mudanças climáticas e esforços para mitigar suas consequências, um estudo divulgado pela Consultoria Oliver Wyman demonstra que as empresas dos países constituintes do G7 não estão cumprindo os objetivos do Acordo de Paris de reduzir as emissões de gases efeito estufa¹³¹. Dentre os objetivos está o de cortar as emissões para limitar o aumento da temperatura do planeta em 2°C e manter o aumento abaixo de 1,5°C. No entanto, o que a análise destaca, é que as empresas das sete maiores economias estão em uma trajetória de aquecimento de 2,7°C¹³². Em novembro, teremos a COP27, no Egito, e os países mais ricos e que deveriam demonstrar exemplo de metas ambiciosas e influenciar com sua liderança nos esforços da crise climática demonstram estar falhando.

G20: Diante de dificuldades e críticas, G20 tenta promover a cooperação para as pautas de clima, transição energética e educação.

A região de Nusa Dua em Bali sediou no período de 29 e 30 de agosto o 3º Encontro de Ministros-Adjuntos do Meio Ambiente e Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática (EDM-

¹³⁰ Ibid. DW 2022.

¹³¹ Davis, J., and Bailey, R. Missing the Mark: 2022 analysis of global CDP temperature ratings. Disponível em: <<https://www.oliverwyman.com/our-expertise/insights/2022/sep/cdp-temperature-ratings.html>>. Acesso em: 10/09/2022.

¹³² G7 company emissions falling short of global climate goal, study shows. Reuters, 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/sustainable-business/g7-company-emissions-falling-short-global-climate-goal-study-shows-2022-09-06/>>. Acesso em 09/09/2022.

CSWG)¹³³. O evento reuniu 211 delegados de países membros do G20, países convidados e organizações internacionais para retomar as discussões promovidas em seus encontros anteriores, além de tratar e negociar objetivos comuns entre seus participantes acerca das três questões prioritárias do grupo: (i) o apoio para uma recuperação global mais sustentável; (ii) a valorização de ações terrestres e marítimas que visem a proteção ambiental e os objetivos climáticos; e (iii) a melhora na mobilização de recursos para o apoio dos objetivos de proteção ambiental e mudança climática.

Como saldo de suas deliberações, as delegações participantes firmaram um documento sobre questões ambientais a fim de influenciar políticas dos países membros do grupo e também as discussões a nível ministerial do G20, pois logo seguinte ao encontro ocorreria a Reunião Conjunta dos Ministros do Meio Ambiente e Clima (JECMM) no dia 31 de agosto¹³⁴. O acordo feito, então, apresenta comprometerimentos sobre quatro pontos-chaves: (i) a redução do impacto da degradação da terra e da seca; (ii) a aprimoração da proteção, conservação e restauração sustentáveis dos ecossistemas terrestres e florestais para reduzir os impactos das mudanças climáticas e a perda de biodiversidade e a destruição da terra; (iii) o aumento da cooperação com várias partes, capacitação, compartilhamento de experiência/aprendizados e elaboração de políticas/acordos multilaterais baseados na natureza e em ecossistemas; e (iv) a redução da poluição e danos ambientais, gestão sustentável de resíduos e de recursos hídricos, controle de detritos marinhos e conservação marinha.

Além disso, ressalta-se também a relevância da água e suas questões relacionadas, como o consumo e gestão sustentáveis da mesma, as problemáticas ligadas à seca e a promoção e intercâmbio de tecnologias e conhecimentos; a participação pública no debate e mudanças de estilo de vida, o fortalecimento do diálogo entre pautas do clima com outros setores de discussão e instituições internacionais, compromissos climáticos já firmados e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Figura 1 – Participantes no 3º Encontro do EDM-CSWG (Fonte: G20)



¹³³ The 3rd EDM-CSWG, Expected to Strengthen Commitment in Environmental Management and Climate Change. **G20**. 29 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-3rd-edm-cswg-expected-to-strengthen-commitment-in-environmental-management-and-climate-change/>> Acesso em: 09 set 2022.

¹³⁴ Pointers of the Minister of Environment and Forestry Press Conference of Joint Environment and Climate Ministers Meeting (JECMM). **G20**. 31 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/pointers-of-the-minister-of-environment-and-forestry-press-conference-of-joint-environment-and-climate-ministers-meeting-jecmm/>> Acesso em: 09 set 2022.

Por conseguinte, o fórum multilateral promovido na Reunião Conjunta dos Ministros do Meio Ambiente e Clima (JECMM) teve como objetivo fomentar maiores debates sobre tais questões prioritárias, buscando estabelecer um acordo mútuo entre as partes presentes sobre metas e compromissos para a mitigação climática, – mesmo que se reconhecesse a existência das dificuldades da negociação devido às tensões geopolíticas e da sensibilidade da temática tratada. O objetivo de produzir tal comunicado, todavia, não foi alcançado, devido a objeções de seus participantes sobre a linguagem utilizada e metas comuns, além das tensões amplificadas pelo contexto do conflito russo-ucraniano¹³⁵.

Com os embaraços e adversidades do processo deliberativo, a reunião conseguiu, por fim, somente formalizar um documento que resume o que foi discutido e os entendimentos acordados: o G20 Chair's Summary Joint Environment and Climate Ministers' Meeting¹³⁶. Isso, contudo, não invisibiliza as críticas e insatisfações sobre a reunião e seus participantes, que destacam a insuficiência em produtos e práticas geradas, o retrocesso em compromissos e pautas já fixados em outros fóruns internacionais e o aumento da sensação de insegurança para a próxima edição da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP27¹³⁷. É o que afirma o presidente da COP26, Alok Sharma, ao dizer que os países do G20 estão retrocedendo nos compromissos que assumiram em Paris e em Glasgow¹³⁸.

Figura 2 – Representante da Delegação Brasileira na JECMM



Fonte: G20, 2022.

¹³⁵ LAMB, Kate; BUDIMAN, Yuddy Cahya. G20 climate talks in Indonesia fail to agree communique. **REUTERS**. 31 ago 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/environment/g20-host-indonesia-urges-cooperation-tackle-global-climate-issues-2022-08-31/>> Acesso em: 09 set 2022.

¹³⁶ G20 Chair's Summary Joint Environment and Climate Ministers' Meeting. G20. 31 ago 2022. Disponível em: <https://g20.org/wp-content/uploads/2022/09/G20_JECMM_Chairs-Summary-2022.pdf> Acesso em: 09 set 2022.

¹³⁷ LAMB, Kate. Some G20 nations "backsliding" on climate targets, says UK envoy. **REUTERS**. 01 set 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/environment/some-g20-nations-backsliding-climate-targets-says-uk-envoy-2022-09-01/>> Acesso em: 09 set 2022.

¹³⁸ Falta de acordo no G20 sobre declaração climática aumenta pessimismo para COP27. **CLIMAINFO**. 02 set 2022. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2022/09/02/falta-de-acordo-no-g20-sobre-declaracao-climatica-aumenta-pessimismo-para-cop27/>> Acesso em: 09 set 2022.

De maneira semelhante, outra negociação frustrada ocorreu na Reunião Ministerial de Transição Energética (ETMM), realizada no começo do mês de setembro. O encontro promoveu diálogos acerca da importância da aceleração da transição energética para uma energia limpa e do fortalecimento do sistema energético global. A presidência do G20 da Indonésia fez um apelo aos membros do bloco para que acelerem esse processo, visto que é considerado peça-chave para atingir a meta de carbono zero e/ou de neutralidade de emissão até 2050. Nas palavras do Ministro da Energia da Indonésia, Arifin Tasrif: “o importante agora é que trabalhem juntos para coordenar políticas, fortalecer a cooperação e garantir que nossa agenda de transição energética avance”. Os Ministros de Energia do G20, por sua vez, pontuaram o papel do investimento como essencial para ampliar os tipos de tecnologia e fortalecer os sistemas de inovação, responsáveis por fornecer soluções limpas, acessíveis, inclusivas e sustentáveis¹³⁹.

No entanto, apesar da concordância sobre a relevância e urgência do tema, a reunião falhou em chegar a um consenso e avançar em resultados mais concretos, o que também impediu a publicação de um comunicado oficial – sobretudo pelos mesmos motivos apontados nos encontros sobre mudanças climáticas¹⁴⁰. Apesar disso, um progresso foi registrado no apoio unânime do G20 ao chamado Bali COMPACT, uma proposta não vinculativa formulada pelo Grupo de Trabalho de Transição Energética (ETWG). O documento contém princípios básicos acordados entre os membros para acelerar a transição energética e servirá como base para guiar os países nesse processo¹⁴¹.

Os três pilares para acelerar a transição, na qual o documento se baseia, são: garantir a acessibilidade à energia, ampliar as tecnologias de energia inteligentes e limpas e promover o financiamento de energia limpa. Ainda, o presidente do ETWG, Yudo Dwinanda Priaadi, relatou que na elaboração dos princípios alguns elementos foram discutidos para a viabilização da transição energética como a não interferência desta no crescimento econômico dos países em desenvolvimento, a necessidade de ser realizada de forma justa, levando em consideração a acessibilidade dos preços, os tipos inclusivos de energia e tecnologia, e a garantia de que ela traga benefícios para todos os grupos comunitários afetados¹⁴².

Por fim, como um saldo positivo da quinzena, ocorreu no início do mês de setembro o quarto e último encontro do Grupo de Trabalho de Educação (EdWG) em Bali, Indonésia. Junto dos membros do G20. A reunião aconteceu em formato híbrido e trouxe como resultado, divulgado em comunicado oficial à imprensa, a apresentação de melhores práticas utilizadas na

¹³⁹ PRESS STATEMENT MINISTER OF ENERGY AND MINERAL RESOURCES REPUBLIC OF INDONESIA AT THE ENERGY TRANSITIONS MINISTERIAL MEETING. **G20**. 02 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/press-statement-minister-of-energy-and-mineral-resources-republic-of-indonesia-at-the-energy-transitions-ministerial-meeting/>> Acesso em 09 set 2022.

¹⁴⁰ Indonesia says G20 meeting fails to agree communicate on adopting cleaner energy. **Reuters**. 02 set 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/indonesia-seeks-g20-buy-in-energy-transition-agenda-2022-09-02/>> Acesso em: 09 set 2022.

¹⁴¹ Energy Transitions Ministerial Meeting: Bali COMPACT accepted by all G20 Members. **G20**. 02 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/energy-transitions-ministerial-meeting-bali-compact-accepted-by-all-g20-members/>>

¹⁴² The 3rd Energy Transitions Working Group at Bali: The Foundation for G20 Energy Transitions Acceleration. **G20**. 01 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-3rd-energy-transitions-working-group-at-bali-the-foundation-for-g20-energy-transitions-acceleration/>> Acesso em: 09 set 2022.

educação, detalhando mais de 150 programas educacionais e estratégias de ensino, assim como o mapeamento dos desafios encontrados no setor¹⁴³.

A dificuldade do cumprimento do direito à qualidade da educação de maneira inclusiva, equitativa e contínua, especialmente em momentos críticos, como pandemias e desastres naturais, foi uma das temáticas mais recorrentes da reunião. Os representantes reforçaram, ainda, a educação enquanto um direito humano fundamental para atingir a paz, tolerância e bem-estar comum da humanidade – em consonância com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, os Ministros da Educação presentes também reforçaram a importância de trazer a voz do G20 para a Cúpula da Educação Transformadora que ocorre ainda neste mês na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Como fruto da participação brasileira no evento, tivemos a inclusão do tópico referente a recuperação das aprendizagens durante o período pós-pandemia¹⁴⁴.

Tais afirmações ficam claras no discurso inicial proferido pelo Ministro da Educação, Cultura, Pesquisa e Tecnologia da Indonésia, Iwan Syahril, que liderou os trabalhos do grupo neste ano. Iwan Syahril, enfatizou a importância de avançar em direção ao cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS4), que trata sobre o acesso a uma educação “inclusiva, equitativa e de qualidade”. O Ministro se utilizou do princípio do “*gotong royong*” como forma de promover e guiar a colaboração global na transformação do setor educacional¹⁴⁵. A expressão, de significado “unidade na diversidade”, dialoga com a mensagem de esforço mútuo para alcançar objetivos comuns que a presidência indonésia tem deixado como legado na sua gestão no bloco.

Em síntese, podemos dizer que ainda que o G20 careça de proatividade e cooperação em muitos de seus eixos temáticos, exemplificado nesta quinzena com o resultado dos eventos sobre mudanças climáticas e transição energética, alguns avanços importantes têm sido alcançados ao longo do ano, principalmente nas áreas da saúde e na educação, que aparentam gerar uma menor politização em suas discussões. No entanto, partindo da premissa estabelecida na Agenda 2030 e como bem demonstrado pela pandemia de coronavírus, para que se alcance um desenvolvimento pleno, todas as agendas devem ser privilegiadas e desenvolvidas com a devida atenção em suas conexões diretas e indiretas. Caso contrário, o objetivo principal da recuperação econômica global ficará cada vez mais distante.

Assim como a saúde é composta de determinantes sociais que afetam positiva ou negativamente diferentes aspectos da vida cotidiana, os campos da economia, da política e de outras áreas caminham conjuntamente e de forma simbiótica. Pressões para uma maior efetividade, portanto, devem continuar rondando o G20, tendo em vista o importante papel e a

¹⁴³ G20 Chair Education Working Group Delivered His Press Statement to Conclude the Education Ministers’ Meeting. **G20**. 03 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-chair-education-working-group-delivered-his-press-statement-to-conclude-the-education-ministers-meeting/>> Acesso em: 09 set 2022.

¹⁴⁴ Brasil participou de Reunião de Ministros da Educação do G20. **Ministério da Educação**. 08 set 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/brasil-participou-de-reuniao-de-ministros-da-educacao-do-g20>> Acesso em 09 set 2022.

¹⁴⁵ The Minister of Education, Culture, Research, and Technology Leads G20 Education Ministerial Meeting by Emphasizing the Importance of Global Gotong Royong. **G20**. 01 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-minister-of-education-culture-research-and-technology-leads-g20-education-ministerial-meeting-by-emphasizing-the-importance-of-global-gotong-royong/>> Acesso em: 09 set 2022.

responsabilidade que as 20 maiores economias do mundo possuem na mobilização de recursos e no cumprimento dos compromissos firmados internacionalmente.

OCDE

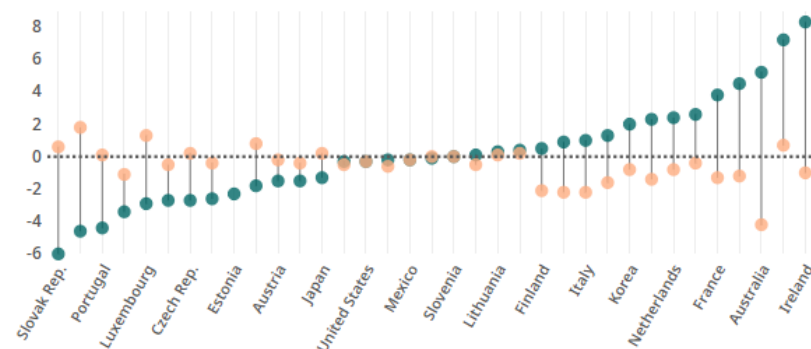
Em 11 de setembro de 2022, o Valor econômico¹⁴⁶ publicou uma notícia preocupante: a OCDE havia previsto uma maior contração salarial no ano de 2022 para seus membros, apesar da escassez de mão de obra em empregos, principalmente os de salários mais baixos, como hotelaria e restaurantes. Em um momento no qual há uma alta inflação, foi projetada uma contração salarial de 6,9% na Grécia, 4,5% na Espanha, 3,1% na Itália, 2,9% no Reino Unido, 2,6% na Alemanha, 2,1% no Canadá, 2% na Austrália, 1,8% na Coreia, 0,6% nos EUA e 0,3% no Japão. Esse efeito de redução do valor de compra dos salários é, para Mathias Cormmann, secretário-geral da OCDE, mais uma das consequências da explosão dos preços de alimentos e energia.

A OCDE¹⁴⁷ vem realizando estudos que mostram uma tensão no mercado de trabalho, com uma taxa estável de desemprego de 4,9% em países da OCDE até julho de 2022, com salários proporcionando um menor potencial de compra, impactando os segmentos de menor renda e os mais jovens.

Change in employment status of young people

% point change, Q1 2019 - Q1 2022

● Employed ● Jobseekers



Young people (aged 15-24 years) only.
Source: OECD (2022), [OECD Employment Outlook 2022](#).

Outra notícia de destaque na mídia brasileira foi sobre a inflação média da OCDE, que vem crescendo tanto que superou a do Brasil no mês de junho, de acordo com Poder 360¹⁴⁸, baseado no relatório publicado pela organização em 06 de setembro de 2022. No comparativo entre a inflação brasileira, aferida através de estudo do IBGE¹⁴⁹ em 10,07 e a inflação da OCDE até julho de 2022, em 10,3%, conforme o relatório publicado pela organização, demonstra o

¹⁴⁶ <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/09/11/ocde-prev-mais-contrao-salarial-neste-ano-apesar-da-escassez-de-mo-de-obra.shtml>, com acesso em 11 de setembro de 2022.

¹⁴⁷ <https://www.oecd.org/employment-outlook/2022/>, com acesso em 11 de setembro de 2022.

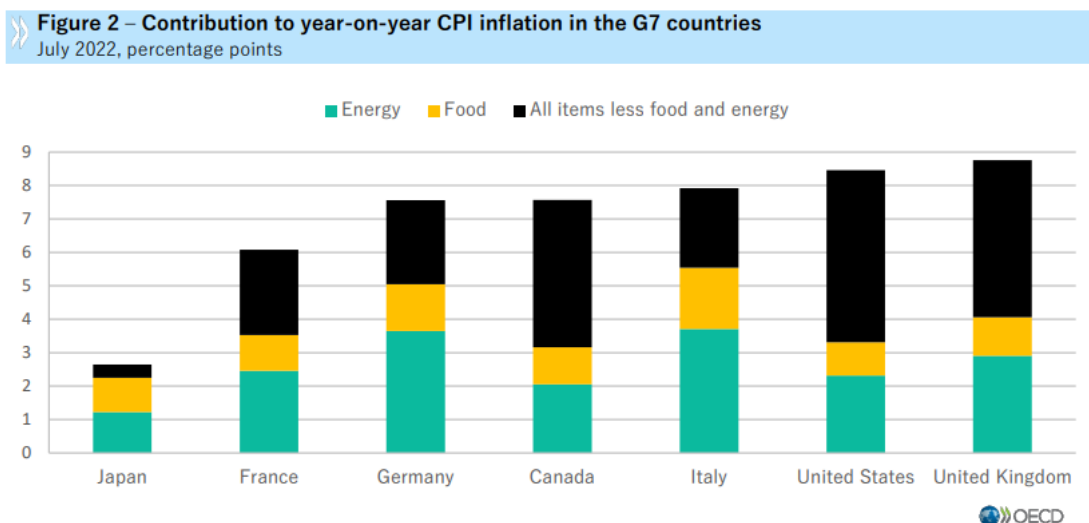
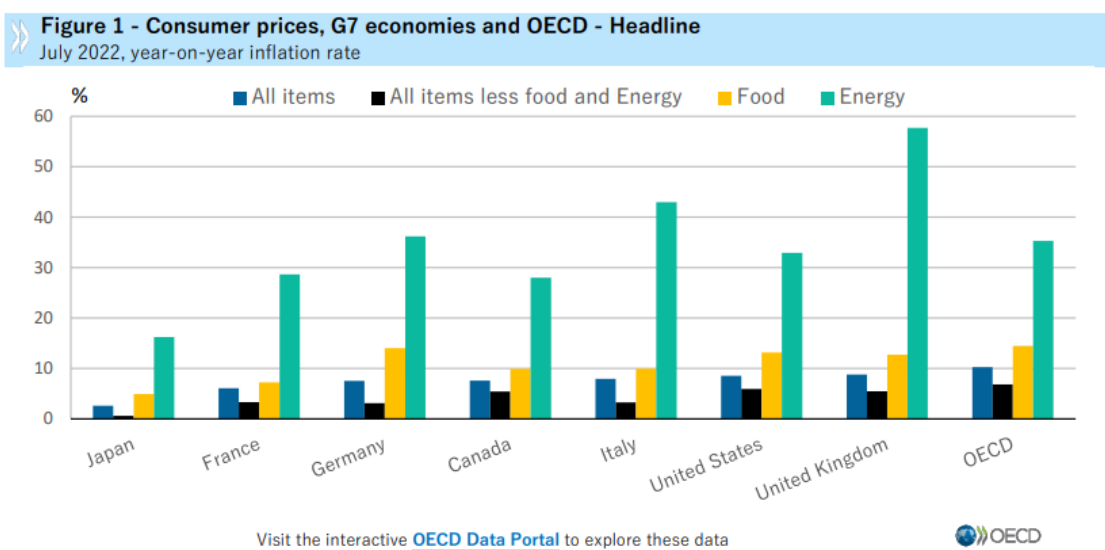
¹⁴⁸ <https://www.poder360.com.br/economia/inflacao-media-da-ocde-supera-a-do-brasil-em-julho/>, com acesso em 11 de setembro de 2022.

¹⁴⁹ <https://static.poder360.com.br/2022/08/inflacao-ibge-deflacao-julho-9ago2022.pdf>, com acesso em 11 de setembro de 2022.

quanto o impacto da crise de preço de alimentos e energia vem sendo sentido na economia dos países integrantes do bloco.

A inflação que vem crescendo em escala mundial é um dos fatores que vêm encolhendo o poder de compra de famílias ao redor do mundo, principalmente as de baixa renda, de forma que há propostas de medidas para amortizar o impacto dos preços de alimentos e energia sobre as famílias.

No gráfico abaixo, podemos ver o comparativo apresentado pela OCDE sobre preços ao consumidor em economias do G7 e da OCDE. Em seguida, na figura 2, há um gráfico demonstrativo sobre a relação entre a alta no preço dos insumos para população e a atual inflação.



Por fim, a OCDE realizou na semana de 11 de setembro um evento para debater sustentabilidade, para promover políticas inovadoras para a subsistência e economia sustentável. Um dos painéis teve um destaque sobre ações de sustentabilidade da agricultura

brasileira¹⁵⁰, apresentando compromissos de aumento de renda do produtor rural, produtividade e segurança alimentar, fortalecimento das práticas de adaptação e mitigação e agricultura digital e ecossistemas de agrobusiness, assim como o plano setorial ABC+, para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária. Esses temas vêm surgindo em um momento no qual o Brasil foi pivô de vários escândalos ambientais, principalmente sobre incêndios no pantanal, cerrado e o assassinato de ambientalistas, como Bruno e Dom. Essa apresentação, realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através de seu secretário de inovação, Cléber Soares, demonstra uma tentativa do atual governo em mitigar os danos à imagem do Brasil e sua produção agropecuária no exterior, principalmente o mercado europeu.

¹⁵⁰<https://www.canalrural.com.br/noticias/agropocket/na-ocde-mapa-apresenta-acoes-de-sustentabilidade/>, com acesso em 11 de setembro de 2022.

BRICS: Acordo de liquidação financeira não-vinculado ao dólar?

Claudia Hoirsch

Ministro das Finanças Russo pede aos BRICS um acordo de liquidação financeira não-vinculado ao US\$



A Rússia foi expulsa do sistema de transferência bancária internacional SWIFT e não pode usar dólares americanos para acertar suas contas. As sanções decorrentes do conflito cortaram a Rússia do sistema financeiro global e de metade de suas reservas de ouro e câmbio, que no mês de abril se situavam em US\$ 600 bi. Em face disso, o ministro das Finanças da Rússia solicitou ao grupo de países do BRICS que evitem o uso do US\$ que é a base do sistema monetário e financeiro internacional existente, realizem parcerias comerciais em suas respectivas moedas e acelerem o uso de moedas nacionais para a realização de diversas operações¹⁵¹.

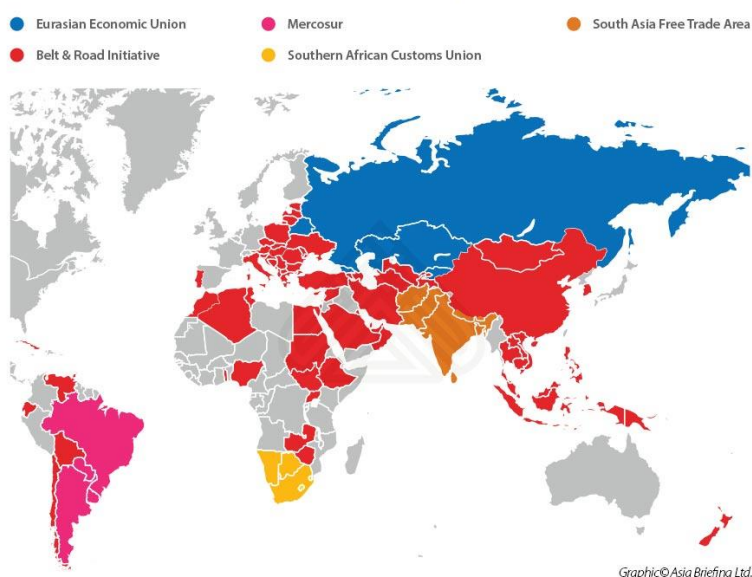
Esses conceitos já haviam sido discutidos antes em nível ministerial dos BRICS. Além disso, o presidente brasileiro se reuniu com Putin pouco antes do conflito com a Ucrânia e assinou acordos comerciais e de investimentos significativos com a Rússia nas áreas de energia e fertilizantes. A Índia já vem discutindo o comércio rupia-rublo com a Rússia, enquanto a China afirmou que o comércio com a Rússia permanecerá normal enquanto vota consistentemente contra a imposição de sanções ocidentais. A África do Sul também tem sido pró-Rússia, criando as condições para que os países do BRICS acordem entre si com o comércio não atrelado ao dólar.

Os países do BRICS têm todas as ferramentas necessárias para mitigar as consequências da crise para suas economias e para a economia global. O comércio intra-BRICS representou 15% de todo o comércio global em 2019 e alguns analistas sugerem que poderá chegar a **50% de todo o comércio**¹⁵² até 2030.

¹⁵¹Exportação-importação, integração de sistemas de pagamento e cartões, criação de um sistema de mensagens financeiras BRICS e o estabelecimento de uma agência independente de classificação dos BRICS.

¹⁵² [The BRICS Nations Are Headed For 50% Of Global GDP By 2030. This Is What It Could Mean For Developing Global Supply Chains & Emerging Consumer Markets. - Silk Road Briefing](#)

Global Free & Preferential Trade Areas Lead By BRICS Member States



Rússia e Índia planejam aceitar mutuamente os cartões de débito e crédito



Caixas eletrônicos e terminais indianos podem em breve começar a aceitar cartões de débito e crédito russos Mir, enquanto a Rússia planeja retribuir e começar a aceitar os cartões RuPay da Índia¹⁵³.

Tanto a Rússia quanto a Índia estão discutindo opções para a implementação mútua de serviços de transferência interbancária, a Interface Unificada de Pagamentos da Índia (UPI) e o Sistema de Mensagens Financeiras do BC Russo (SPFS/2014), a alternativa russa para o SWIFT. Além disso, os dois países continuam as negociações para ampliar o uso de suas moedas nacionais no comércio bilateral e falam em criar uma moeda de reserva dentro do grupo BRICS.

O bloqueio de todos os clientes russos pelos maiores sistemas internacionais de pagamento com cartão tornou imprescindível expandir a geografia dos cartões Mir. As discussões também estão sendo travadas com Egito, China, Azerbaijão, Bahrein, Cuba, Mianmar, Nigéria e Tailândia.

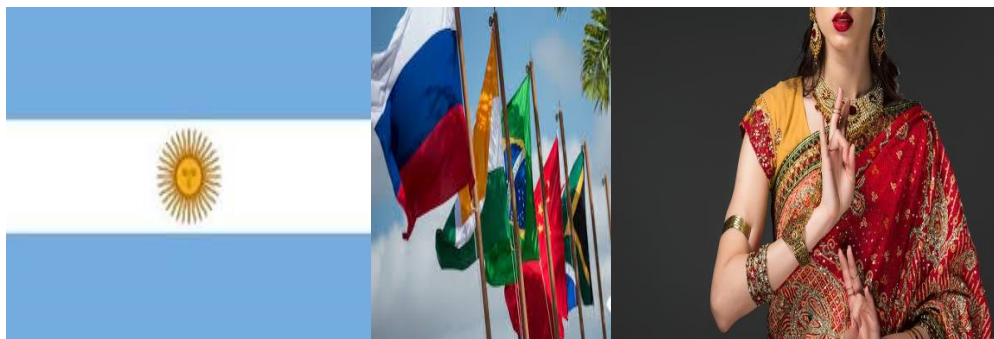
Atualmente, os cartões Mir russos podem ser usados em alguns países e regiões¹⁵⁴.

¹⁵³ Deccan Herald

¹⁵⁴ Armênia, Bielorrússia, Vietnã, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquia, Uzbequistão, Coreia do Sul, Abecásia e Ossétia do Sul.

A Rússia e a Índia também estão negociando um Acordo de Livre Comércio entre a Índia e a União Econômica da Eurásia¹⁵⁵, que inclui a Rússia, a Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão e Quirguistão.

Argentina recebe apoio da Índia para ingressar no Brics



O chanceler argentino, Santiago Cafiero, recebeu dia 26/8 o MRE indiano, Subrahmanyam Jaishankar, que reafirmou o apoio do país à entrada da Argentina¹⁵⁶ no BRICS.

Durante o encontro bilateral que teve como um dos objetivos fortalecer a cooperação e aumentar o comércio e os investimentos, o chanceler indiano ratificou o apoio de seu país para que a Argentina possa incorporar-se aos BRICS e contribuir para fortalecer a defesa dos interesses do mundo em desenvolvimento e do sul global.

Os BRICS representam 24% do PIB mundial e contribuem com 16% das exportações e 15% das importações mundiais de bens e serviços.

O comércio recíproco atingiu um valor recorde de mais de US\$ 5,6 bilhões em 2021, e fez com que a Índia se tornasse o 4º maior parceiro comercial da Argentina no mundo (do ponto de vista do comércio bilateral total), depois de Brasil, China e EUA, além de ser o 4º destino das exportações indianas, e neste ano a troca poderá culminar na casa dos US\$ 7 bilhões.

Cabe lembrar que já existe um vínculo entre a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e Índia, já que o país foi um dos primeiros a iniciar um mecanismo de diálogo com o bloco de 33 países¹⁵⁷.

¹⁵⁵ [Negotiations Underway Between Russia & India Over EAEU Free Trade Agreement - Russia Briefing News \(russia-briefing.com\)](https://www.russia-briefing.com)

¹⁵⁶ [Argentina, Economia em Crise : país sofre com a pobreza herdada de governos populistas - Notícias - R7 JR na TV](#)

¹⁵⁷ [CELAC-august-2022.pdf \(mea.gov.in\)](https://www.mea.gov.in/CELAC-august-2022.pdf)

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Apresentação

Os processos eleitores em curso na América Latina e o Caribe vem trazendo movimentações políticas importantes. Somado a isso, o impacto da pandemia da Covid-19 e as repercussões da guerra na Ucrânia têm prolongado à crise e dificultado a recuperação econômica. Conflitos de interesses se sedimentam na região, motivados por países como Estados Unidos, China e Rússia, que procuram disputam por benefícios das exportações de matérias primas chaves como petróleo, gás natural, minerais, cereais etc.

Por outro lado, a crise global gerada pela guerra da Ucrânia, catalisa e promove oportunidades para alianças e a inserção em foros internacionais, como pode se observar a través da solicitação de ingresso da Argentina nos Brics e o diálogo Econômico de Alto Nível entre México e Estados Unidos, que abordam se no presente relatório.

O cenário eleitoral, depois do triunfo de Boric no Chile, Petros na Colômbia e o possível triunfo de Lula no Brasil, abrem um interrogante sobre quem vai ser o país protagonista que vai liderar a região. No Brasil, tanto o Centro Brasileiro de Relações internacionais (CEBRI), o Centro Fernando Henrique Cardoso, como as declarações de Lula na campanha visam a uma reconstrução da presença de Brasil no cenário latino-americano e sul-americano, supondo uma revigoração do MERCOSUR e convidando o Chile e a Colômbia a grandes projetos e uma negociação com maior autonomia com Estados Unidos e Chile, sem cair na armadilha dos alinhamentos automáticos¹⁵⁸.

Lopez Obrador parece também ter um bom relacionamento com a Casa Branca e o Diálogo Econômico de Alto Nível (DEAN) parece abrir uma janela de oportunidades onde o México coopera com Estados Unidos e impulsiona políticas para América Central, que também é analisado no presente relatório. A pergunta que surge é se o México tem vocação da liderança não só da América Central e se será um “*big player*” na região.

Também o novo cenário, abre oportunidades a novas aproximações como pode se olhar com a retomada do relacionamento entre Colômbia e a Venezuela.

Estes relacionamentos vêm acontecendo em uma região de crescimento muito lento, que não resulta suficiente para superar o desemprego gerado da pandemia. O contexto é de inflação persistente, endividamento e redução das despesas públicas, que traz complicações não só econômicas, mas, principalmente, sociais.

CEPAL: Novo Secretário Executivo José Manuel Salazar-Xirinachs, da Costa Rica

No dia 1º de setembro, o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, anunciou a nomeação do economista José Manuel Salazar-Xirinachs, da Costa Rica, como novo secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Em um comunicado, António Guterres afirmou que, o costarricense, “entusiasta de políticas públicas e desenvolvimento econômico, traz para o cargo uma profunda compreensão

¹⁵⁸ <https://clar.in/3QwhW2u>

do desenvolvimento e um interesse e paixão ao longo da vida pela análise, design, implementação e avaliação de políticas para promover o desenvolvimento econômico, social e político”.

José Manuel Salazar sucederá a diplomata Alicia Bárcena Ibarra, do México, que em 31 de março encerrou sua gestão de quase 14 anos à frente da Comissão regional, e a quem o Secretário-Geral da ONU agradeceu profundamente seu empenho e dedicação à serviço das Nações Unidas.

Na comunicação pública, António Guterres agradeceu também a Mario Cimoli, Secretário Executivo Adjunto da CEPAL, que continuará a exercer as funções de Secretário Executivo Interino até à posse do Sr. Salazar.

José Manuel Salazar possui mestrado em Economia do Desenvolvimento e doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge e bacharelado em Economia pela Universidade da Costa Rica. Foi Diretor Regional para América Latina e Caribe da Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre 2015 e 2018. Ingressou na OIT em 2005 como Diretor Executivo do Setor de Emprego e atuou como Diretor Geral Adjunto de Políticas de 2013 a 2015.

A nomeação do novo Secretário Executivo gerou ruído dentro da CEPAL, pois o Secretário em exercício Mario Cimoli parecia haver expectativa de continuar no cargo. Embora a CEPAL seja um organismo especializado na área de economia e desenvolvimento e Cimoli ter uma longa trajetória no mesmo, a lógica que prevalece é a das relações internacionais. À luz das negociações diplomáticas, mesmo quando a chancelaria argentina se articulava, a chancelaria costarriquenha parece ter sido mais efetiva em suas negociações ao impor seu candidato.

Diálogo Econômico de Alto Nível entre Estados Unidos e México

No dia 12 de setembro, o Presidente Lopez Obrador de México se reunirá com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken, no meio a desavenças porque o México não tem cumprido o Tratado de Livre Comércio com Estados Unidos e Canadá. Durante sua estada no México, Blinken também se reunirá bilateralmente com o secretário de Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard¹⁵⁹.

A Segunda Reunião do Diálogo Econômico de Alto Nível avaliará os avanços as estratégias econômicas e comerciais entre ambos os países. Um dos temas sob negociação é a soberania energética de México. Estados Unidos tem manifestado seu mal-estar ante a política de Lopez Obrador em matéria energética, que aparentemente não honra os compromissos do tratado tri nacional do Livre Comércio T-MEC.

¹⁵⁹ <https://www.state.gov/secretary-blinken-to-travel-to-mexico-to-co-chair-the-2022-u-s-mexico-high-level-economic-dialogue/>

O Diálogo Econômico de Alto Nível (DEAN)¹⁶⁰ entre o México e Estados Unidos¹⁶¹ baseia-se em quatro pilares:

I. Reconstruir Juntos: O México e os Estados Unidos trabalharão juntos para manter um ambiente econômico e comercial estável que permita o florescimento de esquemas de produção conjunta. Especificamente para fortalecer as cadeias de suprimentos para ter infraestrutura de fronteira moderna e eficiente.

II. Promover o desenvolvimento econômico e social sustentável no sul do México e na América Central: buscando oportunidades complementares e colaborativas para melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio da geração de empregos e oportunidades econômicas, promovendo o investimento na região. Um dos Projetos é o “Facilitação Comercial, Desenvolvimento Econômico e Investimento entre o México e os países centro-americanos do Triângulo Norte”, elaborado pelo CIDE com o apoio do Banco de Desenvolvimento da América Latina.

III. Garantindo as ferramentas para a prosperidade: cientes de que o futuro da economia contém um componente digital central e comprometidos com uma sociedade mais inclusiva, México e Estados Unidos colaboram em questões relacionadas à harmonização regulatória e técnica, promovendo a inovação digital e no desenvolvimento e uso de novas tecnologias de informação, comunicação, redes, telecomunicações, infraestrutura, entre outros.

IV Investir em Nossa Gente: O objetivo da DEAN é a prosperidade de nossos povos, incluindo grupos relegados como mulheres, comunidades indígenas, jovens e população LGBTQ, promovendo sua participação na economia.

Em entrevista coletiva, López Obrador disse sobre a questão energética que a eletricidade já é uma questão superada e que há um tom diferente em uma carta¹⁶² que Biden enviou, que reafirma o respeito à soberania mexicana. Da mesma forma, o presidente López Obrador afirmou: “Aproveito esta oportunidade para lhe dizer que não vou me referir a esse assunto, vou falar sobre a paz no mundo, vou falar sobre a posição do México sobre a Rússia e a Ucrânia, a posição das Nações Unidas para alcançar a paz”.

O Sistema De Saúde Pública Mesoamericano promove um Fórum Virtual Especial De Apresentação de Candidatos de Países Mesoamericanos à Direção da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)

¹⁶⁰ A DEAN é uma plataforma diplomática estratégica e flexível para os Estados Unidos e o México promoverem prioridades econômicas, comerciais e sociais compartilhadas. Os copresidentes dos EUA são o Departamento de Estado, o Departamento de Comércio e o Escritório do Representante de Comércio dos EUA. Com o objetivo de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, a competitividade global e a redução da pobreza e da desigualdade, a DEAN está organizada em torno de quatro pilares centrais: Reconstruir juntos, Promover o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social sustentável no sul do México e América Central, Garantir as ferramentas para a prosperidade futura e Investindo em nosso pessoal.

¹⁶¹ <https://www.gob.mx/se/es/articulos/dialogo-economico-de-alto-nivel-dean-entre-mexico-y-estados-unidos-282209?idiom=es>

¹⁶² <https://www.infobae.com/america/mexico/2022/09/12/amlo-ya-no-hablara-de-politica-energetica-tras-carta-de-joe-biden-hay-un-tono-distinto-una-actitud-de-respeto/>

O Projeto de Integração e Desenvolvimento Mesoamericano busca dar um esforço renovado à questão da saúde, na área de desenvolvimento social, por meio do Sistema Público de Saúde Mesoamericano (SMSP). O SMSP é a plataforma para dar uma resposta eficaz e atempada às necessidades de saúde da região. Os países da região que participam do SMSP são os países da América Central, Colômbia e México.

A SMSP proverá um fórum no dia 21 de setembro, no qual participarão os candidatos da Colômbia: Fernando Ruiz, Dr. Camilo Alleyne do Panamá e Dra. Nadine Flora Gasman Zylbermann do México

ORAS-CONHU: apoia e coordena ações de prevenção e controle de casos de varíola na região andina¹⁶³

As Autoridades Nacionais de Saúde reuniram-se para informar sobre a situação sanitária em cada país, trocar informações sobre vigilância epidemiológica e outras ações.

Diante do aumento de casos de varíola que colocam em risco a saúde da população, a Organização Andina vem apoiando e coordenando ações de prevenção e controle com o objetivo de fortalecer a resposta sanitária em coordenação com as equipes técnicas dos Ministérios da Saúde dos países andinos.

Isso foi destacado pela Secretária Executiva do ORAS-CONHU, María del Carmen Calle Dávila, durante a Reunião com Autoridades Sanitárias Nacionais, realizada em 2 de setembro de 2022, com o objetivo de atualizar a situação sanitária de cada país, trocando informações sobre vigilância epidemiológica e conhecer os resultados das estratégias de saúde implementadas.

Calle Dávila especificou que é importante coordenar com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) a aquisição de vacinas, por meio do Fundo Rotativo, e realizar processos que justifiquem a entrada da vacina, levando em consideração a legislação, cadeia de frio, entre outros aspectos técnicos.

Também propôs que, uma vez que os países andinos tenham as vacinas, se estabeleçam acordos para a realização de jornadas binacionais de vacinação em áreas de fronteira: “Devemos continuar a fortalecer o diagnóstico rápido e o acompanhamento dos casos para proteger a população em risco e os profissionais de saúde. A resposta deve se concentrar na educação, comunicação e participação das comunidades em risco, conforme recomendado pela OPAS”, afirmou.

Sobre os números, ele informou que quatro países das Américas (Estados Unidos, Brasil, Canadá e Peru) apresentam 95% dos casos confirmados e, além disso, estão entre os 10 países com maior número de casos confirmados no mundo. Ela também detalhou que sete países da região relataram 49 casos confirmados em menores de 18 anos (Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru).

Situação de cada país

Peru

Durante seu discurso, o diretor da Direção Geral de Intervenções Estratégicas em Saúde Pública do Ministério da Saúde do Peru, Alexis Holguín Ruiz, informou que os casos aumentaram

¹⁶³<https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-apoia-y-coordina-acciones-para-prevenir-y-controlar-los-casos-de-la-viruela-simica-en-la>

para 1.546 casos até o momento. Para tanto, os serviços de saúde estão preparados para o diagnóstico oportuno e gestão de casos, e foi implementado um plano de comunicação para promover a prevenção na população, com ênfase nos públicos de alto risco.

O representante do Peru informou que foi aprovado um Plano para Fechar as Lacunas do Esquema Nacional de Vacinação para proteger a população de doenças imunopreveníveis, por meio de quatro jornadas de vacinação que serão realizadas no restante deste ano. Para isso, serão utilizadas táticas de vacinação domiciliar, brigadas móveis, varreduras de vacinação em serviços de saúde com horário estendido. Além disso, será dada ênfase à vacinação contra a poliomielite na população infantil, uma vez que existem cerca de 271.030 menores susceptíveis de contrair a poliomielite.

Em relação à Covid-19, Holguín Ruiz informou que o Peru publicou uma norma técnica de saúde para o manejo de adultos com condições pós-Covid-19, conhecida como "Long Covid", que será aplicada em unidades de saúde públicas e privadas.

Bolívia

A representante do Ministério da Saúde e Esportes da Bolívia, Mayra Espinoza, informou que os casos confirmados de Monkeypox aumentaram para 86, sendo os homens de 20 a 39 anos os mais afetados. Além disso, três pacientes recuperaram a saúde e nenhum caso de morte foi registrado.

Sobre a Covid-19, informou que publicaram uma resolução do Conselho para flexibilizar o uso facultativo da máscara em espaços públicos abertos. No entanto, as outras medidas de biossegurança ainda estão em vigor para prevenir casos.

Equador

Por sua vez, a especialista da Direção Nacional de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde Pública do Equador, Jimena Castillo, informou que os casos de Monkeypox aumentaram para 51. Ela explicou que 10 pacientes receberam alta e infelizmente uma pessoa, com comorbidade de HIV/AIDS, morreu.

Em relação à vacinação contra a Covid-19, destacou que se atingiu 87% de cobertura com a primeira dose, 84% com a segunda dose e 50% com a terceira dose ou reforço, aplicando um total de 37.478.313 doses em toda a população de 14.677.711 equatorianos.

Venezuela

Por fim, o representante do Ministério do Poder Popular para o Saúde da Venezuela, Manuel García, informou que apenas três casos confirmados de Monkeypox foram registrados. No entanto, mais de 250 casos suspeitos foram investigados.

Em relação à Covid-19, ele especificou que houve um aumento de casos, mas a taxa de mortalidade diminuiu graças à eficácia da vacinação com a dose do esquema completo.

Na parte final da reunião, a Secretária Executivo do ORAS-CONHU anunciou que na próxima semana terá início a formulação do Plano Estratégico Institucional para 2030, que ficará a cargo do Comitê de Coordenação Técnica, formado pelos chefes dos Escritórios de Cooperação Internacional dos Ministérios da Saúde dos países andinos.

O referido documento será apresentado à Reunião de Ministros da Saúde da Área Andina (REMSAA) para aprovação. A reunião de cúpula acontecerá no dia 25 de novembro na cidade de Lima, no Peru, e deverá ser presencial.

Curso de Planejamento Formação e Tomada de Decisões da ORAS-CONHU

O Organismo Andino de Saúde iniciou o curso de formação, juntamente com o Compenhagen Institute for Futures Studies and Movement Health, com o objetivo de gerar um sensibilizar tomadores de decisões sobre a importância da formação das equipes profissionais com uma visão holística e realista do futuro da saúde como pilar da sociedade.

O curso que vai se desenvolver em quatro sessões é dirigido a 25 profissionais do ORAS/CONHU e dos Estados parte.

Na primeira sessão, realizada em 9 de setembro, abordou-se o futuro da saúde, as grandes oportunidades e retos da saúde como pilar do desenvolvimento e bem-estar. A saúde como investimento e a economia da saúde.

Mercosul: Reunião da Comissão Coordenadora Regional do Mercosul Educacional

Em 29 de agosto, foi realizada virtualmente uma nova reunião da Comissão Coordenadora Regional (CCR) do Setor de Educação do MERCOSUL, no âmbito da Presidência Pro Tempore do Uruguai.

Durante o encontro, trabalhou-se na coordenação e pactuação de ações conjuntas em matéria educacional, aprofundando as políticas de integração e cooperação regional.

Estiveram presentes os países membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e os países associados: Chile, Colômbia e Peru; e foi chefiada pelo Diretor Nacional de Educação, Gonzalo Baroni, pela Diretora de Cooperação Internacional e Projetos do MEC, Agustina Cabrera, e pelo Diretor de Relações Internacionais e Cooperação da ANEP, Héctor Goñi.

Argentina solicitou formalmente sua entrada no bloco BRICS¹⁶⁴

No início do mês de setembro, a Argentina solicitou formalmente sua inclusão no grupo BRICS. O presidente Alberto Fernández enviou uma carta ao seu homólogo chinês, Xi Jinping, que ocupa a presidência Pro Tempore do fórum que une China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. A Argentina, juntamente com o Irã, já havia solicitado o ingresso de pleno direito no BRICS na cúpula virtual de líderes organizada pelo presidente chinês, Xi Jinping, em 24 de junho. Uma declaração conjunta após a reunião dos líderes estabeleceu que seriam realizadas mais discussões sobre o “processo de expansão do BRICS”.

Durante uma apresentação na uma cúpula, Alberto Fernández havia manifestado a intenção da Argentina de se juntar ao bloco que representa quase metade da população global e contribuiu com 50% para o crescimento do produto bruto mundial nos últimos anos.

Durante seu discurso, Vaca Narvaja reafirmou que, para o governo argentino, o bloco BRICS é “uma excelente alternativa de cooperação diante de uma ordem mundial que se mostra criada por e em benefício de poucos”. Nesse sentido, ele estava convicto da oportunidade histórica que o bloco abre para “o desenvolvimento de uma verdadeira estratégia conjunta entre seus países parceiros frente a esse complexo cenário global.

¹⁶⁴ <https://www.pagina12.com.ar/480184-argentina-solicito-formalmente-su-ingreso-al-bloque-de-los-b>

No evento, a Argentina foi elogiada como líder mundial na produção de alimentos e com potencial energético que os membros dos BRICS consideram como fator chave para a transição para fontes de energia limpa. No plano político, destacou-se que este ano a Argentina foi escolhida por todos os membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) para exercer a Presidência Pro Tempore, o que consideram um sinal de liderança no plano político regional.

Em agosto, o Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa havia informado que a Argentina havia sido formalmente incluída na lista para entrar no seletivo grupo. Da mesma forma, a chancelaria argentina anunciou na semana passada que o chanceler indiano, Subrahmanyam Jaishankar, havia manifestado o total apoio de seu país à inclusão da Argentina neste grupo.

Em declarações à imprensa local, Vaca Narvaja parabenizou a China e o Partido Comunista em particular por ocuparem com sucesso a presidência rotativa dos Brics este ano e avaliou que “é claro que a estabilidade macroeconômica mundial e o crescimento econômico passam e passarão cada vez mais por este grupo de países”.

Sobre este aspecto, mencionou que “o Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics, do qual meu país iniciou o processo de incorporação formal, é sem dúvida a institucionalização de uma nova ordem mundial e a primeira alternativa real ao sistema atlântico de governança financeira global, que tão muitos problemas que gerou para todos os países emergentes. Devemos construir nosso próprio sistema que não condicione nem aplique sanções de qualquer tipo aos nossos países”.

Vaca Narvaja afirmou que “os países emergentes foram historicamente negligenciados nas organizações internacionais. O fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento é um passo decisivo para formar uma nova arquitetura financeira baseada na produção e no desenvolvimento. A proposta de usar nossas próprias moedas para investimento e comércio desempenhará um papel determinante na economia mundial”.

Retomada das relações diplomáticas entre Colômbia e Venezuela¹⁶⁵

Colômbia e Venezuela reiniciam suas relações diplomáticas após três anos da ruptura de Maduro com Bogotá por suas divergências com Iván Duque, e poucas semanas depois de Gustavo Petro se tornar o novo presidente da Colômbia. Após um longo caminho de divergências, o embaixador nomeado pelo governo colombiano na Venezuela, Armando Benedetti, foi recebido pelo presidente Nicolás Maduro no Palácio Miraflores, em Caracas.

O rápido encontro durou cerca meia hora e foi relatado que “falaram da urgência de restabelecer os laços de amizade, mas de forma organizada para que fosse um sucesso.”.

No domingo, o ex-chanceler venezuelano Félix Plasencia, nomeado por Nicolás Maduro para ser o novo embaixador venezuelano na Colômbia, chegou a Bogotá.

Colômbia e Venezuela, que compartilham uma fronteira de 2.219 quilômetros, não mantêm relações diplomáticas desde que foram rompidas em 23 de fevereiro de 2019 por ordem de Maduro em meio a uma escalada de tensões com seu colega colombiano na época, Iván Duque, pelo apoio de este adversário Juan Guaidó.

¹⁶⁵ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-62710607>

Foram quase quatro anos sem relacionamentos. O impacto tem sido enorme. O que durante décadas foi uma relação complementar, crucial na vida de milhões de pessoas, foi interrompida por mais de três anos pelo embate entre Maduro e Duque.

Em meio à pandemia, sem comunicação entre Bogotá e Caracas e com o fechamento do trânsito, todos os problemas do vasto e caótico território compartilhado pelos países se aprofundaram: mais estradas ilegais, mais crimes e mais confrontos entre grupos armados.

Além disso, milhões de colombianos e venezuelanos que fizeram suas vidas em ambos os lados da fronteira viram suas vidas cotidianas - ir à escola, seus pequenos negócios, suas relações familiares - distorcidas como nunca antes.

A restauração das relações é uma medida importante, mas é possível que ainda leve tempo e trabalho para que as coisas voltem à normalidade.

Muitos escritórios consulares foram saqueados, empresas tiveram que fechar e relações comerciais estabelecidas há anos tiveram que ser suspensas. O restabelecimento do vínculo, quando ambos os países enfrentam fortes desafios econômicos, não parece que será fácil.

Chile: ganha o “rechazo” à Nova Constituição¹⁶⁶

No dia 4 de setembro, quase oito dos treze milhões de chilenos foram às urnas e se manifestaram esmagadoramente contra o projeto de uma nova constituição que foi debatido durante um ano em um colegiado de 155 membros, com paridade entre homens e mulheres e 17 vagas reservadas aos povos indígenas. A esquerda tinha a maioria dos membros da Convenção e os partidos políticos tradicionais foram amplamente superados pelos candidatos “independentes”.¹⁶⁷

Nos últimos três anos, os chilenos lutaram para traçar um novo rumo para seu país com uma nova Constituição, escrita do zero, que teria transformado sua sociedade e concedido mais direitos do que qualquer documento fundador anterior.

As mudanças propostas queriam transformar um dos países mais conservadores da América Latina em uma das sociedades mais esquerdistas do mundo, mas os chilenos decidiram que a proposta foi longe demais. O resultado desse processo foi um anteprojeto de Constituição que faria parte do que vem sendo chamado de Novo Constitucionalismo Latino-Americano: extensas declarações de direitos, reivindicações de identidade para os povos indígenas, ênfase especial nas agendas ambiental, feminista e de diversidade sexual. Gabriel Boric tornou-se o presidente mais jovem do Chile há oito meses com a mesma agenda e plenamente identificado com o processo de refundação que foi expresso na Assembleia Constituinte.¹⁶⁸

Mas, por enquanto, o Chile manterá o mesmo sistema de leis enraizado na cruel ditadura do general Augusto Pinochet, que governou de 1973 a 1990.¹⁶⁹ Os eleitores chilenos rejeitaram uma proposta de 170 páginas e 388 artigos que legalizaria o aborto, instituiria assistência médica universal, exigiria paridade de gênero no governo, dar maior autonomia aos

¹⁶⁶ <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-en-dialogo-regional-para-crear-sinergias-por-el-fortalecimiento-del-diagnostico-de>

¹⁶⁷ <https://www.nytimes.com/es/2022/09/04/espanol/chile-plebiscito-rechazo.html>

¹⁶⁸ idem

¹⁶⁹ <https://www.infobae.com/america/opinion/2022/09/08/que-representa-el-rechazo-chileno-para-america-latina/>

povos indígenas, empoderar sindicatos, fortalecer as regulamentações sobre mineração e garantir direitos à natureza e aos animais.

A nova Carta proposta teria consagrado mais de 100 direitos, mais do que qualquer outra constituição do mundo, incluindo o direito à moradia, educação, ar puro, água, alimentação, saúde, acesso à internet, benefícios de aposentadoria, aconselhamento jurídico gratuito e cuidados do “nascimento à morte”.

E teria eliminado o Senado, fortalecido os governos regionais e permitido que os presidentes chilenos concorressem a um segundo mandato consecutivo.

O texto inclui compromissos para lutar contra a mudança climática e proteger o direito dos chilenos de escolher sua própria identidade "em todas as suas dimensões e manifestações, incluindo características sexuais, identidades e expressões de gênero, nome e orientações afetivas de sexo."¹⁷⁰

A ambição da proposta constitucional e seu viés decididamente esquerdista desencorajou muitos chilenos, incluindo muitos dos que votaram para substituir a atual Carta Magna. Havia uma incerteza generalizada sobre suas implicações e custos, incerteza em parte alimentada por informações enganosas: alegava-se que o documento teria proibido a casa própria e que o aborto seria legal no nono mês de gravidez.

Em uma mensagem à nação após o resultado das votações, o presidente Gabriel Boric disse que a partir da semana seguinte se reuniria com líderes do Congresso para iniciar um novo processo para reescrever a Constituição.¹⁷¹

“Esta decisão dos chilenos e das chilenas exige que nossas instituições e atores políticos trabalhem mais, com mais diálogo, com mais respeito e afeto, até chegarmos a uma proposta que interprete a todos nós”, disse Boric, líder de esquerda. apostando que a nova Constituição lhe permitiria realizar sua visão do país. “Como presidente da república, recebo esta mensagem com muita humildade”, acrescentou. “Você tem que ouvir a voz do povo.”

Como entender que esse projeto político foi rejeitado em todos os territórios do país e que as áreas mais pobres do Chile eram justamente aquelas em que a diferença entre aprovação e rejeição é ainda maior? Se as constituições são filhas de seus tempos, esse resultado também é evidência de novos tempos que não correspondem a esse projeto de constituição?¹⁷²

Equador dará anistia imigratória a milhares de imigrantes venezuelanos

No dia 1º de setembro, Equador iniciou um processo de regularização em massa para imigrantes estrangeiros indocumentados que não possuem visto ou direito legal de permanecer no país. Essa anistia, que durará ao menos um ano, abre as portas para que milhares de famílias normalizem sua situação. Estima-se que no próximo ano a vida de cerca de 325.000 migrantes em situação irregular no Equador mudará substancialmente.

Após um registro migratório, quem obtiver visto e quiser permanecer permanentemente no Equador poderá finalmente optar por um cartão. Fontes do governo afirmam que este documento dará acesso a alguns serviços básicos que não podem ser

¹⁷⁰ <https://www.nytimes.com/es/2022/09/04/espanol/chile-plebiscito-rechazo.html>

¹⁷¹ <https://www.infobae.com/america/opinion/2022/09/08/que-representa-el-rechazo-chileno-para-america-latina/>

¹⁷² idem

processados com passaporte. É o caso de matricular crianças na escola ou abrir uma conta bancária. A nova medida permitirá a inclusão social e econômica no Equador.

A maioria dos beneficiários será uma grande parte dos 500.000 migrantes e refugiados venezuelanos que vivem no Equador em agosto de 2022, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Mais de 62% desse número oficial estão em situação irregular.

Nos últimos anos, o Equador tornou-se um país de trânsito para outros países sul-americanos –como Peru, Chile ou mesmo Argentina – para os venezuelanos que deixaram o país fugindo da grave crise econômica. Mas muitos outros decidiram começar uma nova vida na nação andina.

“O objetivo desta anistia é saber que estrangeiros temos aqui no território, que atividades estão realizando para fazer uma política pública de mobilidade humana”, explicou o subsecretário de Migração, Richard Karolys.

Esta é a segunda vez que o Equador inicia um processo com essas características. A primeira foi em 2019, quando foram emitidos vistos temporários por motivos humanitários para cerca de 57.500 venezuelanos, segundo dados do Itamaraty.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg

União Africana/CDC África

O CDC África, em colaboração com a UNICEF, OMS e outros intervenientes chave, através do programa *Saving Lives and Livelihoods* em parceria com a Mastercard Foundation, estão a organizar um workshop continental para gestores no Programa Alargado de Imunização, para acompanhar o progresso no sentido de atingir a meta de 70% de vacinação até ao final de 2022, ao mesmo tempo que se atinge os grupos mais vulneráveis e se reforça os sistemas de saúde dos países e a imunização de rotina.

Este seminário constituirá uma oportunidade para aprender as melhores práticas e partilhar experiências entre os Estados-Membros com o apoio de peritos do CDC, UNICEF, OMS e outros parceiros. O evento irá também identificar oportunidades de mudança continental de políticas e estratégias para acelerar a expansão da vacinação Covid-19, com enfoque na obtenção de uma cobertura a 100% entre grupos de alto risco, e para recuperar, se não ultrapassar, a cobertura de vacinação de rotina pré-pandémica.

Apesar dos progressos recentes na cobertura global da vacina Covid-19, a África continua a registar a menor taxa de utilização da vacina Covid-19, com 22,1% de pessoas totalmente vacinadas em comparação com outras regiões a nível global. A maioria dos países tem uma cobertura inferior a 20% - em comparação com uma média global de 60%. Além disso, na maioria dos países africanos onde existem dados disponíveis, a cobertura da vacinação Covid-19 entre a população altamente prioritária, incluindo trabalhadores de saúde, idosos, adultos, e crianças com comorbilidade, continua a ser baixa.

Os Estados-Membros da União Africana estão a enfrentar vários desafios ao lançamento da vacinação Covid-19, incluindo, entre outros, a limitada mão-de-obra de saúde para implementar estratégias de vacinação aceleradas dentro de um sistema de saúde já tenso e a baixa aceitação da vacinação, particularmente entre os grupos mais vulneráveis devido a uma baixa percepção de risco sobre a doença na maioria das comunidades, à medida que as hospitalizações e as mortes despencaram.

De acordo com a UNICEF e a OMS, a pandemia fez recuar grosseiramente a vacinação infantil no continente. Quase 12 milhões de crianças em África falharam a vacinação em 2021 e tornaram-se vulneráveis a doenças preveníveis por vacinação. A cobertura do serviço de imunização essencial diminuiu em todas as regiões da União Africana entre 2019 e 2021. Isto resultou das perturbações associadas à pandemia, para além das tensões nos sistemas de saúde devido aos esforços de vacinação da Covid-19. Este é o maior recuo nas vacinações infantis em décadas.

O seminário continental reunirá delegados (ou seja, gestores nacionais dos Programas de Vacinação Covid-19 e gestores nacionais do PAV) representando todos os 55 Estados-Membros da União Africana e parceiros para fazer o balanço dos progressos da vacinação COVID-19, partilhar experiências para ultrapassar estrangulamentos críticos no sentido de uma cobertura de 70% até ao final de 2022, reforçando ao mesmo tempo os sistemas de saúde dos

países e a imunização de rotina. O evento está agendado para 6-8 de setembro de 2022 na Comissão da União Africana em Adis Abeba.¹⁷³

Até ao fecho desta edição, nos canais oficiais do CDC África ainda não foram divulgadas as principais conclusões desse seminário continental. Voltaremos a este assunto nos nossos próximos informes.

Nações Unidas/UNECA

Vera Songwe renunciou ao cargo de Secretária Executiva da UNECA a partir de 1º de setembro, após cinco (5) anos de serviço dedicado à Comissão e aos seus Estados-Membros. Ao anunciar a sua decisão de se demitir durante uma reunião no dia 22 de agosto, ela agradeceu ao pessoal da UNECA pelo seu espírito de equipa e apoio recebido durante o seu mandato.

Sob a sua liderança, a UNECA desempenhou um papel fundamental na promoção da Zona de Comércio Livre Continental (AfCFTA) a nível nacional, sub-regional e continental; na defesa de recursos adequados para financiar as iniciativas de recuperação da Covid-19 em África; na promoção de parcerias público-privadas; e na promoção da produção local para assegurar o crescimento económico sustentável e reduzir a volatilidade do crescimento em África.

Numa nota de despedida ao pessoal a 31 de agosto, Songwe disse que tinha "*o prazer de transmitir a decisão do Secretário-Geral de designar Antonio Pedro (Secretário Executivo Adjunto da UNECA responsável pelo Apoio ao Programa) como Secretário Executivo Interino, a partir de 1º de setembro, até nova ordem*". Instou o pessoal a estender o seu total apoio ao novo interino¹⁷⁴.

Especialistas recomendam assegurar o progresso de África em matéria de ODS e Agenda 2063

Na reunião do Grupo de Peritos para validar o Relatório de Desenvolvimento Sustentável de África 2022, os Estados-Membros reuniram-se em Windhoek, na Namíbia, para analisar os progressos e desafios do continente no cumprimento da Agenda 2063 da União Africana e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A reunião foi organizada pela Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) em parceria com a União Africana, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Contra a tripla ameaça da Covid-19, as alterações climáticas e a guerra na Ucrânia que inverteram os ganhos obtidos com estes objetivos, o Representante Residente do PNUD explicou que essa reunião foi uma oportunidade de reformular a narrativa africana para alavancar o abundante capital natural e humano que o continente tem e que o presente relatório fornece a base para a mudança.

Os peritos analisaram as principais conclusões ao longo de cada um dos cinco ODS selecionados, que são os Objetivos 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Género), 14 (Vida

¹⁷³<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-and-partners-mobilize-national-epi-managers-and-other-stakeholders-to-accelerate-covid-19-vaccination-in-africa/>

¹⁷⁴<https://www.uneca.org/stories/vera-songwe-steps-down-as-eca-executive-secretary>

na Água), 15 (Vida na Terra) e 17 (Parcerias para os Objectivos) e fizeram uma série de recomendações para elevar a qualidade e o alcance do relatório.

As recomendações dos Estados-Membros incluíram a partilha de informação sobre as melhores práticas de outros países que estão a fazer progressos. Exemplos como os partilhados pelo Director para a cooperação multilateral do Ministério das Relações Internacionais e Cooperação, ao abrir a reunião, referiu-se ao progresso da própria Namíbia - o seu projeto de hidrogénio verde que começará a produzir a partir de 2026. A redução das emissões de gases com efeito de estufa [através da utilização de hidrogénio verde] está em conformidade com o compromisso da Namíbia de reduzir as emissões de carbono em 91% até 2030, com vista ao cumprimento do ODS 13 sobre a ação climática, do Acordo de Paris, e do objetivo 7 da Agenda 2063 de África.

Os Estados-Membros também deram contributos para o desenvolvimento de instituições fortes para impulsionar estas agendas, assegurando que a qualidade dos dados e o processo de recolha são robustos, e encontrando soluções inovadoras para a mobilização de recursos nacionais. Bartholomew Armah, o chefe da Secção de Planeamento do Desenvolvimento da Divisão de Macroeconomia e Governação da UNECA também sublinhou a importância de "*planejamento baseado em provas que informariam o desenvolvimento e implementação de políticas para alcançar os ODS*".

Durante a reunião, Djamel Ghrib, Director de Desenvolvimento Económico, Integração e Comércio da União Africana, observou que a sua organização Africana está a planejar o próximo plano decenal da Agenda 2063, pelo que é oportuno realizar esta reunião a fim de alimentar esse processo.

O relatório de 2022 sobre o Desenvolvimento Sustentável Africano - o único relatório para acompanhar os progressos tanto dos ODS globais como da própria Agenda 2063 de África, será agora finalizado, tendo em conta as recomendações partilhadas pelos peritos. O relatório final será lançado a 9 de dezembro de 2022, na Conferência Económica Africana nas Maurícias.¹⁷⁵

TOKYO INTERNATIONAL CONFERENCE ON AFRICAN DEVELOPMENT (TICAD)

A TICAD foi iniciada em 1993, com a primeira conferência (TICAD 1) organizada pelo Governo do Japão. A partir de então, as sucessivas conferências foram coorganizadas pelo Japão, Nações Unidas, PNUD, Banco Mundial e a União Africana.

A TICAD é um fórum aberto e inclusivo que reúne países africanos, seus parceiros de desenvolvimento, organizações internacionais e regionais, países financiadores ou doadores, o setor privado e as organizações da sociedade civil, todos eles com interesse no desenvolvimento de África. A TICAD tem por finalidade:

- Promover o diálogo político de alto nível entre lideranças africanas e seus parceiros sobre áreas referentes ao crescimento econômico, comércio e investimento, desenvolvimento sustentável, segurança e governança;
- Integrar as prioridades do continente africano nas agendas de cooperação internacional de parceiros e doadores;

¹⁷⁵<https://www.uneca.org/stories/experts-make-recommendations-to-secure-africa%E2%80%99s-progress-on-sdgs-and-agenda-2063>

- Mobilizar apoios para iniciativas de desenvolvimento da África;
- Definir diretrizes básicas e integradas sobre o desenvolvimento do continente;
- Promover a cooperação entre Ásia e África focada no desenvolvimento.

Inicialmente, as conferências foram realizadas no Japão de 5 em 5 anos até 2013, quando passaram a ser convocadas trienalmente e, desde 2016, alternadamente no Japão e em África.

Referente a 2022, a Tunísia é o segundo país africano a acolher esse fórum (TICAD 8), depois do Quênia em 2016 (TICAD 6).

Do ponto de histórico, as primeiras cúpulas foram essencialmente de Governo a Governo (G2G). As discussões focaram-se em muitas questões como as do desenvolvimento, da governação, estratégias, políticas, bem como parcerias nos campos económico, social e de segurança.

A seguir apresentamos sucintamente as 8 TICAD e as respetivas temáticas abordadas:

TICAD 1 (Tóquio, 5 a 6 de outubro de 1993)

A primeira conferência prometeu inverter o declínio da ajuda ao desenvolvimento destinada à África que se tinha seguido ao fim da Guerra Fria.

TICAD 2 (Tóquio, 19 a 20 de outubro de 1998)

Esta conferência teve como tema principal os desafios do desenvolvimento, a redução da pobreza e a integração de África na economia global.

TICAD 3 (Tóquio, 29 de setembro a 1º de outubro de 2003)

A cúpula comprometeu-se explicitamente a apoiar a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África da União Africana (NEPAD), bem como o desenvolvimento e crescimento socioeconómico de África.

TICAD 4 (Yokohama, 28 a 30 de maio de 2008)

Centrou-se em 3 prioridades: (a) crescimento económico; (b) segurança humana; (c) questões ambientais, em particular, as alterações climáticas.

TICAD 5 (Yokohama, 1º a 3 de junho de 2013)

Esta conferência celebrou o 20º aniversário deste fórum e o 50º aniversário de Organização da Unidade Africana.

TICAD 6 (Nairobi, 27 a 28 de agosto de 2016)

Foi a primeira conferência realizada no continente africano, em Nairobi, Quênia. Foi também a primeira conferência realizada após a decisão de se organizar a TICAD de 3 em 3 anos.

TICAD 7 (Yokohama, 27 a 30 de agosto de 2019)

Esta 7ª conferência reconheceu, pela primeira vez, o setor privado como parceiro oficial do fórum.

8ª edição da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD8)

Tunísia, 27-28 de agosto de 2022

Os trabalhos da 8ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD 8) começaram no dia 27 de agosto no Palácio da Convenção em Tunis, com a presença do Presidente da República, Kais Saïed, e do Primeiro-Ministro japonês Fumio Kishida (por videoconferência) e de 20 Chefes de Estado e de Governo africanos.

Sessenta e seis (66) delegações oficiais representando 48 países (ministros das finanças, da economia e comércio e corpo diplomático) estiveram presentes juntamente com organizações regionais e internacionais, sociedade civil e 120 jornalistas.

Esta edição de dois dias identificou formas de construir resiliência e alcançar inclusão e abundância em África no contexto da pandemia da Covid-19, do aquecimento global e do estado da situação na Ucrânia. O evento procurou promover um diálogo político de alto nível entre líderes africanos e parceiros de desenvolvimento e aproveitar o apoio às iniciativas africanas numa tentativa de assegurar um desenvolvimento autossustentados.

A Presidente da Comissão da União Africana (CUA), Moussa Faki Mahamat, apelou à necessidade de reforçar e melhorar a cooperação entre o Japão e os países africanos que enfrentam vários desafios relacionados com as alterações climáticas, a saúde, a luta contra o desemprego juvenil e a segurança alimentar.

Falando na abertura do evento o responsável da União Africana recordou que o Japão anunciou a atribuição de 30 bilhões de dólares americanos a África. "*A cooperação entre o Japão e os países africanos continua a ser crucial, especialmente desde que o Japão concedeu, nos últimos anos, 500 milhões de dólares para infraestruturas e desenvolvimento da produção de cereais nos países africanos*", disse ele.

Por sua vez, a Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas e Presidente do Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Amina Mohamed, salientou a importância da cooperação técnica do Japão com os países africanos, o que permitirá a esses países alcançar a autossuficiência alimentar. Recordando a riqueza do continente africano em termos de recursos humanos e naturais, ela reafirmou a importância de investir na juventude e nas mulheres através de programas de financiamento e de empoderamento.

Por seu lado, o Diretor dos Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Achim Steiner, apelou à reflexão sobre modos de investimento conjuntos entre o Japão e a organização das Nações Unidas, a fim de acompanhar e apoiar o desenvolvimento sustentável dos países africanos em vários sectores, em particular a saúde, a agricultura, as energias renováveis e o digital.

A Declaração de Túnis emitida no final da 8ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD-8) estabeleceu três pilares da cooperação:

- conseguir uma transformação estrutural para o crescimento económico sustentável e o desenvolvimento social;
- lançar as bases para uma sociedade resiliente e sustentável;
- assegurar uma paz e estabilidade sustentáveis.

A Declaração foi assinada pelos Chefes de Estado e de Governo, pelos Estados-Membros da União Africana e pelas delegações do Japão, juntamente com representantes dos

coorganizadores da TICAD, nomeadamente as Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial e a Comissão da União Africana (CUA), reunidos em Tunes, República da Tunísia, a 27-28 de agosto de 2022, para a Oitava Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD 8). O documento sublinha a urgência e a importância da integração, da solidariedade e do "investimento nas pessoas" que reforçarão o potencial significativo da África como força motriz do crescimento global. Todas as partes que participaram nos trabalhos da TICAD 8 expressaram o seu empenho em continuar a promover o desenvolvimento de África, defendendo a cooperação internacional sob os princípios orientadores da apropriação africana, parceria internacional, inclusividade e abertura.

A Declaração de Túnis também salientou que *"o papel da TICAD evoluirá à medida que a África se esforçar por realizar as suas aspirações de desenvolvimento previstas na Agenda 2063 e por construir economias resilientes que atraiam mais investimento privado e à medida que a comunidade internacional se concentrar cada vez mais no potencial e nas necessidades de crescimento da África"*.

Para os participantes na TICAD 8, a pandemia da Covid-19 teve impactos económicos, políticos, ambientais e sociais sem precedentes a nível mundial. Como a comunidade global testemunhou a crise de segurança humana provocada pela pandemia, o conceito de segurança humana precisa de ser defendido mais do que nunca. A pandemia recordou-nos o valor das "pessoas" às quais o processo TICAD atribui grande importância.

Os participantes renovaram *"o seu compromisso de trabalharem em conjunto para manter a paz e a estabilidade internacionais com base no princípio de que a peça central da ordem internacional é o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas, e o respeito pela soberania e integridade territorial de todos os países"*. Salientaram também que *todos os países devem procurar a resolução pacífica de disputas em conformidade com o direito internacional"*.

A Declaração de Túnis reafirma a importância da parceria entre o Japão e a África para encorajar o investimento, promover a inovação do sector privado através do incentivo à colaboração entre empresas japonesas e africanas e à transferência de tecnologia.

A Declaração também colocou ênfase na necessidade de fortalecer o desenvolvimento dos recursos humanos industriais, a fim de acelerar a transformação estrutural para um crescimento inclusivo e sustentável em África e os seus esforços para alcançar a Agenda 2063 e os ODS, superando ao mesmo tempo desafios como o aumento dos preços dos alimentos e da energia. O documento reafirma o empenho de todas as partes em colaborar com os países africanos na construção de uma sociedade resistente e sustentável em África, caracterizada pela segurança humana e pela consecução da Agenda 2063 da União Africana e dos ODS¹⁷⁶.

À margem da Conferência, Adam Wiess, Diretor do Programa de Erradicação da Dracunculose (Vermes da Guiné) do [The Carter Center](#), Salim S. Abdool Karim e a sua colega de equipe, Quarraicha Abdool Karim, dois pesquisadores do *Centre for the AIDS Programme of Research in South Africa (CAPRISA)*, foram distinguidos com o prémio [Hideyo Nogushi Africa Prize](#) (100 milhões de yens, um pouco mais de 700.000 USD).

¹⁷⁶<https://www.ticad8.tn/post/75/ticad-8-tunis-declaration-calls-for-structural-transformation-of-growth-and-ensuring-stability-in-africa>

Esse prêmio foi criado em 2006 pelo Governo do Japão em honra do Dr. Hideyo Noguchi (1876-1928), um notável cientista e médico japonês que no início do século XX, na época em que as doenças infecciosas estavam em fúria, dedicou a sua vida à pesquisa bacteriológica e morreu enquanto estudava a febre amarela em África.

Este prêmio é internacional destinado a promover a pesquisa médica fundamental, a pesquisa clínica, e os serviços assistenciais para África, e para homenagear personalidades e organizações dedicadas ao enfrentamento de desafios contínuos comuns do mundo no combate às doenças infecciosas, contribuindo assim para a saúde e bem-estar dos africanos e de toda a humanidade¹⁷⁷.

Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico (OEACP)

A OEACP, em colaboração com o Governo de Angola, acolherá a 10ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo em Luanda, de 6 a 10 de dezembro de 2022. Sob o lema: "**3 Continentes, 3 Oceanos, 1 Destino Comum**": construir uma OEACP resistente e sustentável", a 10ª Cúpula vai marcar a primeira reunião presencial de Chefes de Estado e de Governo desde a entrada em vigor do Acordo revisto de Georgetown em abril de 2020, a mudança de liderança no Secretariado e o surto da pandemia da Covid-19.

A Cúpula será precedida por um Fórum Empresarial, que abordará questões relacionadas com o comércio entre os Estados-Membros e parceiros-chave; um Fórum de Mulheres sobre a Economia Azul; e um Fórum da Juventude que se centrará na importância da Segurança Rodoviária. Um novo aditamento na preparação da Cúpula, o Fórum da Diáspora, facilitará um intercâmbio sobre tópicos-chave para o desenvolvimento sustentável dos 79 Estados-Membros da OEACP.

Recorde-se que a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo é o órgão supremo da Organização e define a sua diretriz política geral. Desde 1997, os Chefes de Estado e de Governo têm-se reunido regularmente para estabelecer as orientações gerais da política geral e dar ao Conselho de Ministros instruções relacionadas com a sua implementação. A Cúpula é presidida pelo Chefe de Estado ou de Governo do país anfitrião e organizada por uma mesa composta pelos Presidentes *pro tempore*, o cessante e o próximo.

A 9ª Cúpula realizou-se em dezembro de 2019 em Nairobi, no Quênia - o Presidente do Quênia será, portanto, o cessante da próxima Cúpula. Angola, como anfitriã, será a Presidente *pro tempore* da 10ª Cúpula¹⁷⁸.

COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DE ÁFRICA CENTRAL (CEEAC)

Posição comum e roteiro para o acesso universal à saúde

No âmbito da implementação do Roteiro do mandato do atual Presidente *pro tempore* do CEEAC, o Presidente da RDC, Felix Antoine Tshisekedi Tshilombo, sob os temas da Educação, Saúde e Cultura, e a convite do Embaixador Gilberto da Piedade Verissimo, Presidente da Comunidade Económica dos Estados da África Central, realizou-se no fim de agosto, por videoconferência, uma consulta regional pelos responsáveis de saúde pública dos Estados-

¹⁷⁷ <https://www.ticad8.tn/post/77/ticad8-japanese-hideyo-noguchi-prize-awarded-to-two-south-african-researchers-and-carter-centre-programme>

¹⁷⁸ <http://www.acp.int/content/10th-summit-oacps-heads-state-and-government-take-place-luanda-angola>

Estados-Membros sobre a importância de acelerar o progresso para a cobertura universal da saúde para melhorar a qualidade de vida na região até 2030 com a participação de parceiros.

Esta reunião virtual foi presidida pelo Ministro da Saúde, Higiene e Prevenção da República Democrática do Congo, que é também Presidente da Reunião de Ministros da Saúde da CEEAC do ano em curso.

No seu discurso, a Comissária responsável pelo Departamento de Promoção do Género, Desenvolvimento Humano e Social, em nome do Presidente da Comissão da CEEAC, lembrou que os Estados-Membros, que ainda têm elevadas taxas de mortalidade materna e infantil, enfrentam numerosos desafios de saúde, entre os quais se destacam as ameaças de doenças emergentes e reemergentes e uma elevada prevalência de endemias mortais como a malária, a tuberculose e o HIV Aids, entre outras. É por esta razão que a CEEAC fez da SAÚDE uma PRIORIDADE, daí a organização de uma série de encontros regionais sobre diferentes temas para procurar soluções adequadas aos vários desafios de saúde, a aceleração da operacionalização da Organização Centro Africana de Saúde (OSAC/OCAS) para a coordenação de ações conjuntas regionais de saúde, acompanhamento regular da implementação do Projecto de Reforço dos Sistemas de Vigilância das Doenças na África Central (REDISSE IV) nos cinco Estados-Membros beneficiários, o desenvolvimento de estratégias de saúde regionais, entre outras questões. Ao concluir o seu discurso, deu a justificação e o enquadramento para a organização de intercâmbios sobre os desafios comuns encontrados no âmbito da Cobertura Universal da Saúde com vista a um posicionamento regional comum destinado a acelerar a consequente mobilização de recursos para o financiamento do acesso à saúde de qualidade nessa comunidade até 2030.

O Coordenador do Centro Colaborador Regional do CDC África, nas suas observações, disse que muitos países ainda enfrentam elevados níveis de mortalidade infantil e materna, a desnutrição é demasiado comum e a maioria dos sistemas de saúde não são capazes de lidar eficazmente com epidemias e o fardo crescente de doenças crónicas e que esses desafios exigem compromissos renovados e progressos acelerados para a cobertura universal com base no princípio de que todos recebem os serviços de saúde necessários sem dificuldades financeiras. Ele reiterou a disponibilidade do CDC África para colaborar e acompanhar a CEEAC na implementação desse Roteiro.

O discurso oficial de abertura foi proferido pelo Ministro da Saúde, Higiene e Prevenção da República Democrática do Congo (RDC). Anunciou que mesmo que alguns países estejam a fazer progressos relativamente aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de alcançar a Cobertura da Saúde até 2030, metade da população mundial ainda não tem acesso aos serviços de saúde de que necessita, especialmente na sub-região da África Central. Observou também que apesar das múltiplas e sucessivas epidemias que o seu país tem enfrentado, o seu sistema de saúde sofreu várias reformas e adaptações, com o objetivo de promover a equidade no acesso à cobertura médica básica em benefício dos pobres e dos mais vulneráveis, o que tem contribuído para a melhoria do estado de saúde dos cidadãos.

O Coordenador da Unidade de Coordenação e Gestão do Projecto REDISSE IV - fez uma apresentação sobre os principais desafios à Cobertura Universal de Saúde em África, que segundo a OMS consiste em assegurar que todas as pessoas e todas as comunidades beneficiem dos serviços de saúde de que necessitam sem enfrentarem dificuldades financeiras.

Por sua vez, os participantes fizeram suas apresentações sobre a situação da Cobertura Universal de Saúde nos diferentes Estados-Membros.

No final das apresentações e intercâmbios, os participantes constataram que os Estados-Membros fizeram poucos progressos e que ainda há muito a fazer para atingir os do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à cobertura universal da saúde. Os recursos humanos em saúde continuam insuficientes, os custos dos serviços de saúde são demasiado elevados para as famílias, os serviços de saúde primários continuam inacessíveis, especialmente para os vulneráveis, o número de infraestruturas continua insuficiente, o financiamento continua baixo, a maioria da população ainda não beneficia de um seguro de saúde obrigatório, entre outros desafios.

Para enfrentar os desafios, os participantes fizeram as seguintes recomendações:

Aos **Estados-Estados-Membros**: (a) desenvolver planos de ação a curto e médio prazo para a implementação de ações concretas para aumentar o financiamento da saúde a fim de alcançar o objetivo da cobertura universal da saúde; (b) mobilizar todos os atores nacionais (sociedade civil, sector privado) para defender um aumento de financiamento nacional da saúde, tal como recomendado na Declaração de Abuja, para atribuir 15% do orçamento nacional ao sector da saúde; (c) acelerar a informatização dos sistemas de informação sanitária para obtenção de dados de saúde fiáveis.

À **Comissão da CEEAC**: (a) organizar uma reunião de Ministros da Saúde para adoptar uma posição comum e um roteiro para a cobertura universal da saúde; (b) criar mecanismo sub-regional de defesa e angariação de fundos para aumentar o nível de financiamento da saúde com vista a melhorar a oferta de cuidados de saúde no âmbito da operacionalização da Organização Centro Africana de Saúde (OSAC/OCAS); (c) organizar uma conferência de doadores para mobilizar recursos adicionais de parceiros para o financiamento de iniciativas regionais de saúde; (e) criar uma comissão para defender com os Estados-Membros o aumento do nível de financiamento interno para a saúde da população.

Aos **parceiros** para fornecerem apoios técnico e financeiro para atividades destinadas a alcançar o objetivo de cobertura universal.

Os peritos dos Estados-Membros discutiram e adoptaram o Projeto de Posição Comum para acelerar o progresso da cobertura universal com um Roteiro e recomendaram que estes documentos fossem apresentados aos Ministros para validação na próxima reunião de Ministros da Saúde, agendada para novembro próximo¹⁷⁹.

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

SADC PPDF aprova 20,2 milhões de dólares para preparação de 12 projetos regionais¹⁸⁰

O Secretariado da SADC aprovou um total de US\$ 20,2 milhões para a preparação de 12 projetos regionais que abrangem os setores de energia, transporte e água. Espera-se que estes projetos possam gerar pelo menos US\$ 3 bilhões em investimento em infraestrutura, empreendedorismo, finanças, construção, fornecimento de equipamentos, tecnologia em toda a cadeia de valor.

¹⁷⁹<https://ceeac-eccas.org/programmes/les-responsables-de-sante-publique-des-pays-membres-de-la-ceeac-proposent-un-positionnement-commun-et-une-feuille-de-route-pour-accelerer-les-progres-vers-la-couverture-sanitaire-universelle-dan/>

¹⁸⁰<https://www.sadc.int/latest-news/sadc-ppdf-approves-us202-million-preparation-12-regional-projects>

Os projetos aprovados pelo PPDF, serão financiados pela União Europeia (UE) e pelo Banco KfW da Alemanha. Entre eles, destaca-se o projeto de Estação de captação de Águas Residuais das Maurícias e Estação de Tratamento de Águas Residuais; Projeto de interligação eléctrica MOZISA entre Moçambique, África do Sul e Zimbabué; Projetos [África Green Co](#) (todos os Estados Membros da SADC); Projeto de Abastecimento de Água e Saneamento de Kazungula (Zâmbia); Lomahasha Namaacha Cross (Eswatini e Moçambique); e Desenvolvimento de Diretrizes e Padrões para Projetos de Energia Renovável, incluindo uma estratégia de financiamento e incentivo nas Maurícias.

A expansão planejada das instalações de produção de energia na Região precisa de uma forte rede de transmissão para poder suprir a carga adicional. Espera-se que os projetos de transmissão aprovados pelo PPDF removam os estrangulamentos no sistema de transmissão do Grupo [Southern African Power Pool](#) (SAPP) de modo a aumentar a capacidade de rotação e melhorar o comércio entre os Estados Membros. Todas as linhas de transmissão irão acelerar o crescimento econômico e industrial com vista a integração regional e geração de posto de trabalho. O SAPP irá manter igualmente contatos com várias agências e bancos de desenvolvimento para garantir o financiamento multilateral de projetos e atividades, que incluem capacitação, assistência técnica e financiamento preparatório de projetos na região da SADC.

O PPDF está a apoiar o secretariado a SADC a implementar o [Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais da SADC](#) (RIDMP), que visa promover e melhorar o crescimento econômico sustentável e facilitar a integração regional. Para o efeito, a SADC indicou o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) como parceiro certo para implementação e gestão dos fundos provenientes do PPDF. Ademais, o PPDF continuará a apoiar os Estados Membros da SADC para fortalecer a conectividade de infraestrutura regional, fornecendo subsídios para a preparação e desenvolvimento de projetos de infraestrutura regional transfronteiriça em energia, transporte, TIC e água transfronteiriça. Isso apoiará diretamente os esforços de integração e industrialização da Região, bem como o comércio de bens e serviços; e ajuda a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da SADC melhorando o acesso aos serviços de infraestrutura.

Promoção de Higiene na SADC¹⁸¹

O Secretariado da SADC, em colaboração com a *WaterAid* e o UNICEF, lançou a Estratégia de Higiene da SADC (2021-2025) no dia 24 de agosto de 2022. A cerimônia de lançamento do projeto contou com a presença dos Estados Membros da SADC, parceiros de desenvolvimento e doadores que reiteraram a importância da Estratégia como ferramenta para abordar as práticas de higiene deficientes e persistentes, que são um dos principais contribuintes para a propagação de doenças graves na Região (ex. A cólera, doenças diarreicas, leptospirose, amebíase).

Segundo a Dra. Gertrude Nsambi, Directora de Higiene na RDC a higiene tem sido frequentemente relegada aos bastidores quando se trata de priorização nacional de programas de saúde nos Estados Membros. No início da pandemia, a higiene das mãos recebeu destaque sem precedentes como a primeira linha de defesa, nas estratégias nacionais de prevenção do COVID-19. Isso ajudou a posicionar a higiene das mãos como uma importante questão de política

¹⁸¹ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-member-states-commit-tackle-poor-hygiene-during-launch-sadc-hygiene-strategy-24>

pública de longo prazo. Há evidências científicas de que a higiene das mãos é um investimento altamente custo-efetivo, e tem benefícios multiplicadores para a saúde. A Estratégia de Higiene da SADC 2021-2025, procura, entre outras intervenções, aumentar a capacitação do setor de higiene da Região e fornecer um quadro para o financiamento das atividades de higiene.

A Região africana continua a reportar surtos recorrentes de diarreia, cólera, febre tifoide e hepatite, entretanto, o acesso à lavagem das mãos na Região continua muito baixo, especialmente entre as populações rurais. Além disso, o acesso à higiene e prática das mãos continua inadequado com as instalações necessárias para apoiar a mudança de comportamentos para a higiene que faltam em muitos Estados-Membros, disse Sra. Duduzile Simelane, Diretora do Desenvolvimento Social e Humano do Secretariado da SADC. Tradicionalmente, acesso aos serviços de água e saneamento são fundamentais para facilitar as boas práticas de higiene, no entanto, o progresso para melhorar o acesso ao abastecimento básico de água tem sido muito lento.

O acesso regular à água tem causado preocupação, principalmente nos países em desenvolvimento e principalmente nas áreas periurbanas, onde vivem pessoas socialmente excluídas. O relatório da UNICEF publicado em 2022 revelou que apenas 63% da população da Região africana não tem acesso potável. Por isso, os Estados Membros são instados a observar que o acesso básico à água, saneamento e práticas de higiene têm um fator contribuinte para o estado nutricional, especialmente de crianças menores de 5 anos. Portanto, o acesso inexistente ou precário à água representa uma situação de risco que aumenta a incidência de doenças infecciosas e a prevalência de doenças crônicas que acometem grupos suscetíveis como a diarreia, má absorção de nutrientes e aumentar as chances de bebês e crianças pequenas ficarem desnutridas ou até mesmo morte.

O Director Regional da WaterAid para a África Austral, Robert Kampala, descreveu a adoção e lançamento da Estratégia como um marco significativo para a Região. Por isso, é fundamental que os Estados-Membros apoiem esta estratégia com dinheiro, pessoal e conhecimentos suficientes. O Sr. Kampala relembra a importância do desenvolvimento de planos de ação nacionais que deem destaque à higiene com metas claras e compromissos financeiros interno.

Arnold Cole, especialista em WASH da Região da África Austral e Oriental da UNICEF, disse que a UNICEF, juntamente com a OMS, liderou a campanha de “*Higiene das Mãos para Todos (HH4A)*”, alinhando-se aos pilares da Estratégia da SADC, que vão desde a liderança política, financiamento, capacitação, procura e oferta de água. A UNICEF partilhou exemplos de iniciativas de higiene das mãos a nível nacional juntamente com os Governos do Lesoto que avançaram a agenda de higiene com o desenvolvimento contínuo de uma estratégia de higiene, bem como reforçou o envolvimento do setor privado através da iniciativa HH4A na República Unida da Tanzânia no âmbito do *Smart Hands Tanzânia projeto*.

Na ocasião, os Estados Membros compartilharam suas experiências e concordaram em adoptar políticas que visam melhorar as práticas de higiene, e a necessidade de sistemas sólidos de implementação, monitoramento e avaliação na Região. A presença de instituições de pesquisa como a Rede de Centros de Excelência da Água da África Austral AUDA-NEPAD (SANWATCE), forneceu garantia e compromisso para a geração de evidências e apoio à comunidade de prática em Água, Saneamento e Higiene.

Para finalizar, a SADC irá envolver e trabalhar com os principais parceiros, incluindo a sociedade civil e agências de desenvolvimento no domínio da água, saneamento e higiene

(WASH) para garantir que recursos suficientes sejam empenhados para permitir a implementação eficaz da estratégia.

Comércio intrarregional na África¹⁸²

A SADC fez o lançamento do Certificado de Origem eletrônico (e-CoO) que visa melhorar o fluxo contínuo do comércio inter-regional em Blantyre, Malawi, em 7 de setembro de 2022 sob o tema '*Reforçar facilitação do comércio através do Certificado de Origem Eletrônico da SADC*'.

O e-CoO destina-se a enfrentar os desafios encontrados com o uso do Certificado de Origem manual, simplificando nos procedimentos alfandegários, para aprimorar o comércio eletrônico, eliminar fraudes, melhorar a gestão de registros e dados estatísticos e reduzir o tempo de verificação transfronteiriça de certificados.

Segundo o Comissário Geral da Autoridade Tributária do Malawi (MRA), Sr. John Biziwick, o e-CoO irá melhorar a forma como os negócios são conduzidos na Região porque os desafios que associados ao processamento manual do certificado serão eliminados. Para ele, o sistema eletrônico vai permitir aos fabricantes, produtores e exportadores registarem eletronicamente os seus produtos para tratamento preferencial e solicitarem Certificados de Origem sempre que haja um envio de exportação, acrescentando que a introdução do e-CoO da SADC vai aumentar o fluxo contínuo do comércio interno na Região da SADC, eliminando os impedimentos causados pelo processo manual.

Por sua vez, o Diretor de Finanças, Investimento e Alfândegas do Secretariado da SADC, Sr. Sadwick Mtonakutha, disse que a implementação do e-CoO é um marco notável para a SADC acompanhar a rápida mudança para o comércio eletrônico, o impulso para promover a industrialização e melhorar a eficiência no atendimento à comunidade empresarial.

Com a introdução do e-CoO, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) se beneficiarão de custos de transação reduzidos, acesso a melhores condições de financiamento, fluxo de caixa aprimorado e maior eficiência das operações comerciais. Para os operadores logísticos, Mtonakutha disse que os operadores terão maior eficiência operacional e conexão em tempo real, enquanto as administrações alfandegárias se beneficiarão de gerenciamento de risco automatizado, melhor avaliação fiscal e desembaraço de mercadorias mais rápido.

O Sr. Becerra Marta Jose Angel, Vice-Chefe de Cooperação da Delegação da União Européia (UE) para Botsuana, disse que o lançamento do e-CoO representou um novo passo da parceria de longa data da UE com a África em questões de integração econômica e comércio. Ele prometeu o compromisso da UE de continuar a trabalhar com a SADC para implementar efetivamente o e-CoO e construir uma forte parceria para impulsionar o crescimento econômico sustentável e o comércio no continente africano. Na sua voz, o acordo da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) oferece uma oportunidade para os países pensarem além da abordagem tradicional de produtos originados nacionalmente, para produtos "originados na África".

O Representante da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ) Botswana e SADC, Sr. Healey Mweemba, descreveu o lançamento do SADC e-CoO como um marco importante no caminho para a implementação do Programa de Facilitação do Comércio da SADC e acrescentou que a sua organização está empenhada em apoiar a facilitação do comércio por causa dos

¹⁸²<https://www.sadc.int/latest-news/sadc-takes-important-step-towards-facilitating-intra-regional-trade-it-launches-e>

imensos benefícios que podem ser alcançados coletivamente uma vez implementados de forma plena e eficaz. Para Mweemba, uma das lições destacada pela pandemia é que os países devem aproveitar a tecnologia para modernizar a maneira como negociam.

O e-CoO é um dos marcos do Programa de Facilitação do Comércio (TFP), que é apoiado pela UE e pela GIZ no âmbito do Programa “Cooperação para o Reforço da Integração Económica Regional da SADC” (*CESARE*) que prevê a capacidade -construção e assistência técnica na cooperação fronteiriça, assegurando a implementação das Diretrizes de Gestão Coordenada das Fronteiras da SADC e as disposições do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), particularmente na melhoria da eficiência das suas operações. O e-Certificado de Origem da SADC irá percorrer um longo caminho no apoio à implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015-2063) e está em linha com a Agenda de Integração Regional, conforme descrito no Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP 2020-2030), bem como a consolidação da Área de Livre Comércio da SADC (FTA).

A 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS Europa e agenda de saúde para a Região

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Nesta semana, se iniciou a [72ª reunião do Comitê Regional da OMS para a Europa \(RC72\)](#). A programação oficial é de 3 dias de evento, que acontece em formato híbrido, em Tel Aviv, Israel, entre 12 e 14 de setembro. A reunião promoverá um fórum de discussão sobre os principais desafios da saúde pública na região, sobre as emergências sanitárias em curso e sobre oportunidades para estreitar a colaboração sub e inter-regional.

A sessão buscará consenso sobre ações a serem tomadas em áreas prioritárias de saúde, incluindo o empoderamento através da saúde digital, a promoção da saúde por intermédio de insights culturais e comportamentais e acesso a medicamentos a preços acessíveis. No encontro, temas como câncer cervical, abuso de álcool, tuberculose, HIV, hepatites virais e DST, terão planos de ação e roadmaps, criados e atualizados após discussões e deliberações.

Os temas em evidência são deliberados em sessões plenárias. São eles: saúde digital; insights culturais e comportamentais; deficiência e reabilitação; câncer de colo de útero; e álcool. Os demais temas serão discutidos em sessões paralelas ou almoços ministeriais: acesso a medicamentos; sistemas de saúde em ação; saúde para a paz; economia do bem-estar; melhores futuros urbanos; resposta dos sistemas de saúde à condição pós-Covid; redefinição de estratégias para acabar com a tuberculose e a AIDS e eliminar as epidemias de hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis; Intergovernmental Negotiating Body para prevenção, preparação e resposta; envelhecimento saudável; obesidade infantil; medicina personalizada; e lançamento do Relatório Regional “Força de trabalho em saúde e cuidados na Europa: hora de agir”

Todos os documentos estão disponíveis no site do encontro, que também conta com [transmissão via streaming](#). O evento é organizado por grandes eixos: o primeiro dia é dedicado a temas políticos, o segundo a temas técnicos e o terceiro a temas relativos à governança. A distribuição de assuntos ficou assim:

Temas políticos, 1º dia	Temas técnicos, 2º dia	Temas de governança, 3º dia
O estado da saúde na região	Investimento em Saúde: a economia do bem-estar	Envelhecimento saudável
Sistemas de saúde em ação	Construindo melhores futuros urbanos	Obesidade infantil

Saúde para a paz	Saúde para pessoas com deficiência	Eleições e nomeações
Acesso a medicamentos e a Oslo Medicines Initiative (OMI)	Preparação, resposta e resiliência em cenários de emergências sanitárias	Estratégia de colaboração entre o Escritório Regional da OMS Europa e Estados Membros da Região Europeia da OMS
Plano de ação regional para a Saúde Digital 2023-2030	Covid-longa e sistemas de saúde	Medicina genômica para o melhoramento da saúde
Quadro de ação regional para insights comportamentais e culturais para a saúde 2022–2027	Eliminando a tuberculose, a AIDS e as epidemias de hepatites virais e DST	Lançamento do Relatório regional “ Saúde e Cuidados com a força de trabalho na Europa: hora de agir”
	Roteiro para acelerar a eliminação do câncer de colo do útero 2022-2030	Questões orçamentárias
	Quadro europeu de ação para o álcool 2022–2025	Relatórios de progresso Assuntos decorrentes de deliberações e decisões da AMS e do Conselho Executivo para engajamento com atores não estatais: acreditação e revisão trienal

Na figura abaixo encontra-se uma versão do [programa oficial](#):

RC72 official programme					
Monday, 12 September POLITICAL DAY		Tuesday, 13 September TECHNICAL DAY		Wednesday, 14 September GOVERNANCE DAY	
Walk the Talk		Walk the Talk		Walk the Talk	
Welcome and high-Level segment		Investment of Health: the well-being economy	Building urban futures better	Healthy Ageing for all in Europe and leaving no one behind	Tackling childhood overweight and obesity in the WHO European Region
Opening of the session		Achieving the highest attainable standard of health for persons with disabilities		Private meeting: elections and nominations	
Address by the DG					
Address by the RD		Healthy break		Healthy break	
Healthy break (group picture)					
General discussion: the state of health in the WHO European Region		Strengthening health emergency preparedness, response and resilience: lessons learned and building back better		Delivering United Action for Better Health – a strategy for collaboration between the WHO Regional Office for Europe and Member States of the WHO European Region	
Lunch		Post-COVID-19 condition (Long COVID)	INB process	Genomic medicine approach for improving health	Launching the Regional Report "Health and Care Workforce in Europe: Time to Act"
Health systems in Action (HSIA)	Global Health for Peace Initiative	Access to novel, effective, high-priced medicines and the Oslo Medicines Initiative (OMI) (Ministerial lunch)			
Regional digital health action plan for the WHO European Region 2023-2030		Regional action plans for ending AIDS and the epidemics of viral hepatitis and sexually transmitted infections 2022–2030; and tuberculosis 2023–2030		Budget matters	
Healthy Break		Healthy Break		Implementation of Resolution EUR/RCSS/R1	
European regional action framework for behavioural and cultural insights for health 2022–2027		Roadmap to accelerate the elimination of cervical cancer as a public health problem in the WHO European Region 2022–2030		RD report (selected items) Progress reports Matters arising from resolutions and decisions of the World Health Assembly and the Executive Board Engagement with non-State actors: accreditation and triennial review	
		European framework for action on alcohol 2022–2025		Dates and places of Regional Committee - Other matters – Closure	
Reception hosted by the Minister of Health of Israel		Reception hosted by the Regional Director			

Fonte:

https://www.rc72tlv.com/_files/ugd/a41569_9a7da399243a4b908ea60bee95b6c1da.pdf

No tocante à saúde digital, o Comitê Regional considerará um novo [Plano de Ação Regional de Saúde Digital para a Região Europeia da Oms 2023-2030](#), definindo como a OMS Europa pode apoiar os Estados Membros na operacionalização da estratégia global da OMS sobre saúde digital 2020–2025. O draft apresentado à plenária, traz um projeto de plano de ação regional de saúde digital para 2023-2030, que pretende apoiar os países na alavancagem e ampliação da transformação digital para melhorar a saúde e alinhar decisões de investimento em tecnologia digital com as necessidades do seu sistema de saúde. O plano identifica quatro prioridades estratégicas: (i) estabelecer normas e desenvolver orientações técnicas; (ii) reforçar as capacidades dos países para melhor governar a transformação digital no setor da saúde e promover a alfabetização em saúde digital; (iii) construir redes e promover o diálogo e a troca de conhecimentos; e (iv) realizar de varredura de horizonte e análise de paisagem para soluções centradas no paciente que podem ser ampliadas.

O Programa de Trabalho Europeu, estabeleceu uma iniciativa [para Comportamentos mais saudáveis: incorporando insights comportamentais e culturais](#), que visa ajudar a construir uma cultura de saúde na qual todos possam fazer escolhas saudáveis em suas vidas diárias e na maneira como usam os serviços de saúde. O Comitê Regional considerará a estrutura de ação proposta para liderar os esforços, aprimorar as evidências e fornecer orientação técnica aos

países neste campo. O Comitê Regional será convidado a adotar um projeto de resolução relacionado ao assunto.

Tendo em consideração o relatório global da OMS sobre a [equidade na saúde para pessoas com deficiência](#) – previsto para ser publicado em dezembro de 2022 -, e em conformidade com a resolução WHA74.8, o Comitê Regional vai deliberar sobre um quadro europeu de ação para promover a saúde e o bem-estar das pessoas com deficiência, de todas as idades e em todos os contextos, inclusive através do estabelecimento de sistemas de saúde inclusivos para pessoas com deficiência. O Comitê Regional também será convidado a adotar um projeto de resolução relacionado.

O [câncer do colo do útero](#) está entre os cânceres mais evitáveis: além de ser prevenido pela vacinação contra o HPV, as lesões pré-cancerosas podem ser facilmente detectadas por meio de rastreamento antes de se tornarem câncer. Quando a triagem detecta lesões pré-cancerosas, estas podem ser tratadas e o câncer evitado. A triagem também pode detectar o câncer em um estágio inicial, quando o tratamento tem um alto potencial de cura. Apesar dos avanços no rastreamento e na vacinação, hoje mais de 30.000 mulheres morrem de câncer do colo do útero na Região Europeia da OMS todos os anos. Continua sendo o terceiro câncer mais comum entre as mulheres com menos de 44 anos de idade. Dados os níveis de tecnologia e desenvolvimento na Região, as mulheres têm o direito de serem protegidas desta doença. A introdução mais ampla da vacina contra o HPV, em combinação com o rastreamento do colo do útero, tem o potencial de salvar muitas vidas, principalmente entre as mulheres mais jovens.

A OMS apoia uma abordagem abrangente para prevenir, detectar e tratar o câncer do colo do útero, o que requer intervenções ao longo da vida das mulheres, começando na infância. Essas intervenções incluem educação comunitária, mobilização social, vacinação contra o HPV, triagem, tratamento e cuidados paliativos. Para conseguir isso, a Organização acredita que os programas nacionais de saúde (particularmente para imunização, saúde reprodutiva, controle do câncer e saúde do adolescente), organizações e parceiros devem trabalhar juntos.

Com a adoção, pela 75ª Assembleia Mundial da Saúde, do Plano de Ação (2022-2030) para implementar a estratégia global para reduzir o uso nocivo do álcool como uma prioridade de saúde pública, o Comitê Regional considerará um novo quadro europeu contendo ações prioritárias para [reduzir efetivamente os danos causados pelo consumo de álcool](#). Para o efeito, o Comitê Regional é convidado a adotar um projeto de decisão relacionado.

Conforme já mencionado, o [site da RC72](#) disponibiliza uma série de documentos sobre as sessões e plenárias. Muitas delas são abertas e têm os links de acesso às salas do zoom disponibilizados nestes documentos, disponíveis para download. Apesar da guerra das sanções, todas as transmissões são ofertadas em russo, além do inglês. Neste encontro, a temática da guerra, ainda não apareceu no papel. Diferente do discurso de abertura do Diretor Regional da OMS Europa, Hans Kluge, que a mencionou como a primeira, de quatro crises enfrentadas pela Região, seguida da Covid, Monkeypox e Pólio.

Paquistão: Diga qual o tamanho do ralo que posso construir para escoar esta água?

Lúcia Marques

*Não há nenhuma estrutura feita pelo homem
que possa evacuar esta água.
Ministro das Relações Exteriores do Paquistão,
Bilawal Bhutto-Zardari.*¹⁸³

"Acompanhei vários desastres humanitários no mundo e nunca vi um **massacre climático** deste nível", disse o Secretário Geral da ONU, António Guterres, durante visita ao Paquistão. **Um terço do Paquistão está sob água.** E não é o único. Somália, Serra Leoa, Sudão também estão sofrendo com inundações cada vez mais graves. O mundo em desenvolvimento ficou sem tempo para esperar que os países ricos ajam.

O Paquistão vive a injustiça climática. O país é responsável por menos de 1% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas ocupa o quinto lugar entre os países mais ameaçados por eventos climáticos extremos, segundo o [Índice Global de Risco Climático 2020](#). Sherry Rehman, senadora paquistanesa e principal autoridade climática do país, disse que o Paquistão está passando por uma grave catástrofe climática, uma das mais difíceis da década. "Estamos no momento no marco zero da linha de frente de eventos climáticos extremos, em uma cascata implacável de ondas de calor, incêndios florestais, enchentes, múltiplas explosões de lagos glaciais, eventos de inundação e agora as monções monstruosas da década estão causando estragos sem parar em todo o país", disse ela.¹⁸⁴

Chuvas de monções excepcionais, sem precedentes em 30 anos – são 780% maiores que o normal -, e o transbordamento de rios, após o derretimento acelerado das geleiras no norte do país, contribuem para o cenário de caos no Paquistão.¹⁸⁵ Cerca de 33 milhões de pessoas foram afetadas pelas inundações, quase dois milhões de casas e comércios foram destruídos, 7.000 quilômetros de estradas foram arrastados e 256 pontes desmoronaram. Centenas de aldeias e vastas áreas agrícolas foram submersas pela água que cobriu cerca de um terço do país. O número de pessoas deslocadas internamente dessas inundações torrenciais já passa de 100 mil.

E isso é só a ponta do iceberg. Os eventos estão afetando a já frágil economia do Paquistão, piorando a escassez de alimentos, tornando espaços inabitáveis. Mais de 3,5 milhões de acres de culturas foram devastadas, cerca de 5 mil km de estradas, 157 pontes foram destruídas e cerca 800 mil animais foram perdidos. As ruas, transformadas em rios, estão cheias de lixo e cobras circulam pelas águas. O maior receio são os escorpiões, muito numerosos em Sindh¹⁸⁶, uma vez que não há acesso a hospitais em caso de emergência. Também não há acesso à água potável ou a alimentos. Cresce a preocupação com infestação de mosquitos nas áreas alagadas. Centenas de acampamentos improvisados foram montados nos poucos espaços secos no sul e oeste do país. Rodovias elevadas ou ferrovias são muitas vezes os últimos lugares onde a água não chegou. Com as pessoas aglomeradas, também junto com o gado, teme-se o aparecimento de epidemias. Numerosos casos de dengue e sarna já foram relatados. Redes de

¹⁸³ [Chefe da ONU pede ajuda 'maciça' enquanto Paquistão coloca perdas de inundações em US\\$ 30 bilhões | Reuters](#)

¹⁸⁴ [Mortes por inundações no Paquistão passam de 1.000 em 'catástrofe climática' | AP Notícia \(apnews.com\)](#)

¹⁸⁵ [Vítimas de inundações no Paquistão vivem sob ameaças de escorpiões e saques \(rfi.fr\)](#)

¹⁸⁶ Localizada no sul do país, é uma das quatro províncias do Paquistão. E a região mais atingida.

eletricidade e de telecomunicações estão suspensas, tornando essas pessoas ainda mais isoladas do mundo. Criando um cenário ainda mais sombrio, os serviços meteorológicos preveem mais chuvas para os próximos dias.

O governo estima um prejuízo de 30 bilhões de dólares. As Nações Unidas lançaram um apelo de 160 milhões de dólares em doações para ajudar o Paquistão a lidar com o desastre. Guterres disse que o mundo precisava entender o impacto das mudanças climáticas nos países de baixa renda. "É essencial que a comunidade internacional perceba isso, especialmente os países que contribuíram mais para as mudanças climáticas", disse ele.¹⁸⁷ Ele espera que sua visita encoraje a comunidade internacional a apoiar financeiramente o país para reconstruir sua infraestrutura danificada ou destruída. A Organização Mundial da Saúde disse que mais de 6,4 milhões de pessoas precisam de apoio humanitário em áreas alagadas.

Uma coalizão de ONGs internacionais pede que a espinhosa questão da ajuda dos países ricos aos mais pobres para enfrentar os impactos das catástrofes climáticas seja formalmente inscrita na agenda da próxima COP27, em novembro¹⁸⁸. A iniciativa é do [Climate Action Network](#), principal rede mundial que reúne mais de 1.300 ONGs envolvidas em questões de meio ambiente e clima. A [Carta](#) dirigida aos chefes de delegações cita as inundações atravessadas pelo Paquistão e a seca no nordeste da África. A questão deu origem a fortes tensões durante a última COP, em Glasgow, que finalmente foi concluída apenas com a decisão de simplesmente criar um marco para o diálogo até 2024. A presidência egípcia convocou uma reunião de consultas informais com os delegados internacionais para discutir o assunto.

O Paquistão

Localizado no sul da Ásia, faz fronteira com Afeganistão, Irã, China, Índia – com quem disputou o território de Caxemira e mantém relações instáveis¹⁸⁹ – e compartilha fronteira marítima com Omã.

Sua geografia é diversa, com florestas temperadas e manguezais, abriga desertos secos e planícies férteis. Possui 108 picos acima dos sete mil metros, cobertos de neve e grandes lagos gelados – atualmente, o país é diretamente afetado pelo derretimento dos glaciares dos picos do Himalaia, principalmente.¹⁹⁰ O Rio Indo corta o Paquistão de Norte a Sul, desaguando no mar Arábico. A maioria da população vive ao longo do Rio Indo. A riqueza da natureza atrai turistas praticantes de montanhismo, trilhas, etc.

Foi lar de várias culturas antigas e, portanto, tem grande diversidade étnica e linguística. O Paquistão é o segundo país de maioria muçulmana mais populoso do mundo (atrás da Indonésia) e possui a segunda maior população xiita do planeta (atrás do Irã). É o quinto país

¹⁸⁷ [Chefe da ONU pede ajuda 'maciça' enquanto Paquistão coloca perdas de inundações em US\\$ 30 bilhões | Reuters](#)

¹⁸⁸ [Mudanças climáticas: ONGs exigem que ajuda de países ricos a pobres seja debatida na COP27 \(rfi.fr\)](#)

¹⁸⁹ A região da Caxemira é reivindicada pela Índia e pelo Paquistão. Os dois países e a China administram, separadamente, porções da região; as partes administradas pela Índia e Paquistão são separadas pela Linha de Controle. A fronteira sino-paquistanesa não é reconhecida pela Índia, que se refere à Caxemira Livre e às Áreas do Norte, administradas pelo Paquistão, como Caxemira Ocupada pelo Paquistão. [Paquistão – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#)

¹⁹⁰ O [Índice Global de Risco Climático 2020](#) coloca o Paquistão como o quinto país mais afetado pelas alterações climáticas, com um aumento das ondas de calor extremo e inundações.

mais populoso do mundo, com mais de 220 milhões de pessoas. Na lista do IDH ocupa o 154º lugar e 69,2 da população depende da ajuda financeira do governo.¹⁹¹

O país enfrenta problemas desafiadores, como superpopulação, terrorismo, pobreza, analfabetismo e corrupção política. A agricultura compõe 20% do PIB. Sua economia é semi-industrializada, mas o país se destaca pela sua indústria têxtil e como um grande fabricante e exportador de instrumentos cirúrgicos.

É membro da Organização de Cooperação Islâmica, é o atual presidente do G77+China¹⁹², da Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP) e do Escritório Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental (OMS-EMRO),

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL DA ÁSIA ESTÃO PRONTOS PARA O CHOQUE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

Um [artigo publicado](#) no blog do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), que tem uma vertente de Think Tank, levanta a questão e reforça que os programas de proteção social precisam ser fortalecidos e expandidos por toda a Ásia para se preparar para os impactos das mudanças climáticas. O autor, Amir Jilani, especialista de Setor Social de ADB, analisa dados, respostas dos países e melhores práticas. Para ele, “programas de proteção social recentemente demonstraram sua importância crítica durante uma das crises mais sem precedentes da história. É hora de expandir seu uso para abordar o impacto das mudanças climáticas nos mais vulneráveis da sociedade.”

A Ásia e o Pacífico são a região mais propensa a desastres do mundo. Também é o mais populoso, deixando-o desproporcionalmente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas. De fato, dos 10 países mais afetados pelas mudanças climáticas nos últimos 20 anos, seis estão na Ásia. Embora as comunidades pobres na Ásia tenham contribuído menos para o aquecimento global, elas agora estão experimentando o pior da crise climática. Em média, mais de 40.000 pessoas na região são mortas todos os anos por tempestades, inundações e outros desastres naturais. Mulheres e meninas carregam o maior fardo, sendo 14 vezes mais propensas a morrer em desastres climáticos do que os homens. Só em Bangladesh, cerca de 18 milhões de pessoas que vivem em áreas costeiras perderão suas casas se o nível do mar subir apenas um metro. A combinação de áreas urbanas e costeiras densamente povoadas, terras baixas e muitas pequenas ilhas significa que os países da Ásia em desenvolvimento continuarão a estar em grave risco de mudanças climáticas. De fato, todos os aspectos da vida, da saúde e nutrição à segurança e renda, serão afetados.

E é o que estamos assistindo acontecer no Paquistão.

Jilani, chama a atenção que “sistemas de proteção social que respondem a choques antecipam, mobilizam e se expandem rapidamente no caso de um choque ou crise para fornecer apoio vital à renda às famílias.” A proteção social adaptativa leva a capacidade de resposta ao choque um passo adiante, construindo a resiliência a longo prazo das comunidades a uma série de choques e vulnerabilidades subjacentes, incluindo desastres naturais, riscos de início lento

¹⁹¹ [Perfil do ODS do país - | do Paquistão Gateway de dados do ODS \(unescap.org\)](#)

¹⁹² O grupo dos 77 países em desenvolvimento, mais China, exigiu na COP26, em novembro de 2021, que as nações ricas aumentem a ambição climática e a ajuda para combater as consequências do aquecimento global. <https://www.g77.org/doc/index.html>

intensificados pelas mudanças climáticas, crises econômicas, pandemias, conflitos e deslocamento forçado.

E, à medida que emergimos do período de crise imediata, a construção de sistemas de proteção social adaptativos e responsivos ao choque tornou-se mais importante do que nunca, Jilani apresenta cinco passos que podem ajudar os países da Ásia a fortalecer o papel da proteção social na adaptação e mitigação climática.

1. *Construir sistemas de entrega universais que permitam a expansão automática e eficiente da proteção social a populações vulneráveis.* Isso inclui cobertura universal de sistemas de ID digital e registros sociais; fortalecimento das opções de registro sob demanda para grupos vulneráveis; melhorar a integração e a interoperabilidade de bancos de dados de grande escala, incluindo sistemas de alerta precoce, para prever necessidades e promover ações oportunas; e estabelecer mecanismos de pagamento robustos. A expansão dos sistemas de pagamento eletrônico, incluindo contas bancárias e carteiras móveis, tem o benefício adicional de melhorar a inclusão financeira e a economia, necessária para construir resiliência.

2. *Ampliar a cobertura da proteção social aos mais vulneráveis, incluindo crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e pessoas do setor informal.* Esses grupos são mais atingidos por choques e muitas vezes são excluídos de qualquer forma de proteção social adequada. Embora a expansão da cobertura envolva compensações e considerações fiscais, há evidências suficientes documentando os efeitos multiplicadores positivos das transferências sociais na economia. A custo-efetividade desses programas, particularmente quando permitem que os pobres se recuperem rapidamente dos choques ou evitem comportamentos adversos de enfrentamento, pode ser substancial.

3. *Realizar avaliações de pobreza, risco e vulnerabilidade para informar a seleção do beneficiário.* Melhorar a capacidade das famílias de absorver choques requer ajustar abordagens de direcionamento e entender as necessidades das famílias além da renda limitada. Isso significa integrar a exposição domiciliar e comunitária a choques e riscos climáticos, bem como outras vulnerabilidades em critérios de elegibilidade. Além das avaliações rotineiras de vulnerabilidade de setores de risco, áreas geográficas e grupos populacionais, a previsão cuidadosa das mudanças climáticas pode ajudar a identificar o tempo e a intensidade dos riscos climáticos. Juntas, essas ferramentas posicionarão melhor os governos para implantar recursos humanos e financeiros necessários antes e depois dos choques ocorrerem.

4. *Projeto de sistemas de proteção social "inteligentes para o clima" para apoiar a adaptação e mitigação climática.* Estes incluem regimes de seguro indexados ao choque e ao clima, programas de inclusão econômica (graduação) que ajudam a diversificar os meios de subsistência e assistência social temporária ligada à formação de habilidades para trabalhadores vulneráveis. Nas Filipinas, um [piloto](#) da abordagem de graduação apoiada pela ADB reforçou a resiliência das famílias à pandemia em uma variedade de dimensões, incluindo segurança financeira, segurança alimentar e saúde mental. Programas de obras públicas ambientalmente amigáveis que fornecem pagamentos às comunidades por serviços ecossistêmicos, como o reflorestamento, também oferecem forte promessa como uma ferramenta de conservação ambiental, mitigação climática e redução da pobreza. Em [Burkina Faso](#), os participantes de um programa de dinheiro por trabalho plantaram e mantiveram árvores indígenas em terras degradadas e se beneficiaram do aumento do consumo alimentar e da redução da insegurança alimentar.

5. *Fortaleça a coerência política, a coordenação e a colaboração entre a proteção social, as mudanças climáticas, a gestão do risco de desastres e os atores de resposta humanitária.* Mecanismos como grupos técnicos multissetoriais, quadros de coordenação nacional e diretrizes padronizadas podem ajudar a definir os papéis e responsabilidades de diferentes atores, monitorar o progresso e avançar na agenda de proteção social. Finalmente, os países devem investir na capacidade humana e financeira necessária para tornar os sistemas de proteção social mais adaptativos.

A pandemia ressaltou a importância de ter fortes sistemas de proteção social em vigor. Para o autor, as medidas de proteção social são uma ferramenta necessária para construir resiliência e proteger os mais vulneráveis após os choques climáticos, de saúde e socioeconômicos. Eles também podem desempenhar um importante papel de mitigação climática, inclusive por meio de treinamento de habilidades e obras públicas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais.

COMÉRCIO, INVESTIMENTO E COOPERAÇÃO EM PRODUTOS E SERVIÇOS EM SAÚDE NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO

A Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP) divulgou um importante e bastante completo [documento de trabalho](#) (226 páginas) que analisa a cobertura e os compromissos no setor saúde nos acordos comerciais regionais e bilaterais existentes, quadros, fóruns e outros arranjos na região Ásia-Pacífico. Também visa compreender o status atual da cooperação regional e bilateral no setor saúde na região.

Na Ásia-Pacífico, nas últimas décadas, os países têm se concentrado em melhorar seu setor de saúde e têm tentado alcançar as metas estabelecidas pelo ODS 3 – Garantir Vidas Saudáveis e Promover o Bem-Estar para Todos em Todas as Idades e o ODS 17 – Parceria para as Metas. No entanto, ainda há lacunas consideráveis em todos os países, em termos de acesso aos serviços de saúde e despesas de saúde per capita. Os diferentes níveis de desenvolvimento entre os países e entre sub-regiões resultaram em um mercado fragmentado, lacunas de infraestrutura em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos (LDCs), financiamento limitado do governo, múltiplos regimes e normas regulatórias, parcerias público-privadas limitadas e escassez de produtos e pessoal de saúde importantes - algumas dessas questões podem ser tratadas através do comércio, investimento transfronteiriço e colaborações.

O artigo constatou que a cobertura do setor de saúde, tanto produtos quanto serviços, nos acordos comerciais regionais e bilaterais existentes, e outros acordos em todos os países da Ásia-Pacífico, é limitada. Os países em desenvolvimento e as LDCs, especialmente, têm tarifas elevadas, enquanto os países desenvolvidos têm normas e requisitos rígidos, que restringem o fluxo comercial. Há compromissos limitados em saúde nos acordos comerciais e compromissos limitados do setor privado. Certas medidas facilitadoras, como a cooperação regulatória e os acordos de reconhecimento mútuo são poucas e, mesmo que sejam assinadas, estas não são implementadas de forma temporal. A pandemia COVID-19 trouxe à tona vários novos desafios, como proibições esporádicas, restrições à exportação de equipamentos covid-19 críticos, interrupção da cadeia de suprimentos e questões regulatórias relacionadas ao compartilhamento de dados.

O compartilhamento de informações, melhores práticas e cooperação regulatória e engajamentos e colaborações entre várias partes interessadas em várias plataformas, pode melhorar o comércio, o investimento e a cooperação neste setor e apoiar os países em desenvolvimento e as LDCs no cumprimento de suas metas de ODS. O documento apresenta recomendações políticas para os países membros da Ásia-Pacífico para alavancar o comércio e

outros acordos existentes para facilitar os fluxos de comércio e investimento e ter colaborações mutuamente benéficas.¹⁹³

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Países da Ásia Central, do Golfo, China, Índia avançam para além da saúde e respostas às emergências: comércio, cultura e turismo

Saúde, resposta às emergências, segurança, transporte, energia e mudanças climáticas já fazem parte dos recentes acordos, memorandos de entendimento, planos de ação e declarações conjuntas entre os países da Ásia Central, Ásia Sul e Sudeste e Oriente Médio. Avançando na recuperação econômica e comércio, os países dessas regiões dão mais um passo para tornarem-se fortes frente aos desafios globais. Cultura e turismo, além de ser uma oportunidade para alcançar a prosperidade e o crescimento para os países e povos das regiões, podem fortalecer laços de identidade, de união, parceria, podendo reduzir as tensões políticas regionais e internacionais. Principalmente nestes tempos de fobias e divisões geopolíticas.

Para a ASEAN, a [cooperação cultural e artística](#) serve como um motor para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, para construção de coesão social e transformação, um ativo para o “orgulho regional, bem como um veículo para forjar uma amizade e compreensão do próximo.” Para o bloco, celebrar a rica herança e diversidade cultural das nações aseanas continua sendo um importante motor para estabilidade e desenvolvimento. Em um mundo de “pessimismo cultural predominante, o setor cultural continua a desempenhar um papel de liderança para promover uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua.” [ASEAN Strategic Plan for Culture and Arts 2016-2025](#)

E são várias as ações voltadas para esse novo e estratégico diálogo entre as nações da dessas regiões tão diversas, mas com muitas similaridades, e que têm em comum o desejo de avançar em suas agendas.

- O plano de ação China e África – FOACAC [Visão para a Cooperação China-África de 2035](#) – que combina a Visão 2035 da China, a Agenda 2030 da ONU, a Agenda 2063 da União Africana e as estratégias de desenvolvimento dos países africanos.¹⁹⁴ Entre as iniciativas, está a cooperação em capacitação, intercâmbio cultural e de pessoas.
- Astronautas chineses - ou taikonautas, que estão em órbita há seis meses - conversaram do espaço com os jovens de oito países africanos, compartilhando sua vida e trabalho científico na estação espacial Shenzhou-14. A conexão foi sediada pela União Africana, em Adis Abeba, fazendo link com estudantes da Argélia, Egito, Etiópia, Namíbia, Nigéria, Senegal, Somália e África do Sul.¹⁹⁵
- A 9ª Cúpula de Cultura dos Emirados Árabes¹⁹⁶, em Abu Dhabi, que vai acontecer em final de outubro, tem como tema “Uma Cultura Viva” e envolve uma ampla gama de temas, reunindo nomes e instituições do mundo todo e da região. Entre os temas, "Afeganistão através de uma Lente cultural", que discutirá a importância da preservação de bens culturais com o Talibã assumindo o país. Outro tema discutirá o impacto de novas plataformas digitais

¹⁹³ [Comércio, Investimento e Cooperação em Produtos e Serviços em Saúde na Região Ásia-Pacífico | ESCAP \(unescap.org\)](#)

¹⁹⁴ Marques, L. [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 16-2022, p. 143-152 \(150\).](#)

¹⁹⁵ [Astronautas chineses conversam do espaço com jovens africanos : China Hoje](#)

¹⁹⁶ [What to expect at this year's Culture Summit Abu Dhabi \(arabnews.com\)](#)

e de produção, como a Netflix, sobre a diversidade da expressão cultural – o mundo tem assistido mais filmes de fora do circuito hollywoodiano. Outra atração é a primeira artista humanoide, Ai-Da¹⁹⁷, que será entrevistada pelo diretor do Museu de Design de Londres, Tim Marlow, que é curador e radialista.

Reunião conjunta Países do Golfo e da Ásia Central

A primeira reunião ministerial conjunta do diálogo estratégico entre o Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes, Kuwait, Omã, Qatar) e os ministros das Relações Exteriores do Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão teve como principal objetivo discutir fortalecimento das relações estratégicas e a cooperação conjunta entre os dois lados para alcançar estabilidade, segurança, paz, amizade e servir a interesses comuns na política, campos econômicos e culturais, com o objetivo de alcançar as aspirações de ambos os lados.¹⁹⁸

A reunião acontece em um momento que potências árabes avançam para construir um nova geopolítica regional, estabelecendo novas parcerias e novos arranjos, se antecipando às mudanças da ordem mundial. O encontro aconteceu em Riad, capital saudita, e foi presidida pelo príncipe Faisal bin Farhan, ministro das Relações Exteriores saudita e presidente da atual sessão do Conselho Ministerial do GCC.¹⁹⁹

"As áreas de cooperação entre nós são infinitas, e o objetivo final é alcançar estabilidade e prosperidade para nossos países", disse o príncipe Faisal. "Há muitos laços e uma história extensa que une os Estados do Golfo com os países da Ásia Central", acrescentou o ministro.

Os ministros saudaram a convocação da reunião e enfatizaram seu compromisso de estabelecer parcerias futuras fortes e ambiciosas entre seus países, baseadas em valores e interesses comuns, nos laços históricos profundos entre seus povos e na cooperação existente nos níveis bilateral e multilateral em diversos campos. Eles trocaram opiniões sobre uma série de questões regionais e internacionais e enfatizaram a importância de coordenar suas posições por meio de mecanismos estratégicos de diálogo estabelecidos durante a reunião. Em particular, enfatizaram a necessidade de acordos relativos à cooperação para abordar os efeitos da pandemia COVID-19; a recuperação das cadeias de suprimentos; transporte e comunicações; segurança alimentar, segurança energética e segurança hídrica; o desenvolvimento de fontes e tecnologias de energia verde; desafios ambientais e mudanças climáticas; educação; a troca de melhores práticas e experiências em todos os campos; e a criação de oportunidades de negócios e apoio ao investimento, incluindo mecanismos adequados de comércio e investimento, cultura e turismo.

Para ajudar a alcançar as metas, foi aprovado um plano de ação conjunto para o diálogo estratégico e a cooperação entre o CCG e os Estados da Ásia Central, abrangendo o período

¹⁹⁷ Ai-Da, primeira artista robô humanoide ultrarrealista do mundo, usa câmeras nos olhos e sua visão computadorizada embutida e um braço de pintura inovador para pintar seus retratos. Ela usa uma variedade de seus algoritmos inteligentes artificiais exclusivos para interpretar o que vê. Ai-Da Robot é capaz de conversar usando um modelo de linguagem de IA especialmente projetado. Criada em fevereiro de 2019, ela teve seu primeiro show solo na Universidade de Oxford. [Ai-Da \(ai-darobot.com\)](http://ai-darobot.com)

¹⁹⁸ [Saudi FM: Gulf, Central Asian countries have huge potential that will enhance growth \(arabnews.com\)](https://www.arabnews.com/story/2020/02/24/saudi-fm-gulf-central-asian-countries-have-huge-potential-that-will-enhance-growth)

¹⁹⁹ [To be Held at the GCC Headquarters in Riyadh Tomorrow: The GCC and Central Asian Countries' Foreign Ministers to Hold The First GCC-Central Asian Strategic Dialogue Meeting \(gcc-sg.org\)](https://www.gcc-sg.org/en/news/2020/02/24/to-be-held-at-the-gcc-headquarters-in-riyadh-tomorrow-the-gcc-and-central-asian-countries-foreign-ministers-to-hold-the-first-gcc-central-asian-strategic-dialogue-meeting)

2023-2027²⁰⁰. Inclui diálogo político e de segurança, cooperação econômica e de investimentos, melhor comunicação entre os povos e estabelecimento de parcerias efetivas entre os setores empresariais dos países das duas regiões.

Ao final, Cazaquistão foi eleito para sediar o primeiro Fórum Econômico do GCC e países da Ásia Central, em Astana, em junho de 2023; e Uzbequistão foi convidado para realizar a segunda reunião ministerial do diálogo estratégico GCC e Ásia Central, também em 2023.

Cúpula da OCX de Samarcanda

A primeira viagem internacional do presidente da China, Xi Jinping, desde a pandemia, acontece para participar da reunião da **Cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) de Samarcanda**, em uma das cidades mais antigas da Ásia Central, no Uzbequistão, considerada a joia da Grande Rota da Seda.²⁰¹

Por aí podemos ver a importância do bloco e da região, para Xi e para a China. A viagem de Xi, programada para esta quinzena de setembro, inclui visita ao Cazaquistão a convite do presidente, Kassym-Jomart Tokayev. Os dois líderes discutirão perspectivas de fortalecimento da parceria estratégica abrangente cazaque-chinesa. Espera-se que uma série de documentos bilaterais sejam assinados após as negociações.

A Cúpula da OCX de Samarcanda está sendo organizada pelo Uzbequistão, que ocupa a presidência do bloco. Com o tema “A OCX é forte se cada um de nós for forte”, a cúpula envolve formas e questões para ampliar ainda mais a cooperação em segurança, fortalecer o transporte e a conectividade econômica e posicionar a Organização no cenário internacional, buscando novos caminhos e pontos de desenvolvimento.²⁰²

Com a retirada das tropas da OTAN e dos Estados Unidos, a rápida crise política que se instalou no Afeganistão em 2021 e com o vazio de poder deixado pelos EUA na região, a organização cresceu como ator de destaque na Ásia Central. A OCX tornou-se uma das principais organizações Internacionais com capacidade de negociar um regime pacífico no Afeganistão, estabelecido através da diplomacia. Essa é uma das características principais dessa organização intergovernamental, que completou 20 anos em 2021: o diálogo como ferramenta para resolução pacífica de disputas territoriais e de conflitos. E tem no *soft power* chinês sua arma mais importante para negociar a paz. Aliás, a inclusão da Índia e do Paquistão como países membros na OCX teve como principal objetivo a estabilização de possíveis conflitos entre os países.

A OCX, o contexto geográfico e importância da Ásia Central²⁰³

A disputa pelo protagonismo no cenário mundial tem se deslocado para a Ásia. A Ásia Central conecta o Ocidente e o Oriente, englobando Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, e faz fronteira com China, Rússia e Oriente Médio e seus focos de

²⁰⁰ Não foi possível obter o PDF do plano de ação.

²⁰¹ Samarcanda prosperou graças à sua localização, em um vale fértil irrigado e na Rota da Seda, no caminho entre a China e o Mediterrâneo e em algumas ocasiões foi a maior cidade da Ásia Central. Os artefatos mais antigos encontrados são datados do século VII ou VI a.C. A cidade é também famosa por ter sido um importante centro de estudos islâmicos, onde nasceu o movimento cultural e científico conhecido como Renascimento Timúrida. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Samarcanda>

²⁰² http://eng.sectsc.org/towards_HSC/20220912/912302/President-of-the-Republic-of-Uzbekistan-Shavkat-Mirziyoyev-about-the-SCO-Samarkand-Summit-Dialogue.html

²⁰³ <https://www.doisniveis.com/instituicoes/organizacao-para-cooperacao-de-xangai/>

instabilidade, como Afeganistão e Irã. É considerada a segunda maior reserva de hidrocarbonetos do mundo – atrás apenas do Oriente Médio. É marcada pela multiplicidade étnica, cultural e religiosa. E duas iniciativas para intercâmbio e diálogo entre os países se destacam, com importante protagonismo da China: a Organização para Cooperação de Xangai e a Nova Rota da Seda (ou Belt and Road Iniciativa (BRI))²⁰⁴

Para a China, a Ásia Central é de extrema importância em termos de segurança, futuro energético e para suas rotas comerciais e logísticas. Sua postura na região se relaciona com a “defesa de uma diplomacia mais assertiva e responsável, prezando pela resolução pacífica de disputas, pela busca de benefícios mútuos e pelo incentivo à cooperação”²⁰⁵. Já escrevemos sobre essa importância nos Cadernos CRIS-Fiocruz [Informe 2-2022, p 137-140](#); [Informe 3-2022, p. 114-118.](#); e [Informe 11-2022, p. 185-189.](#)

Derivada do grupo dos “Cinco de Xangai”²⁰⁶, que se reuniu em 1996, em Xangai, para estabelecer diálogo e fomento à resolução pacífica de conflitos, a OCX fundada em 2001 pelos Cinco e pelo Uzbequistão e tinha o objetivo de ser uma ferramenta de diálogo para resolução dos “três males” que ameaçavam seus territórios: terrorismo, separatismo e extremismo religioso. Em 2017, a Índia e o Paquistão passaram a integrar o bloco e Afeganistão, Belarus, Irã e Mongólia passaram a ser membros observadores. Azerbaijão, Armênia, Camboja, Nepal, Turquia e Sri-Lanka são parceiros de diálogo.

Índia e Arábia Saudita avançam na parceria estratégica com o comitê de cooperação social e cultural

O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Subrahmanyam Jaishankar se encontrou com o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman,²⁰⁷ e com seu homólogo, o príncipe Faisal bin Farhan. O encontro discutiu o aprimoramento das relações bilaterais e os esforços em relação às questões regionais e internacionais de interesse mútuo, incluindo sua cooperação na ONU, G20 e GCC. A parceria estratégica Índia-Saudita está focada em quatro áreas: questões políticas, segurança, relações socioculturais e corporação de defesa.²⁰⁸

A reunião ministerial inaugurou o Comitê de Cooperação Política, Segurança, Social e Cultural, no âmbito do Conselho de Parceria Estratégica Índia-Arábia Saudita, criado em 2019.

A Índia tem se aproximado cada vez mais das nações do Oriente Médio e da Ásia Central. Tem mantido razoável estabilidade na fronteira com o Paquistão. E agora, avança em negociação com a China para o estabelecimento de paz na fronteira no oeste do Himalaia. Tropas de ambos os lados começaram a se desengajar de forma sincronizada e planejada.

²⁰⁴ GOMES, G. B. M, *at al.* **Rota da Seda e OCX: Novas perspectivas para a Governança Mundial?** In: RANINCHESKI, Sonia Maria. (ed.) *Relações Internacionais para Educadores: A globalização em perspectiva: caminhos e desafios*. Porto Alegre, v. 6, 2019. p. 30-50. <https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2018/06/Anua%CC%81rio-RIPE-2019-Versa%CC%83o-Digital.pdf>

²⁰⁵ GOMES, G. B. M, *at al.* **Rota da Seda e OCX: Novas perspectivas para a Governança Mundial?** In: RANINCHESKI, Sonia Maria. (ed.) *Relações Internacionais para Educadores: A globalização em perspectiva: caminhos e desafios*. Porto Alegre, v. 6, 2019. p. 30-50. <https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2018/06/Anua%CC%81rio-RIPE-2019-Versa%CC%83o-Digital.pdf>

²⁰⁶ China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão

²⁰⁷ [Saudi crown prince receives letter from Indian PM \(arabnews.com\)](#)

²⁰⁸ [New Delhi seeks boost to India-Saudi strategic partnership during FM's visit \(arabnews.com\)](#)

Movimento que visa para manter a paz e a tranquilidade nas áreas fronteiriças. Índia e China compartilham uma fronteira de 3.800 km de comprimento.²⁰⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes tempos de fobias e divisões geopolíticas, as nações do Sul global vêm a cultura como uma oportunidade para alcançar a prosperidade e também como uma ferramenta fortalecer laços de identidade, de união, parceria, podendo reduzir as tensões políticas regionais e internacionais. Esse novo e estratégico diálogo entre as nações da dessas regiões tão diversas, mas com muitas similaridades, pode desempenhar um papel de liderança para promover uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua, e assim, avançar em suas agendas.

Além disso, atuando em bloco, as nações do Sul global podem se posicionar mais firmemente nos fóruns internacionais, para conquistar espaços e ver suas vozes ouvidas.

A surdez, a inação e descaso do mundo desenvolvido têm gerado consequências, com perdas de vidas impensáveis. Um exemplo é o que estamos vendo acontecer no Paquistão. E não é só lá. Outras nações pobres e em desenvolvimento, que não contribuem para o aquecimento global, estão sofrendo as consequências das mudanças climáticas. Organizações não governamentais lutam para que questão da ajuda dos países ricos aos mais pobres para enfrentar os impactos das catástrofes climáticas seja formalmente inscrita na agenda da próxima COP27, em novembro. Tem que ser obrigação, não generosidade.

Um outro caminho para a resiliência climática, levantado em artigo no blog do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) seria fortalecimento e expansão dos programas de proteção social para abordar o impacto das mudanças climáticas nos mais vulneráveis da sociedade. Os programas de proteção social recentemente demonstraram sua importância crítica durante uma das crises mais sem precedentes da história. É hora de expandir seu uso. Sistemas de proteção social que respondem a choques antecipam, mobilizam e se expandem rapidamente no caso de um choque ou crise para fornecer apoio vital à renda às famílias.” A proteção social adaptativa eleva a capacidade de resposta ao choque um passo adiante, construindo a resiliência a longo prazo das comunidades a uma série de choques e vulnerabilidades subjacentes, incluindo desastres naturais, riscos de início lento intensificados pelas mudanças climáticas, crises econômicas, pandemias, conflitos e deslocamento forçado.

A pandemia ressaltou a importância de ter fortes sistemas de proteção social em vigor. Para o autor do estudo, Amir Jilani, as medidas de proteção social são uma ferramenta necessária para construir resiliência e proteger os mais vulneráveis após os choques climáticos, de saúde e socioeconômicos. Eles também podem desempenhar um importante papel de mitigação climática, inclusive por meio de treinamento de habilidades e obras públicas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais.

²⁰⁹ [Indian and Chinese troops disengaging from western Himalayan area | Reuters](#)

As camélias no Coração de Pedro

André Costa Lobato

O Bicentenário da Independência Brasileira e a vinda do coração de Dom Pedro serve de reflexão para a formação ultramarina do que hoje se chama Brasil e como se dão suas relações em termos de independência e soberania. Portugal inaugurou a “rota da seda marítima” quando estabeleceu suas fábricas em Macau, quase ao mesmo tempo da benfeitoria de São Vicente, hoje São Paulo. Assim, apesar de ter nascido e morrido no Palácio de Queluz, as batidas de seu coração circum-navegavam o mundo, e servem aqui de metáfora para pensarmos sobre a história das relações com a China.

Sua família foi a primeira a estabelecer um porto comercial verdadeiramente internacional em Macau, vendendo produtos chineses para o resto do mundo, do Reino Unido ao Japão. Diferente de outros reinos das grandes navegações, Portugal não foi palco relevante de desenvolvimentos da ciência moderna, da manufatura ou das finanças. Se manteve com uma “política de transporte” e de “comércio marinho” onde “toda atividade econômica se concentrava no trato de mercadorias importadas para troca com outras mercadorias importadas”, como explica Raymundo Faoro no capítulo 2 de seu clássico “Donos do Poder”. O livro se propõe a explicar a formação do patronato político brasileiro a partir das origens do estado português, mas ignora o meio milênio de relação de Lisboa com a Dinastia Qing em Macau. Ressalto, entretanto, que há interessantes menções à Índia.

Os traços orientais e chineses da cultura brasileira foram mais relevantes na obra de Gilberto Freyre, que situa culturalmente o Brasil como um porto entre Ásia e Europa. E, por isso, um tipo de vanguarda civilizacional do ponto de vista da diversidade dos povos. “O aristocrata brasileiro do litoral de Pernambuco e do Recôncavo entrou imediatamente no gozo de vantagens que na Europa só as cortes requintadas conheceram no século XVI”, diz Freyre, na página 28, se referindo a alguns itens da agenda mercantil com a Ásia, como o leque e a porcelana. Lembra ele também das festas de São João, com as famosas lamparinas de papel. São tecnologias do mundo sinocêntrico pelas quais se cruzavam os sete mares.

Em 1812, o príncipe regente Pedro teve a iniciativa de deixar de ser um transportador de chá da China para a Europa e tornar o Brasil um produtor da especiaria que movia parte do mundo²¹⁰. Duas centenas de chineses vieram iniciar o cultivo do que hoje possui o nome científico de *Camellia sinensis*. A bebida era um dos principais produtos da época mas os fracassos do cultivo de chá foram vários: embora a qualidade do chá brasileiro tenha sido aprovada em Londres, nenhuma encomenda foi feita²¹¹. A iniciativa foi esquecida. As relações com a China passaram a ser fortemente atravessadas pelos interesses de terceiros países.



Entre dois Pedros: de parceria estratégica a busca de mão de obra barata. (Imagem de Pedro II em jornal chinês, do Acervo da Biblioteca nacional)

²¹⁰ <https://espiritodocha.com.br/o-primeiro-cha-brasileiro-e-carioca/>

²¹¹ <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao47/materia05/>

Antes pioneiro no cultivo de chá, o Brasil de Pedro II passou a consumir a bebida a moda inglesa e em porcelana francesa²¹². Uma orientalização mascarada de ocidentalização? Desse ponto de vista, uma fase da revolução industrial foi uma simples substituição de importações de produtos sobre os quais o Brasil teve, e perdeu, acesso privilegiado.

Nota-se, no período, a opção brasileira pela busca de mão-de-obra “inferior” para a realização dos trabalhos que sustentavam os destinos da nação. Os “amarelos”, de conhecedores de técnicas refinadas como as do chá e da porcelana, passaram a ser vistos como uma raça inferior, porém mais adequada a receber pagamentos que a do “negro”²¹³.

Assim, em 1880, a primeira volta ao mundo de uma embarcação brasileira teve como um de seus principais sucessos diplomáticos a liberação da migração chinesa para o Brasil. Foi necessário parar na Europa para encontrar um intérprete. Os brasileiros ficaram surpresos porque, mesmo debilitados por crises internas e invasões estrangeiras, os chineses estavam “dispostos a negociar em pé de igualdade”, como registra uma publicação recente da Biblioteca Nacional²¹⁴.

Portanto, em uma geração, o Brasil perdeu as relações – comerciais, culturais, tecnológicas – com o destino final da jornada que levou a sua fundação, o leste asiático. De privilegiado na “rota da seda marítima”, perdeu o protagonismo, a independência²¹⁵ e a soberania no trato com outras nações.

O coração do imperador não bate mais. Porém, se seu pulso inicial por independência e soberania ainda valem como metáforas para os destinos da república, é de se esperar que as Camélias uma vez cultivadas pelos desejos de Dom Pedro voltem, nos próximos 200 anos, a florescer altivas nos espaços estratégicos da nação que, com erros e acertos, ele ajudou a fundar.

Referências Bibliográfica

- FAORO, Raymundo. (1958, 2008). **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo, editora Globo.
- FREYRE, Gilberto. (2011). **China Tropical e Outros Escritos Sobre a Influência do Oriente na Cultura Luso-Brasileira**. São Paulo, editora Global

²¹² <https://www.marisedomingues.com.br/peca.asp?ID=4225184>

²¹³ <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/186>

²¹⁴ <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/o-brasil-encontra-o-extremo-oriente-a-primeira-missao-brasileira-a-china-1880/finalmente-a-missao/>

²¹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/diplomacia-brasileira-faz-200-anos-e-busca-se-reinventar.shtml>

EUA na saúde global e diplomacia da saúde

Guto Galvão

Revisão do Plano Estratégico Decenal do Programa de Pesquisa de Mudança Global dos EUA, 2022-2031

Ondas de calor mais intensas, incêndios florestais prolongados e outros impactos clamam com urgência por pesquisas que ajudem a conhecer melhor o problema, os métodos de avaliação e a resposta da sociedade a essas mudanças. Nos EUA foi estabelecido o [“Programa de Pesquisa sobre Mudança Global dos EUA \(USGCRP\)”](#) que reúne treze entidades federais que tem obrigações por lei de ajudar os Estados Unidos e o mundo a preencher essas lacunas de conhecimento. Essa iniciativa desenvolveu um Plano Estratégico Decenal para o período 2022-2031, o qual reconhece que as lacunas de conhecimento mudaram na última década já que cada vez mais é necessário informar a tomada de decisões sobre aumento da resiliência e da sustentabilidade.

Desde 2011 as Academias Nacionais assessora o USGCRP. Recentemente as academias divulgaram os comentários ao rascunho do novo plano estratégico. A revisão reconhece que o plano deve dar maior ênfase às ciências sociais, ao engajamento da comunidade com grupos marginalizados e à promoção da diversidade, equidade, inclusão e justiça na produção da ciência. Também afirma que o plano poderia transmitir mais fortemente um senso de urgência e para obter produtos de pesquisa que poderiam avançar a política e a tomada de decisões sobre os desafios das mudanças globais.

As inequidades em saúde em destaque

[Um artigo do Jornal New York Time](#) trouxe ao debate de novo a questão das inequidades em saúde. Desta vez destacou o impacto que a Covid-19 teve e terá nas comunidades nativas dos EUA. O artigo destaca informação dos Centros de Controle de Doenças dos EUA (USCDC) que constatou que entre 2019 a 2021 a expectativa de vida das populações nativas dos EUA caiu de 71,8 anos para 65,2, tendo a desproporcionalidade dos efeitos da Covid como grande culpada.

Um artigo escrito por [Hill e Artiga da KFF](#) publicado em 22 de agosto de 2022 (em anexo) afirma que ao longo da pandemia COVID-19 os dados federais, estaduais e locais mostraram que as pessoas de cor experimentaram uma carga desproporcional de casos e mortes:

1. Os dados acumulados totais mostram que as pessoas negras, hispânicas, indígenas americanos, nativos do Alasca (AIAN), nativas havaianas ou outras ilhas do Pacífico (NHOPI) experimentaram taxas mais altas de casos e mortes de COVID-19 em comparação com pessoas brancas quando os dados são ajustados para explicar as diferenças de idade por raça e etnia.

2. As disparidades em infecções e mortes aumentaram e diminuíram em vários momentos ao longo da pandemia, com disparidades geralmente aumentando durante períodos em que o vírus aumentou e diminuiu quando as taxas globais de infecção caem. Em [dados](#) que não foram ajustados por idade, houve alguns períodos em que as taxas de mortalidade de pessoas brancas foram maiores ou semelhantes a alguns grupos de cor.

Esses estudos demonstram a importância de continuar a estudar os impactos da saúde do COVID-19 levando em conta a raça, a etnia e a condição socioeconômica para identificar e atuar nas mudanças necessária para resolver as questões das iniquidades estruturais

subjacentes à saúde que colocam as pessoas de cor em risco aumentado para a pandemia da Covid-19, a epidemia do vírus monkeypox e futuras ameaças à saúde.

Esses artigos e as informações que têm sido apresentadas nas frequentes discussões que têm sido promovidas sobre o tema nos EUA demonstram a complexidade e os efeitos dolorosos do racismo estrutural. A tabela abaixo dá uma ideia visual clara dessas consequências e da urgência de tratá-las para tomar providências que além da constatação ofereçam alternativas para superar os efeitos críticos e injustos que raça, etnia e outras condições subjacentes, incluindo o status socioeconômico, o acesso a serviços de saúde e a exposição ao vírus relacionados à ocupação (Ex: trabalhadores de linha de frente) tem na saúde.



COVID-19

Risk for COVID-19 Infection, Hospitalization, and Death By Race/Ethnicity

Updated July 28, 2022

Rate ratios compared to White, Non-Hispanic persons	American Indian or Alaska Native, Non-Hispanic persons	Asian, Non-Hispanic persons	Black or African American, Non-Hispanic persons	Hispanic or Latino persons
Cases¹	1.5x	0.8x	1.1x	1.5x
Hospitalization²	2.8x	0.8x	2.2x	2.1x
Death^{3,4}	2.1x	0.8x	1.7x	1.8x

O artigo da KFF em anexo pode ser reproduzido em sua forma original conforme as regras de autorização da KFF: <https://www.kff.org/permissions-citations-reprints/>

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Eduardo Nilson, *Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília*

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gabriel Brito – jornalista e editor do Correio da Cidadania

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luiz Cláudio Meirelles - Engenheiro Agrônomo, Mestre em Engenharia de Produção, Coordenador Geral do Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Prof. da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria de Fátima Ramos Moreira - Engenheira Química, Doutora em Saúde Pública, Vice-coordenadora de Pesquisa, Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rene Mendes - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Baixada Santista, e Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tom Meirelles - Pediatra; especialista em Gestão Hospitalar pela ENSP/FIOCRUZ; Diretor do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vinicius Roland - Bacharel em Relações Internacionais, Pós-graduado em Comércio Exterior na Alumni Coppead e Mestrando em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio.

Vitor Santos Rodrigues - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **58** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **18** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

21 de setembro, 10-12:30h – Agenda Política Global e Saúde: A 77^a
Assembleia Geral das Nações Unidas

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 17/2022

Período de 30/08 – 12/09 de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2022.

181 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.